



Reescrevendo a história: o modelo Espírito Santo de segurança cidadã

Coleção
Espírito Santo

Gestão transformadora,
impacto humano



Reescrevendo a história: o modelo Espírito Santo de segurança cidadã

Vitória/ES
Editora UniversidadES
2026

EXPEDIENTE

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Governador

Renato Casagrande

SECRETARIA DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

Secretário

Bruno Lamas Silva

EDITORA UNIVERSIDADES

Coordenador

Juão Vitor Santos Silva

Editora-Chefe

Elda Coelho de Azevedo Bussinguer

COLEÇÃO ESPÍRITO SANTO - GESTÃO TRANSFORMADORA, IMPACTO HUMANO

Coordenador da Coleção

Juão Vitor Santos Silva

Conceito e Argumento

Rimaldo de Sá

Gestão e Planejamento

Michel Magno de Vasconcelos

Editora

Joanna Ferrari

Produção Textual

Jaqueline Vianna

Joanna Ferrari

Bibliotecárias

Ana Paula Galdino de Deus

Edina Pereira dos Santos

Entrevistas

Amanda Amaral
Gabriela Conti
Jaqueline Vianna
Joanna Ferrari
Roberta Peixoto

Pesquisa e Levantamento de Dados

Carolina Botelho de Lima
Júlia Bragatto Grobério
Marcelo Cardoso Lima dos Santos
Gabriela Conti
Lyvia Justino

Revisão

Alessandra Siedschlag

Projeto Gráfico

André Duque

Diagramação

Anderson Silva de Aguiar
Rafael Vargas Ferreira Pinto Aboudib
Willian Silva de Aguiar

EQUIPE ADMINISTRATIVA FINANCEIRA**Supervisão Financeira**

Téthys Cysne Gobbi

Supervisão Administrativa

Danielle Marchioni
Olgmara Fátima Caliman Vasconcelos
Robson de Azevedo Junior

Equipe Administrativa

Marlete de Souza Almeida Silva
Márlei Vieira Fernandes
Lígia Maria Fernandes de Melo
Ismael Denes Rocha Junior
Pietra Leoncio Blanck

Tecnologia da Informação-TI

Renan Costalonga Monteiro

CONSELHO EDITORIAL CIENTÍFICO

Elda Coelho de Azevedo Bussinguer (FDV)
Juão Vitor Santos Silva (SECTI-ES)
Ingo Wolfgang Sarlet (PUC-PR)
Gonzalo Aguilar Cavallo (UNIVERSIDAD DE TALCA - CHILE)
Jose Manuel Peixoto Caldas (UNIVERDADE DO PORTO - PORTUGAL)
Carmelo Cattafi (TECNOLÓGICO DE MONTERREY – MÉXICO)
Bruno Lorenzetti (UNIBRASIL)
Robison Tramontina (UNOESC)
Salete Oro Boff (Atitus e UFRGS)
Mariana Holanda (UnB)
Américo Bedê Freire Júnior (FDV)
Ethel Leonor Noia Maciel (UFES)
Rita de Cassia Duarte Lima (UFES)
André Karam Trindade (UNIVEL)
Leilane Grubba (Atitus)
Carlos Luiz Strapazzon (UNOESC)
Ana Luisa Santanna (PUC-PR)
Cassius Guimarães Chai (FDV e UFMA)
Diego Carlos Zanella (Universidade Franciscana)
Daurý Cesar Fabriz (FDV)
Norma Sueli Padilha (UFSC)
Walber Pontes (UFMA)
Maria do Socorro Almeida Souza (ESMAN – TRT – 16)
Mirelle Finkler (UFSC)
Caroline Filla Rosaneli (PUC-PR)

PARCERIAS

Universidade Federal do Estado do Espírito Santo - UFES
Instituto Federal do Espírito Santo - IFES
Faculdade de Direito de Vitória - FDV
Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo - TJES
Ministério Público do Estado do ES - MPES

APOIO FINANCEIRO

Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Espírito Santo - FAPES

Dados internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

E77r Espírito Santo. Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovação e Educação Profissional

Reescrevendo a história : o modelo Espírito Santo de segurança cidadã / organizadores João Vitor Santos Silva, Bruno Lamas Silva, Elda Coelho de Azevedo Bussinguer – Vitória : Editora UniversidadES, 2026. -- (Coleção Espírito Santo: Gestão Transformadora, Impacto Humano ; v. 2)

289 p.

Bibliografia

Ilustrado

ISBN 978-65-978885-1-1 (físico)

Coordenação da Coleção: João Vitor Santos Silva

1. Segurança pública – Espírito Santo (Estado). 2. Políticas públicas. 3. Governança pública. 4. Gestão pública. I. Espírito Santo. Secretaria da Ciência, Tecnologia, Inovação e Educação Profissional. II. Santos Silva, João Vitor. III. Silva, Bruno Lamas. IV. Bussinguer, Elda Coelho de Azevedo. V. Título.

CDU- 354.33 (815.2)

APRESENTAÇÃO

Prezado leitor,

É com grande satisfação que apresento o trabalho e a visão que impulsionam a produção e o acesso ao conhecimento no Espírito Santo, implementados pelo governo do Estado sob a coordenação da Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovação e Educação Profissional (Secti). A missão da Secti é promover e organizar o sistema estadual de ciência, tecnologia, inovação, educação profissional e qualificação para o mercado de trabalho, contribuindo para o crescimento econômico, social e sustentável do nosso Estado.

Desde 2023, como secretário, tenho concentrado nossos esforços no avanço científico, tecnológico e no desenvolvimento humano. Entendemos que a qualificação profissional é uma ferramenta essencial para integrar pessoas no mercado de trabalho, reduzir desigualdades e gerar emprego e renda. Nesse cenário, registrar e preservar a nossa história institucional não é apenas importante: é fundamental para construir o futuro.

A base dessa estratégia do governo para investir na população capixaba é o Programa Universidade do Espírito Santo – UniversidadES, um programa de Estado que está ligado diretamente à Secti. O UniversidadES foi criado para ser um modelo nacional em gestão estratégica, com ações inovadoras para produzir e tornar a ciên-

cia e a tecnologia acessíveis, sempre com foco na inclusão social. Ele reúne e organiza as principais políticas públicas de Ensino Superior, Técnico, Profissional, Formação Continuada, Pesquisa, Extensão e Inovação.

Entre as iniciativas já em curso, destacam-se programas como o Nossa Bolsa e o Qualificar ES, os Centros Estaduais de Educação Técnica (CEEETs) e a recém-criada Universidade Aberta Capixaba (UnAC), que oferece cursos de Graduação e Pós-graduação de forma contínua e gratuita.

Para registrar e eternizar a vasta produção intelectual e a documentação das políticas criadas no governo, surgiu a Editora do Programa UniversidadES, também vinculada à Secti. O principal objetivo da Editora é incentivar a produção e a disseminação de conhecimento nas universidades e faculdades capixabas. Alinhada à visão da Secti de promover o desenvolvimento científico e tecnológico, a Editora tem um papel fundamental. Ela publica trabalhos acadêmicos, científicos e didáticos, como livros, coletâneas de artigos e revistas, sendo um meio oficial para compartilhar a produção intelectual de professores e pesquisadores.

Essa dedicação em registrar o conhecimento se materializa na Coleção Espírito Santo – Gestão Transformadora, Impacto Humano. Mais que um simples projeto editorial, ela é uma iniciativa estratégica para organizar e tornar acessível o conhecimento gerado pelo Estado do Espírito Santo. A coleção conta com 10 livros sobre temas ou projetos importantes do governo. Ela servirá como uma ferramenta essencial para prestar contas à sociedade e preservar a memória da instituição.

Nosso objetivo é que essa coleção seja acessível a diferentes públicos, garantindo que o conhecimento seja transmitido entre gerações e sirva de base para futuros gestores e tomadores de decisão. Dessa forma, asseguramos que o trabalho e as conquistas do governo se tornem um alicerce para a melhoria contínua das políticas públicas.

Bruno Lamas Silva

Secretário de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovação e Educação Profissional (Secti)

APRESENTAÇÃO

A Editora UniversidadES, vinculada à Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovação e Educação Profissional (Secti), foi concebida com o objetivo primordial de fomentar a produção e a difusão de conhecimento nas instituições de ensino superior capixabas, alinhando-se à visão da Secti de promover o desenvolvimento científico e tecnológico.

A proposta da Editora é incentivar a produção intelectual e a colaboração entre as diversas áreas do saber. Esta iniciativa visa amplificar a visibilidade da pesquisa local nos cenários nacional e internacional, promovendo ativamente a democratização do conhecimento e o acesso à informação para públicos diversos.

O valor mais profundo desta coleção, que marca o lançamento da Editora, reside no seu papel como registro histórico e instrumento de preservação da memória institucional. Ao documentar as políticas públicas implementadas, os processos decisórios e a evolução das instituições, criamos um acervo histórico que servirá de referência para a consulta da geração presente e das futuras. Isso garante a transferência de conhecimento intergeracional e estabelece uma base sólida para o aprimoramento contínuo das políticas públicas e para a tomada de decisões informadas por futuros gestores.

Juão Vitor Santos Silva

Coordenador-geral da Editora do Sistema UniversidadES

PREFÁCIO

Se há um tema que testa os limites de um governante, este tema é a Segurança Pública. Quando cheguei ao governo pela primeira vez, em 2011, o Espírito Santo não vivia apenas uma crise: vivia uma tragédia normalizada. Éramos o segundo Estado mais violento do Brasil.

Os números daquele período são de um cenário de guerra. Em 2009, chegamos ao pico de 2.038 homicídios. Tínhamos 7 das nossas cidades entre as 35 mais violentas do País. A taxa de assassinatos era de 58 por 100 mil habitantes. O Estado estava sitiado, e a sociedade, refém do medo.

Diante desse quadro, a política tradicional recomenda cautela. Muitos governadores preferem se afastar de assuntos polêmicos, delegando o desgaste a seus secretários. Eu decidi fazer o exato oposto. Chamei a responsabilidade para mim e tomei a decisão de ser o ponto de interseção entre todos os envolvidos na Segurança Pública.

Assim nasceu o programa Estado Presente em Defesa da Vida. E este livro conta a história de como, com método, persistência e coragem, nós viramos esse jogo.

A primeira característica do programa, que detalhamos aqui, foi entender que segurança pública não é, e nunca será, um assunto restrito à polícia. É um tema transversal, que exige a participação de todo o governo. Por isso, a coordenação executiva do programa não ficou com o secretário de Segurança, mas sim com o secretário de Economia e Planejamento. O recado era claro: para vencer o crime, precisaríamos de escolas em tempo integral, Centros de Referência das Juventudes, cultura, esporte e infraestrutura, todos focados prioritariamente nas regiões mais vulneráveis que mapeamos.

O Estado Presente é, portanto, a união de dois pilares: a proteção policial e a proteção social. É entender que, enquanto a polícia combate as consequências, o investimento social ataca as causas. É dar ao jovem que busca independência

financeira um caminho que não seja o do crime, um caminho que não termine tragicamente aos 18 ou 20 anos, como vemos tanto.

O segundo pilar, como este livro demonstra, foi uma revolução tecnológica. Tiramos a segurança capixaba da era analógica e a trouxemos para a era digital. Hoje, temos um Cerco Inteligente com leitura de placas e características de veículos. Implantamos biometria facial e digital em 100% do sistema prisional. Temos 500 ônibus com câmeras de reconhecimento facial, que já inibem crimes e ajudaram a prender centenas de foragidos. Estamos instalando câmeras corporais em nossos policiais, para proteger o bom profissional e garantir a lisura das abordagens.

Não é tecnologia pela tecnologia. É tecnologia para reduzir a impunidade.

Os resultados são concretos. Saímos daqueles 2.038 homicídios para 796 em 2025. Como sempre digo, a gente não comemora: a gente registra. Registra que o caminho está certo, pois enquanto uma vida for perdida, nosso trabalho não terminou.

Este livro mostra essa jornada. E mostra também o desafio da percepção. Mesmo com a maior redução da violência da nossa história, a sensação de insegurança ainda persiste, porque a sociedade hoje é bombardeada por notícias de violência. Torna-se necessário destacar os resultados positivos.

Por isso, este trabalho é um registro. É a prova de que com liderança, integração, investimento social e tecnologia é possível vencer as batalhas e construir a paz.

Renato Casagrande
Governador do Estado do Espírito Santo

Sumário

16

Introdução

20

O retrato da insegurança

40

Estado Presente: o início de uma mudança de paradigma

60

Secretaria de Economia e Planejamento: regente de uma orquestra complexa

76

Onde o Estado se faz presente: mapeando a transformação

98 Direitos humanos na ponta da ação:
Segurança Pública é cuidar de pessoas

120 A violência que mora ao lado – ações
transformam realidades femininas

142 A revolução tecnológica
na segurança capixaba

176 Tecnologia a serviço da investigação
e redução da impunidade

202 O fortalecimento das instituições
de segurança

222 De barbárie a referência - o
Sistema Prisional que virou
“fábrica de fazer o bem”

246 O papel da Justiça:
uma revolução silenciosa

262 Legado de uma política ampla:
a segurança como cuidado

INTRODUÇÃO

INTRODUÇÃO

“Montamos um programa chamado Estado Presente, que tem o objetivo de reduzir a violência. Estamos fazendo um investimento histórico. Uma concepção de segurança que não é pura e simplesmente de combate, de policial enfrentando criminoso. Estamos com uma concepção de segurança que envolve todo o governo, o Poder Judiciário, o Ministério Público, municípios, governo federal e a sociedade.”

A fala do governador Renato Casagrande no lançamento do programa Estado Presente em Defesa da Vida, em 2011, resume a filosofia que guiou a mais profunda transformação na segurança pública do Estado. Por quase duas décadas, o Espírito Santo viveu sob o estigma de ser um dos lugares mais perigosos do Brasil. Picos de mais de 2 mil assassinatos por ano e a presença constante no topo dos rankings de violência, figurando entre os dois ou três Estados mais violentos do País de 1993 a 2012, criaram uma realidade em que o medo era a norma, e a paz era uma exceção. A resposta a esse cenário não poderia ser apenas mais do mesmo. Era necessária uma refundação.

Essa refundação começou com uma mudança de paradigma, consolidada no programa Estado Presente em Defesa da Vida. A premissa era audaciosa: para superar a violência, o governo precisava se fazer presente não apenas com a força

policial, mas com todo o seu aparato de cuidado e cidadania. A segurança pública foi elevada à condição de política de Estado, uma responsabilidade compartilhada por todas as secretarias, da Educação à Cultura, da Saúde ao Planejamento.

Essa integração foi mais que apenas um conceito. Foi uma arquitetura de gestão meticulosamente desenhada. A coordenação executiva, centralizada na Secretaria de Economia e Planejamento, sob o comando do secretário Álvaro Duboc, garantiu que cada investimento, cada projeto social e cada nova infraestrutura estivessem alinhados ao objetivo maior de proteger vidas. No programa Estado Presente, segurança se faz também com unidades de saúde, escolas, bibliotecas, praças e acolhimento.

A engrenagem, no entanto, só funcionaria com uma liderança firme e presente: quem coordena pessoalmente o programa é o governador, que desempenha um papel central na condução do processo.

O resultado foi uma abordagem que atacou a violência em suas múltiplas frentes. Enquanto investimentos no uso de tecnologias, como a do Cerco Inteligente, modernizavam a repressão qualificada e a criação da Polícia Científica e da Polícia Penal reorganizava e fortalecia as estruturas do Estado, as políticas de inclusão social agiam nas causas da violência e da criminalidade. A atenção se voltou para os territórios mais vulneráveis, para as juventudes, para o combate à violência de gênero e para o enfrentamento da violência no trânsito.

Este livro mergulha nas histórias por trás dessa jornada, que começou com mais de 2 mil homicídios por ano e reduziu a menos da metade o número de assassinatos em 2025, com o menor número da série histórica: 796. Ele revela as dores e as decisões dos gestores, os desafios dos agentes na ponta da linha e o impacto das políticas na vida de quem mais precisa. É o relato de como o Espírito Santo, por meio de uma visão de futuro, integração e um compromisso incansável com a vida, conseguiu reescrever sua história. Uma história que não fala de um fim, mas de um caminho consolidado, um legado de que a segurança se constrói dia a dia com a presença do Estado em todas as suas dimensões: a que protege e a que cuida.

01

CAPÍTULO

O retrato da insegurança

O retrato da insegurança

Havia uma geografia invisível no Espírito Santo dos anos 1990 e início dos anos 2000, uma cartografia do medo que redesenhava a vida cotidiana. As fronteiras estavam gravadas na mente de cada cidadão: ruas que se tornavam intransitáveis ao anoitecer, bairros inteiros transformados em zonas proibidas, um toque de recolher não declarado, imposto pela violência. Embora a sensação de insegurança e alguns índices de violência ainda sejam um grande desafio no Estado, naquela época viver era um exercício diário de cálculo de risco – basta comparar os números de homicídios em 2025 (796) e 2009 (2.034). Ir a uma padaria, esperar o ônibus, permitir que um filho jogasse bola na rua – cada ato trivial era ponderado contra a possibilidade de um encontro com a brutalidade.

Essa era mas uma condição crônica que se arrastava por quase duas décadas. O estado de alerta tornou-se o estado natural. A população aprendeu a conviver com o som das sirenes e a notícia de mais uma vida perdida, absorvendo o trauma como parte da paisagem. Comerciantes baixavam as portas mais cedo, famílias se trancavam em casa e o espaço público, essência da vida comunitária, era progressivamente abandonado, cedido ao domínio do crime. O medo era uma força que moldava rotinas, limitava horizontes e sufocava a esperança.

“Segurança pública é um assunto muito importante pra gente”, afirma o governador Renato Casagrande, ao recordar o cenário que antecedeu sua primeira gestão, de 2011 a 2014. “É um tema de grande interesse da sociedade brasileira, da sociedade capixaba. E é de agora, e era lá em 2011”, completa.

A fala do governador sublinha uma verdade incontornável: a insegurança era a questão central que definia a experiência de ser capixaba naquela época. Essa longa permanência no topo dos rankings de violência gerou uma perigosa normalização da crise. Para uma geração inteira que cresceu nesse ambiente, a violência extrema era a linha de base da realidade.

“Já tinha uns 18 anos que o Estado estava ali, permanecendo naquela posição”, complementa Casagrande.

Álvaro Duboc, secretário de Estado de Economia e Planejamento e coordenador executivo do programa Estado Presente em Defesa da Vida, reforça a dimensão histórica do problema: “O Espírito Santo, em 1993, passa a ser o terceiro Estado mais violento do País, e de 1993 até 2011, ele vai oscilar em segundo e terceiro”.

Uma crise que se estende por tanto tempo deixa de ser um evento agudo para se tornar uma característica estrutural da sociedade. A persistência desses índices alarmantes revelava a completa ineficácia ou a ausência de mecanismos estatais para conter a sangria, permitindo que o problema se aprofundasse e se enraizasse no tecido social. Essa exposição prolongada criou um trauma coletivo e um sentimento de impotência que seria um dos maiores desafios a ser superado por qualquer política pública futura. Era preciso, antes de tudo, convencer a população de que um outro futuro era possível.

Um Estado no limite: a anatomia da violência

Os números, frios e implacáveis, traduziam o medo em estatística e confirmavam a gravidade do que se sentia nas ruas. O Espírito Santo estava em uma situação de calamidade pública, figurando consistentemente como um dos epicentros da violência letal no Brasil.



“O Estado naquela época tinha quase 2 mil homicídios por ano. Nós éramos o segundo Estado mais violento do Brasil”, pontua o governador Renato Casagrande.

A precisão dos dados históricos revela um cenário ainda mais sombrio. André Garcia, que esteve à frente da Secretaria de Estado da Segurança de 2010 a 2011 e de 2013 a 2018 e em 2025 assumiu a presidência do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, recorda o pico da violência: “Lembro bem: em 2009, nós tínhamos 2.034 homicídios. Tivemos 2.034 homicídios no Estado”.

Esse número absoluto, quando ajustado pela população, resultava em uma taxa assustadora.



“A taxa de homicídios no Espírito Santo chegou ao maior patamar em 2009, com 58 homicídios por 100 mil habitantes – o dobro da média nacional, que era 27”, detalha Pablo Lira, diretor-geral do Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN).

Para se ter uma dimensão do que isso significava, a Organização Mundial da Saúde (OMS) considera “violência epidêmica” taxas acima de 10 homicídios por 100 mil habitantes. O Espírito Santo vivia com uma taxa quase seis vezes superior a esse limiar. Era uma epidemia fora de controle, que ceifava, em média, cinco ou seis vidas todos os dias. Cada dia trazia consigo um cortejo de novas famílias destruídas, de futuros interrompidos.

Estudos de abrangência nacional, como o Atlas da Violência do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), corroboram essa memória. Uma análise do período mostra que, de 1993 a 2012, o Espírito Santo esteve quase sempre entre os três Estados mais violentos do País, saindo dessa incômoda posição apenas em 2013. A série histórica de homicídios da primeira década do século XXI demonstra a gravidade e a persistência do problema.



Do G1 ES, com informações da TV Gazeta
28/05/2014 11h03 - Atualizado em 28/05/2014 11h19

ES tem queda de homicídios, mas é o 2º mais violento, diz pesquisa

Mapa da Violência mostrou redução de 0,2%, com dados de 2012.
Para coordenador do estudo, a queda é considerada insignificante.



O Espírito Santo **mantém a posição de segundo mais violento do Brasil** de acordo com os primeiros dados do Mapa da Violência, divulgados nesta terça-feira (27). O levantamento é feito com base no Sistema de Informações de Mortalidade (SIM), do Ministério da Saúde. Em entrevista ao Bom Dia ES nesta quarta-feira (28), o secretário de Segurança Pública André Garcia afirmou que o ranqueamento é falso e não reflete o verdadeiro quadro da violência no estado. “Eu refuto isso. Não é verdade”, disse.

O **Mapa da Violência 2014** levantou dados correspondentes ao ano de 2012 e trouxe uma comparação na evolução do número de homicídios no intervalo de uma década. Segundo a pesquisa, o Espírito Santo teve uma redução de 0,2% do número de homicídios violentos. Para o sociólogo Julio Jacobo Waiselfisz, responsável pelo estudo, a queda é insignificante.

G2. Taxas Homicídio 2012



O secretário estadual de Segurança Pública, André Garcia, discordou do resultado da pesquisa e explicou que o dado não é preciso. Segundo a medição feita pela própria secretaria, a redução foi de 30%. “Nós nos baseamos nos registros que são feitos pelo DML, são mais precisos, registros de

O gráfico "A Década de Chumbo" ilustra uma escalada brutal. O número de vidas perdidas anualmente saltou de pouco mais de 1.200 para mais de 2 mil, um aumento que não pode ser explicado apenas pelo crescimento populacional. A taxa por 100 mil habitantes, que já era alarmante em 2000 (41,3), atingiu seu ápice em 2009 (58), consolidando a imagem do Espírito Santo como um território onde a vida humana tinha pouco valor. Essa era a realidade que os gestores e a sociedade teriam que enfrentar.

A década de chumbo

Ano	Número absoluto de homicídios	Taxa por 100 mil habitantes
2000	1.225	41,3
2001	1.380	45,7
2002	1.533	49,8
2003	1.518	48,4
2004	1.691	52,9
2005	1.678	51,5
2006	1.643	49,4
2007	1.656	49,1
2008	1.827	53,2
2009	2.034	58
2010	1.845	53,2

Fonte: Elaborado com dados do Atlas da Violência (IPEA/FBSP) e Anuários do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP).

16/10/2015 18h31 - Atualizado em 16/10/2015 18h31

Foram 39,3 vítimas a cada 100 mil habitantes em 2014.

A cidade mais violenta da região Sudeste é a Serra, com taxa de 72,4.

O Espírito Santo foi o estado com a maior taxa de homicídios da região Sudeste e também registrou a quinta maior taxa do Brasil em 2014. Foram 1528 homicídios durante todo o ano, um índice de 39,3 vítimas a cada 100 mil habitantes. Três cidades do estado estão entre as seis mais violentas da região: Serra (72,4), Cariacica (57,5) e Vila Velha (49,2).

Brasil registra 58 mil mortes violentas em 2014, mostra estudo

Norte e Nordeste concentram 52% dos homicídios do país, diz pesquisa

ES registra queda no índice de homicídios, em 2015

municípios da região sudeste, este é o maior índice, seguido do Rio de Janeiro (28,0).

Entre os seis municípios com maiores índices da região, três são capixabas. São eles: Serra-ES (72,4), Cabo Frio-RJ (67,5), Nova Iguaçu-RJ (58,3), Cariacica-ES (57,5), Betim-MG (49,2) e Vila Velha-ES (49,2).

O estado também lidera os índices de homicídio por arma de fogo no Sudeste, com 33,8 mortes por 100 mil habitantes, novamente com o município da Serra sendo o com maior índice entre as cidades, de 68,7.

A Serra também é o município onde mais se mata mulheres no Sudeste. São 15,84 mulheres assassinadas a cada 100 mil habitantes. A cidade é seguida por Cariacica (12,73), Vila Velha (9,06) e Vitória (8,49), todos municípios capixabas.

tópicos: Cariacica, Espírito Santo, Serra, Vila Velha

NOME DO NOMEÍDO EM UM DOS MEUS HABITANTES					
AS MAIS VOLÚPTES	CONTE	ELAS	AS MAIS SEGUROS	CONTE	ELAS
1 ^o Serra	19,92	2 ^o Jussara	19,92	1 ^o Serra	19,92
2 ^o Olinda (PE)	19,88	3 ^o Vitorino (PI)	19,88	2 ^o Olinda (PE)	19,88
3 ^o Caracas	19,88	4 ^o José do Espírito Santo (RJ)	19,88	3 ^o Caracas	19,88
4 ^o Jilberto dos Sampaio (PE)	19,88	5 ^o Beltrina (RJ)	19,88	4 ^o Jilberto dos Sampaio (PE)	19,88
5 ^o Dora de São Paulo (RJ)	19,88	6 ^o Beltrina (RJ)	19,88	5 ^o Dora de São Paulo (RJ)	19,88
6 ^o Yôla (RJ)	19,88	7 ^o Mariana Costa (RJ)	19,88	6 ^o Yôla (RJ)	19,88
7 ^o Mariana Costa (RJ)	19,88	8 ^o S. José do Rio Preto (SP)	19,88	7 ^o Mariana Costa (RJ)	19,88
8 ^o S. José do Rio Preto (SP)	19,88	9 ^o Beltrina (RJ)	19,88	8 ^o S. José do Rio Preto (SP)	19,88
9 ^o Beltrina (RJ)	19,88	10 ^o Beltrina (RJ)	19,88	9 ^o Beltrina (RJ)	19,88
10 ^o Beltrina (RJ)	19,88	11 ^o Carlos do Sul (RJ)	19,88	10 ^o Beltrina (RJ)	19,88
11 ^o Carlos do Sul (RJ)	19,88	12 ^o Anália (RJ)	19,88	11 ^o Carlos do Sul (RJ)	19,88
12 ^o Anália (RJ)	19,88	13 ^o Anália (RJ)	19,88	12 ^o Anália (RJ)	19,88
13 ^o Anália (RJ)	19,88	14 ^o Anália (RJ)	19,88	13 ^o Anália (RJ)	19,88
14 ^o Anália (RJ)	19,88	15 ^o Anália (RJ)	19,88	14 ^o Anália (RJ)	19,88
15 ^o Anália (RJ)	19,88	16 ^o Anália (RJ)	19,88	15 ^o Anália (RJ)	19,88
16 ^o Anália (RJ)	19,88	17 ^o Anália (RJ)	19,88	16 ^o Anália (RJ)	19,88
17 ^o Anália (RJ)	19,88	18 ^o Anália (RJ)	19,88	17 ^o Anália (RJ)	19,88
18 ^o Anália (RJ)	19,88	19 ^o Anália (RJ)	19,88	18 ^o Anália (RJ)	19,88
19 ^o Anália (RJ)	19,88	20 ^o Anália (RJ)	19,88	19 ^o Anália (RJ)	19,88
20 ^o Anália (RJ)	19,88			20 ^o Anália (RJ)	19,88

Fonte: EBC

Cariacica, Vila Velha e Vitória também compõem a lista dos municípios mais violentos

A Serra é a cidade mais perigosa para se viver no Brasil, de acordo com uma pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), divulgada pela revista *Época* desta semana. E não é a única do Espírito Santo a compor o ranking: Cariacica está em terceiro lugar; Vila Velha, em sétimo; e Vitória em 16º.

O critério utilizado pelos pesquisadores foi a taxa de homicídios a cada cem mil habitantes dos municípios com mais de 300 mil moradores. Na Serra, de cada cem mil habitantes 97 têm chance estatística de ser assassinados em um ano. Esse risco é 12 vezes maior que em Maringá, Paraná, a cidade considerada pela pesquisa como a mais segura no país. Lá, essa relação cai para 794 por

100 mil. A média nacional é de 35,52. Os outros municípios capixabas que constam na lista

também têm taxas altas: em Cariacica, o risco de ser assassinado atinge 91,99 habitantes

em cada 100 mil; em Vila Velha, 69,31; e em Vitória, 54,99. Para construir o índice que

mede o risco de assassinatos, os pesquisadores do Ipea cruzaram dados do Censo 2000 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) com os últimos registros de óbitos do Ministério da Saúde.

Dessa forma, verificamos que, em 99% dos casos, a vulnerabilidade social explicava as altas taxas de assassinato. Segundo a pesquisa, são nas cidades com maiores desigualdades sociais, com mais crianças fora da escola, mais meios adolescentes e onde moradores têm as piores condições de moradia que se registra o maior risco.

O estudo histórico também ajuda a explicar por que cidades como Vitoria, Cariacica, Serra e Vila Velha, que concentram a maior parte da população do Estado, se enquadram nesta situação. "Estamos vivendo em municípios que adquiriram condições de vida urbana nos últimos 30 anos. A Serra, por exemplo, até a década de 70, era uma grande zona rural. Nessa transição, foram se intensificando as desigualdades, a violência e a criminalidade. É isso, o que também provocou a destruturação das famílias

Há, ainda, a transição da criminalidade, que pode migrar de uma região a outra", avalia o professor de Filosofia da Ufes Pedro José Bussinger.

Para o economista Daniel Cerqueira, um dos autores do estudo do Ipea, "as pessoas tendem a procurar um culpado, o polícia, renda ou desemprego, mas há um processo socioeconômico alimentando essa espiral", disse à revista *Enoqa*.

Dor. Quem já sentiu na pele a dor da violência não se surpreende com a pesquisa. "Perdi meus dois filhos — Mardevildi Santiago dos Santos, 16, e Antônio Marcos Santiago dos Santos, 14 — assassinados no ano passado. Sei que a violência por aqui é uma das maiores do país, mas não saio daí porque o que perdi minha maior riqueza: meus filhos." Mardevildi e Antônio foram mortos a tiros em Planalto Serrano, na Serra, em 17 de agosto. Até hoje, segundo a mãe, o crime não foi solucionado. "Nem quero saber quem os matou, nada os trará de volta", frisoa.

As crises gêmeas: impunidade e um sistema falido

A violência que assolava o Espírito Santo era alimentada por duas crises sistêmicas profundas e interligadas: uma epidemia de impunidade e o colapso completo do sistema prisional. Juntas, essas falhas estatais criaram um ciclo vicioso que permitia e ativamente incentivava a criminalidade. O Estado havia se tornado um catalisador da desordem que deveria combater.

Somada a isso, havia também a desvalorização da Polícia Militar, com queda no número de efetivo e deterioração das condições de trabalho, equipamentos e infraestrutura. **“A Polícia Militar é responsável pelo policiamento ostensivo e repressivo em todo o Espírito Santo. Nós estamos capilarizados em todo o Estado. Para que nós possamos cumprir a nossa missão de fazer prevenção e repressão com qualidade, nossa instituição precisa de algumas ações estruturantes. A primeira delas, e a mais importante, são os nossos recursos humanos”**, destaca o coronel Douglas Caus, comandante-geral da Polícia Militar do Espírito Santo.



A falta crônica de investimentos nos órgãos de segurança pública e de Justiça criminal, como aponta Pablo Lira, foi a raiz do problema. Essa negligência orçamentária levou à deterioração da infraestrutura e à desvalorização dos profissionais, criando um ambiente de precariedade generalizada. O resultado mais visível e devastador foi a falência do sistema prisional.

O epicentro do caos: o colapso do sistema prisional

Longe de serem locais de ressocialização ou mesmo de contenção, as prisões capixabas haviam se transformado em verdadeiros centros de comando do crime organizado. O Estado não havia perdido apenas o controle intramuros. A desordem de dentro transbordava para as ruas.

“Os presos de dentro do
presídio davam ordem
para matar gente na rua”.

relata Pablo Lira, descrevendo como as unidades prisionais funcionavam como quartéis-generais para facções.

Cenário

Rafael Pacheco, secretário de Estado da Justiça desde 2024, descreve como as prisões no Espírito Santo se tornaram tribunais do crime no início dos anos 2000.



“Os presídios eram regidos pela lei do mais forte, a lei do cão. Quem vive e quem morre, o preso que decide. Quem come e quem não come, o preso que decide. Quem é punido e quem não é, o preso que decide. ‘Eu sou o senhor do crime.’ Havia espaços territoriais onde a lei do Estado não valia. E eu não estou falando de um lugar distante. Estou falando de um presídio em Vila Velha, no coração da cidade. Não há a possibilidade de você celebrar uma coletividade sabendo que tem um lugar com 1.500 pessoas a 100 metros de você, onde pessoas são decapitadas, onde corpos são esquartejados, onde a gente manda caixas de feira com comida e essas caixas saem com corpos esquartejados como mensagens de grupos criminosos que celebravam o domínio absoluto daquele espaço”, relata Pacheco.

A situação era tão grave que o Espírito Santo foi denunciado em cortes internacionais de direitos humanos, e a imagem das infames "celas metálicas", contêineres improvisados para abrigar detentos em condições desumanas, tornou-se um símbolo nacional da barbárie. O sistema estava superlotado, as instalações eram precárias e a gestão, inexistente. Rebeliões, mortes e fugas eram rotina.

COTIDIANO

Violação de direitos humanos em presídios do ES será discutida na ONU

Fabiana Uchinaka
 Do UOL Notícias
 Em São Paulo
15/03/2010 06h30

Quase um ano depois de exposta a situação degradante dos presídios do Espírito Santo, pouco foi feito para reverter o quadro de violência extrema e superlotação, e o caso chegou a Genebra (Suíça). Nesta segunda-feira (15), representantes de duas organizações não governamentais que denunciaram os abusos sentarão frente a frente com representantes do Ministério da Justiça e do governo capixaba para discutir os problemas. O encontro terá a participação de Gianni Magazzeni, chefe do Escritório do Alto Comissário para Direitos Humanos da ONU.

Nomes confirmados
para o debate na ONU

- Oscar Vilhena Vieira, diretor jurídico da Conectas
- Bruno Alves de Souza, presidente do Conselho Estadual de Direito Humanos do ES
- Tamara Melo, advogada da Justiça Global
- Ângelo Roncari, secretário estadual de Justiça do ES
- André Almeida e Cunha, diretor do Departamento Penitenciário Nacional do Ministério da Justiça
- Erivaldo Ribeiro dos Santos, juiz do Conselho Nacional de Justiça

A reunião, que acontece paralelamente a sessão anual do Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas, é mais uma forma de pressionar o governo do Espírito Santo e expor o Brasil aos organismos internacionais.

“Esperamos conseguir estabelecer alguma forma de diálogo. Queremos sair com respostas mais concretas para situação”, explicou Julia Neiva, advogada da Conectas, uma das ONGs envolvidas.

Essa crise prisional gerou um efeito dominó catastrófico. Para tentar conter o caos nas unidades, policiais militares eram retirados do patrulhamento das ruas para fazer a guarda de presídios. Ao mesmo tempo, as delegacias de polícia se converteram em depósitos de presos provisórios, abarrotadas e sem condições mínimas de funcionamento.

“Os delegados não podiam elucidar crime. Os investigadores não tinham tempo para elucidar crime”, explica Lira. A polícia judiciária, responsável pela investigação, estava paralisada, obrigada a atuar como carcereira.

André Garcia sintetiza a importância estratégica dessa falha: “Sem um sistema penitenciário controlado, minimamente rígido, não é possível avançar muito nos indicadores, especialmente dos crimes letais e intencionais”.

Ficava claro que a reconstrução da segurança pública teria que, necessariamente, começar pela retomada do controle sobre as prisões.

A banalização da morte: a epidemia da impunidade

Com a polícia investigativa neutralizada, a consequência direta foi a consolidação da impunidade como regra. A certeza de que um crime, especialmente um homicídio, não seria solucionado, emitia uma mensagem poderosa para a sociedade: a de que a vida não valia nada e que matar era um ato sem grandes consequências.

Álvaro Duboc quantifica essa realidade com um dado estarrecedor. Um levantamento da Estratégia Nacional de Justiça e Segurança Pública (Enasp), em 2011, revelou que o Espírito Santo, com pouco mais de 2% da população brasileira, concentrava mais de 10% de todas as investigações de homicídio sem solução no País. Eram 16 mil inquéritos parados, 16 mil vidas perdidas sem resposta, sem justiça.

Essa impunidade sistêmica frustrava as famílias das vítimas, minava a confiança no Estado e empoderava os criminosos. Duboc descreve o impacto psicológico dessa falha: um jovem que cometia um assassinato e percebia que a polícia não o procurava voltava para sua comunidade com um sentimento de poder.



“‘Eu posso fazer isso.’ A mensagem que ele passava para os outros meninos era essa. De que matar era possível”, lembra Duboc.

A impunidade, portanto, era um motor ativo na reprodução da violência, banalizando a morte e incentivando a entrada de mais jovens no mundo do crime.

Do coronelismo à cadeira furada

Para compreender a profundidade do abismo de segurança do qual o Espírito Santo emergiu, é necessário olhar para além das estatísticas de homicídios da região metropolitana e examinar a cultura de violência endêmica que governava o interior do Estado. Antes da modernização institucional, vastas porções do território capixaba operavam sob uma lógica feudal, em que a autoridade do Estado era frequentemente suplantada pelo poder de clãs familiares e pelo coronelismo, como descreve Luciana Andrade, promotora de Justiça no Ministério Público do Espírito Santo e procuradora-geral de Justiça do Espírito Santo de 2020 a 2024, ao relembrar sua atuação na região Norte no início dos anos 2000.

Nesse cenário, a pistolagem era um método de resolução de conflitos e de manutenção de poder. "Havia um ambiente ainda marcado por coronelismo, pistolagem, homicídios de mando", relata Luciana Andrade, descrevendo uma sociedade em que promotores muitas vezes tinham que acumular funções de delegados e investigadores devido à ausência completa de estrutura policial confiável. A "lei da bala" prevalecia sobre o Código Penal, criando zonas de silêncio onde a Justiça formal não conseguia penetrar.

O símbolo mais visceral dessa era de barbárie institucional se encontra no Fórum da Comarca de Afonso Cláudio. Lá, um objeto mobiliário narra, por si só, a história da fragilidade do Poder Judiciário diante da violência local: a cadeira do juiz Atahualpa Lessa. Em 1º de fevereiro de 1932, o magistrado foi assassinado dentro da sala de audiências pelo soldado da Polícia Militar Joaquim Rosa, que estava sendo julgado por outro homicídio. O assassino invadiu o recinto e disparou contra o juiz e uma testemunha, José Lamas D'Ávila.

O procurador-geral de Justiça do Espírito Santo, Francisco Berdeal, que iniciou sua carreira na comarca de Afonso Cláudio em 2003, relata o impacto de encontrar esse vestígio histórico ainda presente: **"A cadeira dele com o buraco da bala está lá até hoje"**. A preservação desse objeto é um lembrete constante para os operadores do Direito sobre o risco real que enfrentavam ao desafiar interesses locais. Berdeal descreve uma cultura em que "uma família matava o integrante da outra", em ciclos de vingança que se estendiam por décadas, muitas vezes envolvendo disputas de terras e de poder econômico e político.

Esse ambiente de "justiça privada" impunha um desafio monumental. A recuperação da autoridade do Estado exigia força policial e também coragem física e moral de promotores e juízes dispostos a romper com a tradição de impunidade, muitas vezes atuando sob ameaças de morte e sem a proteção adequada.

O estigma nacional e o choque de realidade institucional

A crise de segurança do Espírito Santo no início do século XXI transcendia fronteiras estaduais, consolidando uma reputação nacional de "terra sem lei". Esse estigma afetava diretamente a capacidade do Estado de atrair e reter talentos para suas instituições de Justiça. Francisco Berdeal, aprovado no concurso do MPES em 2003, recorda vividamente a reação de seus pares no Rio de Janeiro ao anunciar sua mudança: "Você é maluco? O que você vai fazer lá? Você está indo para um Estado que não paga professor, onde matam juízes e que tem fama de ser um lugar muito violento", relembra.

Essa percepção externa era alimentada por fatos. A chegada da turma de promotores de 2003 coincidiu com o ápice da crise institucional: o assassinato do juiz Alexandre Martins de Castro Filho. Berdeal, que estava em Vitória para as provas orais do concurso para o MPES, acompanhou as notícias do assassinato do magistrado, que denunciou um esquema de venda de sentenças. **"Foi um marco histórico muito forte, que marcou essa reação da sociedade contra o crime organizado, contra esse estado de coisas"**, avalia Berdeal.



O custo humano: cicatrizes além das estatísticas

Por trás de cada número na fria contabilidade da violência, havia uma tragédia humana: uma mãe que perdeu um filho, uma criança que cresceu sem pai, uma comunidade inteira refém do medo. Os 2.034 homicídios de 2009 eram mais que apenas uma estatística; representavam quase seis funerais por dia, uma dor que se renovava a cada amanhecer, tecendo uma mortalha sobre o Estado.

Essa dor feria ainda mais conforme o endereço, cor e classe social, concentrada de forma desproporcional em bairros periféricos, em grande parte habitados por uma população negra e de baixa renda, criando um Estado socialmente dividido. Álvaro Duboc oferece uma perspectiva sobre essa segregação: **“Era uma violência concentrada, como o diagnóstico mostrou, em alguns bairros. Bairros periféricos. Bairros onde a ausência do Estado é uma realidade”**, explica.



Enquanto parte da sociedade podia viver relativamente isolada da carnificina diária, outra estava imersa nela. Esses territórios vulneráveis, muitos surgidos de processos de migração e ocupação desordenada, careciam de tudo: saneamento, escolas, unidades de saúde, oportunidades de emprego e, principalmente, da presença protetora do poder público.

Nesse vácuo, o crime organizado floresceu, impondo suas próprias leis e recrutando jovens sem perspectivas. A imprensa local da época refletia essa realidade em suas manchetes, narrando o cotidiano de medo e a brutalidade que havia se tornado comum em certas áreas da Grande Vitória e do interior.

A violência ceifava vidas e deixava cicatrizes profundas naqueles que sobreviviam. O impacto psicológico de crescer em um ambiente onde a morte é uma presença constante é incalculável. A perda de tantos jovens que tiveram suas vidas interrompidas prematuramente representava um prejuízo irreparável para o futuro do Estado. O custo da insegurança ia muito além das estatísticas de criminalidade; ele se media em sonhos desfeitos, em talentos perdidos e em uma geração marcada pela ausência de paz.

O catalisador da mudança

O cenário era desolador. Um Estado paralisado pelo medo, com índices de homicídio epidêmicos, um sistema de justiça criminal falido, prisões que funcionavam como escritórios do crime e uma sociedade fraturada pela violência territorial. A combinação desses fatores havia levado o Espírito Santo a um ponto de ruptura, uma situação insustentável que clamava por uma intervenção drástica e transformadora.

A profundidade da crise, no entanto, continha a semente da própria solução. O horror dos números e o custo humano intolerável criaram o capital político e a urgência social necessários para uma mudança de paradigma. Tornou-se evidente que "mais do mesmo", como alertava André Garcia, não seria suficiente. Não bastaria apenas aumentar o policiamento ou construir mais presídios. Era preciso um novo olhar, uma nova estratégia que compreendesse a violência como um fenômeno complexo, com raízes sociais, econômicas e institucionais.

Foi essa compreensão, forjada no calor da crise, que deu origem a uma nova mentalidade de gestão. A dor coletiva transformou-se em determinação. O retrato sombrio da insegurança seria o ponto de partida para a sua mais pro-

funda e ambiciosa transformação na área da segurança pública.

Como sintetiza André Garcia, a motivação era clara e inadiável:

“Nós tínhamos a determinação de tirar o Espírito Santo do lugar horrível que era o ranking de violência, o segundo Estado mais violento do País. Isso era o que nos movia muito”,



recorda. O palco estava montado para o início de uma nova história.

02

CAPÍTULO

Estado

Presente: o
início de uma
mudança de
paradigma

Estado Presente: o início de uma mudança de paradigma

No limiar de 2011, o Espírito Santo vivia sob o espectro de uma violência que havia se tornado endêmica. O medo era uma presença palpável nas ruas, uma sombra que encurtava as noites e silenciava as comunidades. O Estado à beira de um colapso social, refém de uma criminalidade que parecia ter vencido a guerra pelo controle do território e da paz.

Os números apenas quantificavam a profundidade do abismo. O ano de 2009 havia sido o mais letal da história capixaba, com um pico de 2.034 homicídios, cravando uma taxa de 58,3 mortes para cada 100 mil habitantes. Para se ter uma dimensão da tragédia, esse índice superava o de muitos países em guerra.

Foi nesse cenário de urgência existencial que o governador Renato Casagrande assumiu seu primeiro mandato, em 2011. A tarefa diante dele era reverter uma trajetória de décadas de deterioração. Era preciso mais do que uma resposta; era necessária uma refundação. A pergunta que pairava no ar não era se algo precisava ser feito, mas o que poderia ser feito para arrancar o Espírito Santo da espiral da morte. A resposta começaria a ser desenhada com uma mudança radical de paradigma.

2.034

FOLHA DE S. PAULO

★ ★ ★ UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

cotidiano

Alagoas e Espírito Santo lideram em homicídios; Rio cai para 4º

CRISTINA MORENO DE CASTRO
CINTIA ACAYABA
da Agência Folha

11/04/2009 @ 10h12

Considerados durante anos os Estados mais violentos do país, Rio de Janeiro e Pernambuco perderam o posto. Levantamento feito pela **Folha** com base em dados de 2008 mostra que Alagoas e Espírito Santo agora lideram o ranking de homicídios no país.

PUBLICIDADE

Outro lado: Secretário de Alagoas culpa drogas e pistolagem por violência

Em 2005, segundo o último levantamento feito pelo Ministério da Justiça, Pernambuco e Rio lideravam as estatísticas de homicídios. Agora, ocupam o terceiro e quarto lugares.

Na comparação entre os dados de 2008 e os de 2005, é possível ver que a violência aumentou nos quatro Estados --mas em Alagoas e no Espírito Santo o aumento foi maior. No Rio, o índice de homicídios por 100 mil habitantes passou de 52,1 (2005) para 45,1 (2008); em Pernambuco, de 52,3 para 51,6. Já no Espírito Santo, o aumento foi de 51,2 para 56,6; e em Alagoas, de 43,4 para 66,2.

O levantamento em todos os Estados do país levou em conta um critério único, usado pelo Ministério da Justiça: a soma de assassinatos, latrocínios e lesões seguidas de morte.

Os dados foram repassados pelas secretarias da Segurança e se baseiam em boletins de ocorrência --exceto Goiás, que computa os dados após a conclusão de inquéritos policiais.

homicídios

O diagnóstico de uma ferida aberta

Antes de prescrever o remédio, era preciso entender a doença em toda a sua complexidade. A nova gestão mergulhou em um profundo diagnóstico para ir além dos sintomas e encontrar as causas da hemorragia social. A análise revelou um quadro de falência sistêmica, cujas raízes eram mais profundas do que a criminalidade visível nas ruas.

O primeiro e mais chocante achado foi a cultura da impunidade, como no citado estudo da Enasp de 2011 apontando que, de 135 mil homicídios que permaneciam sem solução em todo o Brasil (cometidos até 2007), impressionantes 16 mil estavam no Espírito Santo. O Estado, com apenas 2% da população nacional, concentrava mais de 10% da impunidade do País.

Essa estatística era a confissão de um sistema de justiça criminal quebrado, incapaz de dar respostas, e que, por sua ineficiência, enviava uma mensagem clara aos criminosos: o crime compensava.

Essa impunidade era alimentada por outro pilar em ruínas: o sistema prisional. Longe de ser um instrumento de controle, o sistema penitenciário capixaba era um motor da violência.



“A violência perpetrada em ambiente prisional, ela vai extrapolar o presídio, ela vai atingir cada uma das pessoas que vivem nesse local, nessa cidade, nesse Estado, nesse País”, aponta o secretário de Estado da Justiça, Rafael Pacheco.

A análise aprofundada dos dados, uma novidade na época, revelou um terceiro fator crucial: a violência era geograficamente concentrada, não aleatória. O secretário de Economia e Planejamento,

Álvaro Duboc, um dos arquitetos da nova estratégia, explica que o diagnóstico identificou que 74% dos homicídios ocorriam em apenas 10 dos 78 municípios capixabas. Dentro deles, a violência se afunilava ainda mais, concentrando-se em 43 grupos de bairros específicos.

Eram territórios marcados pela ausência do Estado, com déficits históricos de infraestrutura, saneamento, escolas e serviços de saúde. Muitos desses bairros, como aponta Duboc, surgiram de forma desordenada durante o boom industrial das décadas de 1960 e 1970, criando bolsões de vulnerabilidade social que se tornaram o terreno fértil para o crime.

Com o diagnóstico em mãos, a equipe do governador buscou inspiração em modelos que haviam funcionado. A experiência do programa "Pacto pela Vida", em Pernambuco, sob a gestão do então governador Eduardo Campos, surgiu como uma referência.

André Garcia, que viria a ser uma figura central na elaboração da nova política, organizou uma visita técnica ao Estado nordestino. Em um movimento estratégico, levou consigo os futuros chefes da Polícia Militar e da Polícia Civil. O objetivo era claro: expô-los a uma nova filosofia de gestão, baseada em monitoramento intensivo de indicadores e, acima de tudo, na integração e corresponsabilidade entre as forças.

"Eu sabia que haveria um impacto muito grande, porque nós não estávamos ainda acostumados com aquele estilo", recorda Garcia.



A viagem foi o primeiro passo para preparar a liderança da segurança para a revolução cultural que estava por vir.

Ficava evidente que a solução não poderia ser uma repetição da fórmula fracassada de "mais polícia, mais armas, mais viatura". Aquele modelo tratava apenas o sintoma. O diagnóstico exigia uma intervenção cirúrgica nas causas profundas: a ausência do Estado, a impunidade sistêmica e a desintegração das políticas públicas.

Nasce uma estratégia: o Estado Presente em Defesa da Vida

Em maio de 2011, a resposta do governo foi lançada, e seu nome era uma declaração de intenções: Programa Estado Presente em Defesa da Vida. Mais do que um plano de segurança, era um novo pacto com a sociedade, uma promessa de que o Estado não mais se ausentaria dos territórios e das vidas que tinha o dever de proteger.

A filosofia por trás do programa representava uma ruptura fundamental com o passado. Sua base conceitual era a "segurança cidadã", um princípio difundido pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), que define a segurança como uma responsabilidade de todos os setores do governo, não apenas da polícia. Como explica o secretário de Estado da Segurança desde 2024, Leonardo Damasceno, "é problema de educação, saúde, assistência social, das demais áreas de governo". Essa visão holística era a essência da mudança de paradigma.



Lançamento do programa Estado Presente, em 2011, durante a IV Ação Integrada pela Cidadania, na região da Grande São Pedro, em Vitória, contou com emissão de documentos, corte de cabelo, atendimento médico e orientação jurídica, entre outros serviços (Foto: Divulgação/PMES)

Desde o início, a ambição era criar algo que viesse para ficar. André Garcia enfatiza que a intenção era construir uma política "que rodasse, independentemente do gestor", ou seja, uma política de Estado, e não apenas de um governo, que fosse flexível e adaptável aos desafios futuros. Para isso, o programa foi estruturado sobre dois pilares complementares, que deveriam funcionar em perfeita sincronia:

- **Eixo de Proteção Policial:** Coordenado pela Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa Social (Sesp), este eixo focava na chamada "repressão qualificada". O objetivo era modernizar as polícias, fortalecer a atividade de inteligência e garantir uma atuação mais estratégica e eficiente no combate direto à criminalidade.

- **Eixo de Proteção Social:** Coordenado pela Secretaria de Estado de Direitos Humanos (SEDH), este eixo era o coração da estratégia preventiva. Seu foco era levar serviços, oportunidades e cidadania aos territórios mais vulneráveis, atacando as causas sociais da violência e da criminalidade e oferecendo alternativas, especialmente para as juventudes.

Posteriormente, dois novos eixos foram acrescentados:

- **Eixo Mulher Viva +:** Coordenado pela Secretaria de Estado das Mulheres (SESM), o eixo foi criado em 2023 e é voltado para o enfrentamento à violência de gênero, com um ecossistema de proteção e empoderamento que inclui ações estruturadas em todas as microrregiões do Estado. O foco é proporcionar uma rede de proteção para amparar as mulheres em cada passo na saída do ciclo de violência, do refúgio imediato ao suporte na reconstrução da vida.

- **Eixo Segurança no Trânsito:** Em 2024 houve uma inversão histórica nas estatísticas de violência, e as mortes no trânsito ultrapassaram o número de homicídios e demais mortes violentas no Espírito Santo. Para reverter esse cenário, foi criado em julho de 2025 o Comitê Integrado de Preservação da Vida no Trânsito, coordenado pelo Departamento Estadual de Trânsito do Espírito Santo (Detran-ES). O Comitê reproduz o modelo de governança do Estado Presente, com a divisão regionalizada em Regiões Integradas de Segurança Pública

(Risps) e Áreas Integradas de Segurança Pública (Aisps), atuando em quatro eixos: operações integradas de trânsito; comunicação social e educação no trânsito; resultados operacionais, dados estatísticos e gestão do conhecimento de trânsito; e condições de infraestrutura viária.

Contudo, a verdadeira inovação do Estado Presente estava em sua arquitetura de governança. Duas decisões estruturais foram determinantes para sua eficácia. A primeira foi a criação da Secretaria Extraordinária de Ações Estratégicas (Seae), um órgão temporário, liderado inicialmente por André Garcia, com a missão exclusiva de desenhar, implementar e monitorar o programa. Isso garantiu foco total e a autoridade necessária para dar a partida no projeto.

A segunda decisão, e talvez a mais revolucionária, foi entregar a coordenação executiva do programa não à Secretaria de Segurança, mas à Secretaria de Economia e Planejamento (SEP), sob o comando de Álvaro Duboc. Essa escolha foi um golpe de mestre em governança. Ao colocar o programa sob a batuta da pasta que controla o orçamento e o planejamento estratégico de todo o governo, Casagrande garantiu que a integração entre as secretarias não seria mera retórica.

O Planejamento tinha a visão e a autoridade para alinhar os investimentos de todas as áreas – Educação, Saúde, Cultura, Esporte – com os objetivos do programa Estado Presente em Defesa da Vida.

Álvaro Duboc descreve seu papel de forma clara: "Quem vai discutir com o secretário de educação onde ele vai colocar a escola em tempo integral não é o secretário de segurança, é a SEP. Quem vai discutir com a secretária de Direitos Humanos onde nós vamos colocar o Centro de Referência das Juventudes não é o secretário de segurança, é a SEP", explica.

Essa estrutura impedia que o eixo social se tornasse um apêndice do eixo policial. Pelo contrário, ela elevava a prevenção e a inclusão à mesma prioridade estratégica da repressão, forçando uma abordagem verdadeiramente integral e transformando o Estado Presente em um grande plano de desenvolvimento humano com o objetivo de salvar vidas.

O timoneiro no centro da tempestade

"Segurança pública é uma agenda quase sempre negativa", analisa Álvaro Duboc, explicando por que a maioria dos governadores prefere delegar o tema e se distanciar de suas crises inevitáveis. Renato Casagrande fez o caminho inverso. Sua decisão mais radical e definidora foi apoiar a política de segurança pública e trazê-la para seu gabinete.

"A primeira característica do Estado Presente é que eu lidero o programa", afirma o próprio governador.

Essa liderança vai além do campo simbólico; é diária. E, para os comandados, implacável. O coração do programa passou a bater em um novo ritual de poder e responsabilidade: as reuniões mensais de monitoramento. André Garcia recorda a criação do espaço físico para esse ritual: um salão subutilizado no Palácio da Fonte Grande foi transformado em uma moderna "Sala de Decisão", equipada com telões e tecnologia de ponta, um cenário que sinalizava a seriedade da nova era.

Nessas reuniões, o governador é o líder de uma orquestra que precisa tocar em perfeita harmonia. Leonardo Damasceno, que participa desses encontros, descreve a dinâmica:

"Se o governador identificar qualquer desvio de indicador, ele já chama o responsável à palavra na hora. 'Coordenadores da região Norte. Nós temos um desvio nos seus indicadores no município de Linhares. O que está sendo feito, comandante? Delegado?' O governador vai chamar pessoalmente pelo nome e cobrar resultados", relata.





*O governador **Renato Casagrande**, entre o secretário de Estado de Economia e Planejamento, **Álvaro Duboc**, e a então vice-governadora, **Jacqueline Moraes**, lidera reunião do programa Estado Presente, em 2019 (Foto: Divulgação/SEG)*

Essa cobrança direta, olho no olho, pulverizou as barreiras burocráticas e os silos institucionais. Um comandante da Polícia Militar e um delegado da Polícia Civil, que antes mal se falavam, agora eram corresponsáveis pelos mesmos indicadores e teriam que prestar contas, juntos, ao chefe do Executivo. A pressão é imensa, mas, como observa Damasceno, ela também gera um efeito de empoderamento. Ao se envolver tão profundamente, o governador sinaliza que a segurança pública é a prioridade máxima, fazendo com que cada policial, cada gestor, se sinta "dono do resultado e dos problemas".

A liderança de Casagrande tornou-se uma performance de vontade política que remodelou a cultura institucional. A letargia deu lugar à urgência; o "achismo" foi substituído pela análise de dados; a responsabilidade diluída foi trocada pela prestação de contas, pessoal e intransferível.



Não é apenas um governador dando ordens; é, como define Damasceno, "o líder na segurança pública", a figura central que, com sua presença constante e sua cobrança rigorosa, garantiu que a engrenagem complexa do Estado Presente girasse na velocidade que a crise exigia.

A presença do governador funciona como uma força pacificadora e alinhadora. Uma análise do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) sobre o programa destacou que apenas a autoridade máxima do Executivo tem o peso político necessário "para conseguir pacificar a relação sempre conflituosa entre as polícias Civil e Militar, alinhando interesses e esforços". Esse mesmo princípio se aplica a todo o secretariado.

REFLEXÃO DO GOVERNADOR



O programa Estado Presente tem algumas características. A primeira delas é que eu lidero o programa. Muitos governadores deixam assuntos polêmicos para lá, deixando o secretário conduzir. Mas esse assunto eu mesmo lidero. Todo mês eu tenho reunião do Estado Presente fazendo avaliação dos dados da segurança e projetando as ações para frente.

A outra característica é a compreensão de que segurança pública não é uma responsabilidade só da Secretaria de Segurança, da Secretaria de Justiça ou das Forças de Segurança. É uma responsabilidade do governo do Estado – e de todo o governo. O coordenador executivo do programa é o secretário de Economia e Planejamento, não é o secretário de Segurança, para poder ter a compreensão de que é preciso ter esporte, saúde, cultura, educação, infraestrutura, todo mundo voltado para esse tema.

Outra característica importante do programa é que nós dividimos o Estado em cinco grandes regiões, e em 22 áreas. E identificamos 6 regiões mais vulneráveis dentro do Espírito Santo. Então os investimentos em infraestrutura, na educação, escola de tempo integral, esporte, têm que atender prioritariamente as regiões mais vulneráveis. Temos que chegar com políticas públicas e com infraestrutura nas regiões mais vulneráveis.

Nas cinco regiões, nas 22 áreas, temos representantes das forças de segurança que têm que se entrosar e discutir ações conjuntas. E aí vem o forte investimento em infraestrutura, forte investimento em armamento, forte investimento em viatura, forte investimento em tecnologia e em valorização dos profissionais da segurança pública.



Renato Casagrande
Governador do
Espírito Santo

As primeiras batalhas: desafios e alianças

Implementar uma mudança tão profunda não foi uma tarefa isenta de atritos. A nova arquitetura de governança, que quebrava lógicas de poder estabelecidas, gerou resistências iniciais. André Garcia lembra da "certa desconfiança" que a recém-criada Seae despertou em outras secretarias, que questionavam por que o planejamento da segurança agora passava por um novo órgão.

O maior desafio, contudo, era cultural: convencer secretários de áreas como Educação e Saúde de que seus planos de investimento tinham um impacto direto na redução da violência e que, a partir de agora, precisariam ser alinhados a essa meta.

A integração criada pela governança do programa começou a dar frutos. A frente social, longe de ser um discurso, materializou-se em ações concretas e coordenadas. Seguindo a lógica da focalização territorial, os investimentos foram direcionados para os 43 grupos de bairros mais vulneráveis.

Álvaro Duboc exemplifica como a Secretaria de Educação foi orientada a priorizar a construção de escolas de tempo integral nessas áreas. A lógica era simples e efetiva: uma criança que passa o dia na escola, em um ambiente seguro e com atividades no contraturno, está protegida contra o aliciamento do tráfico de drogas, além de poder potencializar suas habilidades para gerar oportunidades.

Da mesma forma, a Secretaria de Saúde foi direcionada a instalar novos Centros de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas (Caps-AD) nesses territórios, e a Secretaria de Assistência Social, a expandir a rede de Centros de Referência de Assistência Social (Cras) e Centros de Referência Especializado de Assistência Social (Creas). Era o Estado chegando de forma múltipla e coordenada, ocupando espaços antes dominados pelo crime com polícia e com cidadania.

Paralelamente, a integração entre as polícias, um dos pilares do eixo policial, começou a se consolidar. A criação das Regiões Integradas de Segurança Pública (Risps) e das Áreas Integradas de Segurança Pública (Aisps) colocou comandantes da Polícia Militar e delegados da Polícia Civil para planejarem e executarem operações em conjunto, compartilhando informações e responsabilidades por um mesmo território. A cultura de rivalidade e isolamento começou, aos poucos, a ser substituída por uma cultura de colaboração, impulsionada pela cobrança unificada que vinha de cima.

A estratégia também se estendeu aos municípios. Por meio dos Gabinetes de Gestão Integrada Municipal (GGIMs), os prefeitos e seu secretariado eram chamados à mesa, junto com promotores, juízes e os chefes locais das polícias, para discutir problemas e soluções locais. Uma rua mal iluminada, um terreno baldio usado como esconderijo – problemas que antes se perdiam na burocracia agora eram resolvidos rapidamente nessas reuniões, integrando o poder municipal ao esforço estadual de pacificação.

A Estratégia Nacional e o enfrentamento do passivo de mortes

A implementação do Programa Estado Presente em 2011 encontrou no Ministério Público um aliado crítico. Diferentemente de outras unidades da federação, onde a relação entre MP e Executivo é frequentemente marcada por tensões e disputas de protagonismo, no Espírito Santo consolidou-se um entendimento de responsabilidade compartilhada. A promotora Luciana Andrade enfatiza que o MPES, "territorialmente pequeno, mas valente", compreendeu que a segurança pública não se resolveria apenas com repressão, exigindo integração com saúde e educação.

Um dos vetores mais importantes dessa colaboração foi a adesão à Meta da Estratégia Nacional de Justiça e Segurança Pública (Enasp). O Espírito Santo enfrentava um "esqueleto no armário" gigantesco: milhares de inquéritos de homicídios antigos, parados nas delegacias, sem solução, criando uma sensação de impunidade perpétua. "Os desafios incluíam milhares de inquéritos de homicídios parados, processos demorados e presos provisórios aguardando júri por anos", detalha Luciana Andrade.

O MPES instituiu uma força-tarefa que reuniu promotores, juízes e delegados para realizar um saneamento desses processos. O objetivo era limpar a pauta para que a polícia e a Justiça pudessem focar nos crimes presentes, aumentando a percepção de risco para o criminoso atual. Esse trabalho de bastidores, muitas vezes invisível ao público, foi essencial para destravar a máquina investigativa. A atuação focada permitiu separar o joio do trigo, arquivando casos inviáveis e denunciando aqueles com provas robustas, restaurando minimamente a dignidade das famílias das vítimas que aguardavam respostas havia anos.

Os primeiros sinais da virada

O resultado daquela aposta audaciosa não demorou a aparecer. Os números, que antes contavam uma história de tragédia, começaram a narrar uma virada histórica. A curva de homicídios, que havia atingido seu pico em 2009, iniciou uma trajetória de queda consistente e inédita a partir de 2011, ano de lançamento do programa.

A validação do sucesso não foi apenas interna. O Programa Estado Presente rapidamente chamou a atenção do País, tornando-se um estudo de caso em gestão de segurança pública. Em 2021, o programa foi finalista do prestigioso Prêmio Projeto & PMO, promovido pela Revista Mundo PM, sendo reconhecido como um dos três melhores projetos corporativos do Brasil – uma honra notável, considerando que concorria com gigantes da iniciativa privada, como a John Deere Brasil e a Neoenergia.

O secretário Álvaro Duboc, ao receber a notícia, resumiu o sentimento: "É uma conquista da sociedade capixaba, que se beneficia de um programa que conseguiu interromper o processo de violência letal no Espírito Santo".

O modelo capixaba tornou-se referência, inspirando outras políticas públicas. Pablo Lira recorda que o governo federal, ao criar o programa "Enfrente Brasil", tomou o Estado Presente como

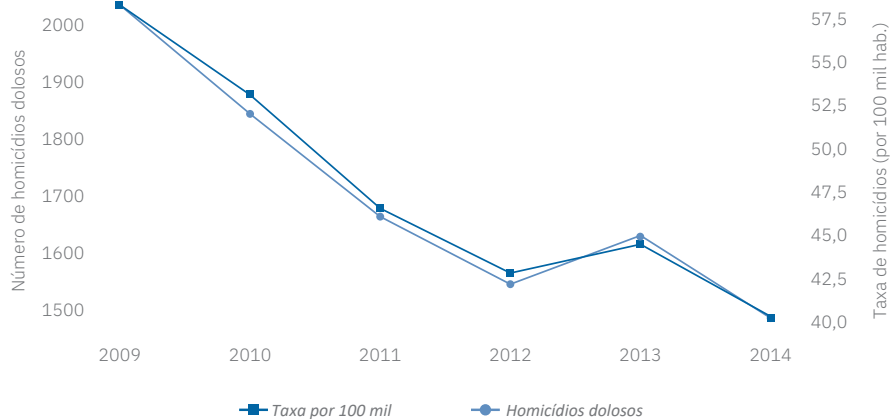
um de seus modelos, convidando a equipe capitaneada por Paulo Sérgio Pinheiro para compartilhar sua metodologia. O Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) também classificou o programa como um dos mais completos e eficazes na prevenção e enfrentamento à criminalidade.

A maior vitória, no entanto, estava nas vidas salvas. Um estudo de impacto realizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) estimou que, em seus primeiros quatro anos (2011-2014), o Estado Presente evitou mais de 1.700 homicídios. Os números anuais confirmavam a tendência.

1.700

**vidas salvas
nos primeiros
quatro anos
do Estado
Presente**

A virada histórica nos índices de homicídio (2009-2014)



Fonte: Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa Social (SESP) / Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN).

A queda expressiva nos indicadores era a prova de que o caminho escolhido era o correto. Aquele abismo que ameaçava engolir o Estado em 2011 começava a ser preenchido por planejamento, integração, liderança e, acima de tudo, pela decisão política de se fazer presente na vida de cada cidadão. A mudança de paradigma estava em curso, e seus frutos apenas começavam a ser colhidos.

03

CAPÍTULO

Secretaria de
Economia e
Planejamento:
regente de
uma orquestra
complexa

Secretaria de Economia e Planejamento: regente de uma orquestra complexa

Para combater a violência que sangrava o Espírito Santo, a decisão mais crítica do governo foi colocar um maestro no comando, e não um general. A premissa era contraintuitiva, quase paradoxal: o programa mais ambicioso de segurança pública do Estado, o Estado Presente, seria liderado pela Secretaria de Economia e Planejamento, e não pela Secretaria de Segurança Pública.

A guerra contra as balas seria travada com mais policiamento e também com planilhas, projetos de infraestrutura, diagnósticos sociais e uma visão radicalmente nova de governança integrada.

A escolha de um planejador para reger uma sinfonia tão complexa, que envolvia desde a polícia na ponta até a construção de escolas e postos de saúde, foi o reconhecimento de que a paz brota da presença do Estado em sua totalidade.

Essa decisão representou uma quebra de paradigma. Era a materialização de uma filosofia que entendia a segurança como um ecossistema, em que a ausência de uma creche em um bairro vulnerável poderia, anos depois, se manifestar como um crime violento. O desafio era monumental: como transformar essa visão em uma máquina governamental eficiente? Como fazer com que secretarias com missões, orçamentos e culturas tão distintos atuassem em uníssono, com um único objetivo? A resposta estava em

colocar o cérebro estratégico do governo, a Secretaria de Estado de Economia e Planejamento (SEP), no centro da operação, transformando o que era uma nova forma de gestão em um legado duradouro.

A verdadeira batalha não era contra o criminoso individual, mas contra as condições que o produziam.



Álvaro Duboc (SEP) coordena o programa Estado Presente em Defesa da Vida, sob a liderança do governador Renato Casagrande (Foto: Helio Filho/Secom)

O desenho estratégico: uma nova arquitetura para a governança

A compreensão de que a segurança era uma pauta transversal exigia uma estrutura de gestão que refletisse essa nova filosofia. A decisão de criar um centro de comando fora do aparato tradicional de segurança fazia parte do DNA do programa desde sua concepção original, em 2011.

André Garcia, um dos arquitetos do Estado Presente, relembra que a primeira estrutura foi a Secretaria Extraordinária de Ações Estratégicas (Seae), uma equipe multidisciplinar com sociólogos, antropólogos e outros saberes, encarregada de construir um diagnóstico e um plano “customizado para a realidade capixaba”.

Essa secretaria temporária foi o embrião da ideia. Com o tempo, a estratégia amadureceu e se tornou permanente. “Ao fim, depois que terminou o prazo de vigência da secretaria, isso foi resolvido concentrando essas ações no planejamento”, explica Garcia. A transição da Seae para a SEP foi um passo crucial. Ela tirou a coordenação do campo do “extraordinário” e a inseriu no coração da máquina governamental, consolidando-a como uma política de Estado.

Essa escolha foi um movimento de mestre no xadrez burocrático e político. Tradicionalmente, a coordenação de segurança fica na Secretaria de Segurança Pública (Sesp), o que reforça a

ideia de que o problema é exclusivamente policial. Ao mover o centro de gravidade para a SEP, o governo Casagrande promoveu uma ruptura cultural. A SEP, responsável por articular e aprovar os planos e orçamentos de todas as outras pastas, passou a ter o mandato de alinhar cada investimento do Estado – fosse em educação, saúde ou infraestrutura – com a meta prioritária de reduzir a violência.

Na prática, isso significava que o orçamento inteiro do governo se transformava em uma ferramenta de prevenção. A construção de uma escola de tempo integral em um bairro vulnerável passava a ser vista como uma política educacional e uma ação estratégica de segurança pública. Ao colocar o planejamento no comando, o governo alterou o sistema operacional do Estado, forçando cada gestor a pensar:

“Como o meu trabalho pode ajudar a salvar vidas?”.

O poder do planejamento

Com a estrutura definida, era preciso um executor. Álvaro Duboc, como secretário de Economia e Planejamento e coordenador-executivo do programa, tornou-se o maestro dessa complexa orquestra. Seu papel, como ele mesmo descreve, era o de um “secretário executivo” do programa, com a autoridade delegada pelo governador para articular todo o governo em prol de um objetivo comum.

A pasta de Economia e Planejamento tem o poder de influenciar e direcionar a alocação de recursos. Em suas conversas com os outros secretários, Duboc tem o mapa da violência e o diagnóstico social como ferramentas de gestão. Nos bastidores, o método de governança é pragmático e focado.

Ao dialogar com o secretário de Educação, por exemplo, a conversa é direta: “Desse planejamento para este ano, se você está planejando reformar, construir, ampliar 20 ou 30 escolas, é preciso selecionar pelo menos dois terços disso e colocar nesses 43 grupos de bairros onde nós identificamos que temos mais problemas”, conta Duboc.

A decisão de onde construir uma escola de tempo integral deixou de ser puramente técnica ou política e passou a ser guiada pela mancha criminal – considerando, claro, o déficit de vagas naquelas localidades. A mesma lógica se aplica à Saú-

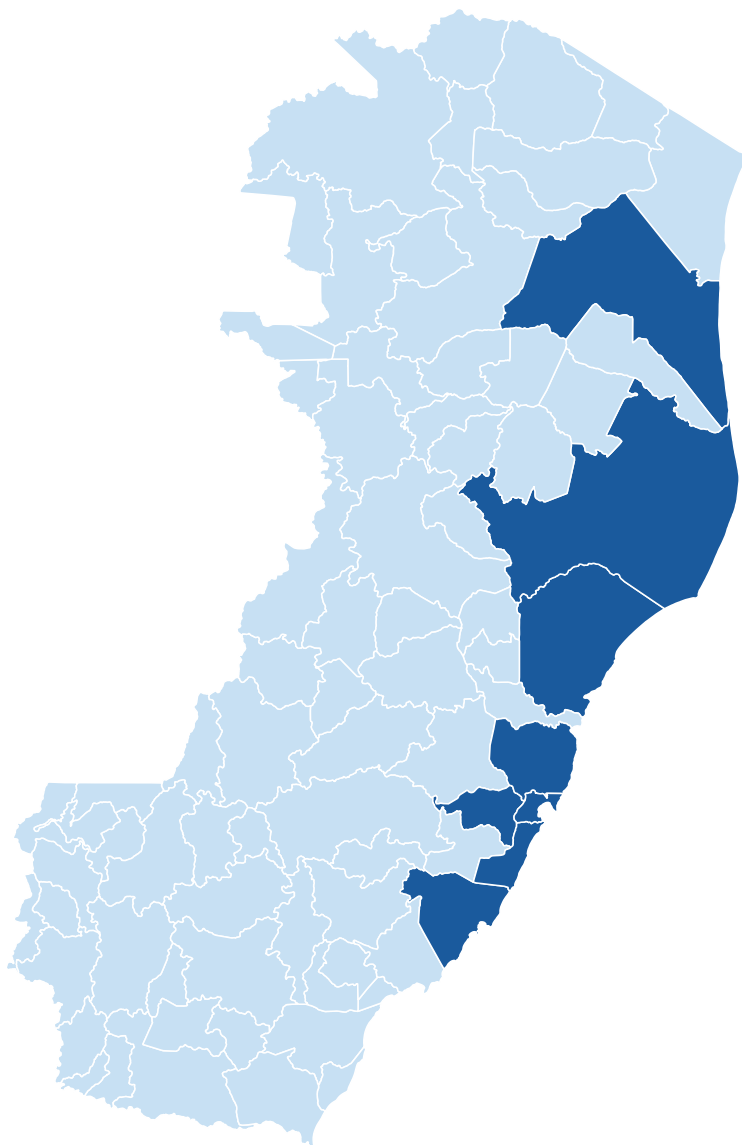
de. Diante da necessidade de instalar Centros de Atenção Psicossocial para Álcool e Drogas (Caps-AD), a diretriz é clara: “Esses são os municípios e os bairros em que você deve priorizar a instalação desses equipamentos”, diz o secretário. A localização é definida com base nos territórios onde a violência doméstica, muitas vezes associada ao alcoolismo, é mais prevalente.

Mesmo em áreas como Cultura e Esporte, a articulação é estratégica. Antes que a ambiciosa meta de universalizar as escolas de tempo integral fosse alcançada, Duboc mobilizou essas secretarias para oferecer atividades no contraturno, garantindo que os jovens das áreas mais vulneráveis tivessem ocupação e proteção no período em que estariam mais expostos aos riscos da rua.

André Garcia recorda que, no início, a Seae gerava “uma certa desconfiança” entre as outras pastas, que questionavam sua função e a sobreposição com as atribuições do planejamento. Superar essa resistência, o pensamento em silos e as disputas por território burocrático foi um dos maiores desafios. A autoridade da SEP para intervir no planejamento das outras secretarias era uma diretriz baseada na prioridade número um do governo, fundamentada em dados e com o respaldo direto do governador.

Para Álvaro Duboc, a dinâmica de liderança do governador é que confere autoridade às suas ações. Uma diretriz vinda da Secretaria de Planejamento é vista como a vontade do próprio chefe do Executivo. “Os secretários entendem que quem está falando para ele é o governador”, resume Duboc.

Escolas de tempo integral nos territórios do Programa Estado Presente



Fonte: Secretaria de Estado da Educação

CEEFMTI - Centro Estadual de Ensino Fundamental e Médio em Tempo Integral

EEEFM - Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio

EEEF - Escola Estadual de Ensino Fundamental

SERRA

- Novo Horizonte – CEEFMTI Dr. Getunildo Pimentel
- Planalto Serrano – CEEFMTI Joaquim Beato
- Planalto Serrano – EEEFM Professor João Antunes das Dores
- Central Carapina – EEEF Jones José do Nascimento
- Feu Rosa – EEEFM Antonio Engracio da Silva
- Feu Rosa – EEEFM Marinete de Souza Lira
- Eurico Salles – EEEFM Belmiro Teixeira Pimenta
- André Carloni – EEEFM Dom João Batista da Motta e Albuquerque
- Jardim Atlântico – EEEFM Jacaraípe
- Carapina Grande – EEEFM Romulo Castello

VITÓRIA

- São Pedro – CEEFMTI São Pedro Dr. Agesandro da Costa Pereira
- Bairro da Penha – EEEFM Aflordizio Carvalho da Silva
- Ilha das Caieiras – EEEFM Elza Lemos Andreatta

CARIACICA

- Flexal I – EEEFM Ana Lopes Balestrero
- Maracanã – EEEFM Néa Salles Nunes Pereira
- Nova Rosa da Penha – EEEFM Saturnino Rangel Mauro

ARACRUZ

- Barra do Riacho – EEEFM Caboclo Bernardo
- Jacupemba – EEEFM Dylío Penedo
- Vila do Riacho – EEEFM Ermentina Leal
- Guaraná – EEEFM Prof. Aparício Alvarenga

LINHARES

- Interlagos – EEEFM Professora Antonieta Banhos Fernandes

SÃO MATEUS

- Vila Nova – EEEFM Americo Silveiras

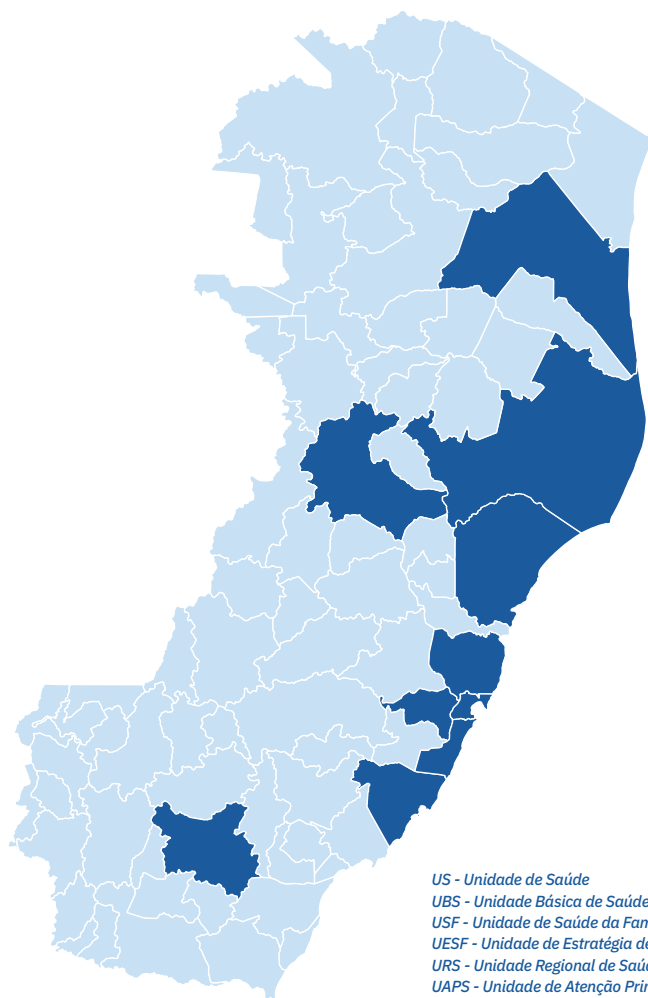
VILA VELHA

- Santa Rita – CEEFTI Galdino Antonio Vieira
- Vila Garrido – EEEFM Adolfinia Zamprogno
- Divino Espírito Santo – EEEFM Agenor de Souza Lé
- Boa Vista I – EEEFM Professor Geraldo Costa Alves
- São Torquato – EEEFM Silvio Rocio
- Terra Vermelha – EEEFM Terra Vermelha
- Jabaeté – EEEFM Mário Gurgel

GUARAPARI

- Kubitschek – EEEFM Lyra Ribeiro Santos

Unidades Básicas de Saúde (UBS) nos territórios do Programa Estado Presente



US - Unidade de Saúde
UBS - Unidade Básica de Saúde
USF - Unidade de Saúde da Família
UESF - Unidade de Estratégia de Saúde da Família
URS - Unidade Regional de Saúde
UAPS - Unidade de Atenção Primária à Saúde

SERRA

- Feu Rosa – URS Pedro Feu Rosa (Rede/URS regional)
- Vila Nova de Colares – UBS Vila Nova de Colares
- Jardim Carapina – ESF / UAPS Jardim Carapina
- Novo Horizonte – URS Novo Horizonte
- Planalto Serrano – UBS Planalto Serrano
- Laranjeiras – UAPS Parque Residencial Laranjeiras
- Central Carapina – UAPS Central Carapina

VITÓRIA

- Nova Palestina – US Maria Leda Santos (São Pedro V / Conquista / Nova Palestina)
- Bairro da Penha – UBS Dr. Gilson Santos
- Piedade – US Fonte Grande

CARIACICA

- Castelo Branco – UBS Rio Marinho
- Nova Rosa da Penha – US Nova Rosa da Penha 2 (UBS com ESF)
- Flexal II – UBS Flexal II
- Nova Esperança – US Nova Rosa da Penha 2 (UBS com ESF)

ARACRUZ

- Jacupemba – USF Jacupemba

CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM

- Zumbi – UBS Zumbi
- Village da Luz – UBS Doutor Mozart Santanna Júnior

COLATINA

- Ayrton Senna – USF Ayrton Senna
- Bela Vista – USF Bela Vista

LINHARES

- Interlagos – USF Interlagos
- Aviso – USF Aviso

SÃO MATEUS

- Vila Nova – USF Vila Nova
- Bom Sucesso – USF Bom Sucesso

VILA VELHA

- Barramares – USF Barramares
- Ulisses Guimarães – USF Ulisses Guimarães
- Boa Vista I / II – UESF Coqueiral de Itaparica
- São Torquato – USF São Torquato / US São Torquato
- Santa Rita – UBS / USF Santa Rita

GUARAPARI

- Adalberto Simão Nader – USF Jader Avelar Boghi
- Kubitschek – USF Mário Sérgio

Um legado de método, não de milagres

A drástica redução da violência no Espírito Santo, que tirou o Estado das manchetes negativas e o transformou em referência nacional, não foi obra do acaso ou de um milagre. Foi o resultado de um modelo de gestão meticulosamente desenhado e rigorosamente executado, uma prova de que, em políticas públicas, a inteligência e a estratégia podem ser tão essenciais quanto a força.

O verdadeiro legado dessa arquitetura de governança é a institucionalização de uma nova forma de pensar e agir. A abordagem transversal, guiada por dados e com foco nos territórios mais vulneráveis, está agora enraizada nos processos de planejamento e orçamento do Estado. Cada real investido em educação, saúde, cultura ou infraestrutura é também um investimento em paz social.

A ideia de que uma quadra de esportes, uma escola de tempo integral ou um centro cultural são, também, instrumentos de segurança, transformou a maneira como o Estado passou a enxergar e combater a criminalidade. No Espírito Santo a redução da violência se tornou um indicador de performance de todo o governo.

O coronel Alexandre Cerqueira, comandante-geral do Corpo de Bombeiros, aponta essa integração como uma das transformações mais significativas que presenciou em mais de 30 anos de carreira: “Hoje em dia você vê uma integração profissional e uma integração até social. Todo mundo conhece bem o seu papel. Ninguém quer usurpar a competência do outro, todo mundo respeita”, afirma.

O programa, que nasceu como uma iniciativa de governo, amadureceu e se consolidou como uma política da sociedade. Como bem definiu André Garcia, o Estado Presente tornou-se “um programa da sociedade capixaba”. É uma conquista que pertence a cada cidadão, construída sobre a fundação de uma gestão visionária, humana e transformadora.

Daniel Cerqueira

Autor(a) Convidado(a)

É coordenador do Atlas da Violência, pesquisador do Ipea, conselheiro do Fórum Brasileiro de Segurança Pública e diretor-presidente do Instituto Jones dos Santos Neves

Daniel Cerqueira

10 anos do Estado Presente, programa que mudou a face da violência no ES

Claro que ainda faltam muitos passos para atingirmos um quadro de ampla paz social no Espírito Santo. Precisamos continuar caminhando rumo ao futuro nessa estrada aberta pelo Estado Presente

Daniel Cerqueira | É coordenador do Atlas da Violência, pesquisador do Ipea, conselheiro do Fórum Brasileiro de Segurança Pública e diretor-presidente do Instituto Jones dos Santos Neves

Publicado em 01/10/2021 às 07h46



Único estado comandado pela esquerda no Sudeste, Espírito Santo soma vitórias contra o crime

A intenção é mostrar como um governo fora do campo da direita pode ser implacável contra a violência

por **Renato Casagrande** | **Atual**
Atualizado em 22 jun 2023, 19h13 | Publicado em 22 jun 2023, 09h00



ESTATÍSTICAS - Renato Casagrande, querendo nos homicídios e aumento da instabilidade policial (Cláudio Guter)

Em 2011, a criminalidade era uma chaga para a população do Espírito Santo. Na época, o estado figurava em segundo lugar no ranking nacional da violência, com uma taxa de 36,4 homicídios por 100 000 habitantes — para comparação, o índice atual da Jamaica, hoje o país mais violento do mundo, é de 49,3. Foi nesse contexto brutal de insegurança que Renato Casagrande (PSB) assumiu pela primeira vez o comando do governo estadual. Já em 2023, em seu terceiro mandato, ele celebra os resultados de uma ampla reforma na segurança que, por meio de investimentos na modernização das polícias, inclusão social e policiamento preventivo, baixou as estatísticas de mortes violentas ao menor patamar em quase três décadas — a taxa atual de homicídios é de 17,62 por 100 000 habitantes. Dessa forma, o único estado do eixo Sul-Sudeste governado pela esquerda passou a ser visto como referência dentro desse espectro ideológico, que ainda hoje se mostra encurralado pelo desafio de combater a banditagem sem rasgar a cartilha dos direitos humanos.

Bastidores

“Tem muitas soluções que impactam na segurança pública que são de responsabilidade do município. Como é que nós vamos dialogar com eles? Qual é a estratégia de dialogar com o município para que ele também tenha um papel na segurança pública, independentemente se tem guarda municipal ou não? É nos ajudar a fazer gestão de algumas áreas na cidade onde nós temos indicadores de violência mais altos.

E aí entra uma metodologia que não é nossa, que é do Ministério da Justiça, que são os Gabinetes de Gestão Integrada Municipal (GGIMs). A mesma reunião mensal que o governador faz, como a do programa Estado Presente, o prefeito também faz. Ele coloca na mesa o promotor da cidade, o juiz da cidade, o comandante do batalhão, o delegado da cidade e o seu secretariado para ouvir quais são os problemas da cidade. Aí, o comandante da Polícia Militar fala: ‘Prefeito, nós estamos com um problema sério no bairro tal. Nós tivemos nesse bairro, no mês passado, dois homicídios’. ‘Qual é o problema?’ ‘O problema é que nas ruas tal e tal a iluminação é insuficiente. Precisamos mudar a iluminação pública dessas ruas. E outra coisa, tem lá dois terrenos baldios com mato a toda altura, onde os criminosos estão se escondendo.’

Aí o prefeito vira para o secretário de Postura Urbana e diz: ‘Eu preciso que você vá lá, verifique e faça a limpeza desses dois terrenos. Eu preciso que você melhore a iluminação pública dessas duas ruas’.

Vou dar um exemplo. Eu estava em uma reunião dessas em Guarapari. Agora mudou tudo ali, mas na saída da ponte tinha uma pracinha onde ficavam várias pessoas em situação de rua, e aconteciam ali pequenos furtos e até questões relacionadas a sexo. Havia muita reclamação da sociedade.

E o comandante do 10º Batalhão já tinha mandado vários ofícios para a prefeitura, pedindo para melhorar a iluminação e fazer a poda das árvores, porque as árvores estavam prejudicando a iluminação, ficava escuro à noite. E aí, nessa reunião, o prefeito abordou essa questão e o comandante da polícia.

falou: ‘Eu já mandei cinco ofícios. Eu preciso que a prefeitura pode as árvores e que a prefeitura melhore a iluminação da praça. E mais, essas pessoas que estão lá têm que ser levadas para um abrigo, elas não podem ficar lá’. Aí estava a secretária de Assistência Social, providencia abrigo, estava o outro... Ou seja, uma questão que era burocrática, que não se solucionava, nessa reunião ela faz o encaminhamento.

São questões pequenas que trazem grandes resultados. Por exemplo, o GGIM da Serra. Em um trecho da avenida Norte-Sul, durante dois meses, encontramos três corpos lá. O homicídio não estava acontecendo lá, o homicídio estava acontecendo em outro local, mas as pessoas estavam jogando esses corpos lá. E aí o delegado de Crimes Contra a Vida da Serra falou: ‘Nós precisamos pegar aquela câmera que está lá naquela ponta e colocar aqui’. A prefeitura fez isso e não tivemos mais nenhum corpo encontrado nesse local.



A responsabilidade da segurança pública não é do governo federal, não é do governo do Estado, não é do governo municipal. É de todos. Hoje, dos 78 municípios capixabas, mais de 50 já têm GGIMs.”

Álvaro Duboc, secretário de Estado de Economia e Planejamento

Depoimento

“Criamos mecanismos institucionais que blindam o programa de mudanças políticas: legislação própria, governança permanente, comitês gestores intersetoriais e monitoramento baseado em evidências. Além disso, o modelo orçamentário assegura recursos estáveis e o uso de metas públicas, o que dá transparência e dificulta retrocessos. O foco sempre foi tornar o programa maior que qualquer governo – e hoje ele já é reconhecido como política de Estado.”



*Ricardo Ferraço,
vice-governador e coordenador do programa Estado Presente em Defesa da Vida*

04

CAPÍTULO

Onde o
Estado se
faz presente:
mapeando a
transformação

Onde o Estado se faz presente: mapeando a transformação

A estratégia do Estado Presente se baseia em dados. É preciso ter o mapa do território, identificando com precisão cirúrgica onde a violência se apresenta de forma mais intensa. O diagnóstico, coordenado por especialistas como Pablo Lira, diretor-geral do Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN), revelou o que os gestores já intuíam: a criminalidade no Espírito Santo não era um fenômeno homogêneo.

O mesmo diagnóstico de 2011 foi feito quando Renato Casagrande assumiu seu segundo mandato à frente do governo, em 2019. A análise dos números de 2015 a 2018 foi contundente: 74% dos homicídios no Estado se concentravam em apenas 10 municípios. E, dentro deles, a violência se aninhava em 43 territórios, englobando 140 bairros específicos. Eram regiões marcadas por um histórico de ocupação desordenada e ausência de serviços públicos, onde a vulnerabilidade social criava o terreno fértil para o crime.

Municípios priorizados no Programa Estado Presente			
<i>Municípios</i>	<i>Nº de territórios</i>	<i>Nº de bairros</i>	<i>% de homicídios (2015-2018)</i>
<i>Cariacica</i>	<i>5</i>	<i>19</i>	<i>16%</i>
<i>Serra</i>	<i>5</i>	<i>22</i>	<i>15%</i>
<i>Vila Velha</i>	<i>4</i>	<i>31</i>	<i>14%</i>
<i>Vitória</i>	<i>5</i>	<i>25</i>	<i>7%</i>
<i>Linhares</i>	<i>3</i>	<i>7</i>	<i>7%</i>
<i>Aracruz</i>	<i>5</i>	<i>8</i>	<i>4%</i>
<i>São Mateus</i>	<i>5</i>	<i>6</i>	<i>4%</i>
<i>Guarapari</i>	<i>3</i>	<i>4</i>	<i>3%</i>
<i>Cachoeiro de Itapemirim</i>	<i>4</i>	<i>6</i>	<i>2%</i>
<i>Colatina</i>	<i>4</i>	<i>12</i>	<i>1%</i>

Fonte: https://planejamento.es.gov.br/manuais_estado_presente, 2019

18/02/2019 14h03 - Atualizado em 18/02/2019 16h59

Governo implanta Programa Estado Presente para reduzir criminalidade no Espírito Santo

Compartilhar 100 [Facebook](#) [LinkedIn](#) [Compartilhar](#) [Imprimir](#)

Foto: Ademir Ribeiro/Secom



Para reduzir os índices de violência e criminalidade, com foco especialmente em crimes letais - homicídio, feminicídio, latrocínio e lesão corporal seguida de morte -, o Governo do Espírito Santo anunciou, nesta segunda-feira (18), a retomada do Programa Estado Presente em Defesa da Vida. Entre as ações anunciadas estão as criações da Delegacia de Investigação de Comércio Ilícito das Armas, Munições e Explosivos (Desarme) e do Observatório de Segurança Pública, além da reativação da Patrulha da Comunidade.

O anúncio da instalação do programa foi feito pelo governador Renato Casagrande, em reunião técnica que contou com a participação de diversas autoridades, no Palácio da Fonte Grande. O Programa Estado Presente em Defesa da Vida, um conjunto articulado de políticas públicas, envolvendo secretarias e órgãos da administração estadual, havia sido criado e implantado no Governo Casagrande do período 2011-2014, mas sofreu descontinuidade na gestão estadual anterior.

"O Estado Presente precisa se especializar no enfrentamento de crimes contra as mulheres e contra os jovens, principalmente os negros", disse o governador. "Queremos realizar políticas públicas nessas áreas. Precisamos usar a tecnologia, já que não podemos repor o efetivo policial de um dia para o outro. Queremos implantar o cerco eletrônico em toda Região Metropolitana da Grande Vitória. Temos que conversar com o Dnit, PRF, Detran e a concessionária ECO 101 para tentarmos viabilizar também nas rodovias federais", explicou.

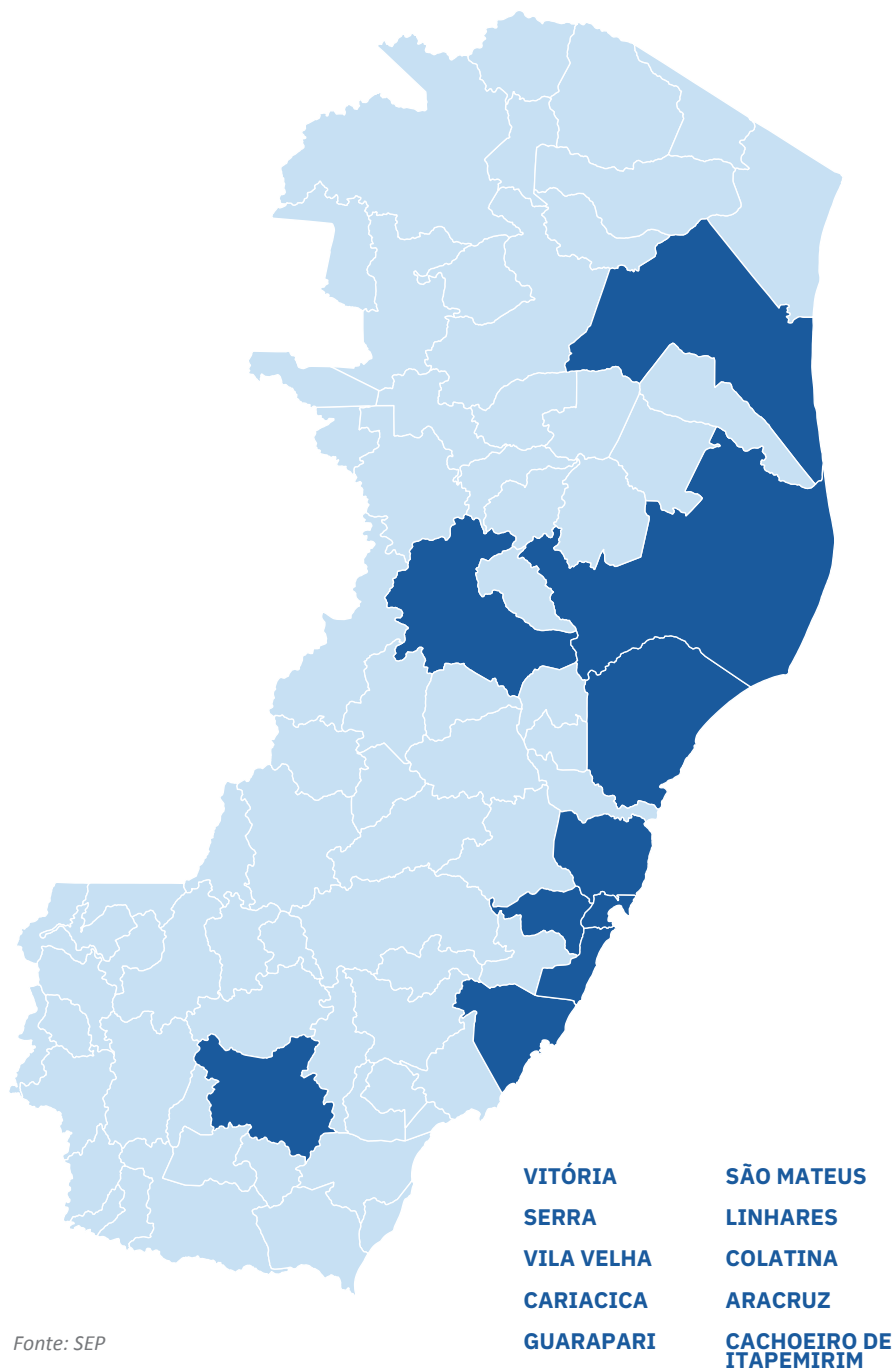
Casagrande disse que, após a retomada do eixo da proteção policial nesta segunda, o governo dará início ao trabalho no campo social no próximo mês. "Quando se tem instituições de segurança integradas, usando o gabinete do prefeito, do governador, com todos conhecendo os dados, as ações passam a ser articuladas. Quando não se tem integração, o crime sobressai sobre nós, como aconteceu nos últimos anos. Quando lançamos o Estado

Com esse mapa da vulnerabilidade em mãos, o governo pôde otimizar os investimentos e garantir que a resposta do Estado fosse proporcional ao desafio de cada localidade.

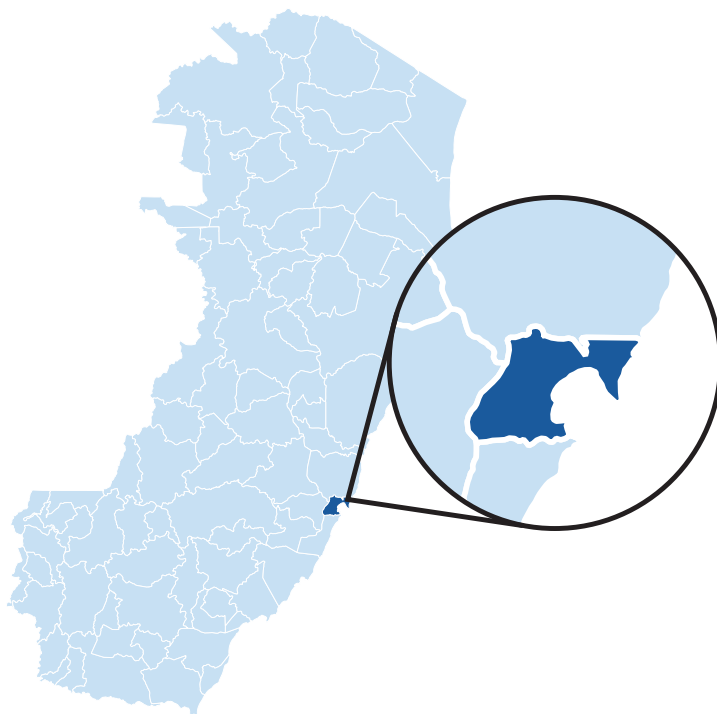
A lógica, como detalha Álvaro Duboc, era simples: o planejamento de todas as secretarias passava a ser orientado por esse mapa e a presença do Estado deixava de ser uma abstração para se materializar em obras e serviços concretos, priorizando quem mais precisava.

A estratégia de focalização do Estado Presente é organizada a partir de uma divisão metodológica do território capixaba, garantindo a integração e a corresponsabilidade das forças policiais em todos os níveis.

Territórios do Estado Presente



Territórios do Estado Presente - Vitória



SÃO PEDRO

- São Pedro
- Condusa
- Santos Reis
- São Jose
- São Pedro
- Santo Andre
- Ilha das Caieiras
- Redencao
- Conquista
- Resistencia
- Nova Palestina

SANTO ANTONIO

- Inhangueta
- Santo Antonio
- Bela Vista

ILHA DO PRINCIPE

- Ilha do Principe
- Vila Rubim

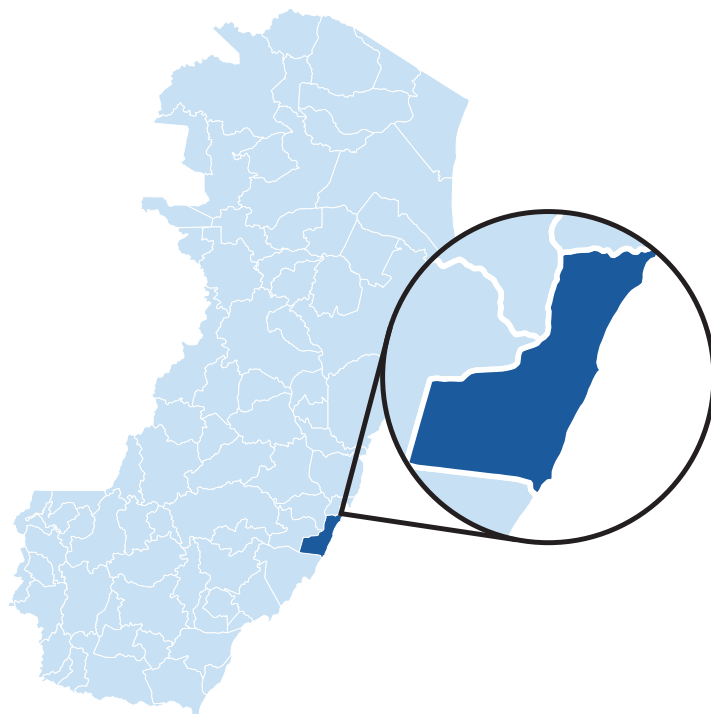
BAIRRO DA PENHA

- Bairro da Penha
- Bonfim
- Sao Benedito
- Consolacao
- Gurigica
- Itarare

PIEDADE

- Piedade
- Moscoso
- Fonte Grande
- Capixaba

Territórios do Estado Presente - Vila Velha



TERRA VERMELHA

- Barramares
- Ulisses Guimaraes
- Morada da Barra
- Joao Goulart
- Riviera da Barra
- Vinte e Tres de Maio
- Residencialjabaete
- Cidade da Barra
- São Conrado
- Normília da Cunha
- Terra Vermelha

SANTA RITA

- Santa Rita
- Primeiro de Maio
- Alecrim
- Vila Garrido
- Zumbi dos Palmares
- Ilha da Conceição
- Pedra dos Buzios

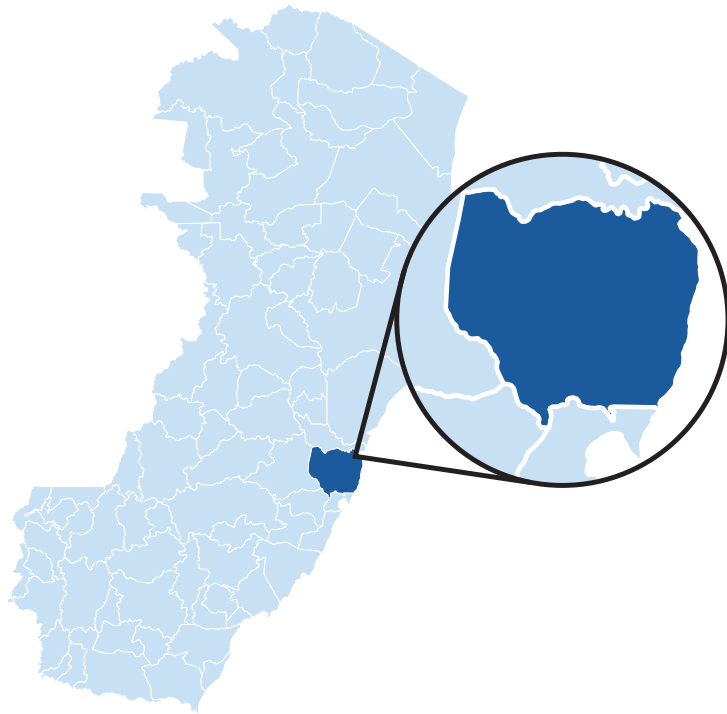
SOTECO

- Divino Espírito Santo
- Soteco
- Ilha dos Aires
- Vista da Penha
- Cristovao Colombo
- Boa Vista I
- Boa Vista II

SÃO TORQUATO

- Sao Torquato
- Cobi de Baixo
- Cobi de Cima
- Argolas
- Sagrada Família
- Chácara do Conde

Territórios do Estado Presente - Serra



FEU ROSA

- Feu Rosa
- Vila Nova de Colares
- Ourimar

CARAPINA

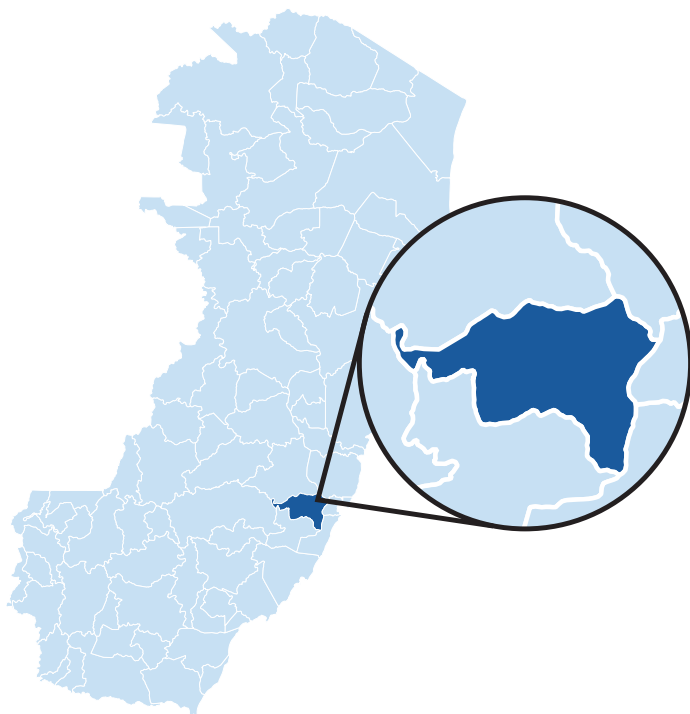
- Central Carapina
- Jardim Carapina
- Carapina
- Carapina Grande
- Andre Carloni

JACARAÍPE

- Bairro das Laranjeiras
- Enseada de Jacaraípe
- São Francisco
- Lagoa de Jacaraípe
- Residencial Jacaraípe
- Jardim Atlântico
- Costa Dourada
- Estância Monazitica
- São Patricio
- Parque Jacaraípe

NOVO HORIZONTE

Territórios do Estado Presente - Cariacica



FLEXAL

- Flexal I
- Flexal II

PADRE GABRIEL

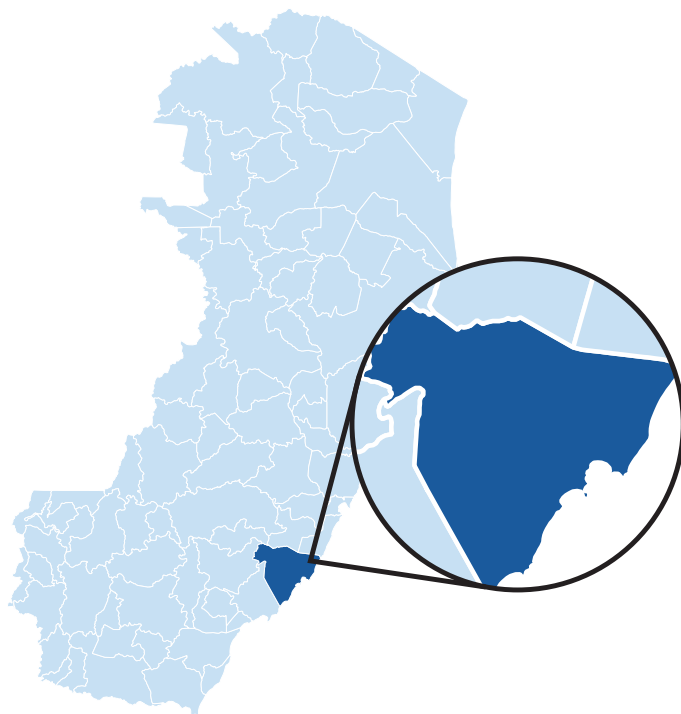
CASTELO BRANCO

- Castelo Branco
- Rio Marinho
- Jardim de Alah
- Alzira Ramos

BANDEIRANTES

- Bandeirantes
- Maracana
- Vila Isabel
- Vista Mar
- Vale Marinho
- Ipiranga
- São Rafael
- São Bernardo
- Loteamento Cordovil

Territórios do Estado Presente - Guarapari



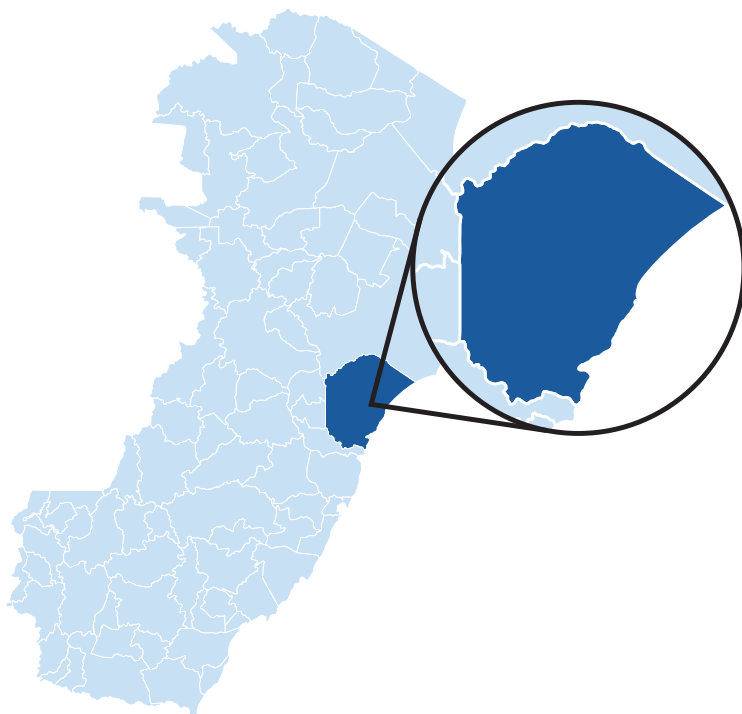
JABARAI

ADALBERTO S. NADER

KUBITSCHKE

- Coroadó
- Kubitschek

Territórios do Estado Presente - Aracruz



JACUPEMBA

BARRA DO RIACHO

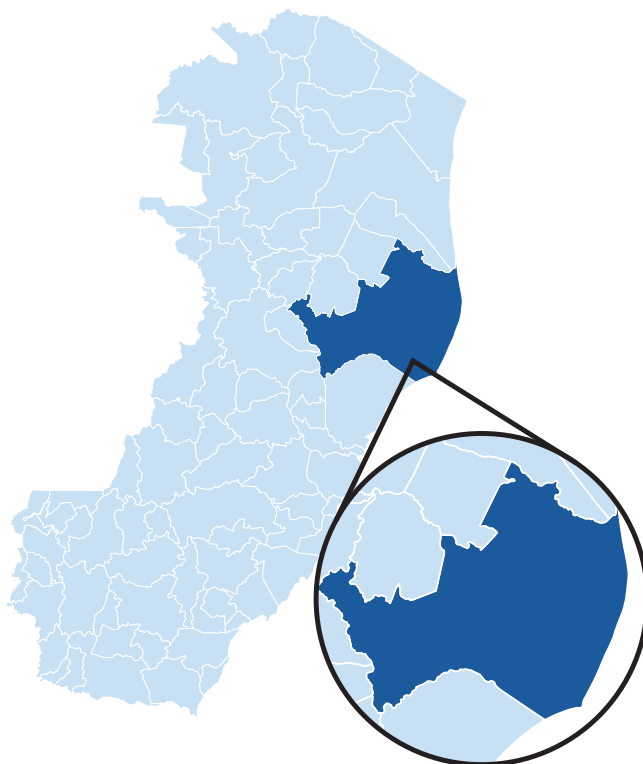
BELA VISTA

- Bela Vista
- Fátima
- Segatto
- São Clemente

VILA DO RIACHO

GUARANÁ

Territórios do Estado Presente - Linhares



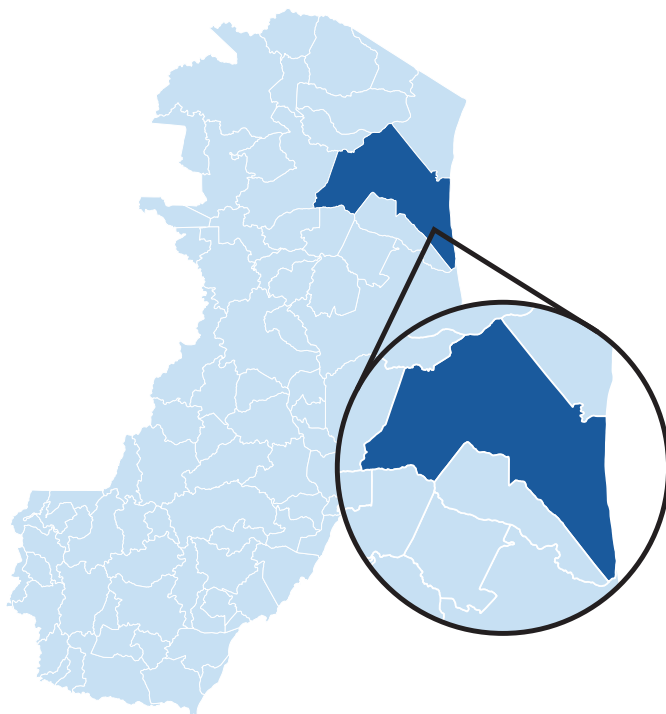
PLANALTO

- Santa Cruz
- Jocafe I
- Jocafe II
- Planalto
- Nova Esperanca

AVISO

INTERLAGOS

Territórios do Estado Presente - São Mateus



GURIRI

CACIQUE

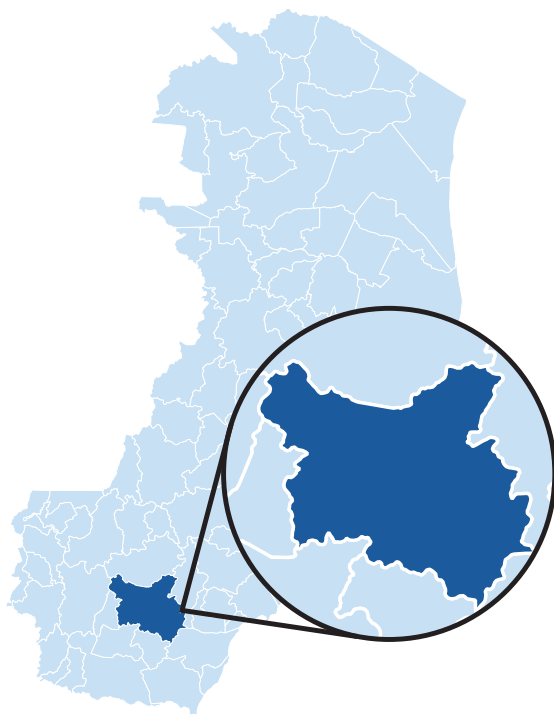
VILA NOVA

BOM SUCESSO

LITORÂNEO

- Bom Sucesso
- Vitória

Territórios do Estado Presente - Cachoeiro de Itapemirim



ZUMBI

VILAGE DA LUZ

- Vilage Da Luz
- Novo Parque
- Alto Novo Parque

MONTE CRISTO

GILSON CARONE

Territórios do Estado Presente - Colatina



AYRTON SENNA

- Ayrton Senna
- Vicente Suella

SANTO ANTONIO

SAO PEDRO

BELA VISTA

- Sao Judas Tadeu
- Bela Vista
- Santa Cecília
- São Vicente
- Alto São Vicente
- Por do Sol
- Operário
- Jardim Planalto

Em Vitória, o Território do Bem se tornou o principal estudo de caso da transformação ocasionada pelo Estado Presente. O Território do Bem não é um nome oficial em um mapa, mas uma identidade forjada pela própria comunidade. É a autodenominação de uma região que une seis bairros e três comunidades na capital capixaba: Itararé, Jaburu, Bairro da Penha, Bonfim, Engenharia, Consolação, Floresta, Gurigica e São Benedito.

A chegada do Estado ali foi multifacetada. Por um lado, a atuação policial foi repensada. O secretário de Estado da Segurança Pública, Leonardo Damasceno, relata que o modelo tradicional de incursões gerava um “excesso de desconfiança da comunidade” e confrontos recorrentes. A resposta foi a criação de uma companhia da Polícia Militar dedicada exclusivamente ao policiamento comunitário na região, uma força de proximidade que, segundo ele, foi fundamental para “distensionar” a relação com os moradores e reduzir drasticamente os confrontos e as mortes em 2025.

“Por isso que o monitoramento e a análise dos indicadores são fundamentais para que a gente consiga elaborar políticas”, afirma Damasceno.

Ao mesmo tempo, o Estado chegou com outras ferramentas, como a implantação do Centro de Referência das Juventudes (CRJ) de Itararé. Obras de infraestrutura, como a urbanização da orla de Nova Palestina, um bairro vizinho também atendido pelo programa, exemplificam uma estratégia-chave. Como afirma o governador Casagrande, “quando você monta uma infraestrutura, as pessoas se apropriam deste local. Isso espanta quem está com outros interesses ilícitos nessa área”.

A mesma lógica se aplica à pavimentação de 86 ruas na Grande Terra Vermelha, em Vila Velha, outra área prioritária.

A presença estatal se manifestou também na garantia da cidadania. O programa Morar Legal, de regularização fundiária, passou a atuar de forma articulada com o Estado Presente. A entrega de títulos de propriedade em bairros como Nova Esperança e Nova Rosa da Penha, em Cariacica, ofereceu mais do que um documento: proporcionou segurança jurídica, fortaleceu o sentimento de pertencimento e deu às famílias a dignidade de serem donas de seus lares.

Essa abordagem integral ressignificou a própria ideia de presença do Estado. Onde antes o poder público era visto apenas como uma força repressiva, passou a ser percebido como o provedor de uma nova escola, de uma rua asfaltada, de um posto de saúde e, fundamentalmente, de um futuro mais seguro.

Curiosidade



“A regularização fundiária está envolvida de uma maneira bem proeminente com a segurança. Tem várias pesquisas em diversos países mostrando cidades que começaram a transformar esse cenário de criminalidade generalizada pela regularização fundiária. Porque quando você

leva o direito à moradia, você reconhece e você regulariza, legaliza, o que acontece? Você atrai para aquele local uma série de melhorias.

Por exemplo, as pessoas começam a reformar seus imóveis, porque elas têm coragem de investir, pois sabem que aquilo ali é delas. Aí isso chama uma iluminação pública, e iluminação pública tem tudo a ver com segurança. É uma medida simples, mas que tem um impacto. Tem também o pertencimento. É como se o tecido social começasse a ser tratado com a regularização fundiária. Ele tratado, vai ter um efeito de cadeia, um efeito dominó que também reduz a violência.

Aí a cidadania fica mais aflorada porque as pessoas começam a cobrar, por exemplo, as melhorias do município. Isso fomenta até uma articulação dessas pessoas no sentido da melhoria daquele bairro. Tem dois anos que eu estou trabalhando com regularização fundiária na Corregedoria do Tribunal de Justiça e eu fiquei impressionada. Para mim, é uma das políticas públicas mais eficientes que existem. A última vez eu fui em Nova Vila Betânia (Viana), em uma terça à noite, entregar títulos representando a Corregedoria, juntamente com o prefeito. E aquelas pessoas com uma felicidade. É uma coisa muito legal. É uma festa da cidadania. Eu amo aquilo. Me chamou para ir entregar um título, eu estou indo.”

Gisele Souza Oliveira, juíza de Direito Auxiliar da Corregedoria-Geral da Justiça.

Cidadania concreta: construindo segurança tijolo por tijolo

A abordagem integral do Estado Presente revela uma verdade profunda: segurança pública, no Espírito Santo, tornou-se sinônimo de construção de cidadania. Cada ação, cada projeto, cada investimento converge para o fortalecimento do tecido social, com a compreensão de que uma comunidade forte, com acesso a direitos e oportunidades, é o ambiente mais hostil à criminalidade.

A expansão das escolas de tempo integral nos territórios prioritários é um exemplo emblemático dessa visão de longo prazo. Como observa Álvaro Duboc, a permanência estendida na escola melhora o desempenho acadêmico e protege o jovem da vulnerabilidade das ruas, especialmente em lares onde os pais trabalham o dia todo. Estudos internacionais corroboram essa percepção, mostrando que a modalidade fortalece os vínculos do estudante com a escola e com seu território, gerando um sentimento de pertencimento que é, em si, um fator de proteção.



“Quando olhamos o retrato, no início do programa, o governador falou assim: ‘Nós podemos fazer um programa que faça um tratamento mais forte e imediato com relação à impunidade, para reduzir a impunidade, para poder responsabilizar quem estiver cometendo crime, sobretudo crime violento, letal, intencional. Mas também precisamos olhar quais são as condicionantes de grupos que estão numa situação de maior vulnerabilidade’”, recorda Álvaro Duboc.

Isso leva a uma nova forma de medir o sucesso. A queda drástica no número de homicídios é o resul-

tado mais visível, mas os indicadores de êxito vão além. O sucesso também se reflete na redução da evasão escolar, no aumento da participação dos pais na vida da escola, na apropriação dos espaços públicos pela comunidade e na autoestima de um jovem que conquista seu primeiro emprego ou uma vaga na universidade. São vitórias menos ruidosas, mas igualmente importantes, que sinalizam uma mudança estrutural.

“Há programas como o QualificarES, da Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovação e Educação Profissional (Secti), com vagas de capacitações com recortes específicos para esses bairros do Estado Presente. Há linhas de crédito da Aderes (Agência de Desenvolvimento das Micro e Pequenas Empresas e do Empreendedorismo), há as feiras. E há projetos específicos da Secretaria de Direitos Humanos que só atuam na região do Estado Presente. O propósito é mostrar que o governo é para todas as pessoas, para todos os municípios, por isso há um recorte de vagas ou de projetos para os bairros do Estado Presente”, completa a secretária de Estado dos Direitos Humanos, Nara Borgo.



A eficácia da estratégia é um fato comprovado. Uma avaliação de impacto realizada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) calculou que, para cada R\$ 1 investido no programa, o retorno em bem-estar social para a sociedade capixaba foi de R\$ 2,40. Esse dado transforma a narrativa de "gasto" em segurança para "investimento" em vidas e no futuro do Estado.

O legado que se consolida é o de uma política de segurança que é, em sua essência, uma política de cuidado. Um modelo que, ao chegar em uma comunidade vulnerável, leva tanto a força policial quanto a nova creche, o CRJ, a pavimentação da rua e o título de propriedade. Essa presença constante e construtiva do poder público gera legitimidade e confiança, ressignificando a relação entre o Estado e o cidadão.

REFLEXÃO DO GOVERNADOR

Levar infraestrutura para esses locais ajuda as pessoas a se apropriarem dessas regiões. O Portal do Príncipe, em Vitória, é um exemplo claro. A comunidade se apropriou do Portal do Príncipe, da pista de skate, da praça para brincadeiras com as crianças. Quando você monta uma infraestrutura, as pessoas se apropriam deste local. Isso espanta quem está com outros interesses ilícitos nessa área.



Renato Casagrande
Governador do
Espírito Santo

Bastidores



“Os municípios, os prefeitos também têm interesse na política de segurança pública. Quando você leva para o prefeito a questão da segurança e fala: ‘Prefeito, eu sei que você não tem recurso para poder implementar uma guarda municipal, porque você vai ter que contratar pessoas, tem uma despesa, e, às vezes, o seu orçamento não cabe ter uma guarda municipal em todo município. Mas você pode contribuir significativamente para a política de segurança pública’, ele pergunta: ‘Como?’.

Você diz: ‘Eu vou financiar dois Cras na sua cidade. Eu preciso que você disponibilize para mim a área e o terreno, e eu vou construir os equipamentos, e você vai operar os equipamentos’. E esses equipamentos são cofinanciados. Os Cras e os Creas, o governo federal coloca uma parte, o Estado coloca uma parte e o município coloca outra parte. Então nós, em acordo com os municípios, com os prefeitos, fazemos isso.

Nós estamos entregando, de 2019 para cá, 108 unidades básicas de saúde. O governo está construindo. Mas quem decide onde essas unidades serão colocadas, dialogando com os municípios, somos nós. Nós decidimos onde precisamos colocar esses equipamentos. Por exemplo, Terra Vermelha (em Vila Velha) não tinha nenhuma em 2011. Hoje, tem duas unidades básicas de saúde.”

Álvaro Duboc, secretário de Estado de Economia e Planejamento

05

CAPÍTULO

Direitos
humanos na
ponta da ação:
Segurança
Pública é
cuidar de
pessoas

Direitos humanos na ponta da ação: Segurança Pública é cuidar de pessoas

A transformação na segurança do Espírito Santo começou com uma pergunta fundamental: e se a segurança pública fosse tratada como uma política de cuidado e cidadania, não apenas como uma questão de força? Essa interrogação deu origem a uma nova filosofia de gestão, lançada em 2011 e aprofundada a partir de 2019.

A premissa era ousada: para reduzir a violência de forma sustentável, era preciso gerar oportunidades, fortalecer comunidades e, acima de tudo, garantir a dignidade e os direitos de cada indivíduo. A segurança, nessa nova visão, deixava de ser um fim em si mesma para se tornar a consequência de um Estado que se faz presente em todas as dimensões da vida do cidadão.

A materialização dessa nova filosofia exigiu uma inovação na própria arquitetura do governo. O programa Estado Presente foi estruturado sobre dois pilares de igual importância: o Eixo de Proteção Policial, focado na repressão qualificada e na investigação, e o Eixo de Proteção Social, voltado para a prevenção. A decisão mais disruptiva, no entanto, foi onde alocar o comando deste segundo eixo. Em vez de subordiná-lo à lógica da segurança, o governo entregou sua coordenação à Secretaria de Direitos Humanos (SEDH), liderada pela secretária Nara Borgo.

Essa escolha administrativa foi uma declaração de princípios. Ao colocar a SEDH no centro da estratégia de prevenção, o governo inverteu a lógica tradicional. As políticas sociais deixaram de ser um apêndice reativo para se tornarem uma ferramenta proativa e central no combate às causas da violência.

Essa governança, com a liderança pessoal do governador Renato Casagrande e reuniões mensais capitaneadas por ele, garante que a agenda de direitos humanos tenha o mesmo peso e a mesma urgência que a agenda policial. A SEDH assumiu, assim, o papel de articuladora, ativando os diversos conselhos de direitos, como o Conselho Estadual de Direitos Humanos (CEDH), e fortalecendo a parceria com entidades da sociedade civil para construir uma rede de proteção robusta e capilarizada.

O compromisso foi formalizado em documentos como o Programa Estadual de Direitos Humanos e o Plano Estadual de Educação em Direitos Humanos, ambos publicados em 2014, que serviram como alicerce para a consolidação de uma política de Estado duradoura, que enxerga na garantia de direitos o caminho mais eficaz para a construção da paz.

Um olhar sobre os mais vulneráveis – raça, gênero e juventude

Uma política de direitos humanos genuína reconhece que a violência não afeta a todos da mesma forma. Gênero, raça e idade são marcadores que definem níveis distintos de vulnerabilidade. No Espírito Santo, essa compreensão se traduziu em ações focadas nos grupos mais atingidos pela criminalidade.

A violência de gênero, por exemplo, ganhou um status estratégico inédito. Como explica a secretária de Estado das Mulheres, Jacqueline Moraes, a criação da sua pasta em 2023 e a instituição do eixo “Mulher Viva +” como o terceiro pilar do Estado Presente foram decisões políticas do governador Casagrande para enfrentar um problema cultural e doméstico. A colaboração entre a Secretaria das Mulheres e a de Direitos Humanos se tornou um modelo de atuação interdisciplinar, reconhecendo que a violência contra a mulher, especialmente a mulher negra, está na intersecção de múltiplas opressões.

O foco mais agudo da política de prevenção, contudo, voltou-se para a juventude negra. Dados do Atlas da Violência revelam uma realidade brutal em todo o Brasil: jovens negros são as maiores vítimas de homicídios, morrendo quase três vezes mais que jovens brancos. Ciente dessa emergência, o governo capixaba elegeu a proteção dessa população como prioridade. A principal resposta foi a criação dos 14 Centros de Referência das Juventudes (CRJs), equipamentos públicos coordenados pela SEDH e localizados nos territórios mais vulneráveis.

Sementes de futuro: a prevenção como alicerce

Se a presença policial qualificada e a infraestrutura urbana preparam o terreno, é na prevenção que o Estado Presente planta as sementes de um futuro mais pacífico. A filosofia é clara e foi verbalizada pelo governador Casagrande: é preciso mostrar aos jovens que “existem outros caminhos que não sejam o caminho da criminalidade”. Essa convicção se materializou no mais ambicioso projeto do eixo de Proteção Social do programa: os Centros de Referência das Juventudes (CRJs). O projeto, criado em 2022, já atendeu mais de 300 mil jovens.

Implantados em 14 localidades estratégicas nos territórios mais vulneráveis, os CRJs são muito mais do que prédios; são ecossistemas de oportunidades. Nesses espaços modernos e acolhedores, jovens de 15 a 29 anos encontram, gratuitamente, desde oficinas de geração de renda e cursos de qualificação até apoio psicossocial e acesso à cultura e tecnologia. A gestão, realizada em parceria com Organizações da Sociedade Civil (OSCs) com profundo conhecimento da realidade local, garante que os centros sejam, de fato, da comunidade para a comunidade.

O segredo do sucesso dos CRJs, no entanto, está em um elemento intangível e poderoso: o afeto. Brenda Kelves da Costa Garcia, coordenadora do CRJ de Guarapari, revela a premissa que norteia o trabalho de sua equipe:

“Partimos da premissa da criação de vínculos. Esse vínculo é necessário para que o jovem se conecte ao equipamento e a política funcione”, explica a coordenadora.

O CRJ não opera sob a lógica de “salvar” jovens ou “descobrir” talentos. A visão é outra.



“Não gosto da ideia de que ele ‘descobre’ talentos, porque isso pressupõe que pessoas negras e periféricas não são potentes. Na realidade, elas já são. O CRJ vem para potencializar o que já existe”, detalha Brenda.

Essa abordagem cria um “Estado Afetivo”, um espaço de reconhecimento e pertencimento que compete diretamente com o falso acolhimento oferecido pelo crime organizado. Enquanto o tráfico coopta jovens oferecendo status e uma identidade de grupo, o CRJ oferece os mesmos elementos psicológicos, mas de forma construtiva. Ele valoriza o jovem como protagonista de sua própria história, dando-lhe as ferramentas e o apoio para que ele mesmo construa seu projeto de vida.

As histórias de sucesso validam a estratégia e humanizam os números. Em uma reportagem de destaque nacional, o Brasil conheceu a jornada de Jamilly dos Santos e Andrei dos Santos Panetto. Jamilly, frequentadora do CRJ São Pedro, em Vitória, recebeu orientação vocacional e apoio nos estudos. O resultado: uma vaga no curso de Letras da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes).

Andrei, por sua vez, foi levado por um amigo ao CRJ Terra Vermelha, em Vila Velha, para cortar o cabelo. Lá, se interessou por uma oficina de barbearia, profissionalizou-se e hoje tem sua própria

clientela, gerando renda para si e servindo de inspiração na comunidade. São trajetórias como a deles, e como a do jovem que, após um intercâmbio viabilizado pelo governo, voltou para dar aulas de inglês em seu bairro, que mostram o poder transformador da prevenção.

“Tem o jovem que quer ir para a universidade, tem o jovem que quer ser empreendedor, e aí eles vão traçando os planos com os psicólogos, assistentes sociais. E nós ouvimos eles falando que sentem que o CRJ é a casa deles. Eu vou muito aos CRJs e algumas histórias me marcam. Como a de um menino na Serra que me falou, ‘Não dá para ficar na minha casa. Tem muita violência doméstica. Eu venho pra cá, porque também não quero ficar na rua’. Depois ele falou que adorou fazer o curso no CRJ e voltou para a escola. Tinha jovem que não sabia que existia a Ufes, que achava que todas as faculdades eram pagas, e isso era muito distante para eles. Tinha jovem que não sabia o que era o Enem. Nós fazemos tudo para eles, ensinamos até sobre a documentação. E em 2025, 26 passaram em universidades”, comemora Nara Borgo.



Uma pesquisa de monitoramento realizada pelo Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN) confirmou o acerto da estratégia: os CRJs atendem majoritariamente jovens negros de famílias de baixa renda e possuem 92% de avaliação positiva entre seus usuários, que afirmam que o espaço “transformou vidas”.

Bastidores



“O CRJ, sem dúvidas, é a maior política de direitos humanos do governo do Estado. E ele tem um papel fundamental na prevenção da vida. Quando o CRJ foi pensado, pensamos muito em como fazer com que o jovem acessasse o equipamento, gostasse de ficar ali dentro. Criamos uma metodologia que é nossa, do Espírito Santo. Fomos para os bairros, ouvimos a juventude, ouvimos os conselhos de juventude, os fóruns de juventude, a comunidade. Fomos pegar exemplos em outros Estados, em outro país, para ver como funcionava, o que funcionava lá, o que não funcionava.

No começo foi difícil fazer algumas pessoas entenderem a metodologia de um espaço que podia ser acessado pelo jovem sem que ele fosse repreendido, que ele pudesse chegar para conhecer que existe o Estado, que existe serviço de saúde, que existe escola, que às vezes é aquele jovem que estava em situação de vulnerabilidade extrema.

O nosso índice de atendimento, na maior parte, é de jovens que têm renda familiar de até um salário mínimo. É uma juventude muito carente. E o

CRJ é um espaço que é a cara da juventude, onde o jovem pode ir lá só para sentar e bater papo. Ele vai ser bem recebido. Não vai ficar ninguém atrás dele, dizendo que ele tem que fazer isso ou aquilo. Deixa ele ali sentado batendo papo.

Nós temos uma equipe psicossocial. Psicólogos, pedagogos, assistente social, terapeuta etc. Essa equipe aborda o jovem dizendo, ‘Você vem aqui a semana inteira, você não quer fazer um curso? O que você gosta de fazer?’. Depois que ele é abordado, ele fica. E aí, no primeiro momento, as pessoas falavam, ‘Não é possível. Você não exige que o jovem esteja na escola?’. Não, se eu exigir que o jovem esteja na escola, eu não vou acessar esse jovem mais vulnerável. Então, não tem exigência nenhuma para ele participar. É só ele ser jovem. É só ele estar dentro da faixa etária de 15 a 29 anos que ele vai participar. E assim a gente começou o projeto. A gente tinha uma previsão de atender 65 mil jovens por ano. Em 2025, a gente atendeu mais de 95 mil.”

Nara Borgo, secretária de Estado de Direitos Humanos

Depoimento



“Comecei a frequentar o CRJ (Centro de Referência das Juventudes) no finalzinho de 2022, quando tinha 18 anos. Ele tinha sido inaugurado em agosto, e eu comecei a ir em agosto mesmo. Minha ideia inicial era apenas estudar, já que a biblioteca estadual, que eu frequentava, ficava longe da minha casa.

Quando descobri que o CRJ era perto, fiquei muito feliz e comecei a vir todos os dias, ficando cerca de cinco a seis horas estudando, pois era o meio que encontrei para me preparar para o vestibular. Eu não esperava nada e não entendia muito bem como funcionava. Fiquei muito surpresa por ser tudo gratuito; via outros lugares onde se pagava para ter acesso a um sistema de estudos, mas o CRJ me dava a facilidade de poder passar a tarde toda estudando, e ainda tinha lanche sem nenhum custo. Eu confesso que, inicialmente, achava que era bom demais para ser verdade.

Eu queria muito ir para a universidade. Inicialmente, pensava muito em Medicina Veterinária, mas essa opção se tornou inviável porque eu só conseguiria estudar em Alegre, e financeiramente não seria possível, pois teria que me mudar para lá. Nesse período de estudos intensos, a equipe do CRJ, o terapeuta ocupacional e o psicólogo me ajudaram muito. Estudei demais, fiz a prova e estava muito nervosa. Depois de fazer a prova de seleção e sentir vontade de desistir, comecei a pensar em outro caminho. Foi nesse momento que descobri uma oficina de Letras no CRJ. Eu gostava de escrever, então decidi ir. Eu não conhecia nem falava com ninguém até então. Fui à oficina, mostrei poesias antigas

que eu tinha escrito e os professores me deram muita força. Fiquei empolgada! Em dezembro, houve uma apresentação coletiva de amostra de cada oficina e eu pude apresentar uma poesia. Foi muito, muito legal e me fez descobrir que a poesia era uma área que eu podia explorar mais.

Continuei nas oficinas e percebi que o curso de Letras, que eu faço hoje, era um caminho de que eu realmente gostava e que poderia seguir. Conversei com meu educador, que sugeriu Letras, e apesar do ‘será?’, eu já gostava da poesia e de ensinar, então achei uma boa. Pesquisei mais sobre o curso e decidi tentar. Quando saiu o Sisu (Sistema de Seleção Unificada), influenciada pela poesia e pela força que recebi, decidi fazer Letras em Português na Ufes (Universidade Federal do Espírito Santo). Entrei em 2023 e a previsão é me formar, por causa da greve, em 2027.

O CRJ continua a ser um apoio fundamental para mim, mesmo depois de ter entrado na faculdade. Eu o uso para imprimir trabalhos, fazer pesquisas, aproveitar a internet boa e os computadores. Tem uma sala de reunião onde podemos estudar e trabalhar. Além disso, comecei a dar aulas de auxílio em áreas ligadas a Letras, como oficinas de poesia e teatro, e fui organizadora do livro ‘Poesia de Favela’, que lançamos com 14 jovens. Moro a duas ruas do CRJ, é muito perto, e posso dizer que ele fez uma diferença tremenda no bairro. Muitos jovens que antes eu via em situações de risco já não estão mais; eles vêm para cá, jogam, participam de atividades. Muitos jovens que poderiam estar se perdendo, mesmo com 24 anos, vieram para cá. Um exemplo claro é meu irmão, que tem 24 anos e estava quase se desviando. O CRJ deu a ele uma visão de futuro. Hoje ele frequenta, faz atividades, é concurseiro e estuda Engenharia. Além dele, vejo outras pessoas que antes estavam na boca de fumo, sem futuro, e agora estão aqui. Isso é muito valioso.

Na situação em que vivemos, morando em bairros com falta de acessibilidade e oportunidades, temos que remar contra a maré. A chance de cair no tráfico e prostituição é muito alta nesses bairros à margem da sociedade. Se não nos esforçarmos ao máximo para ir contra o que o bairro ou o sistema querem que a gente faça, vamos nos afundar. O intuito é mostrar que nosso lugar é onde a gente quiser. Se eu quiser ir para uma universidade, eu vou estar numa universidade. É preciso buscar apoio e, acima de tudo, perseverar e não desistir, porque desistir é a coisa mais fácil.”

Jamilly dos Santos, 21 anos, que frequenta o CRJ São Pedro, em Vitória

REFLEXÃO DO GOVERNADOR

“Nós temos todos os conselhos funcionando, sem nenhuma exceção. Temos também 14 CRJs funcionando. Nós temos uma parceria forte com as entidades da sociedade que trabalham com direitos humanos. E temos um trabalho no Iases (Instituto de Atendimento Socioeducativo do Espírito Santo) muito importante para podermos dar oportunidade ao jovem que foi para o mundo do crime sair dele. Temos uma política importante de educação e de formação da juventude que está internada hoje nas nossas unidades. Não é somente o combate à criminalidade, é também prevenção, é cidadania.

E quem cresce com acesso a educação, a segurança, a cultura, a esporte, vai tendo oportunidades mesmo de ter futuro, porque muitos jovens entram no mundo do crime buscando uma independência financeira.

O que a gente tem que deixar claro é que tem outros caminhos que não sejam o caminho da criminalidade. Muitos jovens têm uma vida muito curta quando entram no mundo do crime. A maior parte das pessoas que perde a vida no mundo do crime tem 17, 18, 25 anos.

”

Renato Casagrande
Governador do
Espírito Santo

O Selo de Segurança Pública – induzindo responsabilidade municipal

Para engajar os prefeitos na missão da prevenção primária, que ocorre no nível local – na iluminação da rua, na ordem urbana, na assistência social – o Ministério Público do Espírito Santo lançou o Selo de Segurança Pública Municipal, instituído pela Portaria PGJ 1.019/2025.

Trata-se de uma ferramenta de indução de política pública baseada na meritocracia e no reconhecimento. Luciana Andrade explica a lógica: "Nós enumeramos uma série de legislações, de conselhos e equipamentos que são fundamentalmente necessários, e o município que os implementar vai ser ranqueado". O projeto estabelece cinco categorias de certificação – Bronze, Prata, Ouro, Platina e Diamante – conferidas aos municípios que comprovarem a estruturação de seus sistemas de governança em segurança.

Para obter o selo, o município precisa comprovar a existência e o funcionamento efetivo de estruturas como Conselhos Municipais de Segurança, Conselhos sobre Drogas, Gabinetes de Gestão Integrada Municipal (GGIM) e Guardas Municipais capacitadas. Francisco Berdeal destaca que essa iniciativa visa criar uma cultura de segurança local, em que o prefeito assume seu papel na prevenção da violência, saindo da posição de mero cobrador do governo estadual. O Selo funciona como um ativo reputacional para a cidade, sinalizando organização e segurança para investidores e turistas.

Iases: um olhar humanizado

Outra decisão estrutural de profundo significado foi manter o Instituto de Atendimento Socioeducativo do Espírito Santo (Iases) sob a gestão da Secretaria de Direitos Humanos. Em muitos Estados, o sistema socioeducativo é vinculado a pastas de Justiça ou Segurança Pública, o que reforça uma cultura de punição. Ao alocá-lo na SEDH, o governo capixaba reenquadra a missão do Iases: o foco deixa de ser a contenção do “infrator” para se tornar a garantia dos direitos do “adolescente em formação”. É uma mudança filosófica que visa quebrar o ciclo da reincidência, tratando o jovem em conflito com a lei como um sujeito de direitos, cujo futuro pode e deve ser reconstruído.

O trabalho de ressocialização completa o ciclo da prevenção, focando em evitar a reincidência. O Iases garante que 100% dos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa estejam matriculados e frequentando aulas, seguindo a grade curricular da rede estadual. A educação é tratada como a principal ferramenta para a reconstrução de projetos de vida, assegurando que, mesmo após um desvio de percurso, a porta para um futuro diferente permaneça aberta.

“As pessoas costumam achar que a socioeducação é a mesma coisa que o sistema prisional, e não é. Estamos tratando com jovens, com adolescentes ainda em crescimento e formação de caráter. A socioeducação não pode ser militarizada, tem que ser voltada mesmo à escolarização, a atividades de extensão. Quando você tem o Iases vinculado a uma Secretaria de Justiça, em que tudo se volta para o sistema penitenciário, você pode acabar fazendo com que o Iases entre nessa mesma linha de raciocínio. Quando ele está numa Secretaria de Direitos Humanos, você tem esse outro olhar. O menino tem que estudar todo dia. O preso não estuda todo dia. A Secretaria de Direitos Humanos é a secretaria que cuida dos direitos também de crianças e adolescentes, então é importante ter esse olhar de que socioeducação não é prisão. Socioeducação é um estágio pelo qual o adolescente passa para que possa entender o erro que ele cometeu, o ato infracional análogo ao crime que ele cometeu, para que não repita”, defende Nara Borgo.



Depoimento



“Tem um edital na Secretaria de Direitos Humanos para premiar boas práticas de jovens. Eles recebem um valor em dinheiro. E em 2023 foi a primeira edição que os meninos do Iases participaram em igualdade de condições com os meninos que não estavam internados. Temos uma horta no Iases que foi com um recurso que eles captaram no edital, tem um grupo de teatro, tem uma padaria. Saber que um menino que está no Iases pode concorrer a captar um recurso do governo nas mesmas condições que um que está aqui fora é muito gratificante.

Outro ponto é o uso do nome social. Nós respeitamos o nome social e teve um jovem que conseguiu retificar o registro, um menino trans. A gente fez a retificação e no dia da entrega da certidão dele, da nova documentação, estava a família também. Isso tudo é muito gratificante.”

Nara Borgo, secretária de Estado de Direitos Humanos

Levando os direitos a cada canto do Estado

Para que uma política de Estado se torne realidade na vida das pessoas, ela precisa chegar aos municípios. Em vez de centralizar todas as ações, o Estado atua como um indutor e financiador de políticas locais. Um exemplo claro é o projeto “Fortalece Mulheres”, da Secretaria das Mulheres. O governo estadual incentiva ativamente os 78 municípios a criarem seus próprios Organismos de Política para as Mulheres (OPMs). Como incentivo, aqueles que aderem recebem um “Kit Mulher Viva +”, contendo um carro, notebook e outros equipamentos para estruturar o atendimento local.

“É desafiador porque você chega, só tem quatro organismos (em 2023). E aí você fica sem esse chão, o chão da fábrica, onde as coisas acontecem. A gente está rompendo com esse desafio estrutural”, conta a secretária Jacqueline Moraes.



Essa mesma lógica se aplica a outras áreas. O Estado financia a construção de Centros de Referência de Assistência Social (Cras) e Centros de Referência Especializado de Assistência Social (Creas), equipamentos operados pelos municípios que são portas de entrada cruciais para a rede de proteção social. Essa cooperação garante que a filosofia do Estado Presente se traduza em serviços concretos e acessíveis em cada canto do Espírito Santo, criando uma malha de proteção que vai do nível estadual ao bairro.

O desafio no asfalto – humanizando a ação policial

A grande prova de uma política de segurança baseada em direitos humanos acontece no asfalto, no dia a dia da ação policial, onde a tensão entre a aplicação da lei e a garantia da dignidade é mais palpável. Reconhecendo esse desafio, o governo do Estado implementou estratégias para humanizar a atuação das forças de segurança, buscando construir confiança em territórios historicamente marcados pela desconfiança.

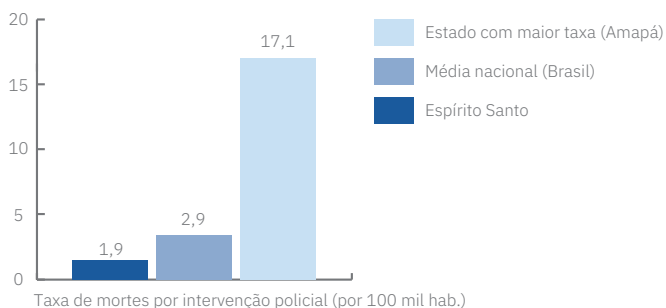
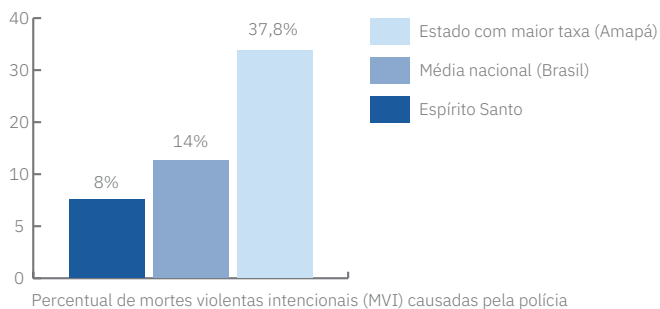
Uma das principais ferramentas para essa aproximação é o policiamento comunitário orientado para o problema. O secretário de Segurança Pública, Leonardo Damasceno, cita como exemplo a criação da 6ª Companhia do 1º Batalhão, dedicada exclusivamente ao policiamento comunitário no Território do Bem, em Vitória. A decisão foi uma resposta direta a um aumento de confrontos na região, que gerava um “excesso de desconfiança da comunidade em relação à Polícia Militar”.

Em vez de apenas incursões táticas para resolver problemas pontuais, a nova companhia passou a ter como missão a presença constante e o diálogo. O resultado, segundo Damasceno, foi uma redução substancial no número de confrontos e mortes na área.

Essa abordagem mais técnica e contida se reflete nos indicadores de letalidade policial. Embora o secretário ressalte que todo confronto com morte é ruim, os dados posicionam o Espírito Santo em um patamar diferenciado no cenário nacional.

Os números mostram que a taxa de letalidade policial no Espírito Santo é significativamente inferior à média brasileira e drasticamente menor que a de Estados como o Amapá. Isso acontece como fruto de uma política que investe em treinamento, em tecnologia e, principalmente, em uma filosofia de atuação que valoriza a vida.

Letalidade policial (mortes por intervenção policial)



Fonte: Entrevista com o secretário Leonardo Damasceno e 18º Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2024, dados de 2023).

“A gente tem que comparar com o restante do Brasil. Quando você compara, a atuação da nossa polícia é menos letal que a maioria das polícias brasileiras”, afirma Damasceno.

A maturidade institucional também se revela na forma como o sistema lida com os desvios. Em casos de falha ou abuso policial, a resposta tem sido célere e firme. “O sistema funcionou. A Polícia Civil fez o papel dela, a Corregedoria da Polícia Militar fez o papel dela. Quando isso virou notícia, eles já estavam presos”, relata o secretário sobre um caso de abuso policial, orgulhoso de um sistema que demonstra capacidade de “cortar na própria carne” para preservar seu legado e a confiança da sociedade.

A mudança de mentalidade – uma cidadania fortalecida

O legado mais profundo de uma política que coloca os direitos humanos em seu centro é a gradual mudança de mentalidade na sociedade e no próprio aparato estatal. A segurança deixa de ser vista apenas como ausência de crime para ser entendida como presença de cidadania.

Esse processo é alimentado por iniciativas contínuas de diálogo e formação. O projeto “Educação em Direitos Humanos”, por exemplo, produziu e distribuiu milhares de cartilhas, vídeos e podcasts sobre temas como questão racial, direitos das mulheres e saúde mental para os CRJs e escolas da rede estadual. É um esforço para semear uma cultura de paz e respeito nas novas gerações, mostrando que falar de direitos humanos é falar sobre o alicerce de uma sociedade mais justa e segura.

A manutenção de todos os conselhos de direitos em pleno funcionamento e a forte parceria com a sociedade civil são a prova de um governo que enxerga o controle social como um pilar da democracia.

Como resume o governador Renato Casagrande, o objetivo final transcende a gestão de uma crise. Trata-se de construir um futuro.

Depoimento



“O que mais me marca é ver a mudança no olhar das pessoas sobre o próprio futuro. Em alguns bairros onde antes predominava o medo, hoje vemos jovens voltando a estudar, mães reabrindo pequenos negócios e espaços públicos sendo retomados pela comunidade. Já estive em escolas onde professores relatam que a presença integrada do Estado devolveu autoestima aos alunos. São histórias que mostram que políticas públicas podem salvar vidas para além das estatísticas.

Além da redução de homicídios e outros crimes, monitoramos evasão escolar, acesso a serviços públicos, inserção produtiva, fortalecimento de vínculos familiares, qualidade dos equipamentos comunitários e participação das organizações locais. Também acompanhamos indicadores de vulnerabilidade social, como trabalho infantil, violência contra mulheres e jovens e melhoria da renda das famílias. Segurança, para nós, é desenvolvimento humano.”

Ricardo Ferraço,
vice-governador e coordenador do programa Estado Presente

06

CAPÍTULO

A violência
que mora ao
lado – ações
transformam
realidades
femininas

A violência que mora ao lado – ações transformam realidades femininas

Existe uma violência que não grita nas estatísticas de crimes de rua. Ela se esconde no silêncio dos lares, sussurrada entre quatro paredes, onde o Estado, com suas viaturas e sirenes, historicamente teve dificuldade de entrar. É uma violência que se disfarça de amor, de ciúme, de costume. Ela não começa com um soco, mas com uma palavra de controle, um gesto de posse, uma liberdade negada. Por todo o mundo, essa é uma realidade sombria e persistente. E o Espírito Santo carregava ainda o fardo de ser um dos mais violentos do País tanto nas ruas quanto também dentro de casa.

O enfrentamento a essa chaga exigiu uma mudança de paradigma. Era preciso compreender que a mudança de cultura misógina e violenta não viria apenas com mais policiamento ou leis mais duras. A verdadeira transformação demandava uma abordagem mais profunda, que tocasse na raiz do problema. Como bem definiu Jacqueline Moraes, a primeira secretária de Estado das Mulheres do Espírito Santo (pasta criada em 2023), “enfrentar a violência contra as mulheres não era só uma questão de mais policiamento, porque essa violência é doméstica, então é uma violência cultural que afeta e atravessa as mulheres ao longo dos séculos em todo o mundo”.

Essa compreensão foi o ponto de partida para uma nova era nas políticas públicas capixabas. Uma era em que a segurança da mulher deixou de ser tratada apenas como um caso de polícia para se tornar uma prioridade de governo, uma questão de cidadania e, acima de tudo, um pilar para a construção de uma sociedade mais justa e humana. Nessa jornada de transformação, a abordagem passou de reativa para uma estratégia integral de cuidado, proteção, empoderamento e, fundamentalmente, de mudança cultural.

09/11/2015 22h59 - Atualizado em 09/11/2015 22h59

Vitória é a capital com maior taxa de feminicídios no Brasil, diz estudo

ES tem taxa mais alta de homicídios de negras e a 2ª de mulheres no total. Dados são referentes a 2013, ano mais recente analisado na pesquisa.

Marcos Albuquerque
Da G1 ES



Gráfico 4.1. Ordenamento das capitais, segundo taxas de homicídio de mulheres (por 100 mil), Brasil, 2013



Fonte: Mapa da Violência 2015. Homicídios de mulheres no Brasil.

Em 2011, Vitória foi a capital com maior taxa de homicídios de mulheres no Brasil (Foto: Reprodução / Mapa da Violência 2015: homicídios de mulheres no Brasil)

O estudo "Mapa da Violência 2015: Homicídio de Mulheres", divulgado nesta segunda-feira (9), aponta Vitória como a capital com maior taxa de feminicídios no Brasil. O município de Sooretama, no Noroeste do estado, tem a 3ª maior taxa. Na lista dos 100 municípios com maior taxa de feminicídios, não há nenhuma capital.

O Espírito Santo é o estado com a taxa mais alta de homicídios de negras e aparece como o 2º estado com maior taxa de homicídios femininos no país, com 9,3 homicídios a cada 100 mil mulheres. Os dados são referentes ao ano de 2013, o mais recente apresentado na pesquisa.



Secretário de Segurança diz que fator social influencia taxa (Foto: Reprodução / TV Gazeta)

Em contrapartida, o estado apresentou queda nos números de feminicídios depois da promulgação da lei Maria da Penha, em 2006.

O secretário de segurança pública do estado, André Garcia, informou ao G1 que a projeção da Sesp é de que a taxa em 2015 seja de 6,5 homicídios a cada 100 mil mulheres.

"Se dependesse de mim, a taxa seria zero. O Espírito Santo sempre esteve em primeiro, já está no segundo. A taxa está caindo",

TEMPO NOVO

ULTIMA NOTÍCIA

Serra entre as mais perigosas do país para mulheres

ANA PAULA BONELLI 13/11/2015 08:07 13/11/2015 08:07 2 MINUTOS DE LEITURA



Por Thiago Albuquerque

Líder geral de homicídios no Espírito Santo há mais de 15 anos, a Serra também está entre as lugares que mais matam mulheres no estado e também no Brasil. É o que mostra o Mapa da Violência, estudo da Faculdade Latino Americana de Ciências Sociais, divulgado na última segunda (09).

No estudo se refere à taxa média de assassinato de mulheres por 100 habitantes / ano entre 2009 a 2013. No período, a taxa foi 16,4 homicídios no ano na cidade, colocando a Serra na 14ª posição entre os municípios mais perigosos para mulheres. No ES, a Serra só ficou atrás de Sooretama e Pinheiros.

É a frente das demais cidades da Grande Vitória, que também se destacam entre as mais violentas do país: Cariacica com 14,8 assassinatos em média (22º do país), Vila Velha com 11,6 mortes (70º), Vitória com 11,8 assassinatos e Viana com 11,2 homicídios (83º).

Uma decisão política pela vida: o nascer do eixo "Mulher Viva +"

A virada de chave começou com uma decisão política firme. Em 2023, diante da persistência dos índices de feminicídio, o governador Renato Casagrande entendeu que as ações existentes, embora importantes, precisavam de mais força e autonomia. A resposta seria uma reestruturação fundamental na arquitetura do governo. Nascia assim, em março de 2023, a Secretaria de Estado das Mulheres (SESM), uma instituição com orçamento próprio e a missão de articular uma política transversal e robusta.

Essa criação foi uma declaração de prioridade. Significava que o enfrentamento à violência de gênero passava a ser, nas palavras da secretária Jacqueline Moraes, “uma decisão política, com recurso e com ações estruturadas, acompanhando, inclusive, os índices”.

O passo seguinte foi integrar essa nova força ao coração da estratégia de segurança do Estado. O programa Estado Presente em Defesa da Vida, até então estruturado em dois eixos – Proteção Social, coordenado pela Secretaria de Direitos Humanos, e Proteção Policial, pela Secretaria de Segurança Pública (Sesp) –, foi atualizado. Um terceiro pilar foi erguido: o eixo Mulher Viva +, coordenado pela Secretaria de Estado das Mulheres (SESM).

Essa mudança foi estratégica. Ao se tornar um eixo do Estado Presente, o tema passou a ter assento permanente na mesa de reuniões mensais lideradas pessoalmente pelo governador, com a coordenação executiva do secretário de Economia e Planejamento, Álvaro Duboc, garantindo que as ações fossem integradas e monitoradas no mais alto nível. A segurança da mulher deixava de ser uma pauta setorial para se tornar um componente central da segurança de toda a sociedade capixaba.

O programa Mulher Viva + tornou-se o grande guarda-chuva sob o qual um ecossistema de proteção e empoderamento começou a ser consolidado, com investimento para atuar em todas as microrregiões do Estado.

Com a estrutura de governança estabelecida, o governo passou a tecer uma rede de proteção multifacetada, desenhada para amparar a mulher em cada etapa da sua jornada para fora do ciclo de violência. A estratégia foi criar um ecossistema de cuidado que oferecesse desde o refúgio imediato até o suporte contínuo para a reconstrução de sua vida.

O abraço do Estado: acolhimento e refúgio

O primeiro passo para romper o ciclo de violência é, muitas vezes, a fuga. Para a mulher que precisa sair de casa no “ápice da agressão”, o governo, em parceria com a iniciativa privada, estruturou a Rede Acolhe, que oferece abrigo temporário na rede hoteleira, garantindo um local seguro e sigiloso nas horas mais críticas.

Para aquelas que precisam de um amparo mais prolongado, a Casa-Abrigo Maria Cândido de Souza oferece 30 vagas rotativas. A política da casa é guiada por um princípio fundamental: não separar mães e filhos. A mulher é acolhida junto com as crianças, garantindo que os laços familiares, já fragilizados pela violência, sejam preservados.

O coração dessa rede de acolhimento são os Centros de Referência Margaridas. Com 10 unidades espalhadas para cobrir todas as microrregiões do Estado, esses centros funcionam como um porto seguro para o suporte de longo prazo. Ali, as mulheres encontram uma equipe multidisciplinar composta por psicólogas, assistentes sociais, advogadas e educadoras sociais, prontas para oferecer acompanhamento psicossocial e jurídico, ajudando-as a navegar pelos desafios legais e emocionais e a reconstruir sua autonomia.

Dentro do Observatório de Políticas Públicas para as Mulheres, os dados mostram ainda um recorte: a violência atravessa todas as mulheres, mas, por maioria, mulheres negras.



“Uma outra coisa que tem uma ação importante dentro da nossa secretaria é a qualificação das mulheres quilombolas, que também são mulheres negras, mas não são mulheres negras urbanas. Os cursos do Qualificar ES Mulher têm, na sua maioria, mulheres negras e periféricas como alunas”, diz Jacqueline.

Vigilância e Justiça: invertendo o fardo

Paralelamente ao acolhimento, o Estado fortaleceu os mecanismos de proteção e responsabilização do agressor, com uma mudança filosófica crucial: tirar o fardo da vigilância dos ombros da vítima e colocá-lo sobre os ombros de quem comete a violência.

A Patrulha Maria da Penha, serviço já consolidado da Polícia Militar, foi elevada a um novo patamar. Em 2024, por decisão do governador, tornou-se

A Gazeta[©]

Segurança pública

ES anuncia unidade especializada em proteção à mulher e nova companhia da PM

Em 2023, foram registrados no Espírito Santo mais de 21 mil casos de violência contra mulheres, representando um aumento de 7,4% em relação ao ano anterior e uma média de 60 agressões diárias



Vitor Antunes
Estagiário / vantunes@redgazeta.com.br

Publicado em 6 de dezembro de 2024 às 09:48 - Atualizado há 10 meses



Governador assina PL que cria novas unidades de polícia no Espírito Santo. Crédito: Rêlio Filho/Secom

O governador do Espírito Santo, [Renato Casagrande](#), assinou, na quinta-feira (5), o Projeto de Lei Complementar que estabelece a criação da Companhia Independente de Prevenção à [Violência Doméstica](#) e Proteção da Mulher (CIMU) e da 6ª Companhia do 1º Batalhão de Polícia Militar, em Vitória, cuja área de atuação será o Território do Bem. Ambas as unidades integram a Polícia Militar (PMES). O PL foi enviado para a Assembleia Legislativa e, agora, precisa passar pela aprovação dos deputados, para então ser sancionado pelo governador.

a Companhia Independente de Prevenção à Violência Doméstica e Proteção da Mulher (Cimu). Essa autonomia garante que os policiais dedicados a essa missão não sejam desviados para outras tarefas, focando exclusivamente nas “visitas tranquilizadoras” às mulheres com medidas protetivas. O resultado foi um aumento expressivo no número de atendimentos, que saltou de 4 mil para 12 mil desde 2019, como destacou o comandante-geral da Polícia Militar do Espírito Santo (PMES), coronel Douglas Caus.

O ambiente das delegacias também foi transformado. Foram criadas as Salas Marias, espaços de descompressão para que a mulher, ao chegar para registrar uma ocorrência, seja recebida em um ambiente acolhedor, com o suporte de uma psicóloga, longe do contato com o agressor. Essa iniciativa inovadora foi estendida até para o sistema de teleflagrante.

A inovação mais disruptiva, no entanto, foi a implementação do sistema de tornazeleiras eletrônicas para agressores. O antigo modelo do “botão do pânico” colocava uma pressão psicológica imensa sobre a vítima, que, no momento do medo, muitas vezes não conseguia acioná-lo. O novo sistema inverte essa lógica. O agressor passa a ser monitorado por uma tornazeleira, enquanto a vítima recebe um smartphone.

“É ele que passa a ser monitorado”, ressalta Jacqueline Moraes.

Se o agressor viola a distância mínima determinada pela Justiça – por exemplo, 500 metros –, um alerta é disparado na tornazeleira dele, no smartphone da vítima e diretamente para o Cen-

tro Integrado Operacional de Defesa Social (Cio-des), que envia a viatura mais próxima. A mulher é avisada do perigo e protegida, e o agressor é notificado de que sua ação está sendo vigiada. É a tecnologia a serviço da proteção, transferindo a responsabilidade para quem de fato a possui.

“Nós fazemos o monitoramento do agressor com as medidas protetivas determinadas pela Justiça. Se a Justiça determinar que ele tem que ficar a 500 metros de distância daquela vítima, ele vai receber uma tornozeleira. Quando ele quebrar esse cerco, nós vamos saber, para reduzir as quebras de medida protetiva”, diz Jacqueline Moraes.



Governador assina projeto de lei que cria a Companhia Independente de Prevenção à Violência Doméstica e Proteção da Mulher (Címu) (Foto: Hélio Filho/Secom)

Quebrando o ciclo: autonomia, educação e a convocação dos homens

Proteger é fundamental, mas a verdadeira transformação reside em quebrar o ciclo da violência em suas raízes. A gestão do governador Renato Casagrande compreendeu que isso só seria possível com ações proativas, focadas em duas frentes: o empoderamento econômico das mulheres e a reeducação cultural dos homens.

“A gente entende que algumas dependências fazem parte da violência doméstica, e uma delas é a dependência econômica”, explica Jacqueline.

Com base nesse diagnóstico, o governo estruturou um conjunto de ações para promover a autonomia financeira feminina. O programa Qualificar ES Mulher oferece cursos de capacitação profissional em diversas áreas, enquanto parcerias com a Agência de Desenvolvimento das Micro e Pequenas Empresas e do Empreendedorismo (Aderes) promovem feiras de artesanato e economia solidária, abrindo mercados para as empreendedoras capixabas.

Uma das políticas mais impactantes é a que utiliza o poder de compra do próprio Estado como ferramenta de inclusão. Por determinação do governador, todas as empresas contratadas pelo governo estadual devem reservar 8% de suas vagas de emprego para mulheres vítimas de violência, priorizando ainda nesse percentual as mulheres negras, que ainda são a maioria das vítimas da violência doméstica, segundo dados do Observatório de Políticas Públicas para as Mulheres.

A Secretaria das Mulheres mantém um banco de dados e encaminha essas mulheres, criando uma ponte direta para o mercado de trabalho. Histórias de sucesso, como a de um grupo de 20 mulheres que se formaram como soldadoras – uma profissão majoritariamente masculina – e foram imediatamente contratadas, ilustram o poder transformador dessa iniciativa.

"Homem que é Homem": mudando a mentalidade masculina

Enquanto empodera as mulheres, o Estado também se voltou para o outro lado da equação: os homens. O Projeto Homem que é Homem, idealizado pela Polícia Civil, foi expandido e fortalecido. O programa promove grupos de reflexão para homens autores de violência, trabalhando a responsabilização e a desconstrução de uma cultura machista que normaliza a agressão. O objetivo, como descreve a Sesp, é ir além do viés punitivista, estimulando formas pacíficas de lidar com conflitos.

A mudança cultural, no entanto, não se restringe aos agressores. O governo busca engajar toda a sociedade masculina. A secretária Jacqueline Moraes compartilha uma história emblemática que ilustra o poder dessa convocação. Em uma pequena cidade do interior, um homem agrediu a esposa. Dias depois, ao chegar para o tradicional jogo de futebol com os amigos, foi barrado. O grupo de 20 homens o suspendeu por dois meses. “Você não vai jogar com a gente”, disseram eles. A suspensão moral teve um efeito profundo. O homem buscou tratamento psicológico e, ao retornar, retratou-se com o grupo.

Esse episódio, contado com entusiasmo pela secretária, é um microcosmo da meta final: uma sociedade onde os próprios homens se recusam a tolerar a violência em seus círculos, tornan-

do-se agentes ativos da mudança. Claro que o homem agressor, nesse caso, passou por todo o processo na Justiça, como explica Jacqueline, mas a mudança de cultura misógina e machista ganha força quando ela passa a não ser aceita no meio masculino.

“É um grande desafio alcançar o coração dos homens. Temos um governador que abraça isso, que coloca o Mulher Viva + como pauta principal dentro do maior programa de enfrentamento à violência e defesa da vida, que é o Estado Presente, e ainda coloca o alto escalão do seu secretariado nessa missão, como o Álvaro Duboc, uma pessoa respeitadíssima nesse programa. Quando eles falam sobre esse enfrentamento, estão mandando um recado para a sociedade, principalmente masculina, da necessidade de esses homens começarem a falar”, considera Jacqueline Moraes.

“É um grande desafio
alcançar o coração
dos homens.”

Capilaridade e cooperação: fortalecendo os municípios

Para que as políticas públicas sejam eficazes, elas precisam chegar na ponta, onde as mulheres vivem. O governo identificou que, em 2023, apenas 4 dos 78 municípios capixabas possuíam um órgão específico para políticas para mulheres (OPM). Para reverter esse quadro, foi criado o projeto Fortalece Mulheres.

A estratégia é de incentivo e cooperação. Os municípios que criam seus OPMs recebem do Estado o "Kit Mulher Viva +", composto por um carro zero quilômetro, um notebook e um projetor, instrumentalizando as novas estruturas para o trabalho. A iniciativa foi um sucesso: em 2025 40 municípios já estavam integrados à rede, um aumento de 10 vezes em apenas dois anos. Essa capilaridade garante que a rede de proteção e as políticas de prevenção tenham um ponto focal em cada território, fortalecendo a articulação e o alcance das ações estaduais.

A ciência contra a impunidade e a injustiça

Em um cenário onde narrativas podem ser distorcidas por preconceitos, a prova material se torna a maior aliada da Justiça. A criação da Polícia Científica do Estado do Espírito Santo como um órgão autônomo, em 2022, representou um passo fundamental para fortalecer a investigação de crimes de gênero e combater a impunidade. Como afirma o perito-geral Carlos Alberto Dal’Cin, “uma prova qualificada é uma prisão garantida”.

A autonomia da perícia garante a isenção necessária para que a análise técnica não seja contaminada por vieses ou pressões externas. O trabalho da Polícia Científica é pautado por um rigor que transcende opiniões e ideologias. “A gente costuma falar que a técnica científica não tem cor, não tem sexo. Ela é a técnica por si só”, explica Dal’Cin. “Nosso trabalho assegura equilíbrio entre justiça e dignidade.”

Essa imparcialidade é uma poderosa ferramenta de direitos humanos. Ela serve, para além de condenar culpados, proteger inocentes. Dal’Cin cita o caso de um padrasto em Vila Velha que foi preso, acusado pela comunidade de ter matado sua enteada. A perícia, por meio da necropsia, provou que as lesões na criança eram compatíveis com tentativas de reanimação, e não com agressão. O homem foi inocentado pela ciência.

Em casos de violência contra a mulher, quando a palavra da vítima é frequentemente descredibilizada, a prova pericial – seja um exame de DNA, uma análise balística ou a reconstituição de uma cena de crime – dá voz à verdade dos fatos, garantindo que a justiça seja feita com base em evidências, e não em preconceitos. Por essa razão, Dal’Cin define a instituição de forma contundente: “a Polícia Científica é a polícia dos direitos humanos”.

Da intuição à evidência – a revolução da Ficha de Avaliação de Risco

Um dos maiores obstáculos na proteção à mulher era a subjetividade na avaliação do perigo. Delegados, promotores e juízes dependiam de sua percepção pessoal para decidir sobre medidas protetivas, o que gerava inconsistências fatais. O MPES, liderado pelo Núcleo de Enfrentamento às Violências de Gênero em Defesa dos Direitos das Mulheres (Nevid), decidiu cientificar esse processo. Em parceria com o Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN), o Espírito Santo desenvolveu a Ficha de Avaliação de Risco, uma ferramenta pioneira no Brasil.

"É muito difícil definir na subjetividade, por exemplo, qual a medida protetiva adequada", considera Luciana Andrade. A ficha padronizada obriga o agente público a verificar critérios objetivos: O agressor possui arma? Já descumpriu medida anterior? Faz uso de drogas? Tem histórico de ciúme excessivo? As respostas geram uma pontuação que indica o nível de risco da vítima.

Essa metodologia, que teve o Espírito Santo como um dos precursores no Brasil, foi tão eficaz que serviu de base para o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) unificar o modelo nacionalmente, sendo posteriormente incorporada à legislação da Lei Maria da Penha. O projeto piloto, realizado na Serra, demonstrou que a avaliação técnica salva vidas ao permitir uma resposta estatal proporcional à ameaça.

"MP com Elas" – a Justiça que acolhe e escuta

A evolução do Nevid, criado em 2009, reflete a mudança de paradigma: de combate à violência doméstica para enfrentamento às violências de gênero, ampliando o escopo para incluir mulheres trans e a violência fora do ambiente doméstico. Dentro dessa nova filosofia, o projeto "MP com Elas" representa a busca ativa pela vítima.

Diferente da postura tradicional de aguardar o processo chegar à mesa, o projeto promove o contato direto com as mulheres que registraram ocorrências ou solicitaram medidas protetivas. "O Ministério Público faz contato com as vítimas e chama essas mulheres para uma escuta, para um direcionamento, para um fortalecimento", descreve Luciana Andrade. O projeto realiza rodas de conversa e atendimentos itinerantes em municípios como Aracruz, Ibatiba e Mimoso do Sul, levando a promotoria para perto da comunidade.

Além do acolhimento humano, o MPES inovou no financiamento da estrutura de proteção. Recursos provenientes de Acordos de Não Persecução Penal (ANPP) – multas pagas por autores de crimes leves – têm sido destinados para equipar as "Salas Lilás" nas delegacias e no Departamento Médico Legal. É a Justiça restaurativa na prática: o dinheiro do crime financiando a dignidade da vítima, garantindo espaços reservados e humanizados para o atendimento, longe do contato com agressores.

Os números da transformação: uma década de luta e esperança

As políticas, os programas e as histórias de transformação se refletem nos números. Embora cada estatística represente uma vida e uma família, a análise dos dados ao longo do tempo revela o impacto concreto de uma gestão focada e persistente. Os indicadores de violência de gênero no Espírito Santo mostram uma trajetória de avanços significativos, mas também de desafios contínuos.

A luta pela vida das mulheres tem apresentado resultados concretos. De janeiro a julho de 2025, o Estado registrou uma queda de 40,7% nos casos de feminicídio em comparação com o mesmo período do ano anterior. Essa redução é o resultado mais visível de todo o ecossistema de proteção criado para intervir antes que a violência atinja seu ponto mais trágico.

Ao mesmo tempo, os dados mostram um aumento no número de registros de violência doméstica. À primeira vista, isso poderia parecer um paradoxo. No entanto, a secretária Jacqueline Moraes oferece uma interpretação mais profunda: o aumento das notificações não significa necessariamente um aumento da violência em si, mas sim um aumento da confiança das mulheres no sistema de proteção. À medida que o Estado se torna mais presente e eficaz, com delegacias acolhedoras, patrulhas ativas e uma rede de apoio robusta, mais mulheres se sentem seguras para denunciar.

40,7%

menos casos de feminicídio no ES*

**De janeiro a julho de 2025, em comparação com o mesmo período do ano anterior.*

“Quando a gente começa a ver esse aumento de notificação, mas, contudo, uma redução do feminicídio, a gente entende que as mulheres estão se encorajando”, analisa a secretária.

O aumento de denúncias, portanto, é um indicador de sucesso da política, mostrando que o ciclo da violência está sendo quebrado em estágios mais iniciais.

Violência contra a mulher no Espírito Santo

Ano	Feminicídios registrados	Homicídios de mulheres	Registros de violência doméstica (Lei Maria da Penha)
2017	42	133	Dado não disponível
2018	34	94	Dado não disponível
2019	34	91	Dado não disponível
2020	26	102	Dado não disponível
2021	39	107	Dado não disponível
2022	35	96	19.414
2023	35	88	21.784
2024	39	93	23.848
2025	33	75	26.151

Fonte: Observatório da Segurança Pública SESP

3.827

denúncias de violência doméstica e familiar contra mulheres foram feitas no Disque Denúncia 181 de janeiro a julho de 2025.

Rumo ao feminicídio zero: um legado de cuidado e respeito

A jornada do Espírito Santo no enfrentamento à violência de gênero é marcada por uma ambição clara e audaciosa, verbalizada pelo governador Renato Casagrande e por sua equipe: a meta é o Feminicídio Zero. Esse objetivo, mais do que um slogan, é a força motriz que orienta cada política, cada investimento e cada ação. É a consequência lógica de um trabalho estruturado, pautado em dados, em ciência e, acima de tudo, em um profundo senso de humanidade.

“Eu não sonho somente um sonho de utopia, eu sonho com a continuação de uma política pública estruturante”, afirma Jacqueline Moraes, que, como primeira mulher vice-governadora do Estado (2019 a 2022), viveceu e ajudou a construir essa trajetória desde o início. A criação da Secretaria de Estado das Mulheres e a consolidação do eixo Mulher Viva + são marcos de uma gestão que colocou as mulheres no centro do poder e das políticas públicas.

O legado que está sendo construído é o de um Estado que cuida, que protege e que acredita na transformação. É a prova de que a segurança pública vai muito além da repressão, sendo também uma construção diária de oportunidades, de respeito e de uma cultura de paz. O caminho ainda é longo, e os desafios são diários, mas a direção está traçada. O objetivo final, como resume a secretária, é consolidar um Espírito Santo “onde seja seguro e tranquilo para meninas e mulheres fazerem a escolha que quiserem”.

REFLEXÃO DO GOVERNADOR

Nós temos um grande desafio, que é a violência contra as mulheres, e mulheres negras em especial. Mas nós vamos vencer esse desafio. Não tenho nenhuma dúvida disso.



Renato Casagrande
Governador do
Espírito Santo

A Gazeta[®]

Segurança pública

Feminicídio no ES: o perigo mora principalmente dentro de casa

Os dos últimos anos — 2023 e 2024 — foram os que registraram o maior número de assassinatos de mulheres dentro de residências

Sara Oliveira
Residente em Jaraguá • saraoliveira@gmail.com

Publicado em 25 de setembro de 2023 às 11:37



De 2017 até 2024, 15% dos feminicídios ocorreram dentro de casa, de acordo com o Conselho Nacional de Segurança Pública.

Um ambiente de conforto e descanso também pode ser cenário de insegurança para meninas e mulheres. É o que mostra o Painel de Monitoramento da Violência Contra a Mulher, da Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social (SSPDS) do Espírito Santo. Os dados contabilizam 293 casos de **feminicídio** em território capixaba entre 2017 e abril de 2025, sendo 55% dos crimes ocorridos dentro das casas das vítimas.

A **Serra** aparece em primeiro lugar entre as cidades mais violentas para gênero feminino, com 30 casos de feminicídio em oito anos, sendo 16 deles cometidos em domicílio. Logo após o município serrano está a capital do Estado, **Vitória**, com 22 casos — 14 no ambiente doméstico.

“A maioria dos casos acontece na própria residência, no local onde a pessoa se sente segura e está com alguém, em tese, de confiança. Homens com relacionamento muito próximo à mulher impedem algumas questões de segurança, desprotegendo a vítima em um local sem outras pessoas presentes”, enfatiza o advogado criminalista Fábio Marçal.

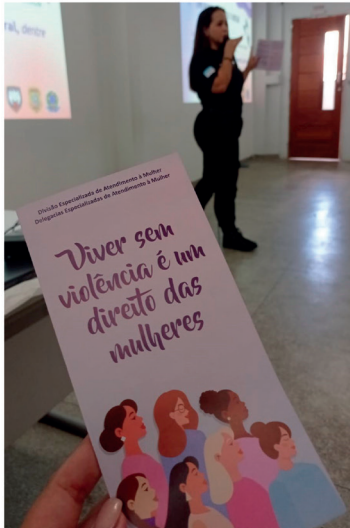
Os dois últimos anos — 2023 e 2024 — foram os que registraram o maior número de feminicídios dentro de residências, com 28 e 26 crimes do tipo, respectivamente (veja no gráfico abaixo).

Feminicídios registrados dentro de residências

Governo ES

09/09/2025 15:08

Junho sem feminicídios: Espírito Santo completa 32 dias sem registro



Divisão Especializada de Atendimento à Mulher
Direção Especializada de Atendimento à Mulher

As políticas de enfrentamento à violência contra as mulheres começam a apresentar resultados no Espírito Santo.

07

CAPÍTULO

A revolução
tecnológica
na segurança
capixaba

A revolução tecnológica na segurança capixaba

Em uma noite qualquer de 2018, em uma rua movimentada da Grande Vitória, um carro é furtado. O proprietário, ao perceber o crime, liga para o 190. A descrição do veículo – cor, modelo, placa – é repassada por rádio para as viaturas em patrulha. Começa uma busca lenta, quase analógica, baseada na sorte e na atenção visual dos policiais. Horas se passam. A partir do momento em que a vítima registrava a ocorrência do roubo em uma delegacia, eram 48 horas só para a informação chegar ao Detran. Achar o veículo, quem sabe, com sorte, em uma próxima blitz. Ou o veículo poderia ter sido desmontado, clonado ou levado para outro Estado. A resposta do poder público, por mais esforçada que fosse, era relativa, longos passos atrás do criminoso.

Esse cenário, familiar para tantos capixabas, representava o paradigma da segurança pública que o governador Renato Casagrande encontrou ao reassumir o governo em 2019. Era um modelo que, apesar dos avanços do programa Estado Presente em sua primeira fase, ainda dependia excessivamente da força humana e de processos fragmentados. A criminalidade, por sua vez, se modernizava, se organizava e explorava as brechas de um sistema que não conseguia acompanhar sua velocidade. A resposta não poderia ser apenas mais do mesmo. Era preciso uma mudança de filosofia.

Foi com essa clareza que o governador estabeleceu uma diretriz fundamental, um verdadeiro man-

tra para a gestão que se iniciava: era hora de promover uma revolução. “Isso tudo é uma forma que a gente encontra de trazer a nossa polícia, que era uma polícia analógica, nossa segurança, que era uma segurança analógica, para uma era de segurança digital”, afirmou Casagrande.

Essa frase encapsulava uma visão estratégica de futuro. O propósito era reconfigurar a própria lógica da segurança pública no Espírito Santo. O delegado-geral da Polícia Civil, José Darcy Arruda, resumiu a transformação de forma contundente: “A Polícia Civil, em 2019, era analógica. E eu posso te dizer que hoje, em 2025, a Polícia Civil é digital”.

Para continuar a ilustrar o exemplo do carro roubado citado no início deste capítulo, agora, a partir do instante em que a vítima avisa ao Centro Integrado Operacional de Defesa Social (Ciodes) sobre a ocorrência, são seis segundos para que todo o sistema do governo tenha a informação. A partir daí, a qualquer momento, uma das 1.468 câmeras espalhadas pelo Estado pode localizar o veículo. Além das mais de 1.400 câmeras do Cerco Inteligente, o Estado conta com mais de 500 câmeras em ônibus e terminais e 240 nos totens. Mais que uma mudança, uma verdadeira transformação, que torna o poder público vigilante e eficaz.

Mas para chegar até aqui não foi num estalar de dedos. A transição do “analógico para o digital” representou uma mudança cultural e filosófica profunda. O modelo analógico era reativo: esperava-se o crime acontecer para depois investigar. Era um sistema que dependia da memória de testemunhas, de anotações em papel e da intuição de policiais experientes. O modelo digital, por outro lado, prometia ser proativo, preventivo e, em alguns casos, até preditivo. A proposta era criar um ecossistema de dados interligados, analisados em tempo real por inteligência artificial, que pudesse multiplicar a eficácia de cada policial na rua.

Essa nova filosofia se alinhava perfeitamente aos pilares do programa Estado Presente: a gestão orientada por dados, a integração entre as forças e a focalização de recursos nos territórios mais vulneráveis. A tecnologia seria a ferramenta catalisadora para levar o Estado Presente a um novo patamar de eficiência e impacto. Começava ali a construção de uma segurança pública mais inteligente, mais ágil e, acima de tudo, mais presente na vida do cidadão.

O Cerco Inteligente: fechando as portas para o crime

A pedra fundamental dessa revolução foi lançada oficialmente em janeiro de 2022: o Cerco Inteligente. Concebido como a espinha dorsal da nova infraestrutura digital de segurança, o projeto representou um investimento maciço em uma plataforma integrada de monitoramento veicular. São 1.468 câmeras de alta tecnologia estrategicamente instaladas em 308 pontos de fiscalização, cobrindo a Região Metropolitana, as divisas e as principais rodovias que cortam o Estado.

A importância estratégica da ferramenta foi destacada pelo comandante-geral da Polícia Militar, coronel Douglas Caus: “Nenhum Estado hoje, brasileiro ou de outras nações, que queira fazer a segurança pública de maneira séria e competente, pode abrir mão da inteligência artificial”.

A capacidade técnica do sistema era, e continua sendo, impressionante. As câmeras leem placas de veículos com precisão e identificam cor, marca, modelo e até características únicas, como adesivos ou avarias, tudo em tempo real e com os veículos em movimento. Essa massa de dados é processada por um software de big data com inteligência artificial, capaz de cruzar informações e gerar alertas instantâneos para as forças de segurança.

A verdadeira inovação do Cerco Inteligente, contudo, está em sua concepção como uma ferramenta de governança. Desde o início, o projeto foi desenhado para ser uma plataforma multia-

gências, quebrando os tradicionais silos da administração pública. Os dados gerados servem simultaneamente à Secretaria da Segurança Pública (Sesp), para o combate a crimes; à Secretaria da Fazenda (Sefaz), para a fiscalização de cargas e combate à evasão fiscal; à Secretaria do Meio Ambiente (Seama), para monitorar o transporte ilegal de recursos naturais; e ao Detran, para a gestão do trânsito. Essa integração proporcionada pela tecnologia otimizou recursos e criou uma sinergia inédita no serviço público capixaba.

O impacto na vida dos cidadãos foi imediato e tangível. A história de um morador de Vila Velha (que teve seu carro roubado em uma manhã de sábado e, antes do fim da tarde, recebeu uma ligação da polícia informando que o veículo havia sido recuperado intacto em Cariacica) tornou-se um exemplo recorrente. O alerta gerado pelo Cerco Inteligente ao identificar a placa do carro permitiu que o Centro Integrado Operacional de Defesa Social (Ciodes) acionasse a viatura mais próxima para uma abordagem precisa e rápida, um procedimento padrão explicado pelo secretário da Sesp, Leonardo Damasceno. “É estratégia”, destaca.

Os números confirmam a eficácia. Em 2025, 3.349 veículos roubados ou furtados foram recuperados no Espírito Santo. Além disso, a tecnologia se mostrou uma arma poderosa contra um crime que causava enormes transtornos aos cidadãos: a clonagem de veículos. Mais de 30 carros clonados foram identificados e retirados de circulação, livrando seus verdadeiros proprietários de multas indevidas e dores de cabeça burocráticas.

Essa abordagem estratégica, que se inspirou em modelos de sucesso como o do Ceará, mas foi adaptada e ampliada para a realidade capixaba, materializou a visão do governador. Como Renato Casagrande afirmou no lançamento do projeto, o Cerco Inteligente é “uma plataforma de inteligência artificial que poderá ser demandada e aperfeiçoada a cada dia e fecha as portas para o crime”.

Ao tornar o território capixaba vigiado e hostil à circulação de veículos irregulares, o Estado aumentou a capacidade de resposta da polícia e criou um poderoso efeito dissuasório, mudando a percepção de risco para quem pretendia delinquir.

Um rosto na multidão: a era do reconhecimento facial

Se o Cerco Inteligente ensinou o Estado a "ver" os veículos, a próxima evolução da plataforma o ensinaria a "ver" as pessoas. A implementação do sistema de reconhecimento facial, a partir de um projeto piloto em setembro de 2024, representou o salto mais audacioso e impactante na modernização da segurança pública capixaba. O sistema, que antes rastreava placas, agora podia identificar um rosto na multidão, comparando-o em segundos com um vasto banco de dados de procurados pela Justiça.

O sucesso dessa tecnologia foi construído sobre um alicerce de dados meticulosamente preparado por diferentes órgãos do governo, numa demonstração clara de sinergia e planejamento de longo prazo. O "cérebro" por trás do reconhecimento facial é um robusto banco de dados biométricos com mais de 3 milhões de perfis de capixabas. Essa base de dados foi alimentada por fontes estratégicas: o novo sistema da Carteira de Identidade Nacional, gerenciado pela Polícia Científica; os registros de condutores do Detran; e, de forma crucial, o cadastro biométrico e facial de toda a população do sistema prisional, sob a gestão da Secretaria da Justiça (Sejus).

Para Carlos Alberto Dal'Cin, diretor da Polícia Científica, essa base de dados é a peça-chave: "O banco primordial da correlação é o da identificação civil. É através dele que se faz toda a relação", explica.

Essa interconexão revela uma faceta oculta da gestão transformadora: projetos aparentemente burocráticos, como a modernização da identidade civil ou a catalogação de detentos, tornaram-se ativos de segurança nacional. Uma decisão administrativa em uma secretaria pavimentou o caminho para uma revolução tecnológica em outra, evidenciando um nível de planejamento integrado que transcende as barreiras departamentais.

Os resultados foram imediatos e impressionantes. Criminosos que circulavam livremente, alguns foragidos havia anos, começaram a ser identificados e presos em locais públicos, como terminais de ônibus e até mesmo dentro dos coletivos do sistema Transcol. O número de prisões realizadas com o auxílio da tecnologia ultrapassou a marca de 600 até o início de janeiro de 2026.

O governador Renato Casagrande celebrou o marco: **“Chegamos a centenas de pessoas presas através do reconhecimento facial. Para nós, isso é fundamental, pois mostra a importância do investimento em tecnologia e inovação na área da Segurança Pública, para que possamos continuar reduzindo a violência no Estado do Espírito Santo”**, afirmou.

O subsecretário de Transformação Digital da Secretaria de Estado do Governo, Victor Murad, explica como o sistema funciona.

“Para eu dizer que uma pessoa é quem ela diz ser, preciso comparar a imagem com algo. Construímos uma base de dados para isso. Atualmente, estamos migrando para a carteira de identidade digital em convênio com a União, mas isso leva tempo, pois não é possível fazer para 4 milhões de pessoas de uma vez. Hoje, tenho 750 mil pessoas com a nova identidade, mas também utilizamos as fotos das identidades antigas. Fizemos um processo de inteligência artificial para saber se aquela foto coincide com alguém. Quando faço um reconhecimento facial de uma foto, transformo-a em uma equação matemática e guardo no banco de dados. Quando uma pessoa passa na frente da câmera, ela pode estar de boné, de óculos, de barba ou fazendo

careta, mas eu consigo reconhecê-la porque não estou reconhecendo a face, e sim os pontos que a equação matemática me indica. Se a câmera pega a face inteira, ela dá 100% de certeza que é você, e o policial confirma”, explica Murad.

Cada número representa uma história de justiça. Como a de um homem de 66 anos, coautor de um homicídio ocorrido em Domingos Martins no ano 2000. Por mais de duas décadas, ele viveu como um cidadão comum, acreditando na impunidade que o tempo parecia lhe garantir. Um dia, ao passar por uma das câmeras do sistema, seu rosto foi reconhecido. O alerta soou no Cíodes, uma viatura foi despachada e, finalmente, o homem foi preso e a justiça que tardou 24 anos foi entregue à família da vítima.

Casos como esse, envolvendo crimes de homicídio, tráfico de drogas, roubo e estupro, demonstraram o poder da tecnologia para encerrar longos ciclos de impunidade.



“Essas pessoas que estavam sendo procuradas há 25 anos, andando livremente, nunca foram abordadas porque quem as procurava podia ser a Polícia Civil, e um delegado não estaria na rua monitorando 4 milhões de pessoas. Mas com 1.468 câmeras procurando, a probabilidade de achar é muito grande. Por exemplo, em terminais de ônibus, às vezes passa um procurado na frente do policial que não tem como saber se aquela pessoa é procurada. Mesmo com a informação de que há um procurado ali, se não houver uma descrição específica, como ‘blusa vermelha’ ou ‘boné amarelo’, o policial não vai localizá-lo. A inteligência artificial não depende disso. Ela localiza a pessoa, avisa o

Ciodes que no Terminal de Itacibá a pessoa de camisa vermelha e boné amarelo é procurada da polícia e está naquele local. A guarnição vai lá e prende”, complementa Murad.

Consciente do debate global sobre privacidade e o uso de dados biométricos, o governo do Estado agiu com cautela e responsabilidade. A implementação foi acompanhada pelo desenvolvimento de protocolos operacionais rigorosos para garantir a precisão e evitar vieses, especialmente os de natureza racial. Leonardo Damasceno e Carlos Alberto Dal'Cin enfatizaram publicamente o compromisso com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e a criação de um sistema auditável e seguro, em que a tecnologia serve à Justiça de forma imparcial e ética.

“Hoje nós temos um protocolo extremamente seguro, sem chance de nenhum tipo de viés ideológico, racial etc. E tudo isso funcionando de forma muito tranquila”, garantiu Damasceno.

A mensagem era clara:

*a inovação caminhará
lado a lado com a
proteção dos direitos
fundamentais do cidadão.*

Bastidores



“Agregar tecnologia e capacidade de resposta aumenta a sensação de segurança. Um exemplo: estou andando na Praia do Canto (Vitória) e alguém leva meu celular. Em um, dois, três, quatro minutos tem um policial do meu lado que vai atrás da pessoa. Vai recuperar meu celular? Pode ser que sim, pode ser que não. Mas não é isso que importa. Eu me sinto mais seguro por conta do tempo de resposta. Mas se eu fico ali meia hora, uma hora, e não acontece nada, eu tenho que ir à delegacia registrar a ocorrência, isso me gera uma sensação de insegurança maior.

Quando nós estamos colocando as câmeras, as cidades inteligentes, o reconhecimento facial, é um pouco isso. Porque nós não temos condições de ter 20 mil policiais no Espírito Santo, senão iríamos quebrar o Estado. Mas eu preciso ter governança.

A inteligência artificial nas câmeras somada a outras tecnologias, como o georreferenciamento das viaturas, agiliza a resposta. O policial que monitora a tela sabe quais viaturas estão naquele bairro. Qual viatura está mais próxima? Essa viatura está em atendimento? Se ela estiver vermelha, está em atendimento e não adianta chamar porque não vai chegar lá. Mas se estiver verde, ela vai chegar. A sensação de segurança é a presença da polícia de forma bastante rápida.”

Álvaro Duboc, secretário de Estado de Economia e Planejamento

Curiosidade

“Uma grande conquista é a forma como lidamos com veículos roubados. Antes, se um carro era roubado, existia um protocolo: você chamava a polícia, ia à delegacia, fazia o boletim de ocorrência, que informava o Detran e a Delegacia de Furtos e Roubos de Veículos. Essa informação entrava no banco de dados em até 48 horas. Se a polícia fizesse uma blitz e pegasse o carro, ele seria apreendido por ter uma restrição, levado ao pátio do Detran, e só depois tentariam achar o dono.



Nós tínhamos cerca de 25 mil carros no banco de dados como roubados, e muitas vezes o proprietário já havia recuperado o veículo, mas não dava baixa, o que gerava abordagens ao próprio dono. A polícia não sabia, porque estava constando uma restrição.

No Cidades, nós conseguimos eliminar essas duas coisas. Quando você avisa que o carro foi roubado hoje, em 6 segundos ele entra para a lista de carros roubados. Não tem mais esse prazo de 48 horas. Conseguimos jogar essa informação para todo o sistema, ao mesmo tempo, em 6 segundos, pois estamos hoje com 308 pontos e 1.468 câmeras vigiando o Estado. A probabilidade de aquele veículo passar em frente a uma delas é muito grande. Nisso, mais de 3 mil veículos foram recuperados somente em 2025.

Essa taxa de recuperação, do final de 2023 até hoje, é a maior do Brasil, porque o Brasil ainda continua naquela história de fazer blitz para achar o que tem de errado. Hoje não. Hoje essa pronta resposta ajudou muito no índice de recuperação de veículos.

Falando em blitz, a gente não faz mais blitz como antigamente, aquele monte de polícia na rua parando para pedir documento e checar o carro. Antes, a polícia ia para a blitz para descobrir o que tinha de errado. Hoje, sabemos a que horas, que local e que tipo de abordagem queremos fazer, porque controlamos o trânsito e o fluxo de veículos no Estado. Eu sei se aquele veículo está com o IPVA vencido, e a abordagem vai ser do Detran. Eu sei que aquele veículo está com sobrecarga, danificando o asfalto, então a abordagem é com o DER, para notificá-lo com relação àquele peso. Tem um caminhão cuja nota fiscal disse que ia entregar carregamento na Serra, mas está com uma carga extra, fazendo um frete extra, indo para a divisa do Rio de Janeiro. A Secretaria da Fazenda é imediatamente ativada para fazer aquela abordagem, porque aquilo é uma evasão de divisa, sonegação de imposto.

As secretarias são ativadas em 6 segundos sobre alguma irregularidade naquela passagem do veículo. Se é um problema de Detran, o Detran é ativado. Se é um problema de segurança pública, um sequestro, um furto de veículo, a Sesp é ativada. Se é um problema de carga animal ou uma extração florestal, a Seama é ativada, e assim sucessivamente. Olha a economia, a eficácia da máquina pública dentro de um sistema como esse. O Estado resolve vários problemas em 6 segundos.”

Victor Murad, subsecretário de Transformação Digital da Secretaria de Estado do Governo.

Número de veículos roubados de 2022 a 2025

Ano 2022
7.714
Veículos

Ano 2023
6.895
Veículos

Ano 2024
6.162
Veículos

Ano 2025
5.286
Veículos

Fonte: Observatório da Segurança Pública / Sesp

Número de veículos recuperados de 2022 a 2025

Ano 2022
4.158
(53,90%) Veículos

Ano 2023
4.198
(60,89%) Veículos

Ano 2024
3.682
(59,75%) Veículos

Ano 2025
3.349
(63,35%) Veículos

Fonte: Observatório da Segurança Pública / Sesp

Olhos por toda parte: inovações que protegem e previnem

A revolução tecnológica não se limitou ao Cerco Inteligente. A estratégia do governo foi criar um verdadeiro ecossistema de vigilância e prevenção, espalhando "olhos" digitais por todo o tecido urbano para aumentar a presença do Estado e, conseqüentemente, a sensação de segurança da população.

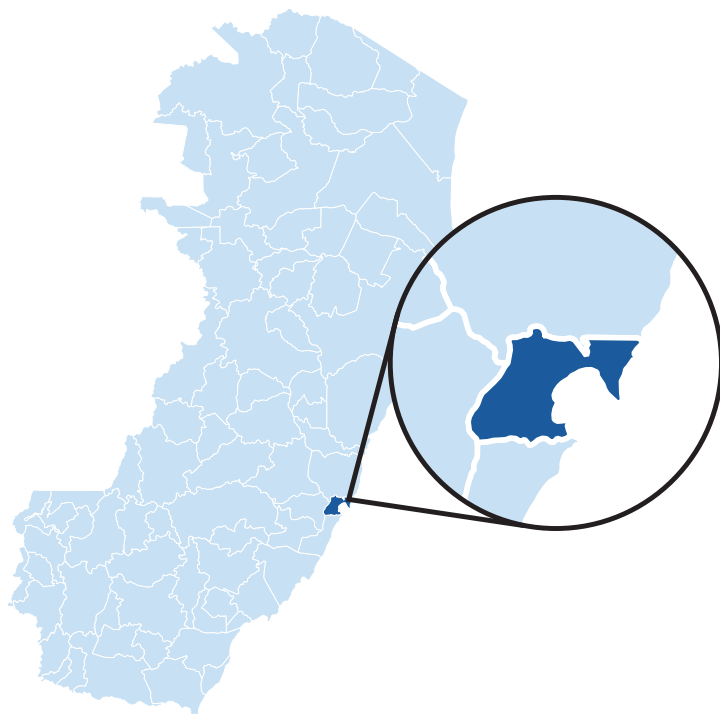
Em junho de 2025, o governo anunciou a instalação de 40 totens de segurança em pontos de grande circulação na Região Metropolitana da Grande Vitória. Mais do que simples postes com câmeras, os totens foram concebidos como "postos policiais eletrônicos". Com quatro metros de altura, blindados e equipados com câmeras 360° de longo alcance, giroflex e alto-falantes, eles marcam uma presença ostensiva e dissuasória no ambiente.

Sua funcionalidade mais importante, no entanto, é a interatividade. Cada totem possui um botão de emergência que estabelece uma comunicação por voz, direta e imediata, com um atendente do Ciodes. Para um cidadão que acabou de ser assaltado e teve o celular levado, ou para uma mulher que se sente em situação de risco, o totem se torna uma linha de vida, um ponto de contato imediato com a autoridade pública. Totalmente integrados ao Cerco Inteligente e ao sistema de reconhecimento facial, eles registram ocorrências e ajudam a preveni-las, recuperando o espaço público para o cidadão.

+ de 2.200 câmeras vigilância incluindo Cerco Inteligente, totens e as instaladas em ônibus e terminais

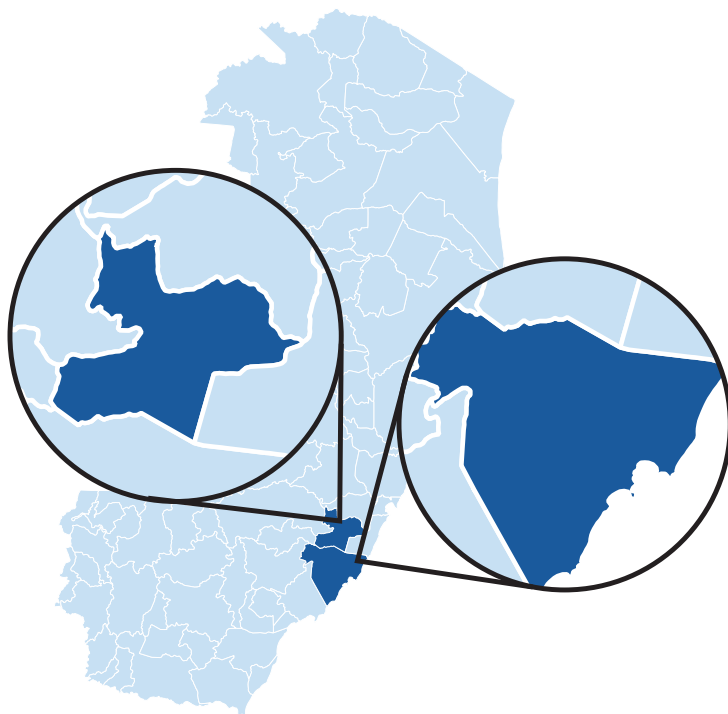
Fonte: Sesp

Totens de segurança - Vitória



- Parque Moscoso
- Praça Costa Pereira – Centro
- Praça Princesa Isabel – Centro
- Praça do Papa
- Enseada do Suá – Em frente ao Shopping Vitória
- Enseada do Suá – Atrás do Shopping Vitória
- Reta da Penha – Próximo ao Boulevard e Centro da Praia
- Praça dos Namorados
- Triângulo das Bermudas
- Ponte Ayrton Senna
- Praça de Itararé
- Reta da Penha – Próximo à Findes
- Praia de Camburi
- Ufes – Saída Jardim da Penha
- Praia de Camburi – Próximo às arenas de shows
- Jardim Camburi – Praia de Camburi
- Parque da Vale

Totens de segurança - Guarapari e Viana



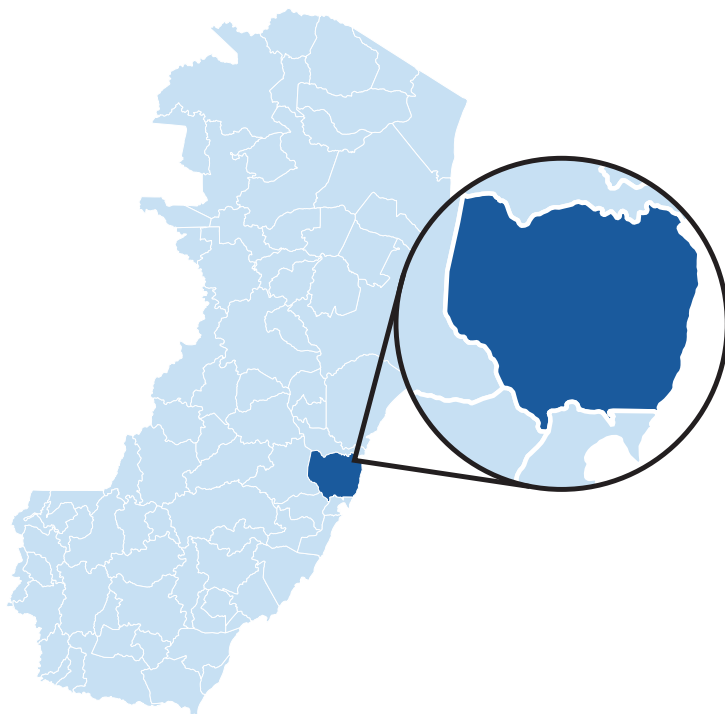
GUARAPARI

- Divisa da Areia Preta e Castanheiras
- Centro Muquiçaba
- Praia do Morro
- Fonte: Governo ES

VIANA

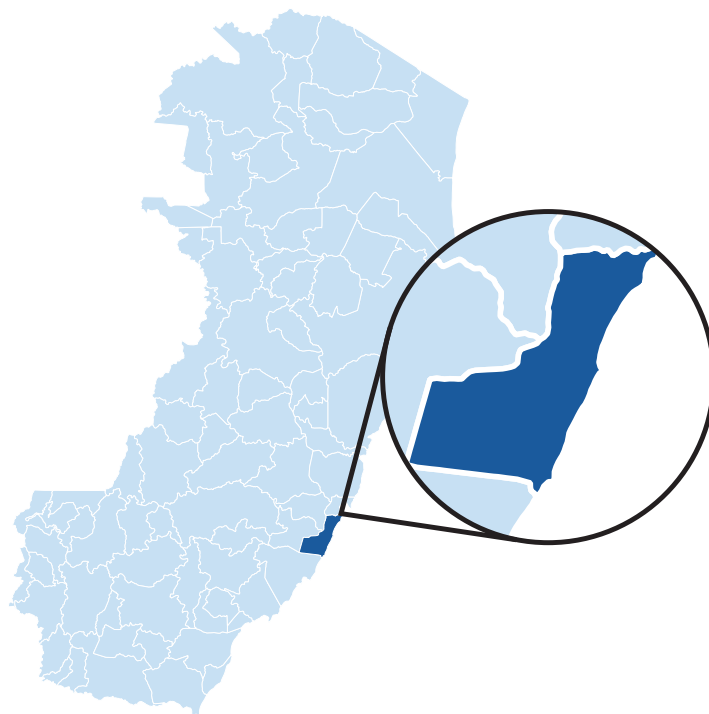
- Marcílio de Noronha– Praça
- Centro

Totens de segurança - Serra



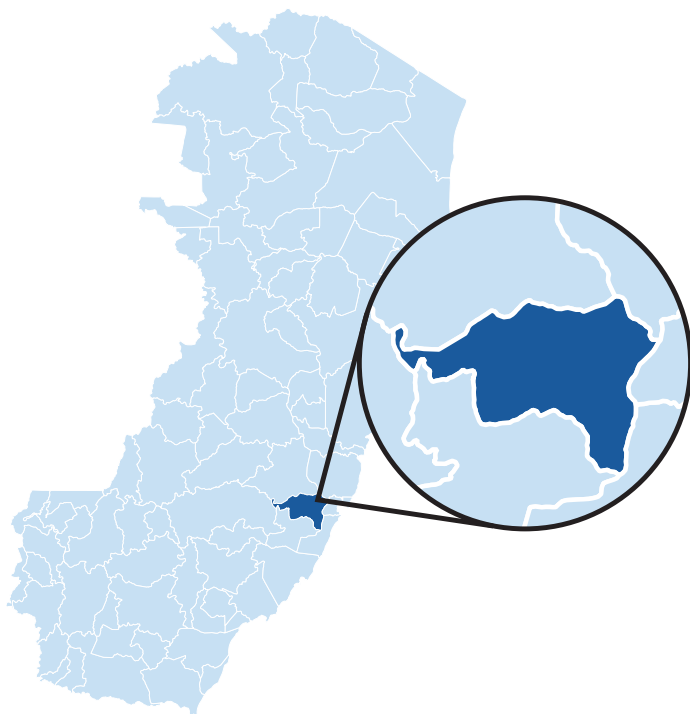
- Terminal de Carapina
- Jardim Limoeiro
- Praça de Novo Horizonte
- Laranjeiras – Av. Central com Norte Sul
- Parque Residencial Laranjeiras
- Próximo ao Shopping Montserrat – Laranjeiras
- Serra-Sede
- Manguinhos
- Jacaraípe

Totens de segurança - Vila Velha



- Cobilândia
- Glória 1 – Av. Jerônimo Monteiro
- Glória 2
- Praça Duque de Caxias
- Prainha
- Praia da Costa - Final
- Itapoã – Av. Resplendor
- Itapoã – Orla
- Itapoã – Jair de Andrade
- Ao lado do Shopping Vila Velha e UVV
- Praça de Coqueiral
- Praça do Ciclista
- Praça de Gaivotas
- Terminal Itaparica/Rodoviária

Totens de segurança - Cariacica



- Ceasa – Vila Capixaba
- Av. Expedito Garcia
- Av. Expedito Garcia – Ponto 2
- Mercado Municipal Cariacica
- Jardim América

Câmeras em ônibus: segurança no transporte coletivo

O medo de assaltos e importunação no transporte público é uma preocupação constante para milhares de capixabas. Para enfrentar esse desafio, o governo integrou 500 ônibus do sistema Transcol ao ecossistema de segurança digital. As câmeras instaladas nos coletivos estão diretamente conectadas à plataforma de reconhecimento facial.

Isso significa que um foragido da Justiça, ao embarcar em um desses ônibus, pode ser identificado em menos de 6 segundos. O alerta é enviado ao Ciodes, que pode coordenar uma abordagem policial no próximo ponto de parada. Essa vigilância constante auxilia na captura de criminosos e atua como um poderoso inibidor de crimes, resultando em uma queda de aproximadamente 50% nos roubos dentro de coletivos e aumentando a tranquilidade de passageiros e trabalhadores.

Curiosidade



“Começamos pelos terminais, e não nos ônibus. Porque nos terminais nem sempre a pessoa entra para embarcar. Ela entra para traficar, ela entra para roubar, e nem sempre ela embarca no ônibus. Depois implantamos no Faça Fácil de Carriacica, por onde passam 3 mil pessoas por dia, e também tivemos sucesso. E em seguida, nos voltamos para os índices de roubos nos ônibus. Mas o ônibus tem uma característica da dificuldade de efetuar a prisão na hora, pois o cara entra em um ponto, rouba e desce no ponto seguinte. E some.

Foi daí que nós mudamos a estratégia. O facial do ônibus era para reconhecer o delito e fazer um trabalho forense, ou seja, um trabalho policial de investigação, para prender aquele indivíduo posteriormente. Não é a pronta resposta, exatamente por causa dessa maneira de agir muito rápida.

Aquela ocorrência é registrada, a pessoa é reconhecida e passada para o sistema. E aí ele cai na mesma probabilidade dos demais procurados, de 1.468 câmeras vigiando. Mas mesmo não sendo um sistema de pronta resposta, só em Vitória essa semana foram três presos dentro do ônibus, procurados, porque eles não entraram para roubar, eles estavam no ônibus para andar como cidadãos comuns, sentadinhos. Aquela plaquinha de ‘sorria, você está sendo filmado’ tem um efeito psicológico. ‘Será que aqui vão me pegar?’ Isso ajuda na sensação de segurança.”

Victor Murad, subsecretário de Transformação Digital da Secretaria de Estado do Governo.

Câmeras corporais (*bodycams*): a ferramenta da transparência

A tecnologia também foi direcionada para um dos desafios mais sensíveis da segurança pública: a relação entre a polícia e a comunidade. A implementação de câmeras corporais nos uniformes dos policiais militares, iniciada com um projeto piloto, foi estrategicamente posicionada como um instrumento de proteção mútua e de construção de confiança.

O secretário Leonardo Damasceno destacou que as *bodycams* protegem tanto o cidadão, ao garantir um registro objetivo da abordagem, quanto o próprio policial, ao resguardá-lo de acusações infundadas. Em um episódio revelador durante a fase de testes, o primeiro a solicitar as imagens de uma câmera corporal foi um policial, que queria provar a lisura de sua conduta.



“A primeira pessoa que pediu a imagem foi um policial. Ou seja, ‘eu preciso dessa imagem porque essa imagem mostra exatamente o que eu falei e o que eu fiz’”, conta.

Este fato ilustra o potencial da tecnologia para acabar com a "guerra de versões" que frequentemente envenena a relação entre a polícia e a sociedade.

Ao trazer transparência para a ponta da ação, as câmeras humanizam a interação, promovem a responsabilização e fortalecem a legitimidade da atuação policial, transformando um dispositivo tecnológico em um pilar para a construção de uma cultura de paz e respeito.

Além disso, em novembro de 2025 o governo lançou o Cerco Inteligente Móvel, com mais de 300 viaturas equipadas com câmeras para leitura de placas e biometria digital e facial.

"A câmara faz a leitura da placa dos veículos que passam por ela e o policial recebe no seu smartphone um alerta caso seja um veículo roubado ou furtado. As câmeras também fazem biometria facial, permitindo identificar as pessoas", explicou Casagrande no dia do lançamento.



Lançamos hoje o Cerco Inteligente Móvel, mais um avanço importante na segurança pública do Espírito Santo.

As novas viaturas agora contam com leitura automática de placas, biometria digital e facial diretamente no smartphone do policial tudo em tempo real.

Mais tecnologia, mais agilidade e mais proteção para cada cidadão capixaba.

#Segurança #GovernoES #Tecnologia #CercoInteligente

A gestão por trás da tecnologia: dados, estratégia e futuro

A proliferação de câmeras, sensores e *softwares* seria de pouca valia se não estivesse ancorada em uma estrutura de gestão inteligente. A verdadeira força da revolução tecnológica no Espírito Santo reside na forma como os dados gerados por esse novo ecossistema são transformados em estratégia e ação, alimentando o ciclo de planejamento do programa Estado Presente.

A coordenação do programa, estrategicamente alocada na Secretaria de Economia e Planejamento (SEP), garante que a tecnologia transcenda o mero policiamento. Os dados sobre a mancha criminal, detalhados e georreferenciados, são analisados pelo Observatório da Segurança Cidadã, coordenado por Pablo Lira no Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN). Essa análise permite direcionar o patrulhamento (o eixo de proteção policial) e orientar os investimentos do eixo de proteção social. Se uma área específica apresenta um aumento de crimes patrimoniais envolvendo jovens, por exemplo, essa informação subsidia a decisão de instalar ali um novo Centro de Referência das Juventudes (CRJ) ou uma escola de tempo integral. A tecnologia, portanto, torna-se a bússola que guia a política pública integral.

Contudo, a jornada de integração foi desafiadora. Leonardo Damasceno descreveu com franqueza a principal dificuldade enfrentada: fazer com que tecnologias de diferentes fornecedores "conversassem" entre si.

"Eu não posso ter um operador tendo 10 telas com 10 sistemas", afirmou Damasceno, ilustrando o complexo trabalho de engenharia e gestão de contratos necessário para unificar as plataformas.

Olhando para o futuro, o governo já planeja o próximo salto qualitativo. O programa "Espírito Santo Mais Inteligente", lançado em parceria com o Banco Mundial, é a resposta estratégica para o desafio da integração e da escalabilidade. O programa prevê a construção de um novo e moderno data center para o Estado e, principalmente, a criação do Centro Integrado de

Defesa Social (Cides). O Cides será o "cérebro" físico e tecnológico da segurança pública capixaba, um centro de comando e controle de última geração projetado para unificar todas as fontes de dados – do Cerco Inteligente aos totens, das bodycams às chamadas de emergência – em uma única plataforma operacional. Será o ápice da transição do analógico para o digital, garantindo que o Espírito Santo permaneça na vanguarda da segurança pública no Brasil.

R\$ / bilhão

foi o investimento em tecnologia e equipamentos na segurança pública desde 2019

Fonte: Governo ES



Núcleo de Intervenções Rápidas (NIR) do Centro Integrado Operacional de Defesa Social (Ciodes), onde as imagens são monitoradas (Foto: Helio Filho/Secom)

Cyber Gaeco – caçando o dinheiro no labirinto digital

A modernização do crime organizado exigiu uma resposta à altura. As facções deixaram de operar apenas com dinheiro físico e migraram para o ambiente virtual, utilizando criptoativos e sistemas complexos de lavagem de dinheiro. Para enfrentar essa realidade, o MPES fortaleceu o Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) com núcleos especializados em crimes cibernéticos (Cyber Gaeco) e o Laboratório de Tecnologia contra Lavagem de Dinheiro (LAB-LD).

"Precisamos atacar o coração do sistema do crime, que é o dinheiro", define o procurador-geral de Justiça do Espírito Santo, Francisco Berdeal. O desafio agora inclui rastrear lavagem de capitais por meio de criptoativos, exigindo softwares avançados e peritos capacitados para identificar autores de transações na *blockchain*.

Essa capacidade de operar no front digital permite ao MPES asfixiar financeiramente as organizações, atingindo seus líderes onde mais dói: no patrimônio oculto.



Laboratório de Tecnologia contra a lavagem de dinheiro

Dados dos casos analisados entre 2020 e 2023 envolvem:



1.503
pessoas



10.187
contas bancária



R\$ **1,9** bilhão
com indícios de
ilicitudes envolvidas

Fonte: Ministério Público do Espírito Santo

AMPL.IA – a inteligência artificial no gabinete do promotor

A revolução tecnológica não se restringe à investigação policial; ela transforma a rotina forense. O MPES lançou em julho de 2025 o programa AMPL.IA (Aprimoramento de Métodos e Processos com Linguagens de Inteligência Artificial), uma iniciativa estratégica para incorporar a IA generativa ao trabalho jurídico.

Francisco Berdeal vê a tecnologia como essencial para lidar com a explosão de demandas: "Temos um programa de inteligência artificial que vai fortalecer a nossa atuação com precisão e velocidade". O programa capacita promotores e servidores no uso de ferramentas como NotebookLM e ChatGPT (em ambientes seguros) para analisar grandes volumes de provas, resumir processos complexos e automatizar tarefas burocráticas.

Isso permite que a "inteligência humana" do promotor seja dedicada ao que realmente importa: a estratégia processual, o atendimento ao público e a tomada de decisão qualificada. Em um cenário de restrição fiscal, o AMPL.IA funciona como um multiplicador de força, permitindo que o MPES faça mais com a mesma estrutura.

Destaque



“Um grande desafio é conseguir aumentar os nossos níveis de performance com mais incremento de tecnologia – a boa inteligência artificial, os bons sistemas de controle, ferramentas tecnológicas que otimizem audiências, atos judiciais, processamento dos casos, para que possamos ter resultados mais rápidos. É importante que o julgamento seja o mais próximo possível da data do crime. A redução da impunidade diminui muito a criminalidade. Porque a criminalidade ou começa a se inibir ou sai daqui ao ver que não tem espaço. Precisamos que a reposta condenatória seja mais imediata. Para isso, a melhor qualidade técnica de perícia, de tecnologia, inibe incertezas quanto à autoria e à materialidade.”

Luciana Andrade, promotora do Ministério Público do Espírito Santo e procuradora-geral de Justiça de 2020 a 2024

Forjando uma nova cultura de paz e cuidado

A revolução tecnológica na segurança pública do Espírito Santo é muito mais do que uma história sobre câmeras, softwares e inteligência artificial. É a crônica de uma transformação profunda na maneira como o Estado concebe e executa seu dever de proteger o cidadão. A migração do analógico para o digital foi, em essência, uma migração da reação para a prevenção, da força bruta para a inteligência estratégica.

Cada peça desse complexo quebra-cabeça tecnológico foi pensada para se encaixar em um objetivo maior, alinhado ao programa Estado Presente: o impacto humano. O Cerco Inteligente que recupera o carro de uma família, o reconhecimento facial que leva um criminoso foragido à Justiça, o totem que oferece um canal de ajuda a uma pessoa em pânico e a câmera corporal que garante uma abordagem respeitosa e a salvaguarda da ação policial são, em última análise, ferramentas a serviço da dignidade e da paz social.

Para Álvaro Duboc, essa é a essência da política: “Segurança pública vai além de polícia e tecnologia: nasce do fortalecimento das comunidades, das oportunidades e do pertencimento. Quando a sociedade está protegida e integrada, a paz deixa de ser exceção e vira rotina”, acredita.

Ao fechar as portas para o crime e reduzir a impunidade, o Espírito Santo reafirma um princípio fundamental, como bem definiu o governador: “Quanto menor a impunidade, maior é a possibilidade de a gente ter redução do crime, porque o criminoso vai ver se vale a pena ou não cometer o crime”. É a tecnologia a serviço da certeza de que, no Espírito Santo, o crime não compensa.

Depoimento



“A digitalização profissionalizou a tomada de decisão. Sistemas como videomonitoramento, análises preditivas, integração de bases de dados e o Cerco Inteligente mudaram o padrão de resposta policial. Um episódio marcante foi quando, em minutos, conseguimos identificar e prender uma quadrilha interestadual graças ao cruzamento automático de informações. Essa eficiência só é possível porque investimos em tecnologia e capacitação.”

Ricardo Ferraço,
vice-governador e coordenador do programa Estado Presente

REFLEXÃO DO GOVERNADOR



Em 2019, nós avançamos muito na política de incorporação de tecnologia e, em especial, a partir de 2022, ganhamos velocidade na incorporação de tecnologia na área de segurança pública. Hoje, no sistema prisional, todos os nossos presos têm biometria digital, têm biometria facial, há um cadastro de quem está no sistema prisional.

Nós montamos um Cerco Inteligente com muitas câmeras espalhadas no Estado todo, com leitura de placa, com leitura de características de veículo. Nós passamos a usar agora a identificação facial, que é a biometria facial. Para isso nós montamos um cadastro de capixabas, de quem tira carteira de identidade nova, de quem tem carteira de motorista. Temos um cadastro hoje de aproximadamente 3 milhões dos 4 milhões de capixabas, que está na nossa plataforma do Cerco Inteligente para que, na leitura facial, seja encontrado alguém que seja procurado pela Justiça, pela polícia. É possível identificar e prender essa pessoa. Já prendemos centenas de pessoas que estavam aí, sem nenhuma preocupação de que seriam encontradas, que já cometeram um crime, já foram julgadas e condenadas e não estavam presas porque não eram encontradas.

Também já temos 500 ônibus com câmeras, com biometria facial, o que vai inibir crimes nos ônibus, importunação sexual, furto, roubo. E se isso

ocorrer, pelo boletim de ocorrência é possível ver a hora e identificar nos vídeos quem foi.

Esse investimento em segurança pública e o diálogo com as forças de segurança têm produzido resultados muito bons em termos comparativos com os anos anteriores.



Renato Casagrande
Governador do
Espírito Santo

08

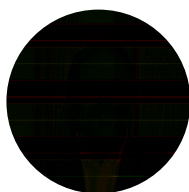
CAPÍTULO

Tecnologia
a serviço da
investigação
e redução da
impunidade

Tecnologia a serviço da investigação e redução da impunidade

A noite caiu sobre a Avenida Leitão da Silva, em Vitória, mas o silêncio foi rompido pelo som agudo de disparos em junho de 2023. Em meio ao caos de um confronto entre policiais e criminosos, uma tragédia silenciosa se desenrolou. Dentro de um hospital próximo, um paciente acamado, alheio à violência que se desenrolava lá fora, foi atingido por uma bala perdida. A notícia se espalhou com a velocidade da pólvora; com ela, uma suspeita que pairava pesada no ar: o tiro teria partido da arma de um policial?

Naquele momento de tensão, em que a credibilidade das forças de segurança estava em jogo, a resposta viria da ciência, e não de depoimentos ou narrativas. Foi um divisor de águas que demonstrou, de forma inequívoca, o poder da tecnologia como árbitra imparcial da verdade.



“Nós reconstituímos o local de crime, identificamos as trajetórias de tiro e descobrimos de onde partiram os disparos”, relata Carlos Alberto Dal’Cin, perito oficial geral da recém-criada Polícia Científica do Espírito Santo (PCIES).

Utilizando drones para mapear o cenário com uma precisão milimétrica e sistemas avançados para analisar a balística do projétil, os peritos traçaram o caminho da bala com uma certeza matemática. Conclusão: o disparo que vitimou

Daniel Ribeiro Campos da Silva, de 68 anos, não partiu das armas da Polícia Militar. A análise do raio do projétil era incompatível com o armamento da corporação. Mais do que isso, a ciência apontou a origem do tiro para a exata posição onde os criminosos estavam.

“Quando nós falamos isso, distensionamos toda uma situação em relação à Polícia Militar”, recorda Dal’Cin.

O caso inocentou os policiais e levou à identificação da arma do crime, apreendida posteriormente em outra operação, conectando-a a um líder de facção.

Este episódio é mais do que um caso de sucesso pericial; é o símbolo de uma profunda transformação na segurança pública capixaba. Ele ilustra a transição de um sistema que por décadas conviveu com a chaga da impunidade para um novo paradigma, onde a prova científica se torna a espinha dorsal da Justiça.

Por muito tempo, o Espírito Santo sofreu com um volume assustador de crimes sem solução. Como aponta Álvaro Duboc, secretário de Economia e Planejamento e coordenador executivo do programa Estado Presente, um estudo de 2011 revelou que o Estado, com apenas 2% da população do Brasil, concentrava mais de 10% de todas as investigações de homicídio não solucionadas no País. Era um cenário em que a ausência de provas robustas minava a confiança no sistema.

A virada estratégica foi a decisão de migrar de uma segurança “analógica” para uma “digital”.

O governador Renato Casagrande delineou a visão que guiaria os investimentos subsequentes: além de comprar equipamentos, era preciso reestruturar as polícias, capacitar profissionais e, acima de tudo, instituir uma cultura em que a verdade dos fatos, materializada em evidências, prevalecesse sobre qualquer narrativa.



Como destaca o secretário de Segurança Pública, Leonardo Damasceno, **“o nosso destaque hoje talvez seja a parte tecnológica mesmo. Essas inovações têm chamado a atenção de todos os Estados, que têm enviado representantes para visitas técnicas, para nos conhecer aqui e ver as soluções que nós temos em contrato”**.

A tecnologia, nesse contexto, deixou de ser um acessório para se tornar o principal instrumento na construção de um legado de justiça e na redução da impunidade.

Polícia

Paciente morre ao ser atingido por bala perdida dentro de hospital em Vitória

O idoso de 68 anos estava internado há dois anos na unidade em um quarto voltado para o bairro Gurigica, de onde a polícia acredita que partiu os disparos.

Foto: Thiago Soares/Folha Vitória



Um idoso de 68 anos morreu ao ser atingido na cabeça por uma bala perdida, na madrugada deste domingo (25), em Vitória. Ele estava internado há dois anos em um hospital de longa permanência, na Avenida Leitão da Silva.

Familiares do idoso, identificado como Daniel Ribeiro Campos da Silva, contaram que quando souberam da morte até pensaram que fosse morte natural, mas logo descobriram que se tratava de um tiro na cabeça.

A Gazeta[©]

Terror em Vitória

Como perícia descobriu de onde partiu tiro que matou paciente no ES

Disparo saiu de uma pistola de calibre .40; investigações apontaram que atirador estava em uma área de mata no morro atrás do hospital em que vítima estava internada

Júlia Afonso

Repórter / jafonso@redgazeta.com.br

Publicado em 26 de junho de 2023 às 20:18



De acordo com a perícia, criminosos estavam mirando em viatura na Avenida Leitão da Silva; hospital ficou na linha de tiro
Crédito: Divulgação | Polícia Civil

O disparo que [atingiu e matou o paciente Daniel Ribeiro Campos da Silva, de 68 anos, no leito de um hospital](#) em Gurigica, [Vitória](#), não partiu da arma de um policial militar. A informação foi constatada pela perícia da [Polícia Civil](#), após a realização de um mapeamento de onde veio o tiro e de qual arma o projétil saiu. O caso aconteceu durante um intenso troteio que ocorreu no domingo (25).

A modernização: fortalecendo as Polícias Civil e Científica

A pedra angular dessa nova arquitetura de segurança foi uma mudança estrutural ousada e visionária: a criação da Polícia Científica do Estado do Espírito Santo (PCIES) como uma força autônoma. Sancionada em dezembro de 2023, a lei que desvinculou a perícia da Polícia Civil foi a concretização de um princípio fundamental para a justiça moderna: a isenção da prova.

Carlos Alberto Dal’Cin, primeiro perito-geral da nova instituição, explica a profundidade da mudança:

“Quando o governo dá autonomia para sairmos de dentro da Polícia Civil, é para não sermos arrastados institucionalmente para essas narrativas e termos autonomia para manter a prova no âmbito da ciência”, considera.

Essa independência garante que a análise de uma cena de crime, de um projétil ou de uma amostra de DNA seja guiada unicamente pelo rigor técnico, livre de qualquer viés ou pressão que possa surgir no calor de uma investigação.

“Ao criar a Polícia Científica, o governador demonstra seu compromisso com a vida e a segurança da população capixaba, fortalecendo todo o sistema de justiça criminal local”, complementa Dal’Cin.

A prova, assim, torna-se um elemento objetivo, que serve tanto para condenar o culpado quanto, e talvez mais importante, para proteger o inocente.

“Costumamos falar que a técnica científica não tem cor, não tem sexo. Ela não tem um viés ideológico”, reforça Dal’Cin, que define a PCIES como “a polícia dos direitos humanos”, cujo compromisso é com a verdade material, um pilar essencial para a dignidade e a Justiça.

Enquanto a PCIES nascia para garantir a integridade da prova física, a Polícia Civil passava por sua própria revolução interna, migrando de um “estado analógico para o estado digital”. O delegado-geral José Darcy Arruda resume a transformação:

“Nós optamos por fazer uma polícia diferente, uma Polícia Civil de vanguarda. Porque sabemos que é quase impossível aumentar o capital de efetivo humano da noite para o dia. Então é preciso otimizar tempo e recursos. A tecnologia passou a ser uma aliada”, afirma.

O cérebro dessa transformação é o Centro de Inteligência e Análise Telemática (Ciat). Criado para analisar o crescente volume de dados digitais que permeiam o crime moderno (de mensagens em aplicativos a transações financeiras), o Ciat se tornou o nervo central das investigações complexas.

“O Ciat demonstrou sua efetividade e produção de conhecimento e provas a partir do uso dessa tecnologia. Utilizando o Ciat, identificamos toda a cadeia de comando da principal organização criminoso do Estado”, declarou Arruda.



A prova mais contundente do poder do Ciat foi a captura de Fernando Moraes Pereira Pimenta, o “Marujo”, o criminoso mais procurado do Espírito Santo. Após anos foragido, sua prisão em março de 2024 foi resultado de uma meticulosa operação de inteligência, que mapeou sua rede de apoio e localizou seu esconderijo sem que um único tiro fosse disparado.

A criação paralela de uma PCIES autônoma e de um Ciat altamente integrado revela uma estratégia sofisticada e de duas frentes. De um lado, a autonomia da perícia blindava a prova física contra vieses. Do outro, a integração do Ciat é vital para combater o crime em rede, que exige colaboração com operadoras de telefonia, outras agências e até outros países. Essa estrutura organizacional, desenhada para a realidade do crime no século XXI, promove uma mudança fundamental no equilíbrio da justiça criminal. Ela diminui a dependência de elementos subjetivos, como testemunhos e confissões, que podem ser falhos ou coagidos, e eleva o status da prova objetiva e verificável.

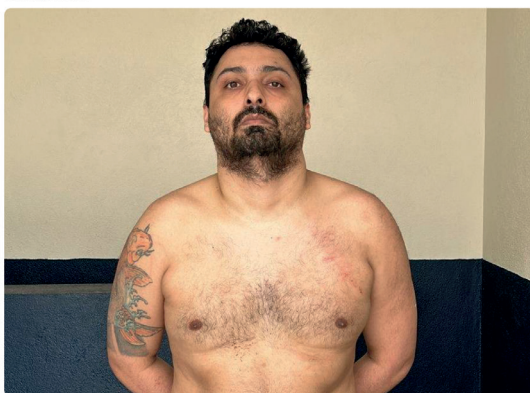


“Com base na ciência, damos voz às vítimas, protegemos inocentes e fortalecemos os direitos humanos. Nosso trabalho assegura equilíbrio entre justiça e dignidade”, afirma Dal’Cin.

ESTADO

Casagrande comemora prisão de Marujo: "combatendo a criminalidade"

8 de março de 2024



Governador Renato Casagrande celebrou operação realizada na capital que resultou na prisão de criminoso mais procurado do Espírito Santo - Divulgação/Polícia Civil

Governador Renato Casagrande celebrou operação realizada na capital que resultou na prisão de criminoso mais procurado do Espírito Santo

Por Robson Maia

A prisão do traficante Fernando Moraes Pereira Pimenta, mais conhecido como Marujo, foi motivo de comemoração entre as lideranças políticas capixabas. O governador do Estado, Renato Casagrande (PSB), celebrou a operação realizada na manhã desta sexta-feira (8) no bairro Bonfim, em Vitória, que resultou na captura do criminoso mais procurado do Espírito Santo.

Marujo é apontado pelas investigações criminais como chefe do tráfico de drogas e membro de uma facção criminosa organizada no Espírito Santo. Nas redes sociais, Casagrande elogiou a atuação das forças de segurança e inteligência estaduais. O gestor destacou ainda o programa Estado Presente, desenvolvido pela Secretaria de Segurança Pública (Sesp).

"O Marujo, o bandido mais procurado do ES, está preso! Parabéns às nossas incansáveis forças policiais, em especial aos policiais civis e penais pelo êxito nesta operação. Com o programa Estado Presente, continuaremos combatendo a criminalidade com rigor", escreveu Casagrande em suas redes sociais.

O DNA do crime: a ciência forense como ferramenta de Justiça

Se o Ciat representa a inteligência digital, os laboratórios da Polícia Científica representam a vanguarda da ciência forense, onde vestígios invisíveis a olho nu são transformados em provas irrefutáveis. No centro dessa revolução está o Banco Estadual de Perfis Genéticos (BEPG), uma ferramenta que, segundo Carlos Alberto Dal’Cin, é “o futuro da Polícia Científica” e um dos pilares da investigação moderna.

O banco de DNA funciona em duas frentes cruciais. A primeira é a coleta sistemática de material genético de indivíduos condenados por crimes graves, como homicídio e violência sexual. Cada perfil genético inserido no banco é uma nova peça no quebra-cabeça da criminalidade. Esses perfis são cruzados continuamente com vestígios coletados em cenas de crime por todo o Estado e pelo País, através da Rede Integrada de Bancos de Perfis Genéticos (RIBPG).

Desde sua criação, o banco capixaba já produziu 135 “matches” – evidências que ligaram suspeitos a crimes antigos, identificaram estupradores em série e resolveram casos que, de outra forma, permaneceriam sem resposta.



“Cada amostra coletada nos aproxima da elucidação de crimes e da promoção de uma justiça mais eficaz para a sociedade”, destaca Dal’Cin.

A segunda frente do banco de DNA revela o lado mais humano da ciência forense: a busca por pessoas desaparecidas. Em uma campanha permanente, a PCIES convida familiares a doarem seu material genético. Essas amostras são comparadas com perfis de pessoas vivas encontradas sem identificação e com os perfis genéticos extraídos de corpos não identificados que chegam aos Institutos Médicos Legais de todo o Brasil. Para famílias que vivem há anos na angústia da incerteza, um “match” genético pode significar o fim de uma busca dolorosa, trazendo o fechamento e a dignidade do luto.

Paralelamente ao DNA, outra tecnologia tem sido decisiva para rastrear a violência: a balística. Com a implementação do Sistema Nacional de Análise Balística (Sinab), cada estojo e projétil encontrados em uma cena de crime são meticulosamente analisados e cadastrados. O sistema Ibis (*Integrated Ballistics Identification System*) cria uma espécie de “impressão digital” da arma que efetuou o disparo, baseada nas marcas únicas que o cano e o percussor deixam na munição.

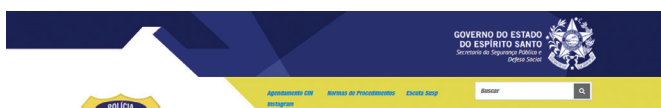
O Espírito Santo se tornou uma referência nacional nessa área. Um relatório de atividades do Sinab destacou o Estado como líder no Brasil tanto no número de perfis balísticos registrados quanto na quantidade de ligações confirmadas entre diferentes crimes. Na prática, isso significa que a arma usada em um homicídio em Vila Velha pode ser conectada a um assalto na Serra ou a um tiroteio em Cariacica, revelando a atuação de grupos criminosos e permitindo que os investigadores tanto solucionem um crime isolado quanto desmantelem toda uma rede de violência.

“Isso mostra que a nossa Polícia Civil está no caminho certo. Investindo em tecnologia e sendo pioneiros. Temos a certeza de que alcançaremos resultados ainda melhores”, destaca o delegado-geral José Darcy Arruda.



Essa abordagem sistêmica, que trata cada vestígio como parte de um grande quebra-cabeça de inteligência, transforma a natureza da investigação. A polícia não está mais apenas reagindo a eventos isolados; ela está mapeando as fer-

ramentas, os atores e as redes do crime. Esse conhecimento permite a alocação inteligente de recursos, o planejamento de operações cirúrgicas e, em última análise, a capacidade de antecipar e desarticular a criminalidade de forma mais eficaz e com menor custo social.



Polícia Científica (PC)

22/03/2024 20h32 - Atualizado em 22/03/2024 20h35

Polícia Científica do Estado recebe agradecimento e homenagem pela contribuição no Sistema Nacional de Análise Balística (SINAB)



Publicada originalmente em 04/12/2023 (<https://www.es.gov.br/noticia/policia-cientifica-do-estado-recebe-agradecimento-e-homenagem-pela-contribuicao-no-sistema-nacional-de-analise-balistica-sinab>)

A Polícia Civil do Espírito Santo (PCES), por meio da Seção de Balística vinculada à Superintendência de Polícia Técnico-Científica (SPTC), foi agraciada, neste mês, com uma placa de homenagem e agradecimento pela expressiva atuação da Central SINAB no Estado. A distinção foi concedida pelas empresas Ultra Forensic Technology, fornecedora da solução IBIS TRAX HD3D utilizada no SINAB, e Iafis Biometric & Forensics Brasil, representante da solução no Brasil.

Elas reconheceram o empenho, a dedicação e a valiosa contribuição, agradecendo pelo compromisso demonstrado na implementação do Sistema Nacional de Análise Balística (SINAB).

O Relatório Anual de Atividades do SINAB, abrangendo o período de 1º/01/2022 a 30/06/2023, destaca o Espírito Santo como o Estado com o maior número de perfis balísticos registrados no SINAB (2.756) e a maior quantidade de ligações confirmadas (298). Esses números são de extrema relevância para as investigações de homicídios por arma de fogo no Estado.

Em 54% dos casos confirmados, foi possível identificar as armas utilizadas nos homicídios, sem levantar suspeitas durante as investigações, graças ao sistema e à análise microscópica realizada pelos perfis.

O Espírito Santo foi um dos cinco primeiros estados do Brasil e o pioneiro na região Sudeste a ser contemplado com a doação de um Sistema de Identificação Balística (SIB) pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública, por meio da Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp).

"Ficamos muito felizes e isso mostra que a nossa Polícia Civil está no caminho certo. Investindo em tecnologia e sendo pioneiros. Temos a certeza que alcançaremos resultados ainda melhores", destaca o delegado-geral da Polícia Civil do Espírito Santo, José Darcy Arruda.

Dois perfis da Seção de Balística da PCES desempenharam papéis importantes no Comitê Gestor do Sistema Nacional de Análise Balística (SINAB), representando a região Sudeste durante o Biênio 2022-2023. Em outubro de 2023, a Integração de Índices em estados, o Distrito Federal

Bastidores



“A tecnologia, a partir de 2019, passou a ser uma grande aliada da Polícia Civil para as investigações. Para isso, precisávamos criar uma metodologia, um protocolo e uma mudança de cultura para liberar parte da Polícia Civil para trabalhar na sua missão, a investigação.

Começamos a utilizar o Teleflagrante. Todas as ocorrências, com exceção da Polícia Federal, vêm para a Polícia Civil – seja da Guarda Municipal, Polícia Militar ou Polícia Rodoviária Federal. A ideia foi criar um ambiente só para receber e dinamizar essas ocorrências, fazendo com que a Polícia Civil tivesse condições de desenvolvê-las de forma mais rápida e ágil.

O Teleflagrante, criado no Espírito Santo, é uma metodologia de fazer um flagrante em teleconferência, gerando economia financeira e de efetivo. Tivemos grandes desafios para convencer o Ministério Público e a Ordem dos Advogados do Brasil, mas conseguimos explicar que a autoridade policial estaria presente no ato, via teleconferência, e que o projeto daria maior flexibilidade e agilidade nas investigações, o que interessava à sociedade como um todo.

O projeto começou em 2021 e é um sucesso. Eram necessários 100 delegados para fazer flagrantes presenciais em todo o Estado, passamos para 40, ganhando 60 para investigar. Usávamos 120 escrivães, e hoje usamos metade, ganhando 60 policiais para investigar.”

José Darcy Arruda, delegado-geral da Polícia Civil do Espírito Santo

Impacto direto: tecnologias que protegem o cidadão e reduzem a criminalidade

Enquanto os bancos de DNA e balística atuam nos bastidores da investigação de crimes complexos, outras tecnologias foram implementadas com um impacto direto e visível na vida do cidadão comum, respondendo a anseios antigos da população e fortalecendo a percepção de um Estado mais presente e eficiente. Para o secretário de Estado da Segurança Pública, Leonardo Damasceno, a lógica é clara: “Dentro da ideia do programa Estado Presente, além das políticas duradouras, visão de futuro, a gente tem soluções específicas para problemas específicos. Ou seja, temos que orientar a segurança pública para a solução de problemas”.

O exemplo mais emblemático é o Projeto “Recupera”. Lançado em julho de 2024, o projeto nasceu de um diagnóstico claro: com mais de 20 mil celulares furtados ou roubados por ano no Estado, as chances de uma vítima reaver seu bem eram mínimas, gerando frustração e alimentando a sensação de impunidade. A solução, inspirada em um modelo de sucesso no Piauí, foi inovadora em sua simplicidade e uso da tecnologia.

O processo é direto: a vítima registra um Boletim de Ocorrência com o número do Imei do aparelho, um código único de identificação. A partir daí, a Polícia Civil, em parceria com as operadoras de telefonia, rastreia o aparelho. Quando um

novo chip é ativado no celular roubado, o sistema identifica o usuário atual, que recebe uma intimação via WhatsApp para devolver o aparelho voluntariamente em uma delegacia.

“Você tem que ir lá devolver, senão você vai responder pela receptação”, explica Damasceno.

O governador Renato Casagrande reforça o objetivo da iniciativa: **“Temos a certeza de que esse é mais um passo para diminuir os crimes contra o patrimônio, inibindo a ação dos bandidos pois eles sabem que os aparelhos furtados ou roubados serão interceptados pela nossa Polícia e devolvidos aos donos”.**

Os resultados foram imediatos e expressivos. No primeiro ano de funcionamento, o projeto recuperou 721 aparelhos e, mais importante, contribuiu para uma redução de mais de 28% nos roubos de celulares no Estado. A iniciativa gerou um ciclo virtuoso: ao verem uma chance real de recuperação, mais cidadãos passaram a registrar ocorrências com o Imei, alimentando o sistema com dados mais precisos e tornando-o ainda mais eficaz.



Em agosto de 2024, o governador Renato Casagrande fez a devolução dos primeiros celulares recuperados pelo projeto Recupera, ao lado do delegado-geral da Polícia Civil do Espírito Santo, José Darcy Arruda, e do então secretário de Estado da Segurança Pública, Eugênio Ricas (Foto: Hélio Filho/Secom)

Número de celulares roubados no ES

Janeiro a junho de 2024

6.296

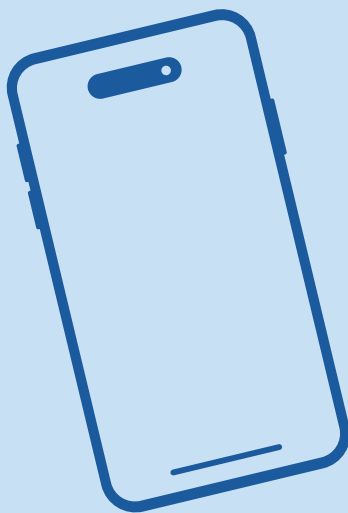
Janeiro a junho de 2025

4.518



Redução de

28,26%



721

**aparelhos de celular recuperados
em um ano de Projeto Recupera**

(julho de 2024 a julho de 2025)

Fonte: Polícia Civil do Espírito Santo

Outra inovação fundamental, com impacto duradouro na cidadania e na segurança, foi a adoção pioneira da nova Carteira de Identidade Nacional (CIN). Mais do que uma simples troca de documento, a CIN representa a unificação da identificação civil no Brasil, utilizando o número do CPF como registro geral único. Para a segurança pública, isso é uma revolução.

“O banco primordial da correlação facial é o da identificação civil. É através dele que se faz toda a relação”, esclarece Carlos Alberto Dal’Cin.

Ao criar um banco de dados biométrico unificado, limpo e confiável, a CIN fortalece drasticamente a eficácia de outras tecnologias, como o reconhecimento facial utilizado pelo Cerco Inteligente, reduzindo a possibilidade de fraudes e erros de identificação. Para o cidadão, significa mais segurança e praticidade. Para o Estado, é a base de dados mestra para um futuro de serviços públicos digitais e integrados.

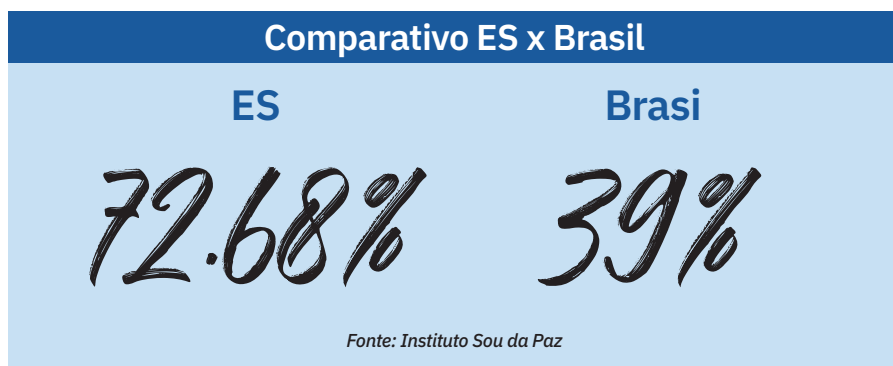
Tanto o Recupera Celular quanto a implementação da CIN demonstram uma filosofia de gestão que enxerga o cidadão como um parceiro ativo na construção da segurança. Ao registrar seu Imei ou emitir sua nova identidade, a população contribui com dados que tornam todo o sistema mais inteligente e eficaz, materializando o conceito de Segurança Cidadã e forjando uma aliança entre Estado e sociedade no combate à criminalidade.

Da incerteza à esperança da Justiça

A jornada de transformação tecnológica na investigação criminal no Espírito Santo pode ser medida de várias formas: no número de celulares devolvidos, nas coincidências genéticas que solucionaram crimes ou nas armas retiradas de circulação. Contudo, o legado mais profundo dessa gestão se reflete em um indicador que sintetiza todos os outros: a drástica redução da impunidade, traduzida no aumento da capacidade do Estado de elucidar os crimes mais graves.

Em 2024, o Departamento Especializado de Homicídios e Proteção à Pessoa (DEHPP) alcançou um marco histórico: um índice de conclusão de inquéritos com autoria de 72,68%. Esse número coloca o Espírito Santo em um patamar de excelência, muito acima da média nacional, que, segundo o Instituto Sou da Paz, é de apenas 39%. Os números são ainda mais impressionantes quando comparados com os dados do relatório da Enasp de 2011, que apontou que mais de 10% dos homicídios sem esclarecimento no Brasil estavam concentrados no Espírito Santo.

Índice de esclarecimento de homicídios em 2024



O SALTO NA ELUCIDAÇÃO DE CRIMES NO ESPÍRITO SANTO		
Indicador	Cenário em 2019	Resultados
Índice de elucidação de homicídios (ES)	45%	72,68% em 2024
Celulares recuperados (Projeto Recupera)	Praticamente nulo	721 aparelhos no primeiro ano (2024/2025)
Coincidências (<i>matches</i>) no Banco de DNA	Banco em fase inicial	135 <i>matches</i> desde a criação
Ligações confirmadas no Banco de Balística (Sinab)	Sistema incipiente	298 ligações confirmadas de janeiro de 2022 a junho de 2023 (líder nacional)

Fontes: Instituto Sou da Paz, Polícia Civil do ES, Polícia Científica do ES e Sinab

Os números revelam o resultado de uma estratégia coesa e de longo prazo. A autonomia da Polícia Científica, a inteligência do Ciat, a precisão dos bancos de DNA e balística e as tecnologias voltadas ao cidadão não foram ações isoladas. Elas foram peças de uma engrenagem montada com um objetivo claro, verbalizado pelo governador Renato Casagrande: “Fazer um cerco a quem está cometendo crime”.

Essa evolução é a certeza, para a vítima, de que seu caso será investigado com as melhores ferramentas disponíveis. A certeza para a sociedade de que as forças de segurança do Estado se baseiam em fatos e evidências, não em narrativas. E, fundamentalmente, a certeza para o criminoso de que o risco de cometer um delito e permanecer impune é cada vez menor.

REFLEXÃO DO GOVERNADOR

Nós estamos formando um aparato de investigação para reduzir a impunidade. Quanto menor a impunidade, maior é a possibilidade de redução do crime, porque o criminoso vai ver se vale a pena ou não cometer o crime. Se o risco é grande, se o risco é pequeno. Se o risco for grande, ele pode deixar de cometer o crime, porque vamos alcançar essas pessoas com um nível de investimento em tecnologia com capacidade de localizar celular, desvendar homicídios e prender foragidos.



Renato Casagrande
Governador do
Espírito Santo

Acordos – eficiência e fim da impunidade para pequenos delitos

Uma das transformações mais impactantes na justiça criminal capixaba foi a adoção massiva da negociação, especialmente por meio do Acordo de Não Persecução Penal (ANPP). Essa ferramenta permite que crimes sem violência ou grave ameaça sejam resolvidos rapidamente, sem a necessidade de um processo judicial arrastado.

"A sociedade quer punição proporcional e rápida. Se o fato acontece hoje e a punição vem só em 5, 6 anos, parece que não houve Justiça", argumenta Francisco Berdeal. Com o ANPP, o autor confessa o crime e cumpre condições imediatas – como pagamento de prestação pecuniária ou serviço comunitário.



Os números impressionam: entre 2020 e 2023, o MPES celebrou 10.096 acordos desse tipo. Isso gerou uma resposta imediata à sociedade e desafogou as varas criminais, permitindo que promotores e juízes concentrassem sua energia intelectual e tempo nos casos de alta complexidade e violência, como homicídios e corrupção sistêmica. É a tecnologia jurídica a serviço da eficiência.

A trincheira do júri – a defesa contra o crime organizado

O Ministério Público do Espírito Santo tem travado uma batalha doutrinária e legislativa para proteger o Tribunal do Júri como ferramenta de combate ao crime organizado. O Tribunal do Júri, como explica Francisco Berdeal, é o órgão competente para julgar os crimes dolosos contra a vida e os homicídios intencionais. E existe um movimento nacional para retirar da competência do Tribunal do Júri os homicídios ligados ao tráfico de drogas.

O MPES, por meio de seus promotores e da liderança de Francisco Berdeal, posiciona-se frontalmente contra essa mudança. "Em time que está ganhando não se mexe", afirma o procurador-geral, citando as altas taxas de condenação e as penas exemplares (de 80 a até 100 anos) obtidas contra líderes de facções no plenário do júri no Espírito Santo.

“Os promotores de Justiça que atuam no júri são contra, assim como o Ministério Público do Espírito Santo. Primeiro, porque eles estão conseguindo condenações. E segundo, porque a proposta é inconstitucional, já que o Tribunal do Júri está previsto no artigo 5º da Constituição, que é o artigo que prevê os direitos e deveres fundamentais e é considerado cláusula pétrea. Quando você condena os traficantes envolvidos em homicídios a penas altas, você está retirando os líderes do mercado do crime. Grandes líderes estão sendo presos com penas muito altas, porque o Tribunal do Júri dá as penas mais altas do nosso sistema de Justiça. O trabalho dos promotores no Tribunal do Júri tem sido muito eficiente, tanto no número de condenações, quanto na quantidade de pena, pois eles sustentam a condenação, buscam as provas e convencem os jurados a condenar”, explica Berdeal.



Sessões do Tribunal do Júri*

*De 2020 a 2023



2020

216

2021

447

2022

510

2023

772

Total no período

1.945

Fonte: Ministério Público do Espírito Santo

Curiosidade

“Atualmente, 60% dos membros do Ministério Público do Espírito Santo atuam na área criminal. O Ministério Público é o titular da ação penal. Significa que todas as pessoas que estão



presas hoje, estão presas porque o Ministério Público atuou, processou, denunciou, sustentou a condenação e conseguiu a condenação. O autor da ação de condenação é o Ministério Público.”

Francisco Berdeal, procurador-geral de Justiça do Espírito Santo

09

CAPÍTULO

O fortalecimento
das instituições
de segurança

O fortalecimento das instituições de segurança

Uma política de segurança pública duradoura não se constrói sobre improvisos ou ações reativas. Ela exige uma fundação sólida, uma estrutura institucional robusta, planejada para resistir às crises e evoluir com os desafios. Foi com essa visão que o governo de Renato Casagrande, a partir de 2019, iniciou um dos mais profundos e ambiciosos processos de fortalecimento do aparato de segurança da história do Espírito Santo. A decisão foi reformar, equipar e reforçar as polícias do Estado – Polícias Civil e Militar, além do Corpo de Bombeiros –, mas não somente isso. Foi além, redesenhando a arquitetura institucional e compreendendo que a paz social sustentável só poderia ser erguida sobre pilares sólidos e independentes.

“Criamos a Polícia Penal e criamos a Polícia Científica”, afirma o governador, resumindo dois dos movimentos mais estratégicos de sua gestão.

Essas foram a materialização de uma filosofia de governo. Dentro da lógica do programa Estado Presente, que entende a segurança como uma responsabilidade compartilhada, ficou claro que cada peça do sistema precisava operar em sua máxima potência. A segurança não era mais vista como uma tarefa exclusiva da polícia ostensiva, mas como um ecossistema complexo em que a ciência, a gestão carcerária, a investigação, a prevenção e a resposta a desastres deveriam funcionar em perfeita sinergia.

O que se seguiu foi um investimento maciço em novas instituições e na revitalização completa daquelas já existentes. Foi a decisão de construir sobre a rocha, legando ao povo capixaba uma estrutura de segurança preparada para o futuro.

A base para a refundação da segurança capixaba foi o reconhecimento de que especialização e autonomia são necessidades estratégicas para gerar credibilidade, eficiência e, acima de tudo, confiança pública. A criação de duas novas polícias, Científica e Penal, representou uma ruptura paradigmática, descentralizando funções para fortalecer o todo.

Polícia Científica: a ciência como árbitra da verdade

Por décadas, a perícia criminal no Espírito Santo operou como um departamento dentro de uma estrutura maior. Essa subordinação, embora tradicional, carregava um risco intrínseco: o de que a prova técnica pudesse ser influenciada por narrativas pré-concebidas. A decisão de criar a Polícia Científica do Estado do Espírito Santo (PCIES) foi, portanto, um ato para blindar a justiça. O objetivo, como explica o perito oficial criminal Carlos Alberto Dal’Cin, foi dar “autonomia para ter isenção da prova”, evitando que a perícia fosse “arrastada institucionalmente para essas narrativas” e garantindo que a verdade material, baseada em fatos e ciência, prevalecesse.

Essa visão foi formalizada pela Emenda Constitucional nº 117, de 25 de outubro de 2022, e regulamentada pela Lei Complementar nº 1.062, de 18 de dezembro de 2023, que instituiu a PCIES como um órgão autônomo, com independência técnica, científica e funcional. A mudança foi mais do que estrutural; foi filosófica. A ciência passava a ser a árbitra imparcial do sistema de justiça criminal. A importância dessa autonomia se revela não apenas nos casos de condenação, mas, fundamentalmente, na proteção de inocentes.

“O principal papel da Polícia Científica não é só manter o homicida preso”, reflete Dal’Cin. “É entender se a pessoa é realmente culpada. E, se não for culpada, ter os elementos para soltá-la.”

Em uma sociedade por vezes movida pelo anseio de justiça, a Polícia Científica se posiciona como um anteparo institucional.

Para cumprir essa missão, o governo investiu no novo e moderno Centro Integrado de Polícia Científica, uma obra de aproximadamente R\$ 90 milhões que está sendo erguida em Cariacica. Além disso, a corporação foi equipada com tecnologia de ponta, como o Sistema de Identificação Balística (SIB), que integra o Espírito Santo ao banco de dados nacional (Sinab), e laboratórios de DNA, ferramentas poderosas que conectam criminosos a cenas de crime com uma certeza que nenhuma testemunha ocular pode oferecer.



*Programa Jovem Perito leva técnicas forenses para as escolas
(Foto: Divulgação/Polícia Científica)*

Curiosidade



“Nós temos o projeto Jovem Perito, que vai à escola e mostra como a Polícia Científica trabalha, mostra técnicas científicas, técnicas periciais, de conhecimentos forenses. Isso deslumbra muito o estudante de nível fundamental e médio. Todas essas técnicas têm uma linha de conhecimento. Você pode alcançar várias técnicas distintas por meio de cursos, de áreas de formações distintas. E isso amplia o arcabouço de conhecimento deles para a tomada de decisão, qual o momento que eles querem, para onde eles querem ir.

E como a gente faz isso de forma lúdica, o que a gente percebe é que o aumento exponencial dos pedidos de dinâmicas de Jovem Perito pelas escolas, devido ao pedido dos próprios alunos, que gostaram tanto. É um sucesso. Fazemos tanto a dinâmica da elucidação de crime quanto a técnica aplicada.”

Carlos Alberto Dal'Cin, perito oficial geral da Polícia Científica do Espírito Santo



Polícia Penal: a muralha profissional contra o crime organizado

Paralelamente à revolução científica, outra transformação silenciosa, mas igualmente estratégica, ocorria nos muros do sistema prisional. A experiência histórica, tanto no Espírito Santo quanto no Brasil, já havia provado uma máxima da segurança pública: a desordem dentro das prisões transborda em violência nas ruas. Como afirma André Garcia, ex-secretário de Justiça, “sem um sistema penitenciário controlado, minimamente rígido, não é possível avançar muito nos indicadores, especialmente dos crimes letais e intencionais”.

Compreendendo essa conexão direta, o governo promoveu a elevação dos antigos inspetores penitenciários à condição de força policial. A Emenda Constitucional nº 115 (estadual), alinhada à Emenda Constitucional nº 104 (federal), e a Lei Complementar nº 1.061, de 18 de dezembro de 2023, criaram oficialmente a Polícia Penal do Espírito Santo (PPES). A mudança foi um reconhecimento da complexidade e do risco da função, profissionalizando e valorizando servidores que estão na linha de frente do combate às facções criminosas.

A criação da PPES institucionalizou uma visão de segurança integrada. O controle rigoroso do ambiente carcerário passou a ser entendido como uma estratégia proativa para desarticular o crime organizado em seus centros de comando. Ao

profissionalizar a gestão das unidades, o Estado atua diretamente para cortar a comunicação de lideranças presas com seus subordinados nas ruas, sufocando a capacidade das facções de ordenar homicídios, planejar assaltos e gerenciar o tráfico de drogas de dentro das celas.

O resultado dessa política tornou o Espírito Santo uma referência nacional. “Quando realizamos pela minha secretaria (Secretaria Nacional de Políticas Penais), no País inteiro, a cada três ou quatro meses, a Operação Mute (apreensão de celulares em presídios), o resultado é de zero celulares apreendidos nos presídios capixabas”, relata André Garcia.

Enquanto a nova arquitetura da segurança era erguida com a criação da PCIES e da PPES, os pilares tradicionais do sistema – Polícia Militar, Polícia Civil e Corpo de Bombeiros – passavam por um processo de renovação sem precedentes, marcado por investimentos maciços em valorização profissional, tecnologia de ponta e uma profunda mudança cultural.

Depoimento



“Em dezembro de 2023 é criada a Polícia Penal. Mas é criada de direito. Esses homens e mulheres já estavam lá. Se inauguramos um novo momento na visão do que é uma estrutura policial encarregada da segurança do ambiente prisional, precisamos dar uma nova mensagem para esses homens e mulheres. E aí vem a pergunta: quem é você? O que você significa e o que você

representa? E temos que repaginar esse corpo policial. Eles eram inspetores penitenciários, agentes penitenciários, carcereiros. Olha a evolução. O carcereiro era um semipreso.

Aí vem o governador Renato Casagrande e me permite fazer a contratação de mil novos policiais penais. Isso é fundamental para a sedimentação de toda uma nova cultura. Porque agora eu tenho a oportunidade de formar mil policiais penais nesta nova visão, sob a ótica desta política de segurança pública, sob a ótica do que é o Estado Presente, sob a ótica do que é a visão do sistema penitenciário capixaba. E você injeta dentro dos presídios mil vírus com esta visão do que é um policial penal. E aí agora vamos ter a energia desses meninos e meninas, com toda essa visão moderna, com toda essa visão de novo mundo do que é a política penitenciária, contagiando essa massa de policiais antigos, e ao mesmo tempo recebendo deles todo o histórico do que era o sistema penitenciário capixaba até pouco tempo atrás, para que eles deem valor a esse belo uniforme que receberam, a essa nova viatura que dirigem, ao novo armamento que possuem, ao bom salário que lhes foi concedido e à necessidade imperiosa de devolver à nossa sociedade um bom serviço.”

Rafael Pacheco, secretário de Estado da Justiça desde 2024

Depoimento



“A criação da Polícia Penal é a regulamentação de um trabalho que já existia. Anteriormente o inspetor penitenciário fazia os trabalhos de contenção e segurança dentro dos presídios. Entretanto, ele fazia isso do ponto de vista do servidor público. Quando a Polícia Penal nasce, quando se eleva a estatura desse servidor à estatura de corporação policial, uma série de outros itens

são adicionados ao trabalho desse indivíduo, além da maneira como ele enxerga a si mesmo e o trabalho. Em primeiro lugar, podemos destacar a profissionalização. Anteriormente, havia uma carga de responsabilidade que foi duplicada quando eles passaram a carregar a perspectiva de um policial. Isso inclui autoridade, inclui personificar as condutas morais e éticas e guardar a legalidade dentro das instituições.

De maneira prática, os operadores do sistema passaram a ter uma interlocução direta com as autoridades decisoras e com as outras instituições policiais. Isso promove uma integração das forças de Segurança, fazendo com que haja mais fluidez na transmissão de informações de inteligência e conhecimento produzido pela inteligência de dentro das unidades para fora e das outras polícias para dentro. Temos a promoção dessa integração. Por fim, destaco o aumento do efetivo em relação ao que nós tínhamos. Isso atrelado ao fato de que esses policiais que atuam dentro dos presídios atuam também fora deles, o que significa mais policiais à disposição da Segurança Pública capixaba.”

José Franco Morais Junior, diretor-geral da Polícia Penal do Estado do Espírito Santo

Polícia Militar: mais forte, mais presente, mais valorizada

Quando o governador Renato Casagrande reasumiu o governo em 2019, encontrou uma Polícia Militar (PMES) desgastada. O efetivo, que havia chegado a 10.400 homens em sua gestão anterior (2011-2014), havia despencado para menos de 9 mil, com uma tendência contínua de queda. Essa defasagem impactava diretamente a capacidade do Estado de garantir a ordem e a segurança nas ruas. A resposta foi uma recomposição robusta.

“Essa é uma das maiores recomposições de efetivo da história da Polícia Militar”, afirma o comandante-geral da PM, coronel Douglas Caus, ao detalhar os concursos públicos que, de forma planejada, estão reerguendo a força. Milhares de novos soldados foram e estão sendo formados, em um esforço contínuo que visa, além de repor as perdas, expandir a presença policial em todo o território capixaba.

Em novembro de 2025, foi realizada a formatura de mil novos policiais militares. "Eu assumi uma área de segurança pública muito fragilizada. E nós montamos o programa Estado Presente, trabalhamos e recuperamos a autoestima das forças de segurança, que estão revigoradas e fortalecidas para enfrentar a criminalidade", disse o governador na ocasião.

A valorização, contudo, foi além da recomposição numérica. Uma das primeiras medidas da gestão foi rever a legislação de promoções, que havia sido alterada de forma a gerar insatisfação na tropa. Em 2019, novas leis (LC nº 910 e nº 911) foram sancionadas, restabelecendo critérios justos e transparentes para a progressão na carreira, um passo fundamental para restaurar o moral e o sentimento de pertencimento dos policiais.

Esse investimento no capital humano foi acompanhado por um salto tecnológico e material. A frota de viaturas, antes descrita como “depau-perada”, foi quase inteiramente renovada, com a aquisição de cerca de 2 mil novos veículos. Mais do que isso, a PMES virou uma chave estratégica ao começar a adquirir viaturas blindadas, oferecendo uma proteção vital aos policiais que atuam em áreas de confronto direto com facções criminosas fortemente armadas. O parque bélico foi modernizado com o que há de melhor no mundo: pistolas Glock austríacas e fuzis israelenses, equipamentos que colocam a polícia capixaba em um patamar de superioridade tática.

Essa modernização foi uma resposta estratégica a um desafio claro: a expansão das facções criminosas e a disputa por território. O coronel Caus é enfático ao afirmar que o objetivo desses investimentos é garantir que o espaço público seja mantido pelo Estado. A capacidade de entrar em ambientes conflagrados, com segurança para os policiais e efetividade na ação, é uma afirmação da soberania estatal.

“Onde entra a Polícia Militar? Para garantir que o espaço público seja mantido pelo governo, pelo Estado. E é isso que nós vamos fazer”, declara o comandante.

Cenário

As ruas de todo o Espírito Santo tiveram dias de caos de 3 a 25 de fevereiro de 2017, quando policiais militares entraram em greve reivindicando reajuste salarial e melhores condições de trabalho. No período, foram registrados 219 homicídios, além de saques e assaltos em diversas cidades. Quando Renato Casagrande assumiu o governo, em 2019, tinha a missão de solucionar as raízes de uma crise que deixou marcas profundas na história da segurança pública capixaba.

“A Polícia Militar de 2025 é extremamente motivada e valorizada pelo governo. Tivemos ganho real no nosso salário, investimento pesado, recomposição do efetivo. A instituição está restaurada. O governador conhece a fundo a área de segurança pública e isso facilita o trabalho da Polícia Militar. É por isso que nós estamos colhendo os melhores indicadores dos últimos 29 anos”, afirma o coronel Douglas Caus.

Depoimento



“Nós temos um instrumento de polícia comunitária muito forte: o Rede Comunidade Segura. Nós temos os batalhões e as companhias. Se eu tenho uma companhia em Jardim da Penha, por exemplo, nós fazemos visitas aos condomínios, ao comércio, convidamos essas pessoas a parti-

ciparem de reuniões dentro da companhia, explicamos o projeto, participamos de reuniões nos condomínios, reuniões no comércio.

Colocamos uma plaquinha ‘Rede Comunidade Segura’ em alguns prédios, alguns condomínios. Ali tem um número que o morador pode ligar direto para o policial da companhia, que não passa pelo 190. O 190 é urgência e emergência. Mas se você viu um carro ali, ou uma pessoa estranha parada por duas horas, muito próxima do carro, você pode ligar direto para aquele telefone da companhia. Liga imediatamente para a viatura que ela vai lá verificar.

Em Pedra Menina, distrito de Dores do Rio Preto, não tinha destacamento 24 horas. Agora tem o Rede Comunidade Segura, e a ferramenta tem dado muito certo. A polícia promove reuniões mensais com a população para ouvir suas necessidades.

A sociedade precisa participar, precisa ouvir a Polícia Militar, a Polícia Militar precisa ouvir a comunidade, e essa ferramenta é a mais eficiente, porque as pessoas estão participando cada vez mais.”

Coronel Douglas Caus, comandante-geral da PM

Polícia Civil: da era analógica à vanguarda da investigação digital

A Polícia Civil do Espírito Santo (PCES) também passou por uma revolução. Sob a liderança do delegado-geral José Darcy Arruda, a instituição empreendeu uma jornada consciente para sair de um “estado analógico” e se tornar uma “polícia civil de vanguarda”, totalmente imersa no “estado digital”. A estratégia era clara: se o crime se modernizava, a investigação precisava estar um passo à frente.

O coração dessa transformação é o Centro de Inteligência e Análise Telemática (Ciat). Mais do que um departamento, o Ciat se tornou o cérebro da investigação moderna, utilizando tecnologia e análise de dados para dismantelar organizações criminosas complexas. Operações como a “Octopus”, que mirou gerentes e braços armados do Primeiro Comando de Vitória (PCV), são exemplos do poder de fogo investigativo que o Ciat proporcionou à PCES, resultando em prisões estratégicas que desestabilizam a hierarquia do crime.

Outra inovação de impacto profundo foi a criação da Central de Teleflagrante.

“O teleflagrante é uma ferramenta fantástica, porque você consegue dar dignidade ao cidadão do interior”, explica Arruda.

Municípios que antes não tinham capacidade para manter plantões 24 horas passaram a contar com o serviço de forma remota, garantindo que a resposta do Estado seja ágil e presente em todo o território capixaba, não apenas na Região Metropolitana.



Governo do Estado sanciona Lei que cria o cargo de Oficial Investigador de Polícia (OIP) para reforçar a Polícia Civil

O governador do Estado, Renato Casagrande, sancionou, nessa segunda-feira (21), a [Lei Complementar nº 1.093](#), que estabelece a criação do cargo de Oficial Investigador de Polícia (OIP). A medida visa fortalecer o quadro de servidores da Polícia Civil do Espírito Santo (PCES) e aprimorar as investigações policiais, garantindo maior eficiência nas atividades de segurança pública.

A nova função passa a integrar as carreiras policiais da PCES, regida por um estatuto próprio em conformidade com a legislação vigente. O ingresso no cargo será feito por concurso público, com etapas rigorosas de provas, exames e investigação social, seguido de curso de formação profissional.

O cargo de OIP centraliza as funções de investigação, substituindo as antigas nomenclaturas de Investigador de Polícia, Escrivão e Agente de Polícia. Com uma jornada de trabalho de 40 horas semanais, os Oficiais Investigadores de Polícia vão desempenhar suas atividades tanto em regime diário quanto de plantão, conforme a necessidade operacional da PCES. Em casos excepcionais, como calamidades públicas, os servidores poderão ser convocados para atuação imediata.

Entre as principais atribuições, destacam-se a realização de diligências para elucidação de infrações penais, cumprimento de ordens judiciais, e atuação em operações de inteligência. A estrutura de carreira permitirá progressão com base em desempenho e tempo de serviço, promovendo uma modernização das funções e uma valorização dos servidores públicos.

Assessoria de Comunicação Polícia Civil
Comunicação Interna – (27) 3198-5832 / 3198-5834

Informações à Imprensa:
Olga Samara / Matheus Foletto
(27) 3636-1536 / (27) 99846-1111 / (27) 3636-1574 / (27) 99297-8693

Para o cidadão comum, talvez a inovação mais palpável seja o “Projeto Recupera”, programa inspirado em um modelo do Piauí que utiliza tecnologia para rastrear celulares roubados ou furtados e intimar quem está com o aparelho a devolvê-lo.

A modernização também alcançou a estrutura de carreira, com a criação do cargo único de Oficial Investigador de Polícia (OIP), unificando as antigas funções de investigador, escrivão e agente, em um movimento que valoriza os profissionais e otimiza o fluxo de trabalho investigativo. E em outubro de 2025, o governador Renato Casagrande anunciou o maior concurso da história da Polícia Civil, com 1.052 vagas para o cargo de Oficial Investigador de Polícia.

Corpo de Bombeiros: para além das chamas, a cultura da prevenção

Completando a renovação dos pilares da segurança, o Corpo de Bombeiros Militar do Espírito Santo (CBMES) consolidou e expandiu seu papel para muito além do combate a incêndios, firmando-se como uma instituição central na cultura de prevenção e cuidado. Sob o comando do coronel Alexandre Cerqueira, a corporação aprofundou sua atuação na gestão de riscos e desastres, uma agenda cada vez mais crucial diante das mudanças climáticas.

A trágica enchente que devastou Mimoso do Sul em março de 2024 evidenciou a capacidade de resposta e a importância estratégica da Defesa Civil, coordenada pelo CBMES. A atuação em cenários de desastre, no entanto, é apenas a face mais visível de um trabalho contínuo de prevenção, que envolve vistorias, planejamento e capacitação de comunidades.

Dentro do programa Estado Presente, o CBMES desempenha um papel único. Como explica o coronel Cerqueira, a presença dos bombeiros em operações de saturação em áreas conflagradas traz um equilíbrio. A imagem da corporação, que goza de altíssima credibilidade e simpatia popular, funciona como um elemento de *"soft power"*.

“É novamente a cara do bombeiro numa operação. Fazendo aquele equilíbrio de um órgão mais simpático, de um órgão que tem uma recepção maior”, detalha Cerqueira.



Essa presença humaniza a ação do Estado, facilita o diálogo com a comunidade e ajuda a reduzir tensões, mostrando uma compreensão sofisticada de que a segurança pública se constrói tanto com confiança quanto com força.

A corporação também recebeu investimentos significativos em equipamentos, com viaturas e caminhões novos, drones para monitoramento de áreas de risco e incêndios, e a construção de um moderno Centro de Inteligência de Defesa Civil (Cidec), garantindo que os "heróis do fogo" tenham as melhores ferramentas para proteger a vida dos capixabas.

A valorização e a integração das forças policiais têm como resultado um sistema de segurança pública que não apenas reage, mas se antecipa; que não apenas pune, mas protege; que não apenas impõe a ordem, mas constrói a paz. Como resume o secretário de Estado da Segurança Pública, Leonardo Damasceno, o objetivo é consolidar “uma segurança voltada efetivamente para a cidadania e a construção dos direitos humanos”.

Bastidores



“O governo vem desde 2019 estruturando muito o sistema de Defesa Civil. O prédio, aonde chegamos em 2021, foi um investimento de R\$ 60 milhões. Diversos bombeiros militares vêm aqui para conhecer o nosso centro. Também entregou viatura, uma caminhonete e um drone para cada

município. Nós temos vários profissionais nossos trabalhando em municípios. O governador fomenta a melhoria da estrutura dos municípios, que fazem parte do sistema de Defesa Civil.

Fora a quantidade de cursos, de capacitações que a turma faz fora. Recentemente, iniciamos um projeto que deve chegar na casa de R\$ 200 milhões para aquisição de radares, capitalização de estações meteorológicas e hidrológicas.

E o Corpo de Bombeiros também participa de operações – fazendo aquele equilíbrio de um órgão mais simpático, de um órgão que tem uma recepção maior. É importante a presença do bombeiro com a viatura de resgate também, para se houver qualquer tipo de embate o resgate ser feito de forma rápida.

Outra contribuição importante no Estado Presente é o eixo de proteção no trânsito. Os bombeiros participam das blitz preventivas e do resgate em caso de acidente, com o desencarceramento rápido de uma vítima, um transporte rápido e adequado para o hospital. Isso pode evitar sequelas permanentes e até o óbito.”

Coronel Alexandre Cerqueira, comandante do Corpo de Bombeiros do Espírito Santo

INVESTIMENTOS E INOVAÇÕES NAS FORÇAS DE SEGURANÇA (2019-2025)

Instituição	Mudança estrutural chave	Principais investimentos (recursos humanos)	Principais investimentos (tecnologia e equipamentos)	Programas de destaque e impacto
Polícia Científica (PCIES)	Criação como órgão autônomo (2022/2023)	Ampliação de concurso para peritos	Sistema de Identificação Balística (SIB), Banco de DNA, Sistema Abis, Centro Integrado de R\$ 90 milhões	Redução da impunidade, proteção de inocentes, Projeto "Jovem Perito"
Polícia Penal (PPES)	Criação como força policial (2023)	Transformação de carreira (de inspetor para policial penal)	Biometria digital e facial de 100% da população carcerária, modernização de unidades	Controle de facções, referência nacional em segurança prisional
Polícia Militar (PMES)	Reestruturação da lei de promoções	Concursos para mais de 2.000 novos soldados	Cerca de 2.000 viaturas novas (incluindo blindadas), fuzis israelenses, pistolas Glock, câmeras corporais	Manutenção do domínio territorial, redução drástica de homicídios, Rede Comunidade Segura
Polícia Civil (PCES)	Criação da carreira de Oficial Investigador de Polícia (OIP)	Concurso previsto para mais de 1.000 OIPs	Ciat, Central de Teleflagrante	Operações contra o crime organizado (Octopus), Projeto "Recupera"
Corpo de Bombeiros (CBMES)	Fortalecimento da Defesa Civil Estadual	Concursos anuais para novos soldados e alteração nas leis de promoção	Viaturas e caminhões novos, drones, Centro de Comando e Controle, radares meteorológicos	Prevenção e resposta a desastres (Mimoso do Sul), atuação integrada no Estado Presente
Secretaria de Estado da Segurança Pública (Sesp)	Uso intenso de tecnologias	Capacitação e qualificação para o uso de novas tecnologias	Construção do Centro Integrado de Defesa Social (Cides), Cerco Inteligente e totens de segurança	Qualificação das ações das forças de segurança nas operações e na repressão à criminalidade e à violência

10

CAPÍTULO

De barbárie a
referência – o
Sistema Prisional
que virou
“fábrica de fazer
o bem”

De barbárie a referência – o Sistema Prisional que virou “fábrica de fazer o bem”

“É preciso dividir com a sociedade capixaba a fábrica de fazer o bem que é o sistema prisional.” A frase, dita com a convicção de quem conhece a fundo a complexidade do tema, pertence a Rafael Pacheco, secretário de Estado da Justiça. Ela soa contraintuitiva, quase um paradoxo. Prisões, no imaginário popular, são depósitos de problemas, lugares de punição e esquecimento, não de construção. No entanto, é exatamente essa inversão de lógica que define a mais profunda transformação pela qual passou o sistema penitenciário do Espírito Santo na gestão do governador Renato Casagrande.

A ideia de uma “fábrica de fazer o bem” representa a consolidação de uma filosofia de gestão que enxerga o sistema prisional como uma peça indispensável e proativa na engrenagem da segurança pública. É o reconhecimento de que a paz nas ruas começa com a ordem e a dignidade dentro dos muros. Como reforça o ex-secretário e hoje secretário Nacional de Políticas Penais, André Garcia, “sem um sistema penitenciário controlado, não é possível avançar muito nos indicadores, especialmente dos crimes letais e intencionais”.

Essa visão é o pilar que sustenta um dos eixos mais críticos do programa Estado Presente. Ela só se torna possível, contudo, quando contrastada com o passado sombrio de onde o Espírito

Santo emergiu. Um passado de caos, abandono e vergonha internacional, cujas memórias ainda ecoam como um lembrete do quão longe o Estado chegou: de um sistema que deixou de ser uma masmorra para se tornar uma referência, transformando o conceito de pena em uma ponte para a oportunidade.



O governador **Renato Casagrande** e o secretário de Estado da Segurança Pública, **Leonardo Damasceno**, visitam a Penitenciária Semiaberta de Vila Velha (Foto: Rodrigo Zaca/governo ES)

Memórias das "masmorras capixabas": um passado de abandono

Para compreender a dimensão da mudança, é preciso revisitar um passado não muito distante, quando o sistema prisional capixaba era sinônimo de barbárie. Nos anos 2000, o Espírito Santo estampava manchetes nacionais e internacionais pelos piores motivos. As prisões, superlotadas e dominadas por facções, eram palcos de rebeliões constantes, tortura, esquartejamentos e uma completa ausência do Estado.

A situação era tão grave que o Estado foi denunciado em cortes internacionais e na Organização das Nações Unidas (ONU) por violações sistemáticas dos direitos humanos. Um relatório da época apontava para uma cela em Vila Velha que abrigava 235 presos, embora sua capacidade fosse para apenas 36.

O símbolo máximo dessa era de degradação eram as celas em contêineres metálicos, apelidadas de “micro-ondas”, onde a temperatura interna podia superar os 45°C. O ex-secretário de Justiça, desembargador Fernando Zardini, que esteve à frente da pasta entre 2004 e 2006, relembra um sistema “bastante deteriorado”, onde a crise era a norma e o controle estatal, uma miragem.



“Não havia um controle efetivo da população carcerária no que diz respeito a recolhimento às celas. Por quê? Porque as celas estavam todas quebradas”, recorda Zardini.

OAB-ES cobra providências em relação à desumana situação a que presos estão sendo submetidos

Publicado em 13 de Fevereiro de 2009 - 13:04 |

O presidente da OAB-ES, Antonio Augusto Genêlhu Junior e o presidente da Comissão de Direitos Humanos da Seccional, André Luiz Moreira, acompanhados do secretário estadual de segurança pública, Rodney Miranda, participaram, na manhã de quinta-feira, de uma visita ao Centro de Detenção Provisória do município de Serra (CDP). A participação da Ordem na visita foi teve como objetivo verificar se há, inicialmente, condições adequadas nas instalações.

A visita ocorreu uma semana depois da Ordem denunciar a flagrante e ilegal situação em que se encontravam os detentos provisórios na Divisão de Repressão aos Crimes contra o Patrimônio, em Jardim Limoeiro, na Serra. A Comissão de Direitos Humanos enviou ofício Ministério Público cobrando providências das autoridades locais e solicitou ao Estadual a adoção das providências para sanar, imediatamente, a ilegalidade.

Na última quinta-feira, a Seccional tomou conhecimento das condições desumanas a que os presos estavam submetidos, por meio de um vídeo feito pela Associação dos Investigadores da Polícia Civil (Assinpol). Nas imagens, 24 detentos estavam mantidos em um contêiner metálico sem grades ou janelas e sem direito a banho de sol. A estrutura superlotada ficou conhecida como "microondas" devido ao calor excessivo.

Pelas imagens, o presidente Genêlhu analisou que "o local não oferece condições sequer para abrigar as 12 pessoas que o Estado afirmava ser possível manter no contêiner, quanto mais para o dobro de pessoas que chegaram a ser amontoadas naquela situação degradante e desumana", afirmou.

Na avaliação do presidente da CDH da Ordem, André Luiz Moreira, a alegada falta de verbas pelo Estado não pode ser utilizada como justificativa para o tratamento desumano dos presos. "Não falta dinheiro, o que falta é o cumprimento da Lei de Execuções Penais e da Constituição", criticou.

Para o presidente da OAB-ES, o objetivo da participação da Entidade na visita foi focalizar as condições nas quais os detentos estão sendo mantidos, na tentativa de garantir que não sejam mais criados locais como as chamadas celas metálicas, onde, no entendimento da OAB, ocorreu não somente a violação aos direitos humanos, mas também a aplicação de tortura, dada a gravidade da situação.

O Conselho Federal da Ordem endossou as denúncias e ações da Seccional capixaba em relação ao caso. O presidente Genêlhu e o conselho federal pela OAB-ES e presidente nacional da Comissão de Direitos Humanos da OAB, Agésandro da Costa Pereira, mantiveram conversas sobre os fatos e Genêlhu solicitou empenho do Conselho Federal nas denúncias feitas pela Seccional.

Após tomar conhecimento dos fatos, o presidente nacional da Ordem dos Advogados do Brasil, Cezar Brito, denunciou na última terça-feira, em nota pública, a grave infração aos direitos humanos configurada pelas prisões-contêineres e cobrou do governo federal providências imediatas para erradicação desse tipo de prisão e o enquadramento, nas penas da lei, dos responsáveis por sua implantação. O caso já foi levado, oficialmente, ao conhecimento das autoridades federais.

Cela contêiner motiva pedido de intervenção no Espírito Santo

Congresso em Foco
16/9/2009 14:12

Lúcio Lambranco

O Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCCP) pediu intervenção federal no Espírito Santo. Segundo a *Agência Brasil*, o pedido foi encaminhado ao procurador-geral da República, Antônio Fernando de Souza, devido ao uso de contêineres como celas no estado.

O presídio com esse tipo de cela está localizado no bairro Novo Horizonte, município de Serra, região metropolitana de Vitória. De acordo com a reportagem, a unidade tem capacidade para abrigar 144 presos, mas, na última sexta-feira (15), tinha 306 internos.

"Cada contêiner tinha cerca de 40 presos. O local é absolutamente insalubre. A temperatura no verão passa de 45 graus, segundo vários depoimentos. Não há qualquer atividade laboral. Não há médico. Não há advogado. Não há defensoria. Não há privacidade alguma. As visitas semanais são feitas através de uma grade farpada. São fatos comuns as crianças se cortarem ao tentar pegar na mão dos detentos por entre as grades. Não há visita íntima", afirma o relatório do presidente do CNPCCP, Sérgio Salomão Shecaira.

O documento encaminhado na semana passada ao procurador-geral da República foi produzido por Shecaira depois da visita aos presídios capixabas nos dias 15 e 16 de abril.

Ainda de acordo com a *Agência Brasil*, Shecaira revela a decisão da administração penitenciária do Espírito Santo de reativar uma cela com contêineres, só que sem janelas, apelidada de "cela micro-ondas". "Tal contêiner, sem janelas, foi desativado por decisão judicial. A reativação da "cela microondas", com 23 presos, foi feita em descumprimento às ordens judiciais", informa o relatório.

Essa desordem interna transbordava para as ruas. O diretor-geral do Instituto Jones dos Santos Neves, Pablo Lira, conecta diretamente o colapso do sistema prisional ao pico de violência vivido pelo Estado.



“Os presos de dentro do presídio davam ordem para matar gente na rua, os rivais deles, devedores ou delatores do tráfico”, explica Lira.

Para Álvaro Duboc, secretário de Estado de Economia e Planejamento e coordenador executivo do Programa Estado Presente, havia uma “não compreensão do papel do sistema prisional na preservação da segurança pública na rua”. Ele complementa: “Boa parte das organizações criminosas mais estruturadas, com mais poder econômico, são organizações que surgiram dentro dos presídios, tanto o PCC (Primeiro Comando da Capital, em São Paulo) quanto o Comando Vermelho (no Rio de Janeiro). E o Espírito Santo virou essa chave também”.

Foi a partir dessa terra arrasada que uma nova política começou a ser construída. A primeira etapa, que Pacheco chama de “revolução concretista”, foi a retomada física do controle. Um investimento maciço em infraestrutura substituiu as masmorras por unidades modernas e seguras. Essa reconstrução foi sobre erguer paredes mais fortes e estabelecer a premissa fundamental para a mudança que viria a seguir: a ordem precede a oportunidade. Não se podem plantar sementes de ressocialização em um campo de batalha. Apenas com o território pacificado e a soberania do Estado restabelecida foi possível iniciar a segunda e mais profunda etapa: a “revolução humanista”.

ANTES X DEPOIS

	Cenário (até 2010)	Cenário atual (2025)
Controle	Dominado por facções, rebeliões constantes	Controle estatal, disciplina e procedimentos legais
Infraestrutura	"Masmorras", contêineres, superlotação crônica	Unidades modernas, expansão planejada
Direitos Humanos	Denúncias na ONU, violência sistêmica	Unidade LGBTQIA+, programas de dignidade, fim da intervenção da ONU
Ressocialização	Incipiente ou inexistente	Programas estruturados (rádios, trabalho, educação, reinserção, liberdade responsável)
Tecnologia	Analógica, precária, sem integração	Biometria facial/digital, sistemas integrados
Reputação	Vergonha nacional e internacional	Referência nacional, modelo apresentado na ONU

Transparência e Produção de Conteúdo | Notícias

PT 30 EN 40 ES

CNJ
CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

O CNJ | Gestão de Justiça | Programas e Ações | Publicações e Pesquisas | Sistemas e Serviços | Comunicação e Eventos

Sustentabilidade e capacitação: Pena Justa leva melhorias a prisões do Espírito Santo

29 de maio de 2025 • Notícias CNJ | Agência CNJ de Notícias | Bem categoria



Maio 2025, Presidente do STF e CNJ, ministro Luís Roberto Barroso, visita a Penitenciária de Segurança Máxima II (PSMA II) de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul.

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) lançou, nesta segunda-feira (29), no Espírito Santo, dois importantes programas destinados à produção carcerária brasileira: o Pena Justa Informa e o Pena Justa Segurança Alimentar. O presidente do CNJ, ministro Luís Roberto Barroso, esteve presente no lançamento das duas ações, que têm como objetivo principal levar conhecimento e capacitação não formal aos detentos da Penitenciária de Segurança Máxima II do Complexo Prisional Viana, onde funciona o projeto piloto. A iniciativa faz parte de uma série de ações para enfrentar o Estado de Crise Institucional (ECI) do sistema prisional brasileiro, apontado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 347.

De acordo com o ministro Barroso, a priorização da equipe é na formação de quem não tem a oportunidade de acesso ao conhecimento: "Esse é um programa de educação não formal para ajudar na preparação para a vida lá fora, para quando saírem do sistema de detenção. O investimento no sistema prisional é uma forma de melhorar a segurança pública fora das paredes do presídio. Se as prisões não forem centros capazes de ressocializar as pessoas, acabam sendo dominados pela criminalidade", avaliou Barroso na abertura oficial do projeto.

Garantir acesso à informação relevante e a condições de qualidade que promovam reflexão sobre atitudes e comportamentos é um dos objetivos do projeto Pena Justa Informa. A iniciativa visa contribuir na capacitação não formal desses apenados que, por terem sido condenados por crimes de maior gravidade, passam 25 horas por dia da transição nas celas.

Conhecimento

O projeto Pena Justa Informa tem como objetivo

Acesso à Informação | Transparência | Ouvidoria | Administração | Mapa do Site

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Busca

24/09/2025 17:04

Modelo capixaba de gestão alimentar no sistema prisional é referência para outros estados



Equipes técnicas do sistema prisional de Rondônia estiveram no Espírito Santo na última semana, com o objetivo de conhecer o modelo de fornecimento de alimentação nas unidades prisionais administradas pela Secretaria da Justiça (Sejuj).

Não apenas, a comitiva pôde conhecer de perto a cozinha de estrutura modular centralizada no Complexo Penitenciário Rodrigo Figueiredo da Rosa, em Viana, além da cozinha centralizada do Complexo Penitenciário Eduardo Pereira da Silva, em Xuri e na Penitenciária Semiaberta de Caracica (PSC).

A visita foi guiada por servidores da Gerência de Fiscalização e Gestão de Contratos Administrativos dos Estabelecimentos Penitenciários (Gefep), área vinculada à Subsecretaria de Gestão Administrativa. De acordo com o chefe do Núcleo de Alimentação da Secretaria da Justiça do Estado de Rondônia, Thais dos Santos Feltosa, a proposta foi conhecer as boas práticas implementadas no Espírito Santo, dentro da proposta do programa Pena Justa.

"O que encontramos no Espírito Santo foi um sistema bem estruturado, com processos claros e eficientes, voltados para garantir uma alimentação de qualidade às pessoas privadas de liberdade. Temos acesso a todos os etapas do processo, desde o recebimento dos insumos até o preparo e a distribuição das refeições", destacou Thais dos Santos Feltosa.

"Podemos discutir realidades semelhantes, refletir sobre os pontos que ainda precisamos avançar em nosso estado, e levar conosco novas ideias e referências que certamente contribuirão para o aprimoramento do nosso sistema prisional", completou.

A visita foi acompanhada pelos servidores de Rondônia Marcos Moreira de Souza, que é policial penal, engenheiro e coordenador de infraestrutura e da Nutricionista do Núcleo de Alimentação, Suzana Cristina de Amorim Gomes.

As cozinhas internas fazem parte do investimento da Secretaria da Justiça para reduzir custos e fornecer um serviço de alimentação com mais qualidade dentro das unidades prisionais do Espírito Santo. O modelo adotado evita atrasos com a entrega das refeições e aumenta o nível da fiscalização dos contratos.

"Além de reduzir custos e otimizar processos, o modelo fortalece a fiscalização dos contratos e nos dá mais



Cozinha no Complexo de Xuri, instalada na Penitenciária Semiaberta de Vila Velha, serve refeições produzidas pelos próprios presos (Foto: Rodrigo Zaca/governo ES)

Bastidores



“O ser humano é patrimonialista. Quando eu coloco o cara numa prisão, eu tirei tudo dele. O que sobrou para ele? Comida. É o único momento do dia em que ele tem algo que é dele. Se a comida for ruim, é guerra. A comida era comprada fora e levada para dentro dos presídios. O que acontecia com a comida? Estragava, azedava. E aí nós levamos as cozinhas para dentro dos presídios.

Com a comida produzida dentro do presídio, ela vai do fogão direto para o prato. E agora tem pimenta, tem sal, tem alho, tem gosto. E quem está cozinhando? Os presos. Claro que pode acontecer de, um dia, uma refeição ficar ruim numa cozinha que serve 4 mil refeições. Mas não é a regra. A regra é comida de qualidade, senão você vai arrumar um problema. E aí começamos a ter problemas muito frequentes em uma dessas cozinhas. Eu chamei o empresário, falei que ganhamos prêmios nacionais e internacionais com essa proposta, e que isso não podia retroceder.

Ele falou: ‘Fique tranquilo que eu vou fazer as correções para voltar a qualidade da comida’. E eu falei: ‘Você não produz comida. Lá nas cozinhas, você produz segurança pública. A cada refeição entregue para um preso, é um crime a menos dentro do presídio. É uma tensão a menos dentro do presídio. É a paz social que reflete nos nossos filhos. Você não me vende comida. Você me vende paz social’. Nunca mais tive problema com ele, porque ele entendeu que, embora seja um empresário e esteja ali em uma operação comercial obtendo lucro, ele é tão responsável pela condução do sistema penitenciário quanto eu.”

Rafael Pacheco, secretário de Estado da Justiça

O fim das "delegacias-presídios" um marco civilizatório

Antes da reestruturação prisional, as delegacias capixabas eram masmorras improvisadas. Policiais civis, treinados para investigar, passavam seus dias como carcereiros, servindo marmitas e evitando fugas em celas superlotadas e insalubres. O MPES foi o protagonista jurídico da mudança desse cenário, articulando a retirada total dos presos provisórios das delegacias.

"O Espírito Santo foi o primeiro Estado do País a fazer isso", destaca a promotora Luciana Andrade. Essa medida foi ao mesmo tempo humanitária para os presos e estratégica para a segurança pública. Ao liberar a Polícia Civil da custódia de detentos, a instituição pôde se dedicar a investigar, recuperando sua capacidade operacional. Foi o ponto de virada que permitiu a redução das taxas de impunidade, pois a força de trabalho policial voltou para a rua e para o inquérito.

A ação, coordenada com a Secretaria de Estado da Justiça (Sejus) por meio de portarias conjuntas (como a Portaria nº 240-R/2012), estabeleceu um fluxo em que o preso é transferido imediatamente para o sistema prisional, que passou a operar com "porta de entrada" 24 horas.

A retomada do controle: a lei, a ordem e a nova Polícia Penal

Com a infraestrutura sendo modernizada, o passo seguinte foi solidificar o controle por meio da valorização e profissionalização do corpo de servidores. O marco dessa nova era foi a criação da Polícia Penal do Espírito Santo (PPES), instituída pela Lei Complementar Nº 1.061, sancionada pelo governador Renato Casagrande em dezembro de 2023. A medida, que transformou o cargo de inspetor penitenciário em policial penal, representou muito mais do que uma mudança de nomenclatura. Foi a elevação da categoria a um novo patamar de responsabilidade e reconhecimento, integrando-a oficialmente às forças de segurança do Estado.

Essa valorização não ficou apenas no papel. No primeiro ano, foram contratados 1.000 novos policiais penais. O governo demonstrou um compromisso de longo prazo ao autorizar, em setembro de 2025, um novo concurso público para a contratação de 600 novos policiais penais, garantindo a recomposição contínua do efetivo.

Para o secretário Rafael Pacheco, o novo certame é “fundamental para recompor os quadros da Polícia Penal” e permitirá “ampliar e qualificar ainda mais as operações de segurança no sistema prisional capixaba”. Essa combinação de reestruturação legal com investimento em capital humano foi a chave para garantir que o controle estatal, uma vez retomado, se tornasse permanente e profissional. Como resume o governador Casagrande, a lógica é clara: “Sabemos que, controlando o sistema prisional, a gente também combate a criminalidade nas ruas”.

A revolução digital atrás das grades

Se a reestruturação física e humana estabeleceu as fundações, foi a tecnologia que cimentou a nova realidade do sistema prisional capixaba. A gestão deu um salto do analógico para o digital, implementando uma das políticas de identificação mais robustas do País.



“Hoje, no sistema prisional, todos os nossos presos têm biometria digital, têm biometria facial, um cadastro de quem está no sistema prisional”, detalha o governador Renato Casagrande.

Em uma parceria pioneira com a Polícia Federal, o Espírito Santo tornou-se o primeiro Estado da federação a integrar sua base de dados biométricos de detentos ao sistema nacional Abis (*Automated Biometric Identification System*, ou Sistema Automatizado de Identificação Biométrica). Essa iniciativa teve um impacto imediato. Em primeiro lugar, eliminou a possibilidade de fraudes e múltiplas identidades, um problema crônico que permitia que criminosos se escondessem atrás de nomes falsos. Em segundo lugar, criou uma poderosa ferramenta de investigação, permitindo cruzar impressões digitais coletadas em cenas de crime com o banco de dados dos presídios, resultando na elucidação de dezenas de casos.

A inteligência gerada dentro dos muros passou a alimentar diretamente a segurança nas ruas. O cadastro biométrico se tornou a base de dados que potencializa a eficácia do Cerco Inteligente. Quando as câmeras de reconhecimento facial espalhadas pela Grande Vitória identificam um foragido, a informação é cruzada instantaneamente com esse banco de dados. O resultado é concreto: mais de 600 foragidos da Justiça já foram recapturados até janeiro de 2026 graças a essa sinergia tecnológica.

Contudo, a tecnologia no sistema prisional capixaba transcendeu a função de mero controle. Ela também se tornou uma ferramenta de dignidade e eficiência. Um exemplo notável é a implantação do Sistema de Apresentação Remota e Reconhecimento Facial (Saref). A ferramenta permite que pessoas em regime aberto ou livramento condicional registrem sua presença mensalmente por meio de um aplicativo de celular, utilizando reconhecimento facial e georreferenciamento.

O sistema substitui a necessidade de deslocamentos onerosos (e, por vezes, estigmatizantes) até um fórum, otimizando o tempo do reeducando e dos servidores e tratando com respeito quem busca se reintegrar à sociedade. Assim, a mesma tecnologia que garante o controle rigoroso é utilizada para facilitar e humanizar o cumprimento da pena.

Sintonizando a ressocialização: vozes, ofícios e dignidade

Com o controle restabelecido e a tecnologia garantindo a ordem, o sistema prisional capixaba pôde se dedicar à sua missão mais nobre e desafiadora: a ressocialização. Longe de ser um conceito abstrato, a reintegração social se materializou em programas inovadores que apostam no trabalho, na educação e, acima de tudo, na dignidade humana.

Talvez a iniciativa mais emblemática seja a criação de uma rede de rádios internas, operadas pelos próprios detentos. O que começou como um projeto pioneiro com a Rádio Vox, no Centro de Detenção e Ressocialização de Linhares, em 2019, floresceu e se tornou uma política de Estado. Hoje, são 14 estúdios espalhados por unidades prisionais, transmitindo uma programação que mescla música, entretenimento, dicas de saúde, cidadania e mensagens de fé para toda a população carcerária.

A rádio se tornou uma ferramenta de gestão e comunicação de alta eficácia. “Em vez de eu falar com um preso, porque eu só tenho capacidade de falar com um, com dois, com cinco, agora eu vou pra rádio, agora eu trago um médico e o médico fala para os mil”, explica o secretário Rafael Pacheco sobre o alcance da iniciativa.

Quadros como o “Zap Zap da Família” permitem que os internos recebam e transmitam mensagens de áudio de seus entes queridos, fortalecendo laços afetivos que são cruciais para o processo de ressocialização. A iniciativa alcançou tal reconhecimento que atraiu uma delegação da *Prison Radio Association*, uma organização do Reino Unido que veio ao Espírito Santo para conhecer e aprender com o modelo capixaba, consolidando-o como uma referência internacional.

“Com uma rádio dentro de um presídio, teríamos uma forma de falar aos mil presos de uma unidade prisional ao mesmo tempo e uniformizar o conhecimento, de qualquer tipo. Por exemplo, um lugar que tem 10 homens dentro de uma cela pode ocasionar doenças de pele. Em vez de falar com um preso individualmente, agora é possível trazer um médico que vai falar para os mil sobre como evitar aquela doença de pele. E aí eu tenho indicadores: agora eu tenho X casos da doença de pele, e 30 dias depois da informação na rádio eu não tenho mais nenhum. Também colocamos música, que é um elemento de calma”, conta Pacheco.

Quem comanda a programação das rádios são os próprios presos, para que a linguagem e os assuntos sejam de seu interesse.

“Eles falam sobre os assuntos que querem e nós também criamos alguns programas, como o ‘Café com o Diretor’, em que os presos questionam o diretor do presídio. Tem momento de louvor, pois o elemento religioso é positivo. E tem algumas peculiaridades que diferenciam as programações das rádios masculinas, femininas e LGBTQIA+. As masculinas são organizadas por editorias, com esporte, mundo dos carros etc. Nas femininas, o assunto gira em torno de toda a carga emocional e de conflitos com companheiros e filhos. Na rádio LGBTQIA+, os assuntos são alto-astral. O Phil Maguire, de Londres, que visitou as rádios, disse que estava vivendo uma montanha-russa de emoções”, completou o secretário.

Espírito Santo inova com rádios internas nas prisões e recebe delegação internacional para conhecer modelo pioneiro no País



As rádios internas implantadas nas unidades prisionais do Espírito Santo pela Secretaria da Justiça (Sejus) têm se tornado uma referência nacional como política de ressocialização. O modelo utilizado no Estado atraiu, até mesmo, o interesse de uma instituição social internacional que atua com produção de conteúdo e transmissão de rádio nas prisões da Inglaterra e País de Gales: a Prison Radio Association.

Para conhecer o modelo desenvolvido no Espírito Santo, uma delegação da organização social visita às unidades prisionais do Estado, nesta sexta-feira (11). O diretor Executivo da Prison Radio Association e Presidente da Prison Radio International, Phil Maguire, explica o objetivo da visita.

"Queremos ver e ouvir de perto os projetos de rádio nas prisões do Espírito Santo. O que está acontecendo aqui faz parte de um movimento global em expansão e soa realmente extraordinário. Dar às pessoas privadas de liberdade a oportunidade de contar suas próprias histórias, com as suas próprias vozes, por meio do rádio, não é apenas algo poderoso, pode ser algo que transforma vidas. Isso pode gerar conexão, confiança e esperança. Estou ansioso para visitar os estúdios, conhecer as equipes e ver de perto como o Espírito Santo está sendo uma referência nessa área", enfatizou Phil Maguire.

Segundo o representante, a Prison Radio International tem como objetivo reduzir a reincidência, apoiando as pessoas privadas de liberdade durante suas sentenças e preparando-as para a vida em sociedade. Por meio de uma programação diversificada, a rádio visa promover uma cultura de mudança positiva na prisão, ao mesmo tempo em que reconhece e aborda os desafios do cárcere.

"Por meio do nosso trabalho com a Prison Radio International, estamos apoiando um movimento global crescente de pessoas e organizações que usam o áudio para o bem social. Do Reino Unido à Argentina, de Trinidad e Tobago à Austrália, onde quer que o rádio nas prisões seja implementado, ele tem o poder de educar, de promover a reabilitação e de criar conexões. É uma ferramenta de transformação e seu impacto é inegável", pontuou.

Rádios internas do sistema prisional capixaba



O diretor-executivo da Prison Radio Association e presidente da Prison Radio International, Phil Maguire (gravata e suéter), visita a rádio que funciona no presídio LGBTQIA+ capixaba, acompanhado do secretário de Estado da Justiça, Rafael Pacheco (camisa branca) (Foto: Divulgação/Sejus)

Costurando novos futuros: trabalho e capacitação

A crença no poder transformador do trabalho é outro pilar da ressocialização. Por meio do programa “Responsabilidade Social e Ressocialização”, a Secretaria da Justiça (Sejus) estabeleceu parcerias com mais de 320 instituições para empregar milhares de internos. A iniciativa mais ambiciosa, no entanto, é o projeto “Costurando o Futuro”.

Em uma parceria com a Secretaria da Educação (Sedu), cerca de 150 internos da Penitenciária Estadual de Vila Velha I foram capacitados para produzir 800 mil peças dos novos uniformes escolares da rede estadual, que beneficiarão 200 mil estudantes a partir de 2026. O projeto é um exemplo claro de uma política pública de impacto duplo.

“Os detentos estão pagando por um erro que cometeram, mas recebendo a oportunidade de aprenderem um ofício para quando saírem do sistema prisional terem uma segunda chance”, destacou o governador Renato Casagrande.



Pacheco completa: “A Secretaria de Educação é minha maior cliente governamental. Eu produzo todo o uniforme dos nossos alunos. Os presos têm filhos? E aí eu deixo o preso entregar o uniforme do filho dele na visita do domingo. O que você acha que é o efeito no preso? ‘Eu estou par-

ticipando da educação do meu filho.’ É uma conquista de corações e mentes. O que a gente faz no presídio, na verdade, é resetar o ser humano. Agora vamos zerar. Vamos zerar e começar tudo de novo, porque deu errado”.

Ao mesmo tempo em que oferece qualificação, remuneração e um caminho para a reintegração, o programa gera economia para o Estado e entrega um benefício direto e tangível para milhares de famílias capixabas.



“O preso só vai acessar a educação de capacitação profissional depois que ele concluir o ensino médio. E ele só vai acessar as posições de trabalho depois que ele concluir as ocupações. E aí ele vai chegar no regime semiaberto. O regime semiaberto é o momento em que ele vai trabalhar na rua e vai voltar para o presídio para dormir. Hoje você frequenta supermercados que estão cheios de presos. Você está falando com eles, só que você não sabe. Até porque eu não vou escrever ‘preso’ no peito dele, porque a ideia é que ele se ressocialize, que ele interaja com as pessoas. As suas padarias, seu hortifruti, suas farmácias, a construtora do seu prédio, estão lotados de presos e você nem sabe. E é essa a ideia. As maiores obras públicas do Espírito Santo estão lotadas de presos. O maior hospital em construção do ES tem 300 presos trabalhando. E vamos dando senso de pertencimento”, conclui Pacheco.

Bastidores



“Você coloca esforços na prevenção, na educação, na assistência social, mas em algumas ocasiões nada disso faz frente e vem um evento criminoso. E aí a polícia também não conseguiu evitar o evento criminoso, vem a prisão. E agora ele é um homem condenado, uma mu-

lher condenada que vai ficar um tempo aprisionado. E como o País se absteve da ideia da pena de morte e da prisão perpétua, o fato é que cedo ou tarde esse homem, essa mulher, voltará ao convívio social.

E aí a pergunta retórica que fica é: como você quer que ele volte? Melhor ou pior? Não é possível ‘descometer’ o crime. Não é possível ‘desmatar’ quem foi morto. Eu não posso ‘desroubar’ quem foi roubado. Mas eu posso colocar elementos assemelhados ao universo do homem livre num ambiente prisional, esperando que ele volte à sociedade e não o faça novamente. Então, na verdade, o que a gente vai replicar dentro do sistema penitenciário é a ideia do Estado Presente fora dos muros das prisões.

Nós vamos entender quem é essa mulher, esse homem que foi preso, entender as razões que o levaram àquela prisão e, principalmente, colocar ações de educação, capacitação e trabalho para que ele volte à sociedade em condição de não delinquir novamente.

Para fazer isso de forma ordenada, eu preciso identificar quais são os grupos de presos e presas mais suscetíveis à política, olhando onde a necessidade é maior e onde ela vai ter uma maximização de melhores resultados.”

Rafael Pacheco, secretário de Estado da Justiça.

Um espaço de respeito: a unidade LGBTQIA+

O compromisso da gestão com os direitos humanos no sistema prisional está em investimentos como a inauguração, em maio de 2021, da Penitenciária de Segurança Média 2 (PSME2), em Viana, a primeira unidade exclusiva e de referência para a população LGBTQIA+ no Espírito Santo. A iniciativa foi além das exigências do Conselho Nacional de Justiça, que previa apenas a criação de alas específicas.

Na PSME2, os custodiados são tratados por seus nomes sociais e têm acesso a vestuário e cuidados de saúde condizentes com sua identidade de gênero, em um ambiente seguro e livre de discriminação. Dentro da unidade, projetos como o salão de beleza “Espaço Divas” oferecem qualificação profissional em áreas como cabelo e maquiagem, promovendo, além de uma futura fonte de renda, a elevação da autoestima.

O impacto dessa política de respeito foi resumido por uma presa trans, em um relato compartilhado pelo secretário Rafael Pacheco: “Eu precisei ser presa para ter o direito de ser quem eu sou”. A frase revela a profundidade da transformação, em que a prisão, paradoxalmente, se torna o primeiro lugar em que a identidade de uma pessoa é plenamente reconhecida pelo Estado.

“É um espaço de inclusão e nós buscamos fazer o possível para garantir bem-estar. O presídio LGBTQIA+ é o que mais consome psicotrópico, ansiolítico, antidepressivo. Eu vi uma comunidade absolutamente em crise por conta desses remédios e chamei os psicólogos para darem sugestões. Disseram que, se tivesse algum trabalho manual, seria interessante, funcionando como uma terapia ocupacional. Eles fizeram uma pesquisa e nós chegamos à porcelana. Investimos R\$ 20 mil em material, equipamento, fornos e implementamos o curso de cerâmica. O consumo de psicotrópicos foi reduzido a 10% do que era. Melhoramos a vida das pessoas que estão sob custódia do Estado e economizamos impostos do cidadão com a redução dos gastos com medicação”, explica Pacheco.

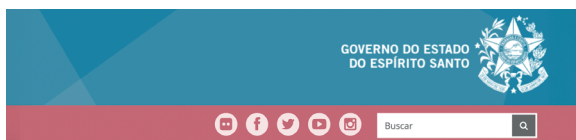
Do banco dos réus ao palco da ONU

A transformação do sistema prisional capixaba uma história de sucesso local e um caso de estudo com repercussão nacional e internacional. A mudança fundamental foi a reconceituação do papel da prisão. De um problema crônico e reativo, ela se tornou um pilar proativo da segurança pública.

Como aponta André Garcia, o controle absoluto sobre as unidades prisionais desmantelou a capacidade das facções de comandar o crime de dentro para fora. Sua afirmação de que, durante operações nacionais de fiscalização, “não se apreende celular nas prisões do Espírito Santo” é a evidência desse domínio. Ao secar essa fonte de desordem, o sistema prisional passou a contribuir diretamente para a redução da criminalidade nas ruas, tornando-se um componente essencial e estratégico do programa Estado Presente.

O ápice dessa jornada de transformação se deu no cenário internacional. O mesmo Estado que, no início do século, era denunciado na ONU por suas “masmorras”, foi convidado, em 2025, a apresentar seu modelo de gestão na sede da organização, em Nova Iorque, durante o 10º aniversário das Regras de Nelson Mandela – as diretrizes globais para o tratamento de presos. O secretário Rafael Pacheco, representando o Brasil, teve a oportunidade de compartilhar a trajetória “da teoria à prática”.

Essa jornada, do banco dos réus da comunidade internacional ao palco de referência global, é a validação definitiva de uma política pública bem-sucedida. “Quinze anos atrás o meu Estado estava sendo acusado de desrespeitar direitos humanos. Então, para mim, hoje é uma honra estar aqui falando o que nós fizemos para que isso não aconteça novamente”, declarou Pacheco na ONU. O reconhecimento se estende ao âmbito nacional, com o sistema prisional capixaba recebendo prêmios como o Prêmio Humaniza e sendo destacado por suas práticas inovadoras em educação e comunicação.



12/06/2025 10h24

Espírito Santo vai representar o sistema penitenciário nacional durante encontro da ONU



O Espírito Santo vai representar o sistema penitenciário nacional durante o 10º aniversário da adoção das Regras Mínimas das Nações Unidas para o Tratamento de Presos, as Regras Nelson Mandela, que acontece em Nova York, Estados Unidos, nesta sexta-feira (13). Na ocasião, será apresentado o painel “Uma segunda chance: enfrentando a crise global do sistema prisional”.

O secretário de Estado da Justiça, Rafael Pacheco, representará o Estado e o País durante o debate “Da teoria à prática: traduzindo os padrões da ONU sobre gestão prisional”.

Rafael Pacheco, que também assumiu no mês de maio a presidência do Conselho Nacional dos Secretários de Estado da Justiça, da Cidadania, Direitos Humanos e Administração Penitenciária (Consej), fará uma explanação durante o evento, que vai reunir representantes de todos os continentes do mundo.

Sobre o painel a ser apresentado, Pacheco ressaltou que o sistema penitenciário nacional avançou muito na última década, em especial, no Espírito Santo e lembrou que anos atrás o Estado foi alvo de denúncias junto à Organização das Nações Unidas (ONU) pelas péssimas condições dos presídios.

“Teremos a oportunidade de mostrar que há ainda muito por fazer, mas que tivemos mudanças importantes nesse cenário, fruto de investimentos constantes do Governo do Estado, o que faz do Espírito Santo uma referência nacional em muitos aspectos. São investimentos que vão além de mais infraestrutura física e tecnológica, mas que buscam capacitar cada vez mais os agentes de segurança para aplicação de um tratamento penal justo e humano no sistema prisional”, enfatizou Rafael Pacheco.

Ele complementou: “Não podemos deixar de mencionar o Programa Estado Presente em Defesa da Vida, que tem no controle do sistema prisional uma ação absolutamente indispensável para a política de segurança pública capixaba.”

Sobre as Regras Nelson Mandela

O evento tem como objetivo mostrar a assistência técnica e a colaboração com parceiros nacionais ao redor do

Bastidores



“Os prédios contam a história de seu tempo. Quando você vai num presídio que foi construído nos anos 1980, a visão era de jaula. Vamos construir uma jaula, vamos jogar essas pessoas lá dentro e esquecê-las. Quando você vai no presídio de 1980 e você vê uma jaula, ele cumpriu a proposta dele.

Nós apresentamos agora essa nova visão do que deve ser o sistema penitenciário, e o BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) entende isso como uma proposta social, e não como uma proposta penitenciária. Eles fazem um aporte bilionário, quase um bilhão de dólares, porque isso envolve a construção de duas unidades prisionais, que eles chamam de centros de reintegração social.

Nós propomos a eles um modelo novo, que não existe em nenhum lugar da América. Essa proposta do BID tem 75 mil metros quadrados, com salas de aula, galpões de trabalho e grupos reflexivos.

Nós tivemos a revolução concretista (do concreto, relacionada às estruturas dos presídios), a revolução humanista em 2019, com Renato Casagrande. E agora temos a revolução da política prisional. Estamos falando numa outra perspectiva de receber esse homem preso e de devolver esse homem à sociedade. Uma verdadeira fábrica de seres humanos em funcionamento. O BID faz esse aporte financeiro porque ele enxerga no Estado Presente uma proposta de ressocialização. É por isso que eles vêm para cá, e por isso que está dando certo.”

Rafael Pacheco, secretário de Estado da Justiça.

11

CAPÍTULO

O papel da
Justiça: uma
revolução
silenciosa

O papel da Justiça: uma revolução silenciosa

Na manhã de 22 de maio de 2015, uma revolução silenciosa começou a tomar forma em uma sala de audiências do Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJES). Não havia discursos inflamados ou grandes manifestações, apenas a expectativa contida de juízes, promotores, defensores e de um jovem de 21 anos, identificado como R.S., que se tornaria o protagonista involuntário de um momento histórico.

Preso em flagrante por furtar um celular dentro de um ônibus em Vitória, ele não estava ali para ser mais um número em uma estatística carcerária, mas para ser visto, ouvido e avaliado por uma juíza em menos de 24 horas após sua detenção. Era a primeira audiência de custódia do Estado.

No comando daquela sessão inaugural estava a juíza Gisele Souza de Oliveira. Sobre seus ombros, pesava mais do que a decisão sobre o destino imediato de R.S.; pesava a responsabilidade de dar o tom para uma nova era na justiça criminal capixaba. O evento era tão significativo que contava com a presença do então presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), ministro Ricardo Lewandowski, que via no Espírito Santo o palco ideal para uma mudança de paradigma nacional.

A decisão da juíza Gisele foi emblemática. Ao ouvir o jovem, que era viciado em *crack*, ela concedeu-lhe a liberdade provisória, condicionada ao cumprimento de medidas cautelares e ao início de um tratamento para a dependência química. Aquele veredito materializava a essência do projeto. Como observou o ministro Lewandowski na ocasião, o caso era um exemplo da realidade do sistema carcerário brasileiro:

“Não temos dúvidas de que as audiências vão reduzir a população carcerária. O déficit de vagas equivale, aproximadamente, ao número de prisões provisórias. Muitas delas poderiam ser perfeitamente evitadas. Hoje, temos um exemplo disso, um jovem de 21 anos de idade viciado em crack que roubou um celular, que foi devolvido à vítima. Em vez de ser encarcerado, de se misturar com criminosos de alta periculosidade, ele vai receber um tratamento e vai ficar sob a custódia do Estado e, oportunamente, será apenado na forma como a lei determina”, declarou Lewandowski na ocasião.



A escolha daquele primeiro caso não foi acidental. Ao apresentar um furto sem violência, cometido por um jovem com um problema social evidente, o Judiciário comunicava à sociedade a lógica por trás da nova política: não se tratava de impunidade, mas de racionalidade. O objetivo era evitar que o sistema prisional, já sobre-carregado, se tornasse uma "escola do crime" para infratores de baixo potencial ofensivo, cujas ações estavam mais ligadas a questões de saúde e vulnerabilidade social do que a uma carreira criminosa consolidada.

Foi um ato de comunicação estratégica tão importante quanto o ato jurídico em si, estabelecendo desde o primeiro momento um tom humano e pragmático para a revolução que estava apenas começando.

Transparência e Prestação de Contas | Ouvidoria

PT EN ES

CNJ CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

O CNJ • Gestão da Justiça • Programas e Ações • Publicações e Pesquisas • Sistemas e Serviços • Comunicação e Eventos •

Audiência de custódia no ES concede liberdade provisória a acusado

🕒 22 de maio de 2015 - 📄 Notícias CNJ



O primeiro preso a participar de uma audiência de custódia no Espírito Santo, realizada sexta-feira (22/5) no Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo (TJES), com a presença do presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), ministro Ricardo Lewandowski, vai aguardar seu julgamento em liberdade. R.S. foi preso em Vitória após furtar um aparelho de telefone celular dentro de um ônibus.

A juíza Gisele Souza de Oliveira ouviu o jovem de 21 anos de idade e, após as considerações do Ministério Público e da Defensoria Pública, concedeu a liberdade provisória ao acusado, desde que ele cumpra duas medidas cautelares, não deixe o município onde mora nem mude de endereço sem comunicar o juiz responsável pelo seu caso.

O Espírito Santo é o segundo estado a aderir ao projeto Audiências de Custódia, do CNJ, que prevê a apresentação de toda pessoa presa em flagrante a um magistrado para avaliar se o cidadão precisa ser mantido preso ou se pode aguardar o julgamento em liberdade. Em São Paulo, mais de duas mil pessoas já participaram de audiências de custódia desde o início do programa, em fevereiro.

Segundo o ministro Ricardo Lewandowski, que assistiu à audiência de custódia de R.S., o caso é exemplar da realidade do sistema carcerário brasileiro. "Não temos dúvidas de que as audiências vão reduzir a população carcerária. O déficit de vagas equivale, aproximadamente, ao número de prisões provisórias. Muitas delas poderiam ser perfeitamente evitadas. Hoje, temos um exemplo disso, um jovem de 21 anos de idade viciado em crack que roubou um celular que foi devolvido à vítima. Em vez de ser encarcerado, de se misturar com criminosos de alta periculosidade, ele vai receber um tratamento e vai ficar sob a custódia do Estado e, oportunamente, será apenado na forma como a lei determina", observou.

Compromisso – Na sua decisão, a juíza Gisele Souza de Oliveira lembrou que a restrição de liberdade não é medida adequada para punir uma pessoa que não comete o furto mediante grave ameaça ou usando de violência, fatos ressaltados tanto pela promotoria quanto pela defensoria. Além disso, foram consideradas a disposição manifestada por R.S. para se reintegrar à sociedade trabalhando e a vontade do acusado para tratar sua dependência química, um dos fatores que o levaram ao furto.

O TJES sediou apenas a primeira audiência de custódia realizada no estado. A partir de agora, os presos em flagrante serão ouvidos pelos juízes no Centro de Triagem de Viana, município da Grande Vitória. No local, foi montada uma estrutura para os representantes do Judiciário, Ministério e Defensoria públicos ouvirem os presos em flagrante até 24 horas após a prisão. A

A decisão em 24 horas: humanidade e racionalidade na porta de entrada

Antes de maio de 2015, a jornada de uma pessoa presa em flagrante no Espírito Santo era marcada pela incerteza e pela espera. O primeiro contato com um juiz podia levar dias, às vezes semanas, um período de limbo passado em delegacias superlotadas e sem a estrutura adequada para a custódia humana.

Essa demora era uma violação silenciosa de direitos e um fator que agravava a crise no sistema prisional, como recorda o desembargador Fernando Zardini, que esteve à frente da Secretaria de Justiça em um dos períodos mais críticos do sistema.

“Quando eu assumi a Secretaria de Justiça, o sistema prisional estava bastante deteriorado. Havia uma carência de tudo”, recorda Zardini.

Essa realidade era um sintoma de um problema maior, como contextualiza Álvaro Duboc, coordenador executivo do programa Estado Presente: "Esse era um outro retrato antes do programa, que tem a ver com uma das condicionantes da violência, que é a impunidade".

A implementação das audiências de custódia foi a resposta direta a essa lacuna. Fundamentada em tratados internacionais de direitos humanos que o Brasil havia ratificado décadas antes, como o Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos e a Convenção Interamericana sobre Direitos Humanos, a medida finalmente tirava do papel a garantia de que toda pessoa detida deve ser conduzida “sem demora à presença de um juiz”.

Em 2015, o STF confirmou a constitucionalidade da prática. O mecanismo é direto: em até 24 horas, a pessoa presa é apresentada a um magistrado, na presença de um promotor e de um defensor público ou advogado. Nessa audiência, o juiz não julga o mérito do crime. Ele analisa três aspectos

fundamentais: a legalidade da prisão, a necessidade de mantê-la e, crucialmente, a ocorrência de qualquer indício de tortura ou maus-tratos. Essa interação imediata e pessoal humaniza o processo e fornece ao juiz informações que um simples auto de prisão em flagrante jamais poderia conter.

Essa mudança representou mais do que um avanço procedimental; ela se tornou uma ferramenta de diagnóstico e gestão para todo o sistema de segurança pública. Cada audiência gera dados que, analisados em conjunto, revelam padrões e disfunções. Prisões ilegais recorrentes em uma determinada área, relatos consistentes de abuso de força por uma mesma unidade policial ou o encarceramento excessivo por delitos menores são informações que, agora, chegam à cúpula do Judiciário em tempo real.

Isso permite uma intervenção rápida, transformando a audiência de custódia em um mecanismo de controle externo e de aprimoramento contínuo para as próprias forças policiais. A justiça deixava de ser apenas o último elo da corrente para se tornar um monitor ativo de todo o sistema.

A implementação, contudo, foi desafiadora. Como reconhece a juíza Gisele Souza de Oliveira, pioneira do projeto no Estado: “A logística é complexa, mas hoje temos essa grande cobertura no Estado”. Exigiu coordenação entre o Tribunal de Justiça, a Secretaria de Justiça (Sejus), o Ministério Público e a Defensoria Pública, além de investimentos em infraestrutura e tecnologia, para garantir que o prazo de 24 horas fosse cumprido em todo o território capixaba.

Foi a materialização da máxima defendida pelo desembargador Zardini: “Onde o Estado não está, a criminalidade está”.

Com as audiências de custódia, o Estado passou a marcar sua presença de forma célere e qualificada no momento mais crítico: a porta de entrada do sistema de justiça criminal.

Quebrando o ciclo: o impacto nos muros da prisão

Os resultados da implementação das audiências de custódia foram imediatos e expressivos. Já no primeiro mês de funcionamento, a iniciativa provocou uma redução de 50% na entrada de presos provisórios no sistema carcerário do Espírito Santo, um índice que superou até mesmo o de São Paulo, o Estado pioneiro no projeto.

Ao longo de uma década, os números consolidaram essa tendência. De maio de 2015 a maio de 2025, o Judiciário capixaba realizou mais de 64 mil audiências de custódia, analisando a situação de 97.491 pessoas presas em flagrante. Os dados revelam um sistema equilibrado e criterioso: em 53,13% dos casos, a prisão foi convertida em preventiva, enquanto em 45,17%, foi concedida a liberdade provisória, muitas vezes com a aplicação de medidas cautelares como o monitoramento eletrônico. Outros 1.651 casos resultaram no relaxamento de prisões consideradas ilegais.

Impacto das audiências de custódia no Espírito Santo (2015-2025)	
Audiências realizadas	Mais de 64.000
Pessoas apresentadas	97.491
Prisões preventivas mantidas	51.800 (53,13%)
Liberdades provisórias concedidas	44.030 (45,17%)
Prisões relaxadas (ilegais)	1.651 (1,7%)

Fonte: Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJES)

O pioneirismo do Espírito Santo não se limitou à rápida implementação, atrás apenas de São Paulo. O Estado foi o primeiro do Brasil a levar o projeto para o interior, em um movimento de expansão da cidadania. Em março de 2016, Cachoeiro de Itapemirim tornou-se o primeiro município do interior do País a realizar audiências de custódia, estendendo o serviço a outras 14 comarcas da região Sul.

A expansão foi sistemática: em 2018, alcançou as regiões Norte e Noroeste, com a inauguração de núcleos em Colatina e São Mateus, cobrindo mais 21 comarcas. Essa interiorização foi fundamental para garantir que o acesso à justiça rápida e qualificada não fosse um privilégio da capital. A medida racionalizou a porta de entrada do sistema prisional em todo o Estado, evitando que prisões desnecessárias sobrecarregassem ainda mais as unidades do interior e garantindo que os recursos do sistema de segurança fossem focados nos casos de maior gravidade e risco para a sociedade.

A Justiça solta? Desconstruindo percepções e construindo confiança

Apesar dos resultados positivos e do reconhecimento técnico, as audiências de custódia enfrentam um adversário poderoso e persistente: a percepção pública. O jargão “a polícia prende e a Justiça solta” ecoa em conversas cotidianas e é amplificado por narrativas sensacionalistas, criando uma imagem distorcida do papel do Judiciário. Uma pesquisa nacional revelou que 86% dos brasileiros concordam com essa afirmação, um dado que ilustra o tamanho do desafio comunicacional.

O governador Renato Casagrande reconhece esse desafio: "A percepção de insegurança é muito maior do que os resultados que nós estamos mostrando. Se você fala 'Nós estamos reduzindo violência', muita gente não acredita, porque o dia inteiro ela está ouvindo ou vendo ou lendo notícias sobre criminalidade".

Essa percepção cria um falso antagonismo entre as forças policiais e o sistema de Justiça, como se atuassem com objetivos opostos. No entanto, a realidade da gestão integrada da segurança pública no Espírito Santo, consolidada pelo programa Estado Presente, mostra um cenário completamente diferente.

O desembargador Fernando Zardini é enfático ao descrever a dinâmica de colaboração: “Eu acho que o grande diferencial está no diálogo. As instituições dialogam. Elas colocam as suas carências, as suas dificuldades, porque elas existem também. Aqui a gente não vive simplesmente no mar de rosas”.

O governador Renato Casagrande ressalta a importância da parceria junto ao Poder Judiciário, Defensoria Pública e Ministério Público.

“Quando assumimos, o sistema prisional já apresentava um número de presos superior à quantidade de vagas. Naquela ocasião, montamos um grupo de trabalho com esses atores e, desde então, temos avanços como a videoaudiência e a expansão do uso das tornozeleiras eletrônicas. A audiência de custódia já

foi uma inovação importante que a legislação nos trouxe. Essa análise é uma conquista para a gestão do sistema prisional, uma conquista ainda para os direitos humanos, já que nos leva a trabalhar na redução da impunidade. Aperfeiçoar a audiência de custódia é importante para nós, permitindo tornar eletrônicos os processos penais para termos mais agilidade”, afirmou Casagrande na ocasião do lançamento das audiências de custódia por videoconferência, em 2021.

Essa cultura de diálogo é a base para desconstruir o mito. A audiência de custódia é um ato de qualificação do trabalho policial, não de anulação. A polícia cumpre seu papel ao efetuar a prisão em flagrante; o Judiciário, por sua vez, cumpre o seu ao analisar se aquela prisão, à luz da lei e das circunstâncias, deve ser mantida. A liberdade provisória não significa impunidade; o processo criminal continua e o acusado responderá pelo crime que cometeu.

A juíza Gisele Souza de Oliveira, que vivencia o dia a dia das audiências, oferece uma explicação clara sobre essa função: “A sociedade às vezes não entende, acha que nós estamos soltando, mas não é isso. Estamos fazendo um filtro qualificado”, esclarece. Esse “filtro qualificado” é essencial para um sistema de Justiça que trata a prisão como o último recurso, reservado para os casos em que a liberdade do indivíduo representa um risco concreto à ordem pública, à instrução do processo ou à aplicação da lei.

A mediação como ferramenta de prevenção

A transformação do Judiciário capixaba vai além da resposta imediata ao crime. Ela se estende a uma visão proativa de construção da paz, atuando para resolver conflitos antes que eles se tornem casos de polícia e oferecendo caminhos de recomeço para quem deixa o sistema prisional. Duas iniciativas se destacam nesse esforço: a mediação de conflitos e o Escritório Social.

No coração do Tribunal de Justiça, o Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (Nupemec) trabalha para disseminar uma “cultura de pacificação social”. Por meio dos Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania (Cejuscs), espalhados pelo Estado, o Nupemec oferece à população a possibilidade de resolver disputas por meio da conciliação e da mediação.

O impacto dessa atuação é profundo. Conflitos que poderiam facilmente escalar para agressões, ameaças e até homicídios, como disputas de vizinhança, desentendimentos familiares ou dívidas, são resolvidos por meio do diálogo, com o auxílio de mediadores capacitados. Em 2024, por exemplo, o Nupemec realizou mais de 5.600 sessões de mediação e conciliação, resultando em acordos que somaram mais de R\$ 33 milhões e, mais importante, pacificaram milhares de relações humanas.

Essa abordagem representa uma forma inteligente e eficiente de segurança pública “a montante”. Ao intervir na origem dos conflitos, a mediação reduz a demanda sobre o sistema de justiça criminal, liberando policiais, promotores e juízes para se concentrarem nos crimes mais graves. É a prova de que a Justiça pode ser uma força de prevenção, construindo a paz no tecido social antes que ele se rompa.

Mais de **5.600** sessões de mediação e conciliação realizadas em 2024

O recomeço no Escritório Social

Para os 45% de indivíduos que recebem a liberdade provisória nas audiências de custódia, uma pergunta emerge: o que acontece agora? A resposta do Espírito Santo a essa questão é o Escritório Social, uma iniciativa que materializa a crença em segundas chances e quebra o ciclo da reincidência. A lógica por trás do Escritório Social alinha-se à visão do governador Renato Casagrande sobre a prevenção: quem tem acesso a oportunidades está um passo mais distante da criminalidade, pois muitos entram no mundo do crime buscando independência financeira.

Inaugurado de forma pioneira no Brasil em 2016, em Vitória, o Escritório Social funciona como um ponto de apoio fundamental para os egressos do sistema prisional e suas famílias. O espaço oferece um leque de serviços essenciais para a reintegração: auxílio para emissão de documentos, encaminhamento para redes de saúde, qualificação profissional e, o mais importante, oportunidades de emprego. Recentemente, a iniciativa foi expandida e municipalizada em Piúma, e ganhou uma versão virtual, um aplicativo que facilita o acesso aos serviços por meio de georreferenciamento.

As histórias de sucesso validam a importância do programa. José do Carmo Mendes Neto, que esteve preso por quase cinco anos, aproveitou as oportunidades de estudo no cárcere e, ao sair, encontrou no Escritório Social o caminho para um curso de cozinheiro no Senac, reescrevendo sua história. Patrick Cardoso, de 24 anos, conseguiu um emprego como auxiliar de obras após ser encaminhado pelo escritório. **“Se eu tivesse que conseguir emprego sozinho, seria difícil, pois quem foi preso sofre discriminação. O Escritório ajuda bastante quem quer mudar de vida”**, relata Patrick.

Assistido pelo Escritório Social, egresso supera desafios do pós-cárcere



Mais cidadania e a oferta de oportunidades que promovem novas histórias de vida fazem parte da proposta do Escritório Social, equipamento administrado pela Secretaria da Justiça (Sejus) para o atendimento de egressos do sistema prisional no Espírito Santo. Foi por meio desse acolhimento que o egresso José do Carmo Mendes Neto pôde reescrever uma nova página da sua história de vida.

Preso por quase cinco anos, a experiência do cárcere trouxe novas reflexões e a vontade de mudar. "Minha história é igual a de qualquer um que passa pelo sistema prisional. Eu tinha trabalho fixo, residência fixa, uma vida tranquila, até que um dia eu resolvi fazer as escolhas erradas que resultaram na privação da minha liberdade. Mas o diferencial da minha história é a superação, a força de vencer na vida pelos meios corretos e dignos", disse José do Carmo Mendes Neto.

Mesmo estando preso, ele teve oportunidades de estudar e trabalhar. "Concluí o Ensino Médio na unidade prisional e trabalhei na biblioteca. Organizava os livros que são repassados para os presos. Eu lia vários livros e isso também me ajudou a passar no Enem. Nem acreditei que havia passado. Foi uma grande vitória para mim", contou.

Após o cumprimento da pena, Neto recebeu apoio do Escritório Social. Coordenado pela Gerência de Reintegração Social e Cidadania (GRSC) da Sejus, o local realiza o acolhimento e assistência psicossocial aos egressos do sistema prisional e seus familiares. No espaço, são ofertados cursos de qualificação, encaminhamentos para vagas de trabalho, bem como para redes especializadas de saúde, educação, além da emissão e resgate da documentação civil.

Foi por meio do Escritório Social que José do Carmo Mendes Neto iniciou, em outubro do ano passado, o Curso de Cozinheiro, resultado da parceria entre a Secretaria da Justiça e o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial no Espírito Santo (Senac-ES). A capacitação faz parte do Programa Senac de Gratuidade.

"Soube da oportunidade de participar do Curso de Cozinheiro quando procurei o Escritório Social para fazer a inscrição da CNH Social. Sou grato por ser inserido nas duas oportunidades. Já estou prestes a tirar minha carteira de motorista também", disse.

Esses casos demonstram que a Justiça não termina com a decisão de um juiz. Ao oferecer suporte prático e humano, o Escritório Social garante que a liberdade concedida em uma audiência de custódia se transforme em uma oportunidade real de reintegração, prevenindo a reincidência e fortalecendo a segurança de toda a comunidade. Como define o secretário de Estado da Justiça, Rafael Pacheco, "o Escritório Social permite que o egresso receba um atendimento direcionado à sua necessidade. É um mecanismo importante para a retomada da vida em liberdade".

Bastidores



“Eu não observei nenhuma tentativa de obstrução à implantação das audiências de custódia aqui nas instituições policiais do Estado. E isso é uma coisa digna de nota, porque nos outros Estados, o Judiciário teve muita dificuldade, pois essa plataforma de audiência de custódia é vista com muita crítica pelas forças de segurança.

Existia o mito de que as audiências de custódia iam aumentar a criminalidade. E aí, 10 anos depois, não existe nenhuma pesquisa no Brasil, nem no Espírito Santo, nenhum dado consistente ou específico, mostrando que as audiências de custódia contribuíram para aumentar a violência. Pelo contrário. Vamos pegar a série histórica dos últimos 10 anos, de acordo com o último relatório do Atlas da Violência, do Ipea. O Espírito Santo, de 2013 a 2023, que é o último ano monitorado, teve uma redução de 36% no índice de homicídios. As audiências de custódia foram implementadas em 2015. Entre 2015 e 2016, houve uma redução também. Viemos reduzindo índices, taxas de homicídio, ano a ano. Tivemos um aumento em 2017, que foi um ano fora da curva, por conta da greve da PM. Só em fevereiro, foram 219 mortes. Tanto que lá no Atlas da Violência tem uma notinha de rodapé falando do Espírito Santo, que naquele ano aconteceu a greve. Eu fiz questão de ficar muito atenta às consequências da audiência de custódia. Eu fiz com muita responsabilidade. Eu sempre acompanhava todas as estatísticas. Eu estava sempre em permanente diálogo com o governo do Estado, com o Ministério Público, com a Defensoria durante esse tempo todo.”

Gisele Souza Oliveira, juíza

Bastidores



“Quando eu assumi a Secretaria de Justiça, o sistema prisional estava bastante deteriorado. Havia uma carência de tudo. Para vocês terem uma ideia, havia ali um misto de pessoas tomando conta do sistema. Agentes penitenciários, poucos concursados, havia terceirizados e havia a Polícia Militar, fazendo a segurança das muralhas. Então, tiveram que ser adotadas diversas políticas estruturantes para a recomposição do sistema. Nós começamos recuperando as instalações e fomos criando também ferramentas que nos propiciaram chegar ao momento de hoje. Por exemplo, foi na minha gestão à frente da Secretaria de Justiça que foi criada a Escola Penitenciária. Criamos ali uma possibilidade de trazer de volta para os bancos de ensino agentes penitenciários que não sentavam para ter um aperfeiçoamento há muitos anos.

Fizemos convênio também com movimentos de direitos humanos e trouxemos essas práticas de direitos humanos para dentro das unidades prisionais como forma de criar ali uma nova cultura, não apenas de repressão, mas de relacionamento efetivo que plantasse as bases para uma ressocialização.”

Fernando Zardini, desembargador

12

CAPÍTULO

Legado de uma
política ampla:
a segurança
como cuidado

Legado de uma política ampla: a segurança como cuidado

Houve um tempo, não tão distante, em que o nome “Espírito Santo” era sussurrado com temor em conversas sobre segurança pública no Brasil. As manchetes dos jornais pintavam um quadro sombrio, uma paisagem de violência endêmica que parecia irremediável. Hoje, a paisagem é outra. O Espírito Santo que emerge dessa jornada de transformação é um Estado que se tornou referência nacional, um estudo de caso sobre como uma gestão pautada em dados, tecnologia e, acima de tudo, em um profundo senso de humanidade, pode reescrever seu próprio destino.

Este é o resultado de uma política de Estado construída com método, resiliência e a compreensão de que segurança pública é, em sua essência, uma forma de cuidado e cidadania. Os desafios, no entanto, são contínuos.

“Eu sempre falo que nós nunca comemoramos esses resultados. Nós registramos, porque enquanto tiver gente perdendo a vida, não tem como comemorar. Mas registramos que aquilo que estamos fazendo está caminhando na direção certa”, diz o governador Renato Casagrande sobre o resultado mais visível dessa política: a queda no número de homicídios.

Os números, quando analisados objetivamente, contam uma virada histórica. O ápice da violência foi em 2009, quando o Espírito Santo registrou 2.034 homicídios, o que se traduzia em uma taxa de 58 mortes por 100 mil habitantes. Era o resultado de um longo período de desinvestimento e da ausência de uma estratégia integrada, como recorda o diretor-geral do Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN), Pablo Lira.

O ponto de inflexão veio com a implementação do programa Estado Presente em 2011, uma política que foi retomada e aprofundada a partir de 2019. A queda nos indicadores de violência é uma tendência consistente e acentuada. O ano de 2025 se tornou um marco histórico: pela primeira vez desde o início

da série, em 1996, o Estado encerrou o ano com menos de 800 homicídios, totalizando 796 vidas perdidas. A taxa de homicídios despencou para 19 por 100 mil habitantes.

Análises de impacto realizadas por instituições como o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e o IJSN confirmam que a metodologia do Estado Presente foi diretamente responsável por salvar milhares de vidas.

Em 2025, a capital, Vitória, vivenciou um período emblemático de paz, completando mais de 50 dias sem registrar um único homicídio, um feito inédito em 29 anos.

Em setembro de 2025, eram 50 municípios com mais de 30 dias sem homicídios no Espírito Santo. Destaque para Cachoeiro de Itapemirim, a maior cidade do Sul, que alcançou a marca de 74 dias sem assassinatos em 31 de agosto. Em 10 municípios, até essa data, já não se registravam assassinatos havia mais de um ano, sendo Dolores do Rio Preto o recordista, com 1.204 dias sem homicídios.



01/07/2025 11h55

Espírito Santo fecha primeiro semestre de 2025 com menor número de homicídios em 29 anos



O Espírito Santo finalizou o primeiro semestre de 2025 com o menor número de assassinatos (homicídios + feminicídios) desde 1996. Ao todo, foram registrados 382 homicídios de janeiro a junho em todo o Estado. O resultado representa uma redução de 12,4% em relação ao mesmo período do ano passado, quando ocorreram 436 mortes violentas.

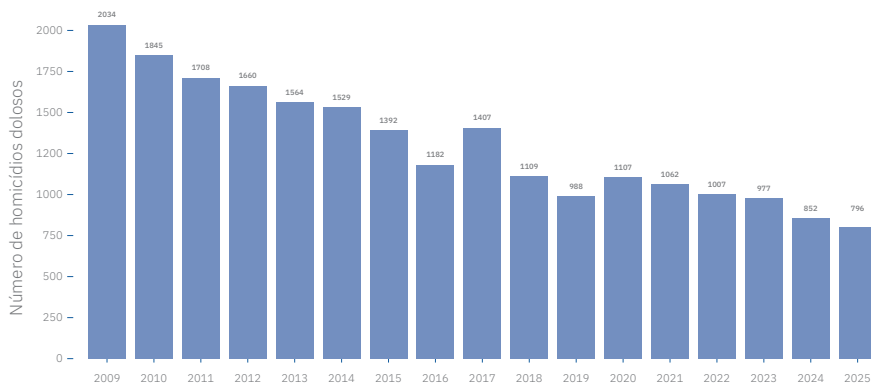
Atualmente, todas as regiões apresentam redução de homicídios. A região Metropolitana fechou o semestre com 29 assassinatos a menos que em 2024, com 13,4% de queda. Nas áreas Norte, Sul, Noroeste e Serrana, as diminuições foram de 2,3%, 23,3%, 14,9% e 13%, respectivamente.

Além disso, em relação somente a junho, foram 59 mortes violentas registradas, sendo este o segundo melhor resultado para o período desde 1996.

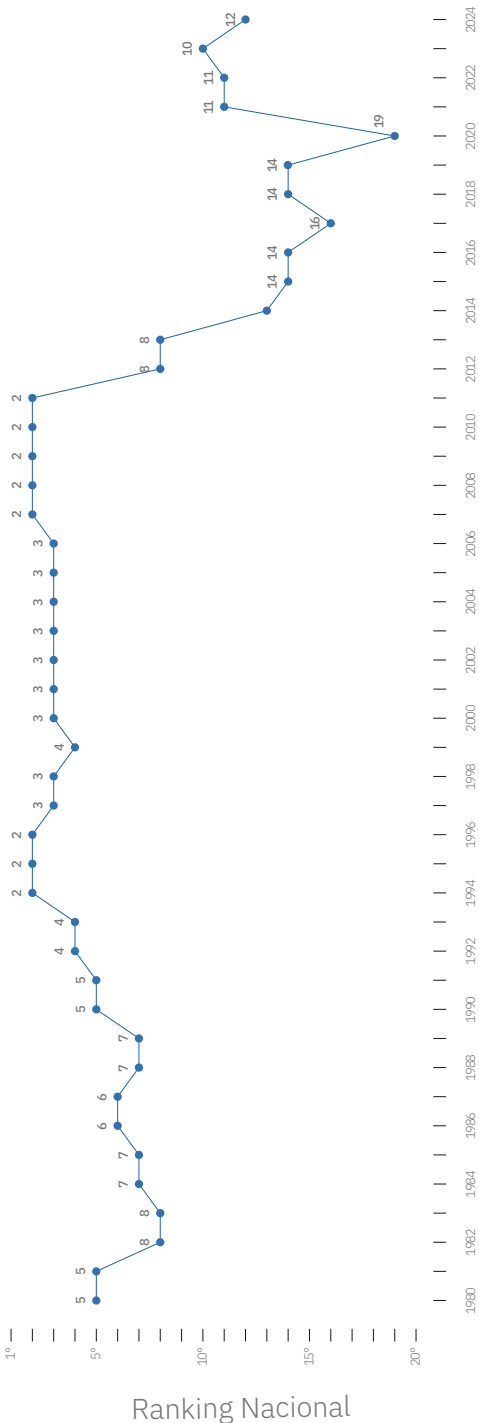
“A nossa política de segurança pública segue trazendo bons resultados. Com investimentos em infraestrutura, novos equipamentos, tecnologia, valorização profissional e com união das forças por meio do nosso Programa Estado Presente em Defesa da Vida. Conquistamos o melhor semestre da história, além de estarmos com redução em feminicídios, homicídios dolosos e latrochios. Esses resultados mostram que seguimos no rumo certo e precisamos continuar com essa política de segurança feita dentro do Gabinete do Governador. Agora colocamos nosso vice-governador, Ricardo Ferraço, para coordenar o Programa Estado Presente e tenho certeza que será fundamental para que a gente tenha ainda mais bons resultados”, afirmou o governador Renato Casagrande.

O secretário da Segurança Pública e Defesa Social, Leonardo Damasceno, destacou que os números alcançados devem ser abraçados pela população. O delegado federal ressaltou que “nenhum resultado como este vem ao acaso”, sendo o programa Estado Presente em Defesa da Vida o principal pilar para alcançar essa redução histórica.

“Temos que nos apropriar desses resultados que estamos alcançando. O Espírito Santo vem se tornando, a cada dia, um Estado melhor para se viver, fruto de gestão estratégica, de um programa de Governo em que o próprio

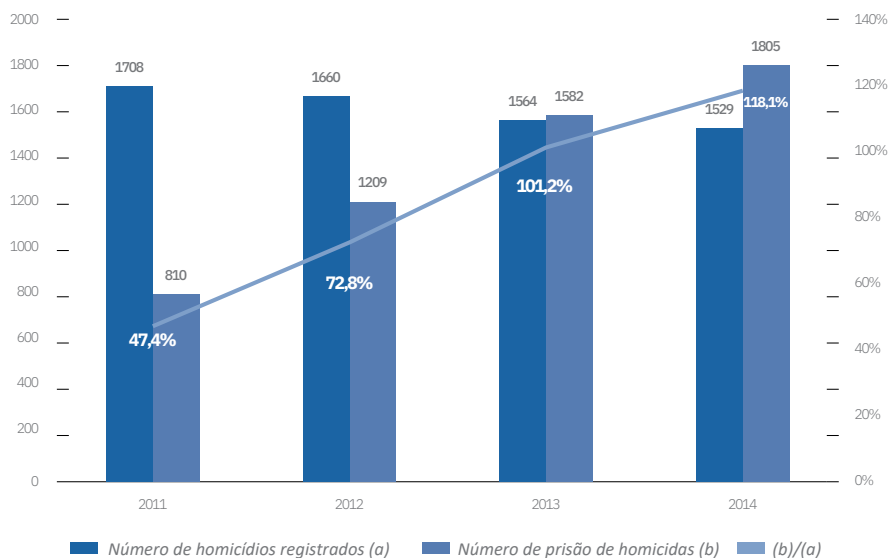


Posição do ES no Ranking Nacional de Homicídios
(1980-2024)

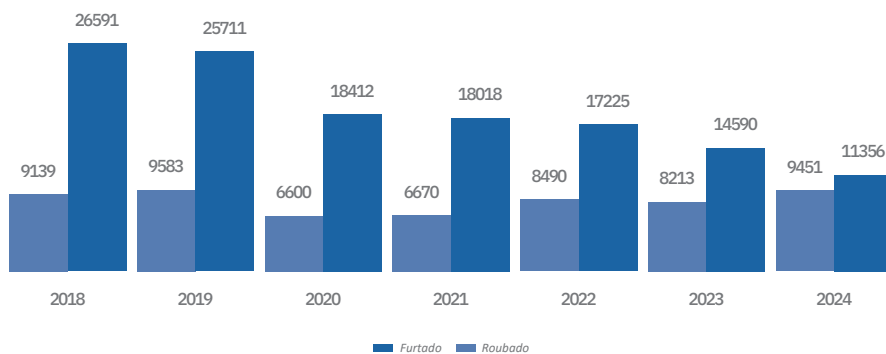


Ao mesmo tempo em que o número de homicídios cai, sobe o número de prisões de homicidas, resultado dos investimentos em investigação que reduzem a impunidade e aumentam a sensação de segurança.

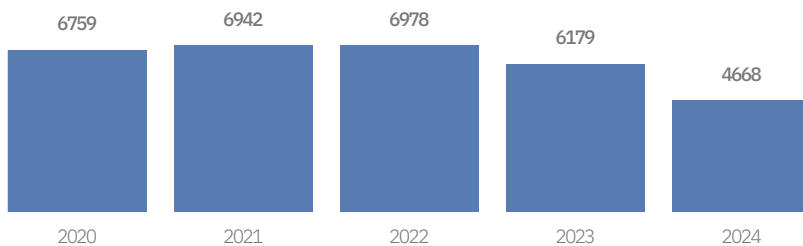
Prisão qualificada: homicídios e homicidas presos no Espírito Santo (2011-2014)



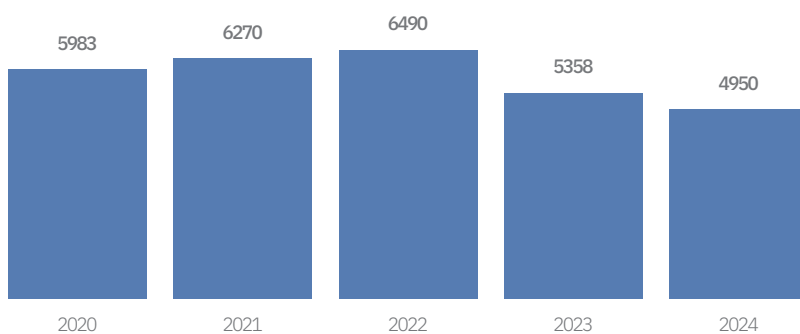
Furtos e roubos de aparelhos celular (2018-2024)



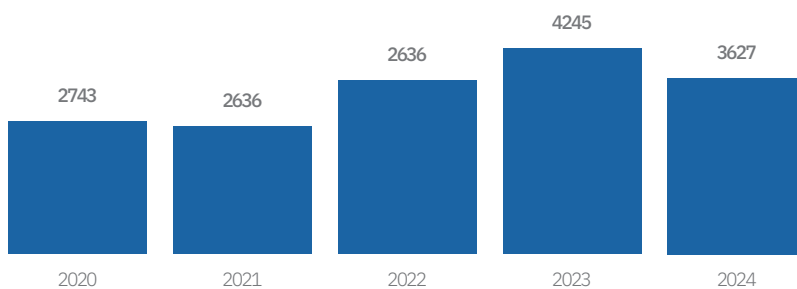
Furto e Roubo em Residência (2020-2024)



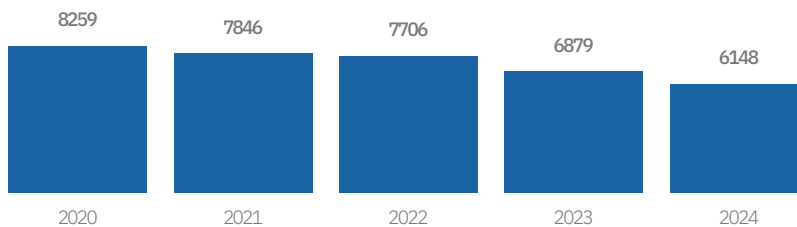
Furtos e Roubos em Comércio (2020-2024)



Registros de Furtos e Roubos em transporte coletivo (2020-2024)



Furto e roubo de veículos (2020-2024)



Um modelo para o Brasil

A transformação da segurança pública capixaba não passou despercebida. O que antes era um exemplo negativo se tornou um paradigma de gestão, atraindo a atenção de especialistas, de gestores e da imprensa de todo o País. O Espírito Santo deixou de ser um problema para se tornar uma solução, um modelo a ser estudado e replicado.

André Garcia, que participou da concepção do Estado Presente e em 2025 ocupa o cargo de Secretário Nacional de Políticas Penais, oferece uma perspectiva sobre essa mudança de imagem.

"Antigamente se falava 'Espírito Santo' com outra conotação. Hoje é bem diferente. No âmbito nacional, o que ouço é 'Vocês lá são organizados. Vocês lá têm programa de segurança, têm o Estado Presente. Lá vocês reformularam o sistema penitenciário'", relata Garcia.



Esse reconhecimento foi formalizado por meio de prêmios e destaques. Em 2021, o programa Estado Presente foi finalista do Prêmio Projeto & PMO, um dos mais importantes do País na área de gerenciamento, sendo reconhecido como um dos três melhores projetos corporativos do Brasil, competindo com gigantes do setor privado, como a John Deere.

A solidez do modelo também atraiu a confiança de organismos internacionais, como o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), que se tornou um parceiro no financiamento de projetos dentro do eixo social do programa.

Talvez a validação mais significativa tenha vindo do próprio governo federal. Em 2019, ao estruturar o Programa Nacional de Enfrentamento à Criminalidade Violenta, o Ministério da Justiça buscou no Espírito Santo uma das referências para sua política. Pablo Lira, diretor-geral do Instituto Jones dos Santos Neves, recorda o episódio como um momento emblemático do poder da gestão baseada em evidências.

A equipe capixaba foi a Brasília apresentar a metodologia e os dados do Estado Presente. A intenção inicial do governo federal era focar as ações na Serra, mas, diante dos dados apresentados, que mostravam um aumento da violência em Cariacica, a estratégia foi redefinida. A capacidade de apresentar dados robustos e análises qualificadas permitiu que o Espírito Santo resolvesse seus problemas internos e influenciasse a política de segurança em nível nacional, transformando a boa governança em um ativo estratégico.

Depoimento



“A principal lição é que segurança exige continuidade, dados confiáveis e integração total entre polícia, políticas sociais e gestão territorial. O maior obstáculo foi romper a ideia de que violência se enfrenta apenas com repressão. Construir uma governança intersetorial, alinhar municípios, ampliar tecnologia e qualificar o trabalho policial exigiu tempo e persistência. Mas hoje o Espírito Santo é referência porque combinou firmeza, inteligência e presença social.

A principal meta é consolidar o Espírito Santo entre os Estados mais seguros do País, com homicídios em níveis ainda mais baixos e redução de crimes patrimoniais. Também queremos ampliar o uso de inteligência artificial, fortalecer ações de prevenção social e expandir a presença comunitária da polícia. Acreditamos que o futuro passa por tecnologia, integração e políticas que ataquem as causas profundas da violência.”

Ricardo Ferraço,
vice-governador e coordenador do programa Estado Presente

O cuidado como estratégia: a segurança para além da polícia

A pedra angular da transformação capixaba foi uma mudança filosófica radical: a compreensão de que segurança pública não é uma responsabilidade exclusiva da polícia. Para Álvaro Duboc, secretário de Economia e Planejamento e coordenador-executivo do programa Estado Presente, a essência da estratégia é clara: segurança pública é fortalecer a comunidade.

Desde sua concepção, o Estado Presente foi desenhado para ser uma política transversal, quebrando os silos entre as secretarias e unindo esforços em prol de um objetivo comum. A decisão estratégica de alocar a coordenação executiva do programa na Secretaria de Economia e Planejamento foi fundamental. Essa estrutura garantiu que a segurança fosse tratada como um eixo central do governo, com poder para articular e demandar ações de todas as outras pastas, da Educação à Saúde, da Cultura ao Esporte.

O Comandante Douglas Caus, da Polícia Militar, resume a importância dessa integração sob a ótica policial:

"Nós não vamos resolver o problema da segurança pública só com polícia. Todo mundo tem esse entendimento. Mas se a polícia não estiver dentro daquele espaço público para poder garantir a entrada de outros serviços públicos, eles não entrarão", afirma.

No entanto, essa complexa engrenagem só funciona sob uma liderança forte e presente. As reuniões mensais, coordenadas pessoalmente pelo governador Renato Casagrande, são o motor que garante a integração e a cobrança por resultados.

"Quem coordena é o governador e ele coordena pessoalmente e isso faz diferença", afirma o secretário de Segurança, Leonardo Damasceno.

É essa governança, que combina visão estratégica, coordenação executiva e liderança política, que permitiu ao Estado ir além da repressão e tratar a segurança como uma política de cuidado integral. Mas ainda há inúmeros desafios. O caminho a seguir está traçado no Plano Estadual de Segurança Pública e Defesa Social 2023-2035, um documento que estabelece metas claras e uma visão de longo prazo.

"Nós temos uma visão de futuro. Queremos chegar entre os cinco Estados mais seguros do Brasil", afirma Leonardo Damasceno.

O caminho está traçado e o compromisso é contínuo.

REFERÊNCIAS

800 MIL peças de uniformes da rede pública estadual serão produzidas por detentos no ES Disponível em:

<https://eshoje.com.br/geral/cidades/2025/08/800-mil-pe-cas-de-uniformes-da-rede-publica-estadual-serao-produzidas-por-detentos-no-es/>. Acesso em: 18 set. 2025.

ABREU, Nicholas. Cerco inteligente já está em funcionamento. Prodest. Disponível em: <https://prodest.es.gov.br/Not%C3%ADcia/cerco-inteligente-ja-esta-em-funcionamento>. Acesso em: 05 set. 2025.

ANASTÁCIO, Thiago Gomes. Audiência de custódia: análise dos dois primeiros anos – JOTA. Disponível em: <https://www.jota.info/opinio-e-analise/artigos/audiencia-de-custodia-analise-dos-dois-primeiros-anos>. Acesso em: 20 set. 2025.

ANTUNES, Andressa. Vitória vai receber 13 totens de segurança com câmeras e botão do pânico: veja onde. Tribuna Online. Disponível em: <https://tribunaonline.com.br/cidades/vitoria-vai-rece-ber-13-totens-de-seguranca-com-cameras-e-botao-do-panico-veja-onde-272950>. Acesso em: 08 set. 2025.

ANTUNES, Vitor. ES anuncia unidade especializada em proteção à mulher e nova companhia da PM. A Gazeta. Disponível em: <https://www.agazeta.com.br/todaselas/es-anuncia-unidade-espe-cializada-em-protecao-a-mulher-e-nova-companhia-da-pm-1224>. Acesso em: 24 set. 2025.

ANTUNES, Vitor. Polícia científica coleta DNA de presos no Espírito Santo: entenda. A Gazeta. Disponível em: <https://www.agazeta.com.br/es/cotidiano/policia-cientifica-coleta-dna-de-presos-no-espirito-santo-entenda-0525>. Acesso em: 26 set. 2025.

ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. Fórum Brasileiro de Segurança Pública. São Paulo, 2025. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/publicacoes/anuario-brasileiro-de-seguranca-publica/>. Acesso em: 17 set. 2025.

ARRUDA, José Darcy Santos; GIANORDOLI NETO, Romualdo; ANDRADE, Adorisio Leal. A criação do Centro de Inteligência e Análise Telemática e a mudança operacional na Polícia Civil do Espírito Santo. Revista Direito & TI, v. 1, n. 20, p. 1–23, 2025. Disponível em: <https://direitoeti.com.br/direitoeti/article/view/210>. Acesso em: 17 set. 2025.

ASSEMBLEIA aprova texto que dobra datas de promoção para policiais e bombeiros militares – Deputado Marcelo Santos. Disponível em: <https://www.deputadomarcelosantos.com.br/noticia/ler/443/as-sembleia-aprova-texto-que-dobra-datas-de-promocao-para-policiais-e-bombeiros-militares>. Acesso em: 26 set. 2025.

ASSISTIDO pelo Escritório Social, egresso supera desafios do pós-cárcere. Disponível em: <https://sejus.es.gov.br/Not%C3%ADcia/assistido-pelo-escriptorio-social-egresso-supera-desafios-do-pos-carcere>. Acesso em: 15 set. 2025.

ATLAS DA VIOLÊNCIA v. 2.8 – Mapa. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Brasília, 2025. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/dados-series/328>. Acesso em: 20 set. 2025.

AUDIÊNCIA de Custódia – TJES. Disponível em: <https://www.tjes.jus.br/institucional/coordenadorias/coordena-doria-das-execucoes-penais/audiencia-de-custodia/>. Acesso em: 20 set. 2025.

AUDIÊNCIA de Custódia passa ser realizada por videoconferência no Espírito Santo. Disponível em: <https://sejus.es.gov.br/Not%C3%ADcia/audiencia-de-custodia-passa-ser-realizada-por-videoconferencia-no-espirito-santo>.

Acesso em: 17 set. 2025.

AUDIÊNCIA de Custódia: Espírito Santo é o primeiro Estado a interiorizar atendimento. Disponível em: <https://sejus.es.gov.br/Not%C3%ADcia/audiencia-de-custodia-espirito-santo-e-o-primeiro-estado-a-interiorizar-atendimento>. Acesso em: 17 set. 2025.

AUDIÊNCIA Pública apresenta à sociedade o Programa Espírito Santo Mais Inteligente. Disponível em: <https://seg.es.gov.br/Not%C3%ADcia/audiencia-publica-apresenta-a-sociedade-o-programa-espirito-santo-mais-inteligente>. Acesso em: 05 set. 2025.

AUDIÊNCIAS de custódia reduzem em 50% a entrada de presos provisórios em presídios do ES. Disponível em: <https://sejus.es.gov.br/Not%C3%ADcia/audiencias-de-custodia-reduzem-em-50-a-entrada-de-presos-provisorios-em-presidios-do-es>. Acesso em: 16 set. 2025.

AUDIÊNCIAS de Custódia: Cachoeiro de Itapemirim é a 1ª cidade do interior a realizar o programa. Defensoria Pública do ES. Disponível em: <https://www.defensoria.es.def.br/audiencias-de-custodia-cachoeiro-de-itapemirim-e-a-1a-cidade-do-interior-a-realizar-o-programa/>. Acesso em: 17 set. 2025.

BARROS, Gabriel. PMs vão usar farda com câmeras no Espírito Santo ainda este ano. Folha Vitória. Disponível em: <https://www.folhavoria.com.br/geral/camera-farda-policia-militar-es/>. Acesso em: 11 set. 2025.

BUBLITZ, Amanda Inês. Concurso PC ES: Novo cargo de Oficial Investigador é criado; veja os requisitos – Ache Concursos. Disponível em: <https://www.acheconcursos.com.br/noticias/concurso-pc-es-car-go-oficial-investigador-requisitos-75669>. Acesso em: 19 set. 2025.

CAMIM, Julia; SANTANA, Leiri. Câmeras nos ônibus do Transcol vão identificar suspeitos em 6 segundos: veja como vai funcionar. Folha Vitória. Disponível em: <https://www.folhavoria.com.br/policia/cameras-nos-onibus-do-transcol-va-identificar-suspeitos-em-6-segundos-veja-como-vai-funcionar/>. Acesso em: 10 set. 2025.

CARDOSO, Leticia. Número de homicídios de 2008 supera as ocorrências de 2007. A Gazeta, Vitória, ES, 11 nov. 2008. Disponível em: http://biblioteca.ijsn.es.gov.br/ConteudoDigital/20170404_aj22177_violenciaurbana_homicidio01.pdf. Acesso em: 19 set. 2025

CARRARETTO, Glacieri. Vitória não registra nenhum homicídio no período de um mês, pela primeira vez, após 29 anos. Prefeitura de Vitória. Disponível em: <https://www.vitoria.es.gov.br/noticia/vitoria-nao-registra-nenhum-homicidio-no-periodo-de-um-mes-pela-primeira-vez-apos-29-anos-53265>. Acesso em: 30 set. 2025.

Carteira de Identidade Nacional - ES.GOV. Disponível em: <https://portal.dev.xvia.es.gov.br/app/catalog/carta-de-servicos/carteira-de-identidade-nacional>. Acesso em: 19 set. 2025.

CARVALHO, Mateus. Concurso PC: conheça a carreira de oficial investigador - Folha Dirigida. Disponível em: <https://folha.qconcursos.com/n/concurso-pc-carreira-oficial-investigador-de-policia>. Acesso em: 22 set. 2025.

CASA CIVIL (Espírito Santo). Espírito Santo encerra abril com recorde histórico e menor marca de homicídios desde 1996. Vitória: Governo do Estado do Espírito Santo, 2025. Disponível em: <https://casacivil.es.gov.br/Not%C3%ADcia/espirito-santo-encerra-abril-com-recorde-historico-e-menor-marca-de-homicidios-desde-1996>. Acesso em: 26 set. 2025.

CENTRO de Referência da Juventude – CRJ. - Carta de Serviços de Vitória. Disponível em: <https://cartadeservicos.vitoria.es.gov.br/areas/1-Assistencia-Social/servicos/11-Centro-de-Referencia-da-Juventude-CRJ/>. Acesso em: 30 set. 2025.

CENTROS Margaridas. Disponível em: <https://mulheres.es.gov.br/centros>. Acesso em: 30 set. 2025.

CERCO Inteligente localiza motocicleta com mais de R\$ 70 mil em débitos e licenciamento atrasado desde 2014. Disponível em: <https://detrans.es.gov.br/Not%C3%ADcia/cerco-inteligente-localiza-motocicleta-com-mais-de-r-70-mil-em-debitos-e-licenciamento-atrasado-desde-2014>. Acesso em: 11 set. 2025.

CERQUEIRA, Daniel Ricardo de Castro; SILVA NETO, Darcy Ramos da; COELHO, Danilo Santa Cruz; LINS, Gabriel de

Oliveira Accioly. Uma avaliação de impacto de política de segurança pública: o Programa Estado Presente do Espírito Santo. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 2020. (Texto para Discussão, n. 2543). Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/4954-td2543.pdf>. Acesso em: 20 set. 2025.

CERQUEIRA, Daniel; BUENO, Samira (coords.). Atlas da violência 2023. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA); Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), 2023. 115 p. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2023/12/atlas-da-violencia-2023.pdf>. Acesso em: 24 set. 2025.

CIAT da Polícia Civil auxiliou na prisão de 56 pessoas ligadas a facções criminosas em 2022 – SESP. Disponível em: <https://sesp.es.gov.br/Not%C3%ADcia/ciat-da-policia-civil-auxiliou-na-prisao-de-56-pessoas-ligadas-a-faccoes-criminosas-em-2022>. Acesso em: 25 set. 2025.

COMITIVA do Rio de Janeiro visita Espírito Santo para conhecer Cerco Integrado e Inteligente do Estado. Sefaz. Disponível em: <https://sefaz.es.gov.br/Not%C3%ADcia/comitiva-do-rio-de-janeiro-visita-espirito-santo-para-conhecer-cerco-integrado-e-inteligente-do-estado>. Acesso em: 03 set. 2025.

CORTES, Elimar. Polícia Militar vai ganhar companhia independente de prevenção à violência doméstica e proteção à mulher. Blog do Elimar Cortes. Disponível em: <https://elimarcortes.com.br/2024/12/04/policia-militar-vai-ganhar-companhia-independente-de-prevencao-a-violencia-domestica-e-protacao-a-mulher/>. Acesso em: 25 set. 2025.

COSTA, Camilla. Como o Espírito Santo conseguiu zerar mortes em prisões: e o que ainda não funciona em seu sistema. Terra, 2017. Disponível em: <https://www.terra.com.br/noticias/brasil/policia/como-o-espirito-santo-conseguiu-zerar-mortes-em-prisoas-e-o-que-ainda-nao-funciona-em-seu-sistema,2361ef63846f90b509fcf5a2d0451beiaepd4al.html>. Acesso em: 20 set. 2025.

DA MATTA NETO, João Augusto Sabino. Desenvolvimento de um sistema de identificação de veículos com restrição de furto ou roubo baseados em visão computacional. 2024. 48 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Engenharia de Controle e Automação) – Instituto Federal do Espírito Santo, Campus Linhares, 2024. Disponível em: https://repositorio.ifes.edu.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/5528/TCC_Desenvolvimento_de_um_Sistema_de_Identificacao%3%A7%C3%A3o_de_Veiculos_com_Restricao%3%A7%C3%A3o_de_Furto_ou_Roubo_Baseado_em_Visao_Computacional.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 20 set. 2025.

DEHPP encerra 2024 com 580 prisões e 72% de inquéritos concluídos - Polícia Civil. Disponível em: <https://pc.es.gov.br/Not%C3%ADcia/dehpp-encerra-2024-com-580-prisoas-e-72-de-inqueritos-concluidos>. Acesso em: 12 set. 2025.

DETENTOS do ES vão produzir 800 mil uniformes escolares - Sim Notícias. Disponível em: <https://simnoticias.com.br/detentos-do-es-vaoproduzir-800-mil-uniformes-escolares/>. Acesso em: 18 set. 2025.

DIAS, Amanda Faria. Concurso PC ES: Projeto básico divulga detalhes do edital! – Nova Concursos. Disponível em: <https://www.novaconcursos.com.br/portal/noticias/concurso-pc-es-projeto-basico/>. Acesso em: 19 set. 2025.

EGRESSOS atendidos pelo Escritório Social conquistam vagas de emprego. Disponível em: <https://www.es.gov.br/Not%C3%ADcia/egressos-atendidos-pelo-escritorio-social-conquistam-vagas-de-emprego>. Acesso em: 16 set. 2025.

EQUIPE da área psicossocial da Sejus conhece metodologia do Projeto 'Homem que é Homem'. Disponível em: <https://sejus.es.gov.br/Not%C3%ADcia/equipe-da-area-psicossocial-da-sejus-conhece-metodologia-do-projeto-homem-que-e-homem>. Acesso em: 24 set. 2025.

ES Sem Desastres: municípios, empresas e órgãos públicos participam de treinamento para gestão de desastres – CEPDEC. Disponível em: <https://defesacivil.es.gov.br/Not%C3%ADcia/es-sem-desastres-municipios-empresas-e-orgaos-publicos-participam-de-treinamento-para-gestao-de-desastres>. Acesso em: 12 set. 2025.

ES: 10 prisões em um único dia após reconhecimento facial. ES Brasil. Disponível em: <https://esbrasil.com.br/es-reconhecimento-facial-10-prisoas-em-um-dia/>. Acesso em: 09 set. 2025.

ESCRITÓRIO Social – Sejus. Disponível em: <https://sejus.es.gov.br/escritorio-social-2>. Acesso em: 16 set. 2025.

ESCRITÓRIO Social Virtual será lançado nesta sexta-feira (29) - Governo ES. Disponível em: <https://www.es.gov.br/Noticia/escritorio-social-virtual-sera-lancado-nesta-sexta-feira-29>. Acesso em: 15 set. 2025.

ESPERANDIO, Atilio. Ônibus do Sistema Transcol receberão câmeras com reconhecimento facial. Tribuna Online. Disponível em: <https://tribunaonline.com.br/cidades/onibus-do-sistema-transcol-receberao-cameras-com-reconhecimento-facial-244467>. Acesso em: 10 set. 2025.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Anuário Estadual de Segurança Pública: edição 2025. Vitória: Governo do Estado do Espírito Santo, 2025.
Disponível em: <https://planejamento.es.gov.br/Media/Sep/estadopresente/publicacao/Anu%C3%A1rio%20Estadual%20de%20Seguran%C3%A7a%20P%C3%BAblica%20-%202025.pdf>. Acesso em: 24 set. 2025.

ESPÍRITO SANTO (Estado). CRJs recebem 92 % de avaliação positiva dos usuários segundo pesquisa do IJSN. Vitória: Governo do Estado do Espírito Santo, 18 set. 2023.
Disponível em: <https://www.es.gov.br/Noticia/crjs-recebem-92-de-avaliacao-positiva-dos-usuarios-segundo-pesquisa-do-ijsn>. Acesso em: 22 set. 2025.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Emenda Constitucional nº 117, de 25 de outubro de 2022. Altera a redação dos dispositivos da Constituição do Estado do Espírito Santo para criar a Polícia Científica. Diário Oficial do Estado do Espírito Santo, Vitória, 26 out. 2022. Disponível em: <https://www legisweb.com.br/legislacao/?id=437904>. Acesso em: 10 set. 2025.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Espírito Santo reduz 37% dos assassinatos em dez anos. Vitória: Governo do Estado do Espírito Santo, 5 jun. 2018. Disponível em: <https://www.es.gov.br/Noticia/espírito-santo-reduz-37-dos-assassinatos-em-dez-anos>. Acesso em: 24 set. 2025.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Governo do Estado inaugura nono Centro de Referência das Juventudes em Novo Horizonte. Governo ES, Vitória, 2025. Disponível em: <https://www.es.gov.br/Noticia/governo-do-estado-inaugura-nono-centro-de-referencia-das-juventudes-em-novo-horizonte>. Acesso em: 23 set. 2025.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Instituto de Atendimento Socioeducativo do Espírito Santo (IASSES). IASSES: Vitória: Governo do Estado do Espírito Santo, [s.d.].
Disponível em: <https://www.es.gov.br/autarquias-e-orgaos/iasesses>. Acesso em: 4 out. 2025.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Instituto de Atendimento Socioeducativo do Espírito Santo (IASSES). Ressocialização de jovens passa pelas salas de aula. IASSES, Vitória, 2025. Disponível em: <https://iasesses.es.gov.br/ressocializacao-de-jovens-passa-pelas-salas-d>. Acesso em: 19 set. 2025.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Lei Complementar nº 1.061, de 18 de dezembro de 2023. Dispõe sobre a estrutura organizacional da Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social (SESP) e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Espírito Santo, Vitória, 19 dez. 2023. Disponível em: <https://www3.al.es.gov.br/Arquivo/Documents/legislacao/html/LEC10612023.html>. Acesso em: 29 set. 2025.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Lei Complementar nº 1.093, de 21 de outubro de 2024. Cria o cargo de Oficial Investigador de Polícia – OIP e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Espírito Santo, Vitória, 22 out. 2024. Disponível em: https://pc.es.gov.br/Media/PCES/Legisla%C3%A7%C3%A3o/L-C_%20n_%201093_cria_OIP.pdf. Acesso em: 18 set. 2025.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Lei Complementar nº 910, de 4 de abril de 2019. Dispõe sobre a estrutura organizacional básica da Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social (SESP) e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Espírito Santo, Vitória, 5 abr. 2019. Disponível em: <https://www3.al.es.gov.br/arquivo/documents/legislacao/html/lec9102019.html>. Acesso em: 26 set. 2025.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Lei Complementar nº 911, de 26 de abril de 2019. Altera a Lei Complementar nº 911, de 4 de abril de 2019, que dispõe sobre a estrutura organizacional básica da Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social (SESP), e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Espírito Santo, Vitória, 29 abr. 2019. Disponível em: <https://www3.al.es.gov.br/Arquivo/Documents/legislacao/html/lec9112019.html>. Acesso em: 23 set. 2025.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Metodologia dos centros de referência das juventudes do governo do Estado do Espírito Santo. Vitória: Banco Interamericano de Desenvolvimento, 2022. 137 p. Disponível em: <https://juventudes.es.gov.br>

.br/Media/Juventude/DOC2023/Metodologia%20dos%20crjs%20(1)%20(1).pdf. Acesso em: 26 set. 2025.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Lei Complementar que estabelece e organiza a Polícia Científica do Espírito Santo (PCIES) é aprovada. Vitória: Polícia Civil do Espírito Santo, 2023. Disponível em: <https://pc.es.gov.br/Not%C3%ADcia/lei-complementar-que-estabelece-e-organiza-a-policia-cientifica-do-espirito-santo-pcies-e-aprovada>. Acesso em: 26 set. 2025.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Programa Qualificar Es. CRJ – Centro de Referência das Juventudes. Qualificar ES, Vitória, 2025. Disponível em: <https://qualificar.es.gov.br/crj-centro-de-referencia-das-juventudes>. Acesso em: 26 set. 2025.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Resolução nº 13, de 10 de abril de 2015. Dispõe sobre normas e procedimentos administrativos no âmbito do Estado do Espírito Santo. Diário Oficial do Estado do Espírito Santo, Vitória, 13 abr. 2015. Disponível em: <https://www.tjes.jus.br/corregedoria/2016/07/04/resolucao-no-132015-disp-10042015/>. Acesso em: 18 set. 2025.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Secretaria de Economia e Planejamento (SEP). Eixo Proteção Policial: manual básico. Vitória, 2025. Disponível em: <https://planejamento.es.gov.br/Media/Sep/estadopresente/Manual%20B%C3%A1sico%20Eixo%20Prote%C3%A7%C3%A3o%20Policial.pdf>. Acesso em: 17 set. 2025.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Secretaria De Economia E Planejamento (SEP). Espírito Santo fecha trimestre com menor número de assassinatos em 28 anos. SEP, Vitória, 2025. Disponível em: <https://planejamento.es.gov.br/Not%C3%ADcia/espirito-santo-fecha-trimestre-com-menor-numero-de-assassinatos-em-28-anos>. Acesso em: 26 set. 2025.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Secretaria de Estado da Segurança Pública (SESP). Manual básico do Programa Estado Presente – Eixo Proteção Policial. 1. ed. Vitória: SESP, 2019. Disponível em: <https://sesp.es.gov.br/GrupodeArquivos/manual-basico-do-programa-estado-presente-eixo-protacao-policial>. Acesso em: 12 set. 2025.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Secretaria De Estado Da Segurança Pública (SESP). Anuário Estadual da Segurança Pública: edição 2024. Vitória: SESP, 2024. Disponível em: <https://sesp.es.gov.br/Media/Sesp/Anu%C3%A1rio/Anu%C3%A1rio%20Estadual%20da%20Seguran%C3%A7a%20P%C3%ABlica%202024.pdf>. Acesso em: 23 set. 2025.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa Social (SESP). Estatística: homicídios dolosos de mulheres. Vitória: Secretaria de Estado da Segurança Pública, 2025. Disponível em: <https://sesp.es.gov.br/estatistica-2>. Acesso em: 23 set. 2025.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa Social (SESP). Sesp lança painel de crimes contra a mulher e aumenta nível de transparência de dados. Vitória, 11 dez. 2018. Disponível em: <https://www.es.gov.br/Noticia/se-sp-lanca-painel-de-crimes-contra-a-mulher-e-aumenta-nivel-de-transparencia-de-dados>. Acesso em: 22 set. 2025.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa Social (SESP). Observatório da Segurança Pública – SESP: Regiões integradas de segurança. Observatório da Segurança Pública, Vitória, 2025. Disponível em: <https://observatorio.sesp.es.gov.br/regioes-integradas-de-seguranca>. Acesso em: 19 set. 2025.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Secretaria de Estado de Direitos Humanos (SEDH). Programa Estado Presente em Defesa da Vida. Vitória: Governo do Estado do Espírito Santo, 2025. Disponível em: <https://juventudes.es.gov.br/programa-estado-presente-em-defesa-da-vida>. Acesso em: 10 set. 2025.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Secretaria de Estado de Direitos Humanos (SEDH). Manual do eixo de proteção social do programa estado presente em defesa da vida. 1. ed. Vitória: SEDH, 2019. Disponível em: <https://sedh.es.gov.br/manual-do-eixo-de-protacao-social-do-estado-presente-em-defesa-da-vida>. Acesso em: 10 set. 2025.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Secretaria de Estado de Direitos Humanos (SEDH). Território do Bem: mais segurança e oportunidades para os jovens. Programa Juventudes, Vitória, 2021. Disponível em: <https://juventudes.es.gov.br/Not%C3%ADcia/territorio-do-bem-mais-seguranca-e-oportunidades-para-os-jovens>. Acesso em: 10 set. 2025.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Secretaria de Estado de Direitos Humanos (SEDH). Centro de Referência das Juventudes

(CRJ) Território do Bem. Programa JuventudES, Vitória. Disponível em: <https://juventudes.es.gov.br/centro-de-referencia-das-juventudes-crj-territorio-do-bem>. Acesso em: 11 set. 2025.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Secretaria de Estado de Direitos Humanos (SEDH). Estado Presente: 14 CRJs já estão em pleno funcionamento no Espírito Santo. SEDH, Vitória, 2025. Disponível em: <https://sedh.es.gov.br/Not%C3%ADcia/estado-presente-14-crjs-ja-estao-em-pleno-funcionamento-no-espirito-santo>. Acesso em: 19 set. 2025.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Secretaria de Estado de Direitos Humanos (SEDH). Centro de Referência das Juventudes (CRJ). Vitória: Governo do Estado do Espírito Santo, 2025. Disponível em: <https://juventudes.es.gov.br/conheca-crj>. Acesso em: 26 set. 2025.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Secretaria de Estado de Direitos Humanos (SEDH). Projeto Estado Presente: Segurança Cidadã no ES. Vitória, 2025. Disponível em: https://sedh.es.gov.br/estado_presente. Acesso em: 29 set. 2025.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Secretaria de Estado de Direitos Humanos (SEDH). JuventudES. Vitória, 2025. Disponível em: <https://juventudes.es.gov.br/sedh>. Acesso em: 19 set. 2025.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Secretaria de Estado de Direitos Humanos (SEDH). Plano Estadual de Educação em Direitos Humanos e Programa Estadual de Direitos Humanos. Vitória: Governo do Estado do Espírito Santo, dez. 2013. Disponível em: <https://sedh.es.gov.br/Media/sedh/Documentos%202020/programa-estadualdedireitoshumanosES.pdf>. Acesso em: 4 out. 2025.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Secretaria de Estado de Economia e Planejamento (SEP). Programa Estado Presente é um dos três melhores projetos corporativos do País no Prêmio 2021 da Revista Mundo PM. Secretaria de Estado de Economia e Planejamento, Vitória, 2021. Disponível em: <https://planejamento.es.gov.br/Not%C3%ADcia/programa-estado-presente-e-um-dos-tres-melhores-projetos-corporativos-do-pais-no-premio-2021-da-revista-mundo-pm>. Acesso em: 12 set. 2025.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Secretaria de Estado de Economia e Planejamento (SEP). Estudo do Ipea aponta sucesso do programa estado presente em defesa da vida. Vitória: Governo do Estado do Espírito Santo, 9 mar. 2020. Disponível em: <https://planejamento.es.gov.br/Not%C3%ADcia/estudo-do-ipea-aponta-sucesso-do-programa-estado-presente-em-defesa-da-vida#:~:text=O%20Programa%20Estado%20Presente%20em%20Defesa%20da,latitude%3%ADnio%20e%20les%C3%A3o%20corporal%20seguida%20de%20morte>. Acesso em: 23 set. 2025.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Secretaria de Estado de Economia e Planejamento (SEP). Espírito Santo fecha trimestre com menor número de assassinatos em 28 anos. Vitória: Governo do Estado do Espírito Santo, 1 abr. 2024. Disponível em: <https://www.es.gov.br/Noticia/espirito-santo-fecha-trimestre-com-menor-numero-de-assassinatos-em-28-anos>. Acesso em: 23 set. 2025.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Secretaria de Estado de Saneamento, Habitação e Desenvolvimento Urbano (SEDURB). Obras de infraestrutura avançam por toda a Grande Terra Vermelha. Governo do Estado do Espírito Santo, Vitória, 2012. Disponível em: <https://sedurb.es.gov.br/obras-de-infraestrutura-avancam-por-toda-a-gr>. Acesso em: 10 set. 2025.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Secretaria Estadual das Mulheres (SESM). SESM divulga lista dos municípios que vão receber Kit Mulher Viva+. Vitória, 2025. Disponível em: <https://www.es.gov.br/Noticia/sesm-divulga-lista-dos-municipios-que-va-receber-kit-mulher-viva>. Acesso em: 25 set. 2025.

ESPÍRITO Santo é o terceiro do País em queda de assassinatos e Estado Presente é destaque no Atlas da Violência. Disponível em: <https://sedh.es.gov.br/Not%C3%ADcia/espirito-santo-e-o-terceiro-do-pais-em-queda-de-assassinatos-e-estado-presente-e-destaque-no-atlas-da-violencia>. Acesso em: 29 set. 2025.

ESPÍRITO Santo encerra 2023 com menor número de homicídios dos últimos 27 anos. Governo ES. Disponível em: <https://www.es.gov.br/Noticia/Esp%C3%ADrito-Santo-encerra-2023-com-menor-numero-de-homicidios>. Acesso

em: 10 set. 2025.

ESPÍRITO Santo fecha primeiro semestre de 2025 com menor número de homicídios em 29 anos. Disponível em: <https://www.es.gov.br/Noticia/espírito-santo-fecha-primeiro-semestre-de-2025-com-menor-numero-de-homicidios-em-29-anos>. Acesso em: 30 set. 2025.

ESPÍRITO Santo inova com rádios internas nas prisões e recebe delegação internacional para conhecer modelo pioneiro no país - Governo ES. Disponível em: <https://www.es.gov.br/Noticia/espírito-santo-inova-com-rádios-internas-nas-prisoas-e-recebe-delegacao-internacional-para-conhecer-modelo-pioneiro-no-pais>. Acesso em: 17 set. 2025.

ESPÍRITO Santo lança primeiro Anuário Estadual da Segurança Pública – SEP. Disponível em: <https://planejamento.es.gov.br/Not%C3%ADcia/espírito-santo-lanca-primeiro-anuario-estadual-da-seguranca-publica>. Acesso em: 12 set. 2025.

ESPÍRITO Santo Mais Inteligente - Secti. Disponível em: <https://secti.es.gov.br/espírito-santo-mais-inteligente>. Acesso em: 05 set. 2025.

ESPÍRITO Santo termina 2024 com menos de 900 homicídios pela primeira vez em 28 anos. Disponível em: <https://www.es.gov.br/Noticia/espírito-santo-termina-2024-com-menos-de-900-homicidios-pela-primeira-vez-em-28-anos>. Acesso em: 29 set. 2025.

ESPÍRITO Santo vai implantar Central de Teleflagrante da Polícia Civil - Portal Nacional dos Delegados. Disponível em: <https://delegados.com.br/noticias/espírito-santo-vai-implantar-central-de-teleflagrante-da-policia-civil/>. Acesso em: 20 set. 2025.

ESPÍRITO Santo vai representar o sistema penitenciário nacional durante encontro da ONU. Disponível em: <https://sejus.es.gov.br/Not%C3%ADcia/espírito-santo-vai-representar-o-sistema-penitenciario-nacional-durante-encontro-da-onu>. Acesso em: 19 set. 2025.

ESTUDANTES no sistema prisional do ES se destacam em concurso nacional de redação – Sedu. Disponível em: <https://sedu.es.gov.br/Not%C3%ADcia/estudantes-no-sistema-prisional-do-es-se-destacam-em-concurso-nacional-de-redacao>. Acesso em: 20 set. 2025.

FEMINICÍDIOS têm queda de mais de 40% no Espírito Santo e Estado inicia agosto com dados positivos. Disponível em: <https://www.es.gov.br/Noticia/feminicidios-tem-queda-de-mais-de-40-no-espírito-santo-e-estado-inicia-agosto-com-dados-positivos>. Acesso em: 19 de set. 2025.

FERREIRA, Maira. Judiciário e município de Piúma assinam termo de adesão para implementação do escritório social. TJES. Disponível em: <https://www.tjes.jus.br/judiciario-e-municipio-de-piuma-assinam-termo-de-adesao-para-implementacao-do-escritorio-social/>. Acesso em: 19 set. 2025.

FORÇAS de segurança alcançam 300 prisões de foragidos com uso de reconhecimento facial no Espírito Santo. Disponível em: <https://sesp.es.gov.br/Not%C3%ADcia/forcas-de-seguranca-alcancam-300-prisoas-de-foragidos-com-uso-de-reconhecimento-facial-no-espírito-santo>. Acesso em: 12 set. 2025.

FRANÇA, Bruna de Andrade. Concurso PC ES: edital terá 1.052 vagas! IBADE é a banca – Estratégia Concursos. Disponível em: <https://www.estrategiaconcursos.com.br/blog/concurso-policia-civil-es/>. Acesso em: 19 set. 2025.

GALOIS, Sofia. Estado conta com seis núcleos de atendimento às mulheres em situação de violência. Disponível em: <https://sedh.es.gov.br/Not%C3%ADcia/estado-counta-com-seis-nucleos-de-atendimento-as-mulheres-em-situacao-de-violencia>. Acesso em: 23 set. 2025.

GOVERNO do Espírito Santo lança Programa Cerco Inteligente. Disponível em: <https://sefaz.es.gov.br/Not%C3%ADcia/governo-do-espírito-santo-lanca-programa-cerco-inteligente>. Acesso em: 09 set. 2025.

GOVERNO do Estado anuncia modernização na identificação civil e criminal na Polícia Civil – Governo ES. Disponível em: <https://www.es.gov.br/Noticia/governo-do-estado-anuncia-modernizacao-na-identificacao-civil-e-criminal-na-policia-civil>. Acesso em: 26 set. 2025.

GOVERNO do Estado autoriza novo concurso para Polícia Penal do Espírito Santo. Disponível em: <https://sejus.es.gov.br/Not%C3%ADcia/governo-do-estado-autoriza-novo-concurso-para-policia-penal-do-espirito-santo>. Acesso em: 17 set. 2025.

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. Governo do Estado anuncia expansão do Programa Morar Legal. Governo ES. Disponível em: <https://www.es.gov.br/Noticia/governo-do-estado-anuncia-expansao-do-programa-morar-legal>. Acesso em: 18 set. 2025.

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. Governo implanta Programa Estado Presente para reduzir criminalidade no Espírito Santo. Vitória, 2019. Disponível em: <https://www.es.gov.br/Noticia/governo-implanta-programa-estado-presente-para-reduzir-criminalidade-no-espirito-santo>. Acesso em: 10 set. 2025.

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. Mais de 5 mil moradias vão receber regularização fundiária no Espírito Santo. Governo do Estado do Espírito Santo, Vitória, 2023. Disponível em: <https://www.es.gov.br/Noticia/-mais-de-5-mil-moradias-va-receber-regularizacao-fundiaria-no-espirito-santo>. Acesso em: 12 set. 2025.

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. Norma Exclusiva de Procedimento Padrão CBMES – Nº 04 1. Objetivos 1.1 Instituir a Nor – Secont. Disponível em: <https://secont.es.gov.br/Media/secont/NORMAS%20PUBLICADAS%20-%20CONTROLE%20INTERNO/CBM%20-%20Norma%20004%20-%20003.01.2019%20-%20Monitora%20e%20emitir%20alertas%20de%20desastres.pdf>. Acesso em: acessado em 30 de setembro de 2025

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. Plano Estadual de Proteção e Defesa Civil – CEPDEC. Disponível em: https://defesacivil.es.gov.br/Media/DefesaCivil/CARTILHA/PEPDEC%20-%20OUTUBRO_2023.pdf. Acesso em: 30 set. 2025.

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. Programa Estado Presente em Defesa da Vida é finalista do Prêmio Projeto & PMO 2021. Governo do Estado do Espírito Santo, Vitória, 2021. Disponível em: <https://www.es.gov.br/Noticia/programa-estado-presente-em-defesa-da-vida-e-finalista-do-premio-projeto-pmo-2021>. Acesso em: 12 set. 2025.

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. Seminário discute desafios e perspectivas para o sistema prisional. Governo do Estado do Espírito Santo, Vitória, 2025. Disponível em: <https://www.es.gov.br/Noticia/seminario-discute-desafios-e-perspectivas-para-o-sistema-prisional>. Acesso em: 16 set. 2025.

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. Seminário discute os 10 anos do Programa Estado Presente em Defesa da Vida. Governo do Estado do Espírito Santo, Vitória, 2021. Disponível em: <https://www.es.gov.br/Noticia/-seminario-discute-os-10-anos-do-programa-estado-presente-em-defesa-da-vida>. Acesso em: 23 set. 2025.

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. Tecnologia do Cerco Inteligente possibilita recuperação de mais uma motocicleta clonada. Governo do Estado do Espírito Santo, Vitória, 2024. Disponível em: <https://www.es.gov.br/Noticia/tecnologia-do-cerco-inteligente-possibilita-recuperacao-de-mais-uma-motocicleta-clonada>. Acesso em: 3 set. 2025.

GOVERNO do Estado entrega 124 novas viaturas à Polícia Militar - SESP. Disponível em: <https://sesp.es.gov.br/Not%C3%ADcia/governo-do-estado-entrega-124-novas-viaturas-a-policia-militar>. Acesso em: 24 set. 2025.

GOVERNO do Estado entrega Núcleo de Atendimento às Mulheres em Santa Maria de Jetibá nesta quarta-feira (29). Disponível em: <https://sedh.es.gov.br/Not%C3%ADcia/governo-do-estado-entrega-nucleo-de-atendimento-as-mulheres-em-santa-maria-de-jetiba-nesta-quarta-feira-29>. Acesso em: 29 set. 2025.

GOVERNO do Estado entrega Prêmio Humaniza 2024. Disponível em: <https://sejus.es.gov.br/Not%C3%ADcia/governo-do-estado-entrega-premio-humaniza-2024>. Acesso em: 20 set. 2025.

GOVERNO do Estado inaugura Centro de Referência das Juventudes (CRJ) em São Mateus – SEDH. Disponível em: <https://sedh.es.gov.br/Not%C3%ADcia/governo-do-estado-inaugura-centro-de-referencia-das-juventudes-crj-em-sao-mateus>. Acesso em: 26 set. 2025.

GOVERNO do Estado inicia devolução de celulares recuperados pelo Projeto Recupera – Governo ES. Disponível em: <https://www.es.gov.br/Noticia/governo-do-estado-inicia-devolucao>

cao-de-celulares-recuperados-pelo-projeto-recupera. Acesso em: 19 set. 2025.

GOVERNO do Estado lança Projeto Piloto da Central de Teleflagrante da PCES - Governo ES. Disponível em: <https://www.es.gov.br/Noticia/governo-do-estado-lanca-projeto-piloto-da-central-de-teleflagrante-da-pces>. Acesso em: 17 set. 2025.

GOVERNO do Estado lança projeto piloto de reconhecimento facial em câmeras de monitoramento – PCES. Disponível em: <https://pc.es.gov.br/Not%C3%ADcia/governo-do-estado-lanca-projeto-piloto-de-reconhecimento-facial-em-cameras-de-monitoramento>. Acesso em: 05 set. 2025.

GOVERNO do Estado publica Anuário Estadual da Segurança Pública edição 2024. Governo ES. Disponível em: <https://www.es.gov.br/Noticia/governo-do-estado-publica-anuario-estadual-da-seguranca-publica-edicao-2024>. Acesso em: 18 set. 2025.

GOVERNO do Estado sanciona Lei que cria o cargo de Oficial Investigador de Polícia (OIP) para reforçar a Polícia Civil – SESP. Disponível em: <https://sesp.es.gov.br/Not%C3%ADcia/governo-do-estado-sanciona-lei-que-cria-o-cargo-de-oficial-investigador-de-policia-oip-para-reforcar-a-policia-civil>. Acesso em: 19 set. 2025.

GOVERNO do Estado vai implantar Totens de Segurança blindados e com inteligência artificial na Grande Vitória. Disponível em: <https://semobi.es.gov.br/Not%C3%ADcia/governo-do-estado-vai-implantar-totens-de-seguranca-blindados-e-com-inteligencia-artificial-na-grande-vitoria>. Acesso em: 05 set. 2025.

GOVERNO lança o programa Espírito Santo Mais Inteligente para modernizar serviços públicos. Governo ES. Disponível em: <https://www.es.gov.br/Noticia/governo-lanca-o-programa-espirito-santo-mais-inteligente-para-modernizar-servicos-publicos>. Acesso em: 08 set. 2025.

GOVERNO lança projeto para recuperar celulares roubados e furtados no Espírito Santo Disponível em: <https://pc.es.gov.br/Not%C3%ADcia/governo-lanca-projeto-para-recuperar-celulares-roubados-e-furtados-no-espirito-santo>. Acesso em: 30 set. 2025.

GOVERNO se inspira no Ceará para ampliar cerco eletrônico no ES. A Gazeta. Disponível em: <https://www.agazeta.com.br/es/gv/governo-se-inspira-no-ceara-para-ampliar-cerco-eletronico-no-es-0419>. Acesso em: 02 set. 2025.

GRUPO reflexivo homem que é homem. Disponível em: <https://sesp.es.gov.br/grupo-reflexivo-homem-que-e-homem>. Acesso em: 23 set. 2025.

GUARAPARI recebe o sexto Centro de Referência das Juventudes (CRJ) do Governo do Estado – Governo ES. Disponível em: <https://www.es.gov.br/Noticia/guarapari-recebe-o-sexto-centro-de-referencia-das-juventudes-crj-do-governo-do-estado>. Acesso em: 30 set. 2025.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). Atlas da violência v.2.8: uma avaliação de impacto de política de segurança pública para o Programa Estado Presente do Espírito Santo. Brasília, 2025. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/artigo/52/uma-avaliacao-de-impacto-de-politica-de-seguranca-publica-o-programa-estado-presente-do-espirito-santo>. Acesso em: 30 set. 2025.

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES (IJSN). Anuário Estadual de Segurança Pública: edição 2025. Vitória: IJSN, 2025. Disponível em: https://ijsn.es.gov.br/Media/IJSN/Legisla%C3%A7%C3%A3o/anuario-estadual/Anuario%20Estadual%20da%20Seguran%C3%A7a%20Publica_Edi%C3%A7%C3%A3o%202025.pdf. Acesso em: 30 set. 2025.

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES (IJSN). IJSN e Observatório Mulheres lançam episódio especial de podcast sobre o programa Mulher Viva+. Vitória, 26 mar. 2025. Disponível em: <https://ijsn.es.gov.br/noticias/ijsn-e-observatorio-mulheres-lancam-episodio-especial-de-podcast-sobre-o-programa-mulher-viva>. Acesso em: 4 nov. 2025.

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES (IJSN). Pesquisa de monitoramento e avaliação dos Centros de Referência das Juventudes (CRJs) Terra Vermelha e Feu Rosa: relatório final. Vitória: Instituto Jones dos Santos Neves, 2023.

275 p. Responsáveis técnicas: Sandra Mara Pereira; Adriana Elisa de Alencar Macedo; Catarina Gordiano Paes Henriques; Rovana Patrocínio Ribeiro. Disponível em: <https://ijsn.es.gov.br/Media/IJSN/PublicacoesAnexos/relatorios/RelatorioFinalCRJ.pdf>. Acesso em: 22 set. 2025.

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES (IJSN). TD 61 – Uma avaliação de impacto de política de segurança pública: o Programa Estado Presente do Espírito Santo. Vitória, 2025. Disponível em: <https://ijsn.es.gov.br/publicacoes/textos-para-discussao/td-61-uma-avaliacao-de-impacto-de-politica-de-seguranca-publica-o-programa-estado-presente-do-espírito-santo>. Acesso em: 26 set. 2025.

LEITÃO, Maria Clara. Vídeo: Veja como funciona os totens de segurança instalados no ES. Folha Vitória. Disponível em: <https://www.folhavitória.com.br/polícia/video-veja-como-funciona-os-totens-de-seguranca-instalados-no-es/>. Acesso em: 05 set. 2025.

MAIA, Robson. Casagrande comemora prisão de traficante Marujo – ES Brasil. Disponível em: <https://esbras-il.com.br/casagrande-prisao-marujo-combatendo-criminalidade/>. Acesso em: 23 set. 2025.

MARTINS, Herbert Toledo; VERSIANI, Dayane Aparecida; BATITUCCI, Eduardo Cerqueira. A polícia prende, mas a justiça solta. Revista Brasileira de Segurança Pública: São Paulo. Ed. 8, ano 5, 2011. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/handle/1/12091>. Acesso em: 17 set. 2025.

MESQUITA, Alessandra. Homem que é homem: projeto será retomado em Aracruz. Disponível em: <https://www.aracruz.es.gov.br/noticias/homem-que-e-homem-projeto-sera-retomado-em-aracruz-13038>. Acesso em: 30 set. 2025.

MIRANDA, Tiago. Comissão aprova proposta para criar sistema de informação sobre tráfico de pessoas. Câmara dos Deputados. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/1189408-comissao-aprova-proposta-para-criar-sistema-de-informacao-sobre-trafico-de-pessoas/>. Acesso em: 26 set. 2025.

MONTENEGRO, Manuel Carlos; AFONSO, Thais. Audiência de custódia no ES concede liberdade provisória a acusado. Portal CNJ. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/audiencia-de-custodia-no-es-concede-liberdade-provisoria-a-acusado/>. Acesso em: 26 set. 2025.

MONTINI, Felipe; MONTE, Edson Zambon; BECKER, Kalinca Léia. Violência letal nos municípios do Espírito Santo: uma avaliação de impacto do Programa Estado Presente (2011–2014). Estudos Econômicos, São Paulo, v. 55, n. 1, p. 1-25, jan./mar. 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1980-53575514fek>. Acesso em: 26 set. 2025.

NOVA companhia da PM combaterá violência contra a mulher no ES. Folha Vitória, Disponível em: <https://www.folhavitória.com.br/polícia/nova-companhia-da-pm-combaterá-violencia-contra-a-mulher-no-es/>. Acesso em: 26 set. 2025.

NUPEMEC fecha 2024 com mais de 23 mil atendimentos e R\$ 33 milhões em acordos de conciliação e mediações – TJES. Disponível em: <https://www.tjes.jus.br/nupemec-fecha-2024-com-mais-de-23-mil-atendimentos-e-r-33-milhoes-em-acordos-de-conciliacao-e-mediacoes/>. Acesso em: 15 set. 2025.

OAB-ES participa de inauguração da primeira unidade prisional exclusiva para população LGBTI+ - OAB-ES. Disponível em: <https://oabes.org.br/noticias/oab-es-participa-de-inauguracao-da-primeira-unidade-prisional-exclusiva-para-populacao-lgbti-561604.html>. Acesso em: 18 set. 2025.

ÔNIBUS do Transcol ganham câmeras com reconhecimento facial. Site ES 360. Disponível em: <https://es360.com.br/dia-a-dia/noticia/onibus-do-transcol-ganham-cameras-com-reconhecimento-facial/>. Acesso em: 10 set. 2025.

OPERAÇÃO prende oito integrantes de facção da região do Bairro da Penha - A Gazeta. Disponível em: <https://www.agazeta.com.br/es/polícia/operacao-prende-oito-integrantes-de-faccão-da-região-do-bairro-da-penha-0925>. Acesso em: 18 set. 2025.

PAOLIELLO, Beatriz. Expansão do Projeto 'Homem que é Homem' chega ao município da Serra. Disponível em:

<https://pc.es.gov.br/Not%C3%ADcia/expansao-do-projeto-homem-que-e-homem-chega-ao-municipio-da-serra>. Acesso em: 25 set. 2025.

PAZETTO, Cláudio. Totem inteligente já ajudou em quase 400 prisões na Grande Vitória. Revista Conexão. Disponível em: <https://www.conexaoes.com.br/noticia/totem-inteligente-ja-ajudou-em-quase-400-priso-es-na-grande-vitoria>. Acesso em: 29 set. 2025.

PESQUISA de Resolutividade dos Inquéritos Policiais na Polícia Civil dos Estados e Distrito Federal e da Polícia Federal - Adepol do Brasil. Disponível em: <https://adepoldobrasil.org.br/wp-content/uploads/2021/11/Pesquisa-de-Resolutividade-dos-Inqueritos-Policiais-na-Policia-Civil-e-Policia-Federal-Atualizada.pdf>. Acesso em: 11 set. 2025.

POLEZE, Carol. Câmeras corporais nos PMs vão acabar com a "guerra de versões", diz secretário. Folha Vitória, 2024. Disponível em: <https://www.folhavitória.com.br/policia/cameras-corporais-nos-pms-va-o-acabar-com-a-guerra-de-versoes-diz-secretario/>. Acesso em: 10 set. 2025.

POLÍCIA Científica do Espírito Santo e Secretaria da Justiça iniciam operação de coleta de DNA no sistema prisional. Disponível em: <https://sejus.es.gov.br/Not%C3%ADcia/policia-cientifica-do-espirito-santo-e-secretaria-da-justica-iniciam-operacao-de-coleta-de-dna-no-sistema-prisional>. Acesso em: 30 set. 2025.

POLÍCIA Científica do Estado recebe agradecimento e homenagem pela contribuição no Sistema Nacional de Análise Balística (SINAB). Disponível em: <https://pci.es.gov.br/Not%C3%ADcia/policia-cientifica-do-estado-recebe-agradecimento-e-homenagem-pela-contribuicao-no-sistema-nacional-de-analise-balistica-sinab>. Acesso em: 29 set. 2025.

POLÍCIA Civil deflagra Operação Octopus e prende oito suspeitos. Disponível em: <https://pc.es.gov.br/Not%C3%ADcia/policia-civil-deflagra-operacao-octopus-e-prende-oito-suspeitos>. Acesso em: 19 set. 2025.

POLÍCIA Civil inicia segunda fase do Projeto Recupera. Disponível em: <https://sesp.es.gov.br/Not%C3%ADcia/policia-civil-inicia-segunda-fase-do-projeto-recupera>. Acesso em: 24 set. 2025.

POLÍCIA Militar terá mais uma turma de Soldados e mais vagas para oficiais em 2025 – Governo ES. Disponível em: <https://www.es.gov.br/Noticia/policia-militar-tera-mais-uma-turma-de-soldados-e-mais-vagas-para-oficiais-em-2025>. Acesso em: 26 set. 2025.

POLÍCIA Penal do Espírito Santo é criada. Disponível em: <https://sejus.es.gov.br/Not%C3%ADcia/policia-penal-do-espirito-santo-e-criada>. Acesso em: 30 set. 2025.

POLÍCIAS Científica e Civil divulgam Campanha Nacional de Coleta de DNA de Familiares de Pessoas Desaparecidas. Disponível em: <https://pc.es.gov.br/Not%C3%ADcia/policias-cientifica-e-civil-divulgam-campanha-nacional-de-coleta-de-dna-de-familiares-de-pessoas-desaparecidas>. Acesso em: 30 set. 2025.

POLÍCIAS Científica e Civil participam da campanha nacional de coleta de DNA para ajudar a encontrar pessoas desaparecidas - Governo ES. Disponível em: <https://www.es.gov.br/Noticia/policias-cientifica-e-civil-participam-da-campanha-nacional-de-coleta-de-dna-para-ajudar-a-encontrar-pessoas-desaparecidas>. Acesso em: 30 set. 2025.

PRESOS vão confeccionar 800 mil uniformes para 200 mil alunos da rede estadual – Revista Eketica. Disponível em: <https://revistaeketica.com.br/presos-va-o-confeccionar-800-mil-uniformes-para-200-mil-alunos-da-rede-estadual/>. Acesso em: 18 set. 2025.

PRIMEIRA audiência de custódia é realizada em Vitória. Disponível em: <https://sejus.es.gov.br/Not%C3%ADcia/primeira-audiencia-de-custodia-e-realizada-em-vitoria>. Acesso em: 15 set. 2025.

PRIMEIRO presídio LGBTI+ é inaugurado no Espírito Santo. Disponível em: <https://noticias.r7.com/cidades/folha-vitoria/primeiro-presidio-lgbti-e-inaugurado-no-espirito-santo-27052021/>. Acesso em: 16 set. 2025.

PROGRAMA Estado Presente publica Anuário Estadual da Segurança Pública 2025. Governo ES. Disponível em:

<https://www.es.gov.br/Noticia/programa-estado-presente-publica-anuario-estadual-da-seguranca-publica-2025>. Acesso em: 30 set. 2025.

PROGRAMA Responsabilidade Social e Ressocialização: Parceria para contratação de internos. Disponível em: <https://sejus.es.gov.br/programa-responsabilidade-social-e-ressocializacao-parceria-para-contratacao-de-internos>. Acesso em: 24 set. 2025.

PROJETO Audiência de Custódia é ampliado e inaugura novas instalações em Colatina e São Mateus. Defensoria Pública do ES. Disponível em: <https://www.defensoria.es.def.br/projeto-audiencia-de-custo-dia-e-ampliado-e-inaugura-novas-instalacoes-em-colatina-e-sao-mateus/>. Acesso em: 20 set. 2025.

PROJETO de Teleflagrante da PCES será apresentado em Seminário Internacional - PCES. Disponível em: <https://pc.es.gov.br/Not%C3%ADcia/projeto-de-teleflagrante-da-pces-sera-apresentado-em-seminario-internacional>. Acesso em: 20 set. 2025.

PROJETO Homem que é Homem conquista primeiro lugar no Prêmio Farol do Bem. Disponível em: <https://www.es.gov.br/Noticia/projeto-homem-que-e-homem-conquista-primeiro-lugar-no-premio-farol-do-bem>. Acesso em: 26 de set. 2025

PROJETO Novos Caminhos vai ampliar Programa de Ressocialização da Sejus. Disponível em: <https://sejus.es.gov.br/Not%C3%ADcia/projeto-novos-caminhos-vai-ampliar-programa-de-ressocializacao-da-sejus>. Acesso em: 19 set. 2025.

PROJETO Recupera completa um ano com mais de 700 celulares recuperados no Espírito Santo. Disponível em: <https://pc.es.gov.br/Not%C3%ADcia/projeto-recupera-completa-um-ano-com-mais-de-700-celulares-recuperados-no-espirito-santo>. Acesso em: 19 set. 2025.

PROJETO Recupera inaugura sala para atendimento exclusivo em Vitória - Governo ES. <https://www.es.gov.br/Noticia/projeto-recupera-inaugura-sala-para-atendimento-exclusivo-em-vitoria>. Acesso em: 24 set. 2025.

QUAEST: 86% concordam que “polícia prende bandido, mas a Justiça solta”. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/quaest-percepcao-justica-policia/>. Acesso em: 17 set. 2025.

RAIO-X da Segurança Pública: Espírito Santo tem redução histórica de criminalidade. Disponível em: <https://www.es.gov.br/Noticia/raio-x-da-seguranca-publica-espirito-santo-tem-reducao-historica-de-criminalidade>. Acesso em: 24 set. 2025.

RESSOCIALIZAÇÃO pela fé: Rádios internas auxiliam nas ações de assistência religiosa nos presídios do Espírito Santo - Governo ES. Disponível em: <https://www.es.gov.br/Noticia/ressocializacao-pela-fe-rádios-internas-auxiliam-nas-acoes-de-assistencia-religiosa-nos-presidios-do-espirito-santo>. Acesso em: 16 set. 2025.

RIBEIRO, Isaac. Você sabe o que é e onde fica o Território do Bem em Vitória? Veja vídeo. A Gazeta, Vitória, 2021. Disponível em: <https://www.agazeta.com.br/es/cotidiano/voce-sabe-o-que-e-e-onde-fica-o-territorio-do-bem-em-vitoria-veja-video-1221>. Acesso em: 11 set. 2025.

RICAS, Eugênio Coutinho. O nascimento de um sistema prisional: o processo de reforma no estado do Espírito Santo. Revista Brasileira de Segurança Pública: São Paulo, v. 11, n. 2, 2017, p. 64-76. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/6888/688876727004.pdf>. Acesso em: 18 set. 2025.

ROCHA, Alexandre Pereira da. “A Polícia prende e a Justiça solta”: o falso paradoxo entre as audiências de custódia e o trabalho policial - Fonte Segura - Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Disponível em: <https://fontesegura.forum-seguranca.org.br/a-policia-prende-e-a-justica-solta-o-falso-paradoxo-entre-as-audiencias-de-custodia-e-o-trabalho-policial/>. Acesso em: 29 set. 2025.

RODRIGES, Wilson. Novo concurso da PM no ES terá mil vagas, revela comandante - A Gazeta. Disponível em: <https://www.agazeta.com.br/concursos-e-empregos/concursos/novo-concurso-da-pm-no-es-tera-mil-vagas-revela-comandante-0125>. Acesso em: 20 set. 2025.

SANCIONADAS leis que criam a Polícia Científica e a polícia penal do Espírito Santo - Governo ES. Disponível em:

<https://www.es.gov.br/Noticia/sancionadas-leis-que-criam-a-policia-cientifica-e-a-policia-penal-do-espirito-santo>. Acesso em: 30 set. 2025.

SANTOS, Lorena Cantanheides dos; OBREGÓN, Marcelo Fernando Quiroga. A prisão em contêineres no Espírito Santo: uma inesquecível crise humanitária e o papel das organizações internacionais de direitos humanos. *Revista DCS*, v. 17, n. 62, [S. l.], 2020. Disponível em: <https://ojs.revistadcs.com/index.php/revista/article/view/2721>. Acesso em: 10 set. 2025.

SCOPEL, Ana Cristina; TAVARES, Gilead Marchezi. As masmorras capixabas e o ronco surdo da batalha. *Polis e Psique*, Vol.2, n.1, 2012. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/PolisePsique/article/download/29571/25706/160320>. Acesso em: 30 set. 2025.

SECRETARIA DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL (SECTI). Programa Qualificar ES. Vitória: Governo do Estado do Espírito Santo, 2019—. Disponível em: <https://qualificar.es.gov.br/>. Acesso em: 26 set. 2025.

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL (SESP). Projeto “Homem que é Homem” é lançado em Mimoso do Sul. Vitória: Governo do Estado do Espírito Santo, 15 dez. 2021. Disponível em: <https://www.es.gov.br/Noticia/projeto-homem-que-e-homem-e-lancado-em-mimoso-do-sul>. Acesso em: 23 set. 2025.

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO URBANO, HABITAÇÃO E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA (SEDURB). Sedurb entrega 206 títulos de propriedade de imóveis em Cariacica. Sedurb, Vitória, 2025. Disponível em: <https://sedurb.es.gov.br/Not%C3%ADcia/governo-do-estado-entre-ga-206-titulos-de-propriedade-de-imoveis-em-cariacica>. Acesso em: 10 set. 2025.

SECRETÁRIA DE JUSTIÇA (SEJUS). Sistema prisional do Espírito Santo é o primeiro a compor cadastro nacional de identificação biométrica do País. SEJUS. Vitória, 2025. Disponível em: <https://sejus.es.gov.br/Not%C3%ADcia/sistema-prisional-do-espirito-santo-e-o-primeiro-a-compo-cadastro-nacional-de-identificacao-biometrica-do-pais>. Acesso em: 18 set. 2025.

SEJUS inaugura cinco rádios internas no sistema prisional do Espírito Santo – Sejus. Disponível em: <https://sejus.es.gov.br/Not%C3%ADcia/sejus-inaugura-cinco-radios-internas-no-sistema-prisional-do-espirito-santo>. Acesso em: 16 set. 2025.

SEJUS inaugura Espaço Divas em unidade exclusiva e de referência à população LGBTQIA+ - Sejus. Disponível em: <https://sejus.es.gov.br/Not%C3%ADcia/sejus-inaugura-salao-divas-em-unidade-exclusiva-e-de-referencia-a-populacao-lgbtqia>. Acesso em: 19 set. 2025.

SEJUS inaugura primeira unidade prisional exclusiva e de referência a população - Governo ES. Disponível em: <https://www.es.gov.br/Noticia/sejus-inaugura-primeira-unidade-prisional-exclusiva-e-de-referencia-a-populacao-lgbti>. Acesso em: 19 set. 2025.

SHECAIRA, Sérgio Salomão. Relatório de Visita ao Espírito Santo. Portal Gov.br: Brasília, 2009. Disponível em: <https://www.gov.br/depen/pt-br/composicao/cnppc/relatorios-de-inspecao/2009/1%20-%20RELATORIO%20DE%20INSPECAO%20EM%20ESTABELECIMENTO%20PENAL%20DO%20ESPIRITO%20SANTO-ES.pdf>. Acesso em: 20 set. 2025.

SILVA, Elza. Aplicativo do escritório social virtual é lançado no estado do Espírito Santo – TJES. Disponível em: <https://www.tjes.jus.br/aplicativo-do-escritorio-social-virtual-e-lancado-no-espirito-santo/>. Acesso em: 15 set. 2025.

SILVA, Elza. Projeto Audiência de Custódia completa 10 anos com mais de 64 mil audiências realizadas. Disponível em: <https://www.tjes.jus.br/projeto-audiencia-de-custodia-completa-10-anos-com-mais-de-64-mil-audiencias-realizadas-2/>. Acesso em: 18 set. 2025.

SIMÕES, Janete Vargas. Conciliação e Mediação – Nupemec. TJES. Disponível em: <https://www.tjes.jus.br/institucional/nucleos/nupemec/>. Acesso em: 18 set. 2025.

TAMANINI, Kebim. Sesp revela quais forças policiais receberão as primeiras câmeras corporais no ES. ES Brasil.

Disponível em: <https://esbrasil.com.br/sesp-revela-forcas-policiais-ameraz-corporais-es/>. Acesso em: 10 set. 2025.

THE WORLD BANK. Os impactos da educação em tempo integral na América Latina. Washington, D.C., 2024. Disponível em: <https://thedocs.worldbank.org/en/doc/9b0548686b5ac5eb991c7de-ae9dc2ee8-0370012024/related/POR-Impactos-da-Educao-o-em-Tempo-Integral-na-Am-rica-Latina-final.pdf>. Acesso em: 25 set. 2025.

TOKARNIA, Mariana. Mortes por intervenção policial quase triplicam em 10 anos no país. Agência Brasil, Rio de Janeiro, 18 jul. 2024.

Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2024-07/mortes-por-intervencao-policial-quase-triplicam-em-10-anos-no-pais>. Acesso em: 22 set. 2025.

TRALDI, Daniela. ONU debate sistema prisional do Espírito Santo - UN News. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2010/03/1336611>. Acesso em: 25 set. 2025.

TRALDI, Daniela. Situação carcerária no Espírito Santo é apresentada na ONU – ONU. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2010/03/1336131>. Acesso em: 25 set. 2025.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. Informações Penitenciárias do Espírito Santo – TJES. Disponível em: https://www.tjes.jus.br/PDF/materias/informacoes_penitenciarias_es.pdf. Acesso em: 20 set. 2025.

VEJA. Com medo, população evita sair de casa no Espírito Santo. Veja, São Paulo, 2017. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/brasil/com-medo-pessoas-evitam-sair-de-casa-no-espirito-santo/>. Acesso em: 15 set. 2025.

VEJA. Único estado comandado pela esquerda no Sudeste, Espírito Santo soma vitórias contra o crime. Veja, São Paulo, 2025. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/brasil/unico-estado-comandado-pela-esquerda-no-sudeste-espirito-santo-soma-vitorias-contr-o-crime/>. Acesso em: 25 set. 2025.

VITÓRIA está há mais de 50 dias sem registrar homicídios – Republicanos. Disponível em: <https://republicanos10.org.br/municipal/vitoria-esta-ha-mais-de-50-dias-sem-registrar-homicidios/>. Acesso em: 30 set. 2025.

VITÓRIA recebe 13 totens de segurança; veja onde estão e como funcionam. Folha Vitória. Disponível em: <https://www.folhavitória.com.br/policia/vitoria-recebe-13-totens-de-seguranca-veja-onde-estao-e-como-funcionam/>. Acesso em: 10 set. 2025.

ZAGOTO, Vinicius. Veja locais da Grande Vitória que ganharão totem de segurança. A Gazeta. Disponível em: <https://www.agazeta.com.br/es/cotidiano/veja-locais-da-grande-vitoria-que-ganharao-totem-de-seguranca-0625>. Acesso em: 19 set. 2025.

Coleção
Espírito Santo
Gestão transformadora,
impacto humano

